UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ilze Mari Dell'Erba da Silva

AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES PELOS ALUNOS NA UNIVERSIDADE

Sorocaba/SP
Setembro / 2004

Ilze Mari Dell'Erba da Silva

AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES PELOS ALUNOS NA UNIVERSIDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Casadei Salles.

Sorocaba / SP

SETEMBRO/ 2004

Silva, Ilze Mari Dell' Erba da
S58a Avaliação dos professores pelos alunos na universidade / Ilze Mari Dell' Erba da Silva – Sorocaba, SP 2004.
238 f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Casadei Salles
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2004
Inclui anexos

1. Avaliação institucional. 2. Universidade de Sorocaba. 3. Universidade comunitária. 4. Desempenho profissional docente. 5. Avaliação profissional docente. I. Sallles, Fernando Casadei, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES PELOS ALUNOS NA UNIVERSIDADE

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pela Banca Examinadora formada pelos seguintes Professores:

Orientador (presidente)

Prof. Dr. Fernando Casadei Salles.

Universidade de Sorocaba

1° Exam.: Profª. Drª. Mariluce Bittar

Universidade Católica Dom Bosco / MS

2° Exam.:Prof. Dr. Celso João Ferretti

Universidade de Sorocaba

Sorocaba, 13 de setembro de 2004.

Agradecimentos

"Se eu te pudesse dizer
O que nunca te direi,
Tu terias que entender
Aquilo que nem eu sei.
Fernando Pessoa

Expressar sentimentos através de palavras é o grande desafio.

Gratidão é dar graças, é reconhecer a dádiva que se recebeu de alguém, algo que não se pode explicar, só sentir.

Essas dádivas foram tantas e de tantas formas, vindas de tantas pessoas, que só por elas, já teria sido maravilhoso ter realizado este trabalho.

Dou graças a meu pai, pelas inúmeras vezes em que falou: não desiste não, pegue firme e termine logo; a minha mãe, pelo imenso amor aos estudos, desde muito cedo transmitido; ao Angelo, irmão de corpo e de alma, pela cumplicidade na vida.

Graças ao Alexandre, filho, mestre antes que eu, me ensinando a ensinar, e a sua Josi, tão querida; ao Rodrigo e Michelle, filhos, tão longe e tão perto; ao Lucca, filho deles, pela enorme felicidade que sinto ao ouvi-lo falar "Vovó Lala", mesmo que seja apenas pelo telefone; ao Acrisio, companheiro de todos os momentos significativos da minha vida, por me ajudar a realizar mais um dos meus muitos sonhos.

Aos amigos e amigas, presentes em todos os momentos, Bernardete, Flavinês, Silvio, Magda, Mário e Eni, quero dizer que a vida seria sem "a graça", se vocês não estivessem por perto. Dulcina, obrigada pelas leituras, pelo afeto e pelo incentivo.

Aos companheiros de trabalho da Uniso, para não esquecer de alguém, prefiro dizer, apenas, que os funcionários da Graduação e do Mestrado, estagiários, professores, dirigentes, todos os que, em algum momento do meu trabalho, precisei de informação ou algum tipo de ajuda, foram de uma amabilidade e eficiência inimagináveis. A todos, meu reconhecimento e gratidão.

Aos professores do Mestrado, obrigada. Para mim, a presença de vocês foi fundamental para manter acesa a chama da esperança de uma educação crítica, democrática e emancipatória.

Aos colegas do Mestrado, que me ajudaram a reviver a condição de aluna, com direito a conversas na cantina e nervosismo na apresentação de seminários.Em especial, à Elaine, amiga, médica e parceira em todos os trabalhos.

Ao Prof. Celso e à Profa. Mariluce, meu agradecimento por fazerem parte, de maneira tão próxima e tão carinhosa, da Banca Examinadora. No exame de qualificação, as sugestões, as observações e as correções que fizeram foram fundamentais para a continuidade do trabalho. Quero lhes contar o quanto me senti valorizada e respeitada por vocês. Naquela oportunidade, eu estava precisando desse apoio para poder seguir em frente. Obrigada.

Fernando, um senhor orientador! Foi uma dádiva, uma bênção, uma lição de vida.

Obrigada por me lembrar que a Vida é o mais importante. As pessoas são o que realmente importa. Fui aprendendo, através de suas atitudes: o bom humor, a solidariedade, a convivência respeitosa com as diferenças, a leveza com que você enfrenta as dificuldades e a certeza de um mundo melhor. Além disso, você ainda conseguiu me ensinar disciplina e método de trabalho, escrever e reescrever várias vezes o texto, ajudando-me a desenvolver um conhecimento, no campo da pesquisa científica. Um professor e um grande amigo, obrigada.

Agradeço aos alunos, aqueles que, nesses anos todos, têm sido meus companheiros na realização dessa incrível tarefa humana de ensinar e aprender juntos.

Epígrafe

-Ela está no horizonte (...)
me aproximo dois passos,
ela se afasta dois passos.

Caminho dez passos
e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe,
jamais a alcançarei.

Para que serve a utopia?
Serve para isto:
para caminhar.

Eduardo Galeano

RESUMO

O tema do presente trabalho foi a avaliação institucional da Universidade de Sorocaba, uma universidade comunitária, tendo como foco privilegiado a avaliação dos professores feita pelos alunos, indagando quais elementos da atuação dos professores são passíveis de avaliação e a partir de quais pressupostos ela é realizada. O objetivo principal foi investigar e discutir os critérios e as finalidades dessa avaliação e, em especial, que professor e que educação se quer avaliar. Nesse sentido, buscou-se verificar quais eram os instrumentos utilizados no processo da avaliação institucional, qual a participação dos professores e de que modo, a instituição tem utilizado seus resultados. Como ponto de partida realizou-se uma investigação teórica a respeito do tema avaliação institucional das universidades, passando por sua contextualização histórico-social. Considerou-se a avaliação como um campo de conhecimento complexo e pluri-referencial, com enfoques diversos e, em alguns momentos, conflitantes, denotando posições éticas e políticas distintas. A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Inicialmente, através de análise documental e de entrevistas, foram coletados dados junto à instituição e aos representantes dos órgãos administrativos da universidade, buscando-se compreender a sistemática da avaliação institucional da universidade. A seguir, com a aplicação de questionário aos professores procurou-se conhecer a opinião dos mesmos a respeito do processo da avaliação institucional com destaque à avaliação do desempenho profissional docente. A análise dos dados sugere que a finalidade e a utilização dos resultados da avaliação institucional são os grandes questionamentos a serem realizados para o processo avaliativo resultar em aperfeiçoamento da universidade, implicando participação e diálogo de toda a comunidade acadêmica, em especial, como afirmação de sua identidade comunitária.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Universidade e Sociedade. Universidade comunitária. Desempenho profissional docente. Avaliação profissional docente.

ABSTRACT

The issue of this research was the institutional assessment of the Universidade de Sorocaba, a communitarian one, having as a privileged focus on the professors' assessment done by the students, wondering which elements of the professors' performance are passive of evaluation and in which presuppositions it is realized. The main object of the study was to investigate and discuss the criterias and purposes of this evaluation and, specially, that professor and education want to evaluate. According to this, the study tried to verify what were the instruments used during the institutional assessment process, what and how is the participation of the professor, and if the institution has used its results. In the beginning, a theoric investigation about the institutional assessment at the universities was realized, passing through its social-historic contextualization. The assessment was considered as a pluri-referential and complex knowledge, with diverse approaches and, in some moments, competitive, signifying ethical positions and different politics. The field study was done in two steps. Initially, based on documental analysis and interviews, data were collected in the institution and with its representatives from the administrative departments of the university, and trying to understand the systematic of the institutional evaluation. And with a questionnaire given to some professors, some opinions were studied regarding the process of institutional evaluation, with also a special attention to the professors' performance evaluation. The data analyses suggests that the purpose and the use of the results of the institutional evaluation are the fundamental questions to be applied to the evaluative process, resulting on the improvement of the university, implicating participation and dialogue of all academic community, specially, as its affirmation of its communitarian identity.

Keywords: Institutional assessment; university and society; communitarian university; professors professional performance; professors' performance evaluation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Concordância com a avaliação do professor pelos alunos. 95

Tabela 02: Concordância quanto serem os componentes para a avaliação de desempenho do professor: competência profissional, atuação didático-pedagógica e relacionamento professor-aluno. 95

Tabela 03: Capacidade do aluno em avaliar o professor quanto à competência profissional. 97

Tabela 04: Capacidade do aluno em avaliar o professor quanto à atuação didático-pedagógica. 98

Tabela 05: Capacidade do aluno em avaliar o professor quanto ao relacionamento professor/ aluno. 99

Tabela 06: Época em que os alunos respondem à avaliação. 99

Tabela 07: Número de questões. 100

Tabela 08: Grau de dificuldade das questões. 100

Tabela 09: Instruções oferecidas aos alunos para preenchimento do questionário. 101

Tabela 10: Concordância com a adequação da classificação resultante da avaliação institucional ao desempenho do professor. 102

Tabela 11: Conhecimento das finalidades da Avaliação Institucional. 102

Tabela 12: Finalidades da avaliação. 104

Tabela 13: Utilização dos resultados da avaliação de docentes. 104

Tabela 14: Concordância com a utilização dos resultados. 105

Tabela 15: Existência de mudanças no desempenho a partir das avaliações da CPAI. 106

Tabela 16: Mudanças no desempenho a partir das avaliações da CPAI. 107

Tabela 17: Comentários com colegas sobre o resultado da avaliação. 107

Tabela 18: Discussão dos resultados da avaliação dos professores pelos alunos em reuniões de colegiado de curso. 108

Tabela 19: Convite para contribuir para o processo de avaliação dos docentes pelos alunos. 109

Tabela 20: Validade do processo de avaliação dos professores pelos alunos. 109

Tabela 21: Aspectos válidos da avaliação dos professores pelos alunos. 110

Tabela 22: Aspectos não-válidos da avaliação dos professores pelos alunos. 111

Tabela 23: Avaliação dos professores quanto à avaliação institucional. 113

Tabela 24: Notas médias da avaliação dos professores quanto à avaliação institucional. 114

Tabela 25: Notas médias da avaliação dos professores quanto à avaliação institucional por concordância com a avaliação do professor pelos alunos. 118

Tabela 26: Notas médias da avaliação dos professores quanto à avaliação institucional por concordância com a avaliação do professor pelos alunos. 119

Tabela 27:Notas médias da avaliação dos professores quanto à avaliação institucional por validade do processo de avaliação dos professores pelos alunos. 119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL 18

1.1 Conceituação inicial 20

1.2 Contextualização: A Universidade 23

1.2.1 Desafios da Universidade na atualidade 27

1.2.2 Avaliação da Universidade e o pensamento neoliberal 34

1.3 Breve histórico da avaliação institucional no Brasil 38

1.4 Avaliação: construindo o campo e a crítica 40

1.5 A Avaliação do Professor 51

1.5.1 A pesquisa bibliográfica 52

CAPÍTULO 2: A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNISO 57

2.1 Procedimentos 57

2.2 Fontes dos dados da pesquisa 58

2.3 Apresentação da Universidade de Sorocaba – Uniso 59

2.3.1 A identidade de uma universidade comunitária 63

2.3.2 A identidade de universidade comunitária da Uniso 66

2.4 Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI da Uniso 68

2.4.1 Período de 1994 a 1998 73

2.4.2 Período de 1999 a 2003 76

2.4.3 Resultados da pesquisa documental 80

CAPÍTULO 3: A OPINIÃO DO PROFESSOR 83

3.1 Objetivo 83

3.2 Procedimento metodológico: a opção pelo questionário 84

3.2.1 A elaboração do questionário 85

3.2.2 Escolha da amostra e condições de aplicação do questionário 91

3.3 Apresentação dos Resultados 94

3.4 Síntese dos Resultados da Pesquisa: A Opinião dos Professores 120

CONSIDERAÇÕES FINAIS 123

REFERÊNCIAS 129

ANEXOS 133

ANEXO A - Relatórios anuais da universidade de Sorocaba de 1994 a 2003: trechos referentes à atuação da Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI. 134

ANEXO B - Atas das visitas da Comissão de Acompanhamento do Ministério de Educação e Cultura, no processo de reconhecimento da Universidade de Sorocaba. 156

ANEXO C - Organograma da Universidade de Sorocaba. 172

ANEXO D - Manual de Verificação *in loco* das condições institucionais da Secretaria de Educação Superior do MEC de Setembro de 2002. 174

ANEXO E - Proposta da Universidade de Sorocaba para integrar-se ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB e Relatório do 1° Seminário de Avaliação Institucional da Uniso – 1995. 179

ANEXO F - Questionário aplicado aos professores da Uniso. 206

ANEXO G - Transcrição de todas as respostas dadas às questões abertas e os critérios usados na criação das categorias. 212

ANEXO H -Quadro da avaliação dos Professores, com as médias de 1998 a 2003, divulgadas pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional. 230

INTRODUÇÃO

Tive um chão (mas já faz tempo)
todo feito de certezas
tão duras como lajedos.

Agora (o tempo é que fez)
tenho um caminho de barro
umedecido de dúvidas.
(Thiago de Mello).

O tema do presente trabalho é a Avaliação dos Professores pelos Alunos, como parte da Avaliação Institucional na Universidade, dentro de uma realidade específica: a da Universidade de Sorocaba -Uniso.

Tenho por objetivo investigar e discutir critérios e finalidades e, em especial, que professor e que educação se quer avaliar. Inicio relatando alguns aspectos de minha trajetória pelo mundo escolar que, sem dúvida, contribuíram para a escolha do tema.

Qualquer recorte que se faça da realidade já está repleto de intenções e significados. Não é possível uma posição de neutralidade, quando se reflete sobre um aspecto da vida social. Partindo da idéia de que não apenas o todo contém as partes, mas também de que em qualquer parte pode-se encontrar as características do todo, é justo se afirmar que, em cada história da vida individual, identificam-se os traços do processo de socialização e de cultura de uma determinada sociedade, num momento histórico específico. A partir dessa idéia, começo por relatar meu percurso no universo escolar e qual a minha relação com o tema: Avaliação dos Professores na Universidade.

De certa forma, ao me propor a fazer um estudo sobre o tema avaliação institucional, estou ao mesmo tempo fazendo um julgamento, um balanço da minha jornada pelo mundo escolar. Vinte e sete anos foram vividos na profissão de professora, em uma instituição particular de ensino superior: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, mantidas pela Fundação Dom Aguirre que, a partir de 1994, transformaram-se numa universidade comunitária: a Universidade de Sorocaba – Uniso.

Ao começar a introdução da presente pesquisa, apóio-me na posição abalizada de Boaventura de Sousa Santos quando, em uma reflexão sobre o paradigma emergente nas

Ciências, destaca a importância de seu caráter autobiográfico e auto–referenciável. Segundo o referido autor,

> No paradigma emergente, o caráter autobiográfico e auto-referenciável da ciência é plenamente assumido. A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos. (SANTOS, 1987, p. 53).

Começo dessa forma falando da minha vida como estudante universitária. Uma vida marcada por acontecimentos políticos e educacionais que, certamente, contribuíram em grande parte para minha formação como pessoa e como professora. Vivenciei o ano de 1968 como aluna do primeiro ano do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo - USP, inicialmente na condição de aluna excedente. Aprovada no concurso vestibular, com nota superior a cinco, porém não classificada. Naquele momento, o movimento estudantil, que já se opunha à ditadura militar e às suas intervenções na Universidade, começou também uma nova frente de luta: a da extinção da figura de alunos excedentes, já questionando o caráter classificatório das avaliações.

Em tal contexto político, o prédio da Rua Maria Antonia passou a servir como palco de muitos confrontos políticos e de resistência ao regime militar. O movimento estudantil, depois de ocupar o prédio e realizar muitas assembléias, vigílias e grupos de estudo (textos da CEPAL - Raul Prébisch e Celso Furtado, além de Nelson Werneck Sodré, Lucien Goldman, Marcuse, Luckás e muita música engajada) saiu-se vitorioso na luta contra a figura do aluno excedente, fazendo com que eu me tornasse uma aluna regularmente matriculada na USP.

As aulas tiveram seu início e, em seguida, a repressão ao movimento estudantil apresentaria muitos episódios dramáticos: o confronto com o Mackenzie, a passeata do 1° de maio e a pedrada no Abreu Sodré (governador). O AI – 5, o decreto-lei 477, a intervenção no prédio da Maria Antonia.

No meio daquele clima de grande instabilidade política, fomos transferidos para o prédio de História e Geografia, na Cidade Universitária, com alguns fatos marcantes, como a intervenção no CRUSP, os pedágios para arrecadar fundos para pagar advogados que iriam defender os colegas presos, aposentadoria compulsória dos professores e o Congresso da UNE de Ibiúna. Esses acontecimentos contribuíram para que temas como democracia, justiça, solidariedade e utopia fizessem parte das minhas inquietações até hoje.

Depois de cinco anos me formei e logo comecei a fazer o mestrado em Ciência Política. Completos todos os créditos, faltando apenas a apresentação da dissertação, tive que abandonar o curso, em função de circunstâncias alheias a minha vontade e começar a trabalhar como professora. Depois de dar aulas em um colégio técnico, já casada e mãe de dois filhos, mudei-me para Sorocaba (1977) e comecei a trabalhar no ensino superior. Contrato hora-aula, filhos pequenos, autorizações do MEC para lecionar várias disciplinas me foram distanciando do título de mestre, que foi pouco a pouco perdendo, no meu imaginário, a importância.

Se na realidade, pelas circunstancias expostas, a idéia de fazer o curso de mestrado foi se dissolvendo no ar, ficou no entanto, a idéia de professora comprometida e inquieta formada na história, nas dramáticas experiências de estudante universitária e opositora ao regime militar.

Ao longo desse caminho, fui aprendendo a questionar a minha prática em sala de aula. As aulas expositivas foram sendo substituídas por discussões de textos, pesquisas, organização de semanas culturais, cursos de aperfeiçoamento. Dentro dessa comunidade acadêmica fui descobrindo caminhos novos de relacionamento e de conhecimento.

Muitos anos depois, quando todas as circunstancias que me haviam afastado do curso de mestrado tinham sido superadas, e quando a minha prática profissional começou a dar sinais de esgotamento, voltei a repensar tal necessidade e possibilidade.

Foi assim que, munida dessa experiência de vida, inquieta de dúvidas, incertezas e perplexidades, acabei me inscrevendo e matriculando no curso de Mestrado da Uniso. Foi, portanto, de posse da minha experiência como cidadã e como professora, que retomei o antigo projeto do mestrado. Além do tema da pesquisa a desenvolver, que recaíra sobre o da avaliação institucional, preocupava-me também, nessa nova perspectiva de professora-pesquisadora, o desafio da objetividade científica.

Para aqueles que ingressam no magistério superior atualmente, talvez não cause estranhamento o fato de uma universidade promover a avaliação dos professores pelos alunos, com aplicação de questionários para todo o corpo discente responder, elaboração de relatórios com informações quantitativas sobre o desempenho do corpo docente e o recebimento de uma menção final.

No entanto, para quem atua nesse campo profissional há mais tempo, e viveu uma outra forma de avaliação docente com fins essencialmente didáticos, essa mudança produz alguns questionamentos: afinal, como se insere a avaliação dos professores pelos alunos no

processo de avaliação institucional das universidades ? Por que surge? Quais são suas finalidades? E dentro dessa avaliação global, como se realiza e a que finalidades atende? Ao longo dessa trajetória, em vários órgãos colegiados, era prática comum a realização, em final de período letivo, de uma avaliação das atividades desenvolvidas, através de relatórios e diálogos com as classes, que orientavam a formulação do plano de ensino do período seguinte e representavam uma fonte de aprendizagem constante, em especial, da pertinência do conteúdo a ser desenvolvido em relação aos objetivos do curso, do entrosamento das várias disciplinas e do relacionamento professor-aluno.

Mesmo considerando que, em nenhum trabalho científico possa haver neutralidade por parte do pesquisador, reconheço que o fato de ter por objeto de análise a instituição com a qual se tem vínculo tão estreito e de tão longa duração, coloca, de uma forma especial, o desafio da objetividade: o de apresentar objetivamente como, hoje, a Universidade realiza a sua auto-avaliação e como utiliza seus resultados, que respostas obtém quando pergunta aos alunos: quem é o bom professor? Se todo conhecimento é também um autoconhecimento, considero que o pertencimento à Instituição que investigo traz a possibilidade de "um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos." (SANTOS, 1987, p. 53).

Como parte do processo de construção do objeto do presente estudo, havia a necessidade da delimitação mais precisa de seu enfoque.

Nesse sentido, com o aprofundamento da pesquisa bibliográfica para melhor contextualização e compreensão do fenômeno avaliativo, o objeto de investigação ia se constituindo como um estudo de caso: a avaliação institucional da Universidade de Sorocaba, tendo como foco privilegiado a avaliação dos professores feita pelos alunos, indagando quais elementos da atuação dos professores são passíveis de avaliação e a partir de quais pressupostos ela é realizada.

As perguntas formuladas no presente trabalho consistiram em verificar como, com os instrumentos utilizados no processo da avaliação que a instituição realiza, esses elementos essenciais estão sendo enfocados. Com quais abordagens teórico-metodológicas está se conceituando "qualidade de ensino"? Como os professores têm utilizado os resultados apresentados e quais têm sido as ações promovidas pela instituição a partir dos diagnósticos ? O que pode e o que não pode ser avaliado no desempenho do professor? Em resumo, queremos debater limites e alcances dessa avaliação.

Para responder a estas perguntas, no primeiro capítulo, desenvolve-se uma investigação teórica a respeito do tema avaliação institucional das universidades, passando pela sua contextualização histórico-social.

Neste capítulo debate-se a questão da avaliação, como um campo de conhecimento complexo e pluri-referencial, que apresenta enfoques diversos e, em alguns momentos, conflitantes, denotando posições éticas e políticas distintas. Colocam-se, em destaque, duas principais abordagens: uma voltada para os aspectos técnicos da avaliação, com questionamentos a respeito da construção dos instrumentos, das condições de aplicação, da confiabilidade e credibilidade dos resultados, de sua utilização e outra, mais filosófica, ética e política, trazendo questões relativas aos fundamentos do processo, como por exemplo: avaliação como mecanismo de controle institucional e político ou de aperfeiçoamento institucional? E o que está se considerando *aperfeiçoamento* e qualidade de ensino? Esse debate traz em seu bojo diferentes concepções da função social da universidade, da educação e do professor, que serão apresentadas nesse quadro teórico inicial.

No segundo capítulo, apresentam-se os dados coletados junto à instituição, através dos órgãos responsáveis pelo processo de avaliação, buscando-se respostas para as perguntas: quem, como, por que e, em especial, para que a instituição realiza a avaliação dos professores a partir da opinião dos alunos?

Assim sendo, este capítulo apresenta a avaliação dos professores pelos alunos da Uniso, do ponto de vista da instituição, através de seus documentos e da fala dos atores sociais, direta ou indiretamente responsáveis por sua realização.

Inicia-se com breve histórico da Universidade de Sorocaba,caracterizada como universidade comunitária; a seguir, situa-se a avaliação institucional na estrutura organizacional e indaga-se o sentido da mesma, junto aos órgãos de gestão da universidade.

Para compreender e melhor analisar esses dados, apresenta-se o órgão responsável pela avaliação na universidade - Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPAI) - através de seu histórico, constituição, posição na estrutura organizacional da universidade, atuação, resultados e ações decorrentes desses resultados. Investiga-se, ainda, junto aos órgãos dirigentes (Reitoria, Pró-Reitorias e Assessorias), quais as ações desencadeadas a partir dos resultados obtidos na avaliação dos professores pelos alunos.

No terceiro capítulo, apresenta-se uma pesquisa de campo realizada com os professores – buscou-se conhecer sua opinião a respeito do processo de avaliação

institucional, no que se refere à sua atuação profissional. A pesquisa, mais do que indicar insatisfação ou mal estar, poderia revelar quais aspectos do processo avaliativo apresentam maior ou menor credibilidade, conhecimento e interesse, por parte dos professores.

A pesquisa revela ainda aspectos relacionados à competência técnica e legitimidade política do processo de avaliação institucional, fatores considerados essenciais, pelos especialistas da área (Dias Sobrinho, Ristoff, Belloni entre outros), para que possa desencadear mudanças que visem ao aperfeiçoamento institucional.

Nas considerações finais apresentam-se os elementos que venham contribuir para a ampliação dos debates sobre a avaliação institucional, sobre a avaliação do professor pelo aluno, sobre o sistema de valores que norteiam a ação da universidade, com a convicção de que só com a prática histórica desse processo, contando com a ampla participação dos envolvidos, considerando-se as múltiplas e complexas abordagens, construir-se-á uma prática de avaliação capaz de contribuir para a realização de um projeto de universidade técnica e cientificamente competente e socialmente transformadora. A poesia expressa a distância e a dificuldade desse percurso: "-Entre o eixo e as pontas do compasso, meu Deus, que distância penosa, que giro difícil, que pesado manejo!" (Cecília Meireles).

CAPÍTULO 1: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

"Se falamos de valores,
falamos sob a inspiração,
sob a ótica da vida."
Nietzsche.

Parte-se do pressuposto de que o mundo é em si mesmo um grande questionamento e a busca da compreensão da vida, do mundo e de nós mesmos é inerente à condição humana.

As várias formas pelas quais o ser humano vem buscando expressar essa inquietação e suas tentativas de explicação são sempre reflexos de seu tempo e de sua história. "As filosofias", as artes e as ciências representam respostas provisórias a esse questionamento. Respostas que passam da mera especulação do saber pelo saber, ao saber com objetivos de domínio e utilização pragmática e hoje, talvez, como exigência da própria sobrevivência.

Com essa afirmação, procura-se explicitar que o presente trabalho enfrenta o desafio de apresentar o campo da Avaliação Educacional num momento de grandes debates teórico-metodológicos. Em linhas gerais, percebe-se, de um lado, um enfoque epistemológico e ético, apontando para a impossibilidade da neutralidade de qualquer processo de avaliação, investigando seus efeitos pedagógicos e políticos e, de outro, um enfoque mais operacional, em que a análise da construção e validade dos instrumentos avaliativos, as condições de aplicação, a definição dos objetivos e a utilização dos resultados, passam a ser o centro de suas abordagens. Embora essas abordagens não sejam, necessariamente, antagônicas ou mesmo excludentes, elas têm gerado algumas divergências e a necessidade do diálogo que vise à melhor conceituação teórica e metodológica dessa área de conhecimento.

A avaliação educacional, ao ser analisada por diferentes áreas do saber, apresenta o risco da dificuldade de comunicação entre seus participantes. Se pensarmos a avaliação como mensuração e classificação, estaremos dentro de um discurso hermético de especialistas que não será compreendido pelos estranhos à área. Como também a avaliação educacional, apresentada através de uma análise epistemológica, ética e política, poderá ser considerada como não pertinente para os primeiros. Nessa segunda abordagem existe, ainda, grande variação de posicionamentos, que vão da crítica radical das razões e significados políticos da avaliação educacional, à crença de sua utilização como um dos meios de desencadear

transformações educacionais e sociais compromissadas com os interesses democráticos e populares. Para o enfoque mais técnico, a discussão ocorre em torno da definição dos objetivos que se quer atingir com o processo da avaliação. Nesse âmbito, costuma-se argumentar que existe um componente técnico na elaboração dos instrumentos, que independe de sua utilização, embora o instrumento em si já seja revelador do alcance e intenções de sua utilização. Essas questões sugerem a necessidade de um amplo debate sobre a validade do conhecimento científico, das questões éticas envolvidas e da superespecialização do conhecimento.

Distante de ser uma questão meramente teórica, a avaliação educacional, de um modo geral, e em especial a avaliação institucional das universidades, ultrapassa os limites acadêmicos, influenciando ações institucionais, políticas públicas e, em última instância, os educandos, que passam a fazer suas escolhas, opinar e reivindicar a partir dos diagnósticos apresentados.

No caso da presente investigação, a avaliação não só cria parâmetros através dos quais os alunos se manifestam a respeito da atuação dos professores, como também revela uma concepção de educação e de professor que irá estabelecer os objetivos da instituição, definindo suas diretrizes para todo o corpo docente.

Para se estabelecer um diálogo entre as diferentes formas de entendimento do conceito de avaliação educacional, apoiar-se-á em muitas das idéias discutidas em um Seminário realizado na Unicamp (26/11/2001) e expostas no livro: "AVALIAÇÃO construindo o campo e a crítica." (FREITAS, 2002). Esse texto servirá como eixo central da apresentação do presente capítulo, em que se pretende estabelecer o quadro teórico capaz de embasar as reflexões sobre o objeto de estudo proposto. A escolha se faz em razão de alguns critérios: trata-se de uma apresentação de vários enfoques, sem, contudo, priorizar ou excluir qualquer um deles. Outro aspecto refere-se à representatividade profissional dos participantes: trata-se de um grupo de profissionais da avaliação de grande projeção nessa área de conhecimento e, por último, trata-se de um trabalho recente e atualizado.

1.1 Conceituação inicial.

Avaliação

> [De avaliar + -ção.] S. f. 1. Ato ou efeito de avaliar (-se). 2. Apreciação, análise. 3. Valor determinado pelos avaliadores: A avaliação do quadro foi baixa. Avaliação formativa. 1. Processo de avaliação realizado no decorrer de um programa instrucional visando aperfeiçoá-lo. Avaliação somativa. 1. Processo de avaliação final de um programa instrucional visando julgá-lo. (FERREIRA, Dicionário Aurélio, 1999, p. 203).

Avaliar é, segundo Aurélio, atribuir um valor, é analisar e julgar a partir de um referencial que está ligado a uma visão de mundo, de ser humano, de sociedade e de vida. O que é importante, o que vale algo, o que se considera verdadeiro, bom e belo para a vida individual e coletiva se contrapõe ao que não importa, não vale, é falso, ruim e feio. Assim, as escolhas ocorrem com base numa escala de valores, que, por ser social e historicamente construída, é sempre parcial e mutável. Não há, no que se refere à avaliação, possibilidade de consensos abrangentes e duradouros.

O ato de avaliar está presente de forma espontânea em qualquer ser humano, a respeito de qualquer atividade. Serve para conhecer, compreender e aperfeiçoar as ações de indivíduos ou grupos. A esse tipo de avaliação denomina-se avaliação informal. É extremamente útil e necessária à própria sobrevivência.

Nas universidades, bem como nas instituições em geral, o ato de avaliar não é diferente. Muda apenas a complexidade da sua essência. Em qualquer realidade em que se examine a avaliação, ela será sempre uma atribuição de valor; que está ligada a uma visão de mundo, de ser humano e de sociedade. Na universidade, essa atribuição de valores precisa ter seu caráter formal e sistemático explicitado. Quando, como parte dessa avaliação institucional, se avalia o desempenho do professor, é necessário refletir para que irão servir os seus resultados, muitas vezes obtidos através de complexos raciocínios e equações matemáticas, depois transformados em números e médias, que servirão para mensurar e, num certo sentido, classificar o desempenho profissional docente, a partir da atribuição dada pelos alunos às questões propostas pela Instituição. Destaca-se ainda, além das finalidades, a questão dos objetivos que se têm, ao realizar essa avaliação – o porquê, o que se pretende atingir – e, finalmente, como esse processo se realiza.

Se avaliar implica julgar a partir de alguns critérios e estes refletem um conjunto de valores, não necessariamente consensuais, a avaliação institucional necessita de suporte teórico que explicite, não apenas seus significados, como também suas contradições e desafios.

Tendo em vista essas idéias, apresentam-se algumas definições de Avaliação e as implicações éticas e políticas delas decorrentes.

O Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, - um comitê patrocinado por quinze associações profissionais americanas, entre elas a Associação Americana dos Administradores de Escolas, a Associação Americana de Pesquisas Educacionais e a Associação Americana de Avaliação, - é uma organização permanente, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente ao desenvolvimento de padrões avaliativos, à sua revisão periódica e à pesquisa na área específica. Constitui-se em um ponto de referência para a área da avaliação (não especificamente a institucional) de alcance internacional.

O Comitê define Avaliação como "investigação sistemática do valor ou mérito de um objeto" (1981). Valor e mérito tendo o sentido de valor de mercado e valor intrínseco do objeto.O conhecimento produzido nas universidades poderia ser avaliado tanto do ponto de vista da sua aplicabilidade no mercado de trabalho quanto do seu valor como conhecimento pelo conhecimento. Quando se refere à avaliação institucional das universidades teria a possibilidade de evitar que o utilitarismo e imediatismo definissem os resultados das avaliações.

Em 1991, Michael Scriven define avaliação como "o processo através do qual se determina o mérito, o valor de mercado e o valor das coisas". O que distingue essa definição da anterior é o fato de considerar que a valoração não ocorre a partir do que é encontrado, "mas a partir do que se constrói sobre o encontrado, com a participação decisiva de uma carga valorativa já *a priori,* incorporada às estruturas conceituais do avaliador, como se o processo avaliativo fosse um *container* que moldasse o conteúdo." (RISTOFF, 2003. p. 19).

Com tal definição, Scriven insiste na necessidade de distinguir avaliação de mensuração (dado seu caráter descritivo) e da importância de se considerar a avaliação centrada no usuário, que deverá ser quem irá definir o valor.

No presente trabalho serão utilizadas definições apresentadas por autores e programas nacionais que, de certa forma, já representam uma síntese da produção científica internacional, direcionadas para a realidade educacional brasileira.

Inicialmente, destaca-se a abordagem filosófica, ética e política de José Dias Sobrinho, referência teórica básica em Avaliação para o presente texto. Ele apresenta a avaliação como empreendimento coletivo, histórica e politicamente situado, questionando não só a universidade, mas também suas relações e contradições com a sociedade mais ampla. Ao tratar da avaliação institucional das universidades, é imprescindível questionar que ciência se produz, que sociedade se projeta, quais são seus compromissos e com que qualidade. Se qualidade é uma das questões centrais da avaliação, torna-se necessário pensá-la também, como uma construção social, variável conforme os interesses dos grupos organizados, dentro e fora da universidade.

Nessa mesma perspectiva, já com um sentido mais específico, Belloni (2000) apresenta a seguinte definição: "entende-se avaliação como um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações com vistas a estimular seu aperfeiçoamento".

Ao explicitar o conceito, a autora destaca o sentido de cada um dos termos utilizados:

Processo Sistemático, portanto, envolve: definição clara do objeto a ser avaliado, suas características e particularidades, continuidade e coerência dos instrumentos e critérios com o objeto da avaliação.

Compreensão contextualizada: é o que se espera que a avaliação possa oferecer, de uma maneira que supere a mera comparação entre resultados e metas, ou ainda o estabelecimento de *rankings* e pode, ainda, tomar em consideração elementos de três períodos distintos: antes, durante ou após a implementação.

Devem-se considerar todas as *dimensões e implicações* do objeto avaliado e estar atento às conseqüências sociais, econômicas e políticas das ações examinadas.

Estimular o aperfeiçoamento, essa é a finalidade da avaliação, que deve apresentar elementos para orientar o processo de tomada de decisão que irá afetar todos os envolvidos, portanto, necessitará de grande envolvimento dos sujeitos do processo avaliativo.

Ana Maria Saul apresenta uma proposta de *avaliação emancipatória* como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal dessa avaliação é o de fazer com que as pessoas, direta ou

indiretamente envolvidas em uma ação educacional, escrevam a "sua própria história" e gerem as suas próprias alternativas de ação. (apud BELLONI, 2000, p. 18).

Importante notar a existência de múltiplos enfoques teóricos e metodológicos da avaliação institucional, em especial aqueles de cunho operacional, voltados para a descrição do processo avaliativo, diferente dos que buscam as finalidades da avaliação (finalísticos), fazendo um questionamento radical da própria avaliação.

1.2 Contextualização: a Universidade.

Nesta parte do trabalho estar-se-á fazendo uma breve contextualização do papel político-social-cultural da Universidade. Num primeiro momento o foco será a universidade em seu sentido universal. E num segundo momento, estar-se-á discutindo a identidade da universidade comunitária que, dentro do contexto da idéia de universidade em geral, demonstra certas especificidades e características que a distinguem de todos os outros modelos existentes de universidade. Isso se faz necessário, dado que a presente investigação se realiza dentro do contexto de uma dessas universidades, a Uniso. Assim sendo, começa-se por uma pergunta fundamental: o que é a Universidade?

Questão aparentemente simples, apresenta inúmeras possibilidades de respostas, revelando diferentes posicionamentos filosóficos, políticos e ideológicos. Se perguntarmos quais são as finalidades da universidade, as respostas serão ainda mais contraditórias. Segundo Luiz Eduardo Wanderley em: O que é Universidade? (1983), podem-se identificar quatro visões distintas a respeito do tema, a seguir apresentadas.

Uma resposta seria que ela deve atender às exigências estabelecidas pela ordem social vigente, através da criação e divulgação do saber, desenvolvendo a ciência, formando profissionais de nível superior e articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, de acordo com a política educacional do país.

Outra apresenta a universidade como superestrutura no modo de produção capitalista: ela legitimaria as condições de desigualdade social e seria um dos aparelhos ideológicos privilegiados para garantir as funções de inculcação política e ideológica dos grupos e classes dominantes. Uma vertente dessa concepção considera possível, através das contradições existentes no capitalismo, inserir a luta universitária no conjunto das lutas sociais e a universidade passar a desenvolver uma ação revolucionária.

Uma terceira resposta, seria a dos que consideram a educação como mola propulsora da mudança social. A universidade deteria um poder advindo das informações e conhecimentos que possui e dos quais os sistemas necessitam para reproduzir-se. Aliado a isso, o movimento estudantil, por ser menos comprometido com o sistema, teria maior autonomia para lutar por uma transformação social.

Finalmente existe uma quarta visão: a daqueles que defendem a idéia de que "a escola está morta" e de que a universidade deve ser totalmente reformulada ou extinta.

A partir das várias concepções apontadas, o autor apresenta a sua síntese:

> A universidade é um lugar – mas não só ela – privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura, dentro da Sociedade Civil, mantendo vínculos com a Sociedade Política e a base econômica. Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidade, garantindo o pluralismo de idéias e a liberdade de pensamento. Em alguns países cumpre papel destacado na formulação da política científica e tecnológica, na crítica das teorias que informam o desenvolvimento e no fornecimento de subsídios para a sua implementação e execução. Em todas as sociedades, mas principalmente nas dependentes, cabe-lhe exercer tarefas urgentes de compromisso social. (WANDERLEY, 1983, p.11).

Pode-se constatar que as posições variam da inutilidade total à de única instituição capaz de solucionar todos os problemas tecnológicos, políticos e sociais do nosso tempo, passando pelo grande questionamento de quanto a universidade pode ser mera peça no processo de manutenção da ordem vigente até os alcances e limites de seu papel transformador, em direção a uma sociedade mais igualitária, justa e democrática.

A partir de sua origem, na Europa do século XII, sob a proteção da Igreja romana, a universidade passou por várias transformações. Entre elas as ocorridas no século XV, com o Renascimento, este resultante das transformações comerciais do capitalismo, incorporando o humanismo artístico e literário, as do século XVII, marcado por descobertas científicas em várias áreas do saber, culminando, no século XVIII, com o Iluminismo valorizando a razão e institucionalizando a ciência.

Com a Modernidade, o conhecimento científico passou a ser considerado o motor do desenvolvimento humano e símbolo de seu progresso. A Ciência foi gradativamente produzindo um conhecimento capaz de interferir no mundo e transformá-lo. A universidade

foi assumindo a função de produzir um conhecimento que tivesse aplicações práticas (Goergen,1998). É indiscutível que a capacidade de produzir conhecimentos é um dos fatores determinantes da distribuição do poder econômico mundial. A universidade, sendo uma das instituições produtoras desse conhecimento, passa a ser alvo de grandes disputas sociais. Ao mesmo tempo, foi conquistando sua legitimidade, através

> [...] da conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade européia tornou-se inseparável das idéias de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber [...] (CHAUÍ, 2001).

No Brasil, a universidade, como definição de uma instituição que trabalha o conhecimento de forma global e integrada, surge apenas na década de 20 do século passado, tardiamente em relação aos demais países latino-americanos.

Antes da sua criação, a nossa experiência histórica se restringe a alguns cursos superiores isolados, implantados por Dom João VI na sua passagem pelo Brasil. Eram todas escolas técnicas, vindas da tradição francesa, voltadas exclusivamente ao atendimento da necessidade da corte recém transportada para o Brasil. E por isso mesmo não serviam de base para a criação da idéia de Universidade no Brasil. Ao contrário, em um certo sentido até atrapalharam, na medida em que as primeiras idéias de Universidade surgiram como simples reunião de Institutos de Ensino Superior isolados.

Só com o advento da USP, em São Paulo, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras funcionando como uma espécie de elo de ligação entre todas as áreas do conhecimento, e o da Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira, infelizmente de curta duração, o país passou a viver o modelo de Universidade contemporânea, como instituição capaz de produzir, divulgar e integrar o conhecimento das diversas áreas do saber.

Diante de mudanças ocorridas na economia mundial, a educação brasileira passa a desempenhar novas funções. As guerras mundiais, entremeadas pela crise da bolsa de valores de Nova Iorque, impõem novas condições para o modelo agro-exportador da economia brasileira: inicia-se o que se convencionou chamar de processo de industrialização via substituição de importações. Nessa fase do capitalismo, não há mais interesse em se exportar

só mercadorias, o objetivo passa a ser encontrar condições vantajosas para a aplicação do capital e a venda de tecnologia.

A classe dominante precisa educar seus filhos para saberem liderar, administrar e comandar essa sociedade que se torna cada vez mais complexa. As universidades surgem inicialmente para atender a essa finalidade, no entanto, o próprio processo de industrialização faz surgir as camadas médias urbanas, que passam a reivindicar o acesso ao ensino superior, tendo nos diplomas um mecanismo de ascensão social almejada.

O ensino superior pós 1968 vai adquirindo características distintas, diante da ampliação da rede particular e do aumento do número de alunos, deixando de ser um centro de produção de conhecimento (que, na verdade, ensaiava seus primeiros passos há apenas poucas décadas) para ser o mero reprodutor e preparador de uma mão-de-obra mais especializada. Essa passagem não ocorre sem forte oposição dos setores mais comprometidos com o ideal de democracia e igualdade social, presentes na história da universidade brasileira. Torna-se um campo de disputa e debates que perduram até nossos dias.

Para Marilena Chauí (1999), seriam três etapas sucessivas de mudança social que teriam ocorrido, decorrentes das novas formas do capital, acarretando mudanças no perfil e finalidades da universidade. A primeira, ela chama de Universidade Funcional, dos anos 70, correspondente ao período do "milagre econômico", que teria sido o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à classe média despojada de poder, e sua base de sustentação. Adaptando-se às exigências do mercado, coube à universidade garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho. A segunda, a Universidade de Resultados, dos anos 80, que teria duas características novas em relação ao período anterior: a expansão do ensino superior privado e a parceria das universidades públicas com as empresas privadas; seus resultados seriam medidos pelo emprego e pela utilidade imediata das pesquisas. Por fim, a Universidade Operacional, dos anos 90, que teria características distintas das anteriores, na medida em que seu caráter de organização social e não mais de instituição, com normas próprias, estaria se submetendo aos parâmetros e critérios alheios ao seu universo.

> Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual .... a universidade operacional opera e por isso mesmo não age.(CHAUÍ,1999, p. 220-221).

É nessa fase da Universidade Operacional, de escassez de recursos no ensino público, de disputa de mercado no ensino privado e de valorização de informações quantificáveis, que a avaliação institucional passa a ter um papel fundamental. A expectativa é de que, através dela, possa-se orientar planejamentos estratégicos que sigam o modelo de administração das empresas privadas, reduzindo custos, otimizando recursos, atraindo "clientes", enfim, enquadrando a universidade na lógica do mercado.

1.2.1 Desafios da Universidade na atualidade.

Para compreendermos melhor o contexto atual da avaliação institucional, buscaremos compreender quais são os desafios que a universidade enfrenta na atualidade e, em especial, os relacionados às suas finalidades sociais, indagando por que a avaliação passa a representar um importante instrumento para a superação dos mesmos.

Espera-se que a universidade produza indivíduos capazes de ingressar no mercado de trabalho e de reproduzir valores sociais que garantam a manutenção do *status quo*. Nesse sentido, aplica-se à educação toda uma terminologia reveladora do pensamento neoliberal e globalizado da atividade econômica dominante: competências, qualidade total, sucesso individual, avaliação por resultados são alguns exemplos. Ainda dentro dessa lógica, começam as contradições: a tecnologia avança, o capital especulativo do sistema financeiro internacional circula de maneira a criar instabilidade constante, os empregos desaparecem, a exclusão social adquire proporções insustentáveis e a escola forma uma mão-de-obra cada vez mais especializada, versátil e desempregada. Ao problema estrutural do desemprego, sugere-se como solução a responsabilização individualizada. Como uma resposta ideológica, surge, então, o perfil desejado do novo profissional: criativo, dinâmico e empreendedor, que, se não conseguir um emprego, é por não estar adequadamente preparado pela universidade ou por incompetência pessoal.

Ao mesmo tempo, essa idéia recebe de alguns setores da universidade, firme oposição. Acredita-se que a escola deva colaborar na formação de seres humanos críticos, capazes de analisar, questionar e criar novas formas de organização e consciência social. Cidadãos críticos, capazes de idealizar e construir o novo diante da premência de garantir a

sobrevivência, em suas múltiplas e complexas teias de comprometimentos sociais e ideológicos.

Espera-se que a universidade, além dessa dupla e contraditória tarefa de formação profissional e consciência crítica, produza um conhecimento útil: capaz de gerar tecnologia, resolver problemas sociais e responder pelo progresso do país. Esse caráter pragmático da produção do conhecimento na universidade pode ser encontrado na política educacional, ao incentivar a busca de agentes financiadores para a pesquisa, ao realizar a avaliação por resultados e ao propagar a ideologia das competências - o saber fazer.

Tantas são as exigências que ... "Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não simples reformas parcelares." (SANTOS, 2001, p.187).

O autor afirma que a universidade possui, ao longo de sua história, um caráter de resistência às mudanças, sendo essa, na atualidade, uma de suas maiores dificuldades. A partir da década de sessenta, diante de novas pressões sociais, houve uma explosão de novas funções, e isso correspondeu a uma explosão da própria universidade, representada pelo aumento da população estudantil e do corpo docente, pela proliferação das universidades e pela expansão do ensino e da investigação universitária a novas áreas do saber. Se, anteriormente cabia à universidade a investigação livre e desinteressada e a unidade do saber, hoje seus fins principais, o ensino, a pesquisa e a extensão criam funções muitas vezes contraditórias. Como solucionar as disputas existentes a respeito da destinação de recursos para pesquisas e para o ensino? As pesquisas mais vinculadas aos interesses da comunidade serão ou não priorizadas em relação às voltadas aos interesses do mercado? No ensino, como dosar a formação geral e a profissional? Em que medida a universidade terá a capacidade de atenuar as diferenças sociais? Ao contrário, estará contribuindo para o seu agravamento?

Na década de 90, com a contínua ampliação do ensino superior na rede particular, a educação passa a ter seu caráter de mercadoria evidenciado. A teoria do capital humano parece que se instala definitivamente na política educacional do país. Gasto em Educação, para a população, continua sendo sinônimo de investimento e promessa de ascensão social. Para os empresários, o ensino passa a representar uma aplicação do capital com lucratividade garantida. Uma mercadoria, com grandes campanhas publicitárias, que tem uma demanda crescente. Ao Estado caberia a função de regulamentar e fiscalizar o ensino superior da rede particular. O ensino público superior conta com cada vez menor participação percentual no total de alunos universitários do país, atendendo às recomendações dos organismos financeiros

internacionais, de que os países endividados deveriam concentrar seus investimentos no ensino fundamental.

Portanto, é necessário compreender a universidade como uma construção social e histórica, que tem funções educativas formais e sistemáticas, assumindo a sua pluralidade – uma rede de significações históricas e contraditórias que refletem forças sociais e ideológicas distintas. (Dias Sobrinho,1995). A universidade é palco de disputas pela hegemonia do discurso, das interpretações e da comunicação, tanto na esfera institucional (hierarquia administrativa) como na arena científica (escalas de prestígio e de autoridade acadêmica).

Se, por um lado, as universidades não se confundem com as meras exigências do mercado de trabalho, por outro não podem ignorá-las. Em defesa da necessária autonomia, não podem deixar de ter seu enraizamento no "mundo da vida".

São muitas e contraditórias as expectativas e exigências que a sociedade impõe para a universidade, o que indica uma crise institucional:

- A universidade não atende plenamente às exigências de produção do conhecimento que a sociedade reclama, deixa de ter a exclusividade de produção do saber e é acusada de morosidade e resistência às mudanças que a sociedade da era da informação exige;
- A necessidade de hierarquização e organização se contrapõe ao anseio por democratização da comunidade acadêmica. Como garantir participação efetiva de todos os membros da comunidade acadêmica, como ampliar o ingresso das classes sociais ainda excluídas, melhorando a qualidade do ensino, tendo ainda estruturas arcaicas e autoritárias?;
- A autonomia da universidade se vê ameaçada pela cobrança de produtividade social: espera-se que ela apresente respostas tanto no âmbito tecnológico quanto na esfera social, colabore no aumento da produtividade das empresas, na capacitação de profissionais, aponte soluções para o problema da fome, da violência, enfim que o conhecimento produzido seja útil.

Todas essas questões trazem para dentro da universidade a discussão: em que medida o Ensino deve equilibrar a formação geral e humanista com a formação profissional? O modelo organizativo das empresas pondo fim à autonomia didático-científica da universidade não teria como resultado o agravamento e a consolidação das diferenças sociais?

Apresenta-se tal discussão por entender-se que, sem uma definição do sentido de universidade, é impossível discutir-se as bases metodológicas para a sua avaliação e, em decorrência, a avaliação dos professores pelos discentes. Assim, considera-se importante aprofundar-se um pouco mais a problematicidade da universidade, no intuito de contextualizar melhor a questão da avaliação.

Santos indica a existência de uma tripla crise da universidade. A primeira e a mais significativa, porque dela decorrem as demais, seria uma crise de hegemonia.

> Há uma crise de hegemonia sempre que uma dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e exclusiva. A Universidade sofre uma crise de hegemonia na medida em que a sua incapacidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias leva os grupos sociais mais atingidos pelo seu défice funcional ou o Estado em nome deles a procurar meios alternativos de atingir seus objetivos. (2001, p.190).

A crise de hegemonia se revelaria nas seguintes dicotomias: alta cultura –cultura popular; educação – trabalho e teoria – prática. Essas dicotomias sugerem algumas questões: como relacionar o saber acadêmico com o saber popular, como atender às exigências do mercado de trabalho e garantir as condições de produção do conhecimento e ainda: qual a relevância social do saber construído e transmitido na universidade?

A segunda crise, resultante da contradição entre hierarquização e democratização, manifesta-se como crise de legitimidade.

> Há uma crise de legitimidade sempre que uma dada condição social deixa de ser consensualmente aceita. A universidade sofre uma crise de legitimidade na medida em que se torna socialmente visível a falência dos objetivos coletivamente assumidos. (2001, p. 211).

A legitimidade seria decorrente da verdadeira democratização do ensino superior, tanto do acesso quanto da possibilidade de, pelo domínio do saber, aumentar as reais oportunidades de ascensão social.

Com o avanço das lutas pelos direitos econômicos e sociais e com novas exigências do desenvolvimento tecnológico, o acesso à Universidade passou a ser ampliado. As aspirações das novas camadas sociais forçaram a ampliação do número de vagas no ensino superior e consolidaram o ideal de sua democratização. Paradoxalmente, essa ampliação não contribuiu significativamente para a diminuição das desigualdades sociais, surgindo categorias de universidades distintas, atendendo a públicos diferenciados. A crise de legitimidade se

evidencia nas várias discussões acadêmicas a respeito de quanto deve o Estado ou a própria universidade garantir o acesso dos grupos sociais desprivilegiados ao ensino superior público.

Finalmente, a terceira seria uma crise institucional, resultante da contradição entre autonomia institucional e produtividade social.

> Há uma crise institucional sempre que uma dada condição social estável e auto-sustentada deixa de poder garantir os pressupostos que asseguram a sua reprodução. A universidade sofre uma crise institucional na medida em que a sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos vigentes noutras instituições tidas por mais eficientes. (2001, p. 214-215).

A crise do Estado-Providência ou dito de outra forma, a hegemonia da Política Neoliberal, tem como conseqüência a deterioração progressiva das políticas sociais com cortes nos orçamentos públicos destinados às universidades públicas. Esse fato tem gerado a necessidade de seu financiamento privado e, ao mesmo tempo, o crescimento das universidades privadas, muitas vezes com subsídios do poder público.

Como resultado dessas questões relativas ao financiamento temos a introdução do tema *produtividade* na vida institucional das universidades, com critérios estranhos à especificidade de seus *produtos*. A crise institucional se traduz, portanto, numa crise de autonomia.

A crise de autonomia, acima mencionada, afeta diretamente a definição do papel social do professor universitário, o que sugere algumas questões a serem refletidas e debatidas. Qual é o papel do docente nesse processo de transformação e crise das universidades? O que as instituições esperam de sua atuação, o que os alunos consideram ser o bom professor e como o professor se sente, quando é avaliado institucionalmente? O docente considera a avaliação mais um mecanismo de controle de sua atividade acadêmica ou um instrumento que permite a construção de uma prática que contribua para a melhoria da qualidade de ensino?

É, portanto, nesse contexto, marcado pelo espírito de gerencialismo e produtividade na gestão das universidades que surgem as avaliações de desempenho universitário. Uma delas interessa ao presente trabalho investigar: é a avaliação dos docentes, feita a partir da opinião dos alunos

Seja como for, mesmo vivendo essa tríplice crise em sua relação com a sociedade, as Universidades continuam a ser a instituição legitimada socialmente para a função de formação profissional e técnica.

Tal legitimação, por sua vez, pode ser observada no valor legal que é atribuído aos diplomas e títulos emitidos pelas universidades, a única instituição reconhecida e autorizada para realizar esse tipo de credencialismo na sociedade. Martins aponta algumas características do credencialismo.

> a) crescente utilização das credenciais escolares como critério de habilitação para o exercício de diferentes profissões e empregos [...];
>
> b) o credencialismo tem raízes nos processos de reprodução das desigualdades sociais e cumpre um papel ideológico de legitimação destes processos[...];
>
> c) tem como um traço marcante a contínua elaboração dos requisitos educativos formais para acesso aos e empregos e ocupações[...]; os requerimentos de escolarização para os empregos constituem mais um mecanismo de seleção do que uma necessidade determinada[...]; o fenômeno credencialista também deriva sua dinâmica da super divisão de trabalho e da multiplicação das especializações ocupacionais ... a superestimação dos diplomas aumenta a demanda global por cursos e carreiras [...] e esta contínua realimentação resulta no que poderia denominar-se de espiral inflacionária credencialista. (apud. DIAS SOBRINHO, 1995, p. 4-5).

Essas relações entre trabalho e educação e entre formação profissional e escola estão subjacentes à elevação dos processos avaliativos à condição de um dos instrumentos mais importantes das instituições em geral e das universidades, em particular. Mais à frente do trabalho serão discutidas melhor, pois não são tão simples de serem analisadas, como em épocas anteriores, quando as relações de produção encontravam-se sob domínio do taylorismo –fordismo.

A partir dos anos 80, no entanto, com a crise do taylorismo-fordismo, presencia-se, em decorrência das profundas mudanças técnicas ocorridas na produção, a demanda por um novo perfil na formação do trabalhador. É a partir desse momento que se começa a formar, segundo Celso Ferretti:

> [....] um novo perfil para o trabalhador (agora supostamente autônomo, criativo, responsável portador de alto poder de abstração e de resolução de problemas) pareceriam aproximar, finalmente, segundo muitos educadores, os interesses da produção daquelas condições necessárias ao pleno desenvolvimento humano. (FERRETTI, 2003, p.162).

O autor destaca que, apesar dessa aproximação ser, ainda hoje, objeto de várias pesquisas, estudos e debates, parece não haver dúvida de que a formação do profissional, com esse novo perfil, decorre muito mais do atendimento das necessidades das empresas em relação à mão de obra do que da preocupação com a formação de sujeitos autônomos e críticos.

Agrega-se, ainda, ao impacto trazido pelas mudanças no sistema capitalista de produção ocorridas, principalmente, a partir do ano de 1980, a grave crise de desemprego.

Trata-se de uma crise nova na sua configuração, tanto em termos de extensão quantitativa quanto em qualidade, que exercerá influência decisiva na mudança das relações sociais entre os campos da produção e da educação.

Assim, em face dos elevados índices de desemprego existentes, a supervalorização da escolaridade para a qualificação profissional desempenha importantes funções sociais. Para as empresas, possibilita exigir maior nível de escolaridade para a admissão dos candidatos aos empregos e manutenção destes, tendo, dessa forma, uma mão de obra mais bem preparada para reconhecer e assimilar mudanças organizacionais e tecnológicas. O maior nível de escolaridade dos trabalhadores pode, também, garantir certificações para as empresas adquirirem maior credibilidade no mercado da era da globalização.

O caráter redentor da educação serve, também, do ponto vista ideológico, para responsabilizar os indivíduos pelos problemas sociais, eximindo de responsabilidade as políticas públicas e as empresas.

Resta à escola, de um modo geral, e à universidade, de um modo particular, conviver com funções contraditórias: formar cidadãos autônomos e críticos e formar o profissional que as empresas exigem.

Se os alunos vêm em busca de diplomas, se o mercado espera profissionais competentes, se o Estado irá exercer o papel de avaliador e, ainda, se historicamente foi se construindo a idéia de que a Universidade deva ser o espaço do debate, da reflexão, da produção e comunicação do conhecimento socialmente relevante, como conciliar tantas contradições? Dias Sobrinho indica que é necessário superar o maniqueísmo com a aceitação da pluralidade e da diversidade. Ampliar e aceitar as incertezas, o que exige o desenvolvimento da *razão aberta*, no sentido que Edgar Morin atribui ao termo, ou seja, atenta à multiplicidade e aos movimentos .

> O cotidiano da Universidade se produz na dialética de guardar o passado e construir o novo, de reunir e ampliar, de consolidar e criticar. É trabalho de solidão e de esforço singular, mas é sobretudo socialização e construção plural. (DIAS SOBRINHO, 1994, p.96).

O autor citado indica, ainda, o papel central do docente e de sua formação nos processos educativos, através da Pedagogia da Integração, que contribuiria para a superação da dicotomia Formação Geral versus Formação Específica, entendida como relação e não polarização. Essa pedagogia pressupõe um fortalecimento das relações entre professores e

alunos compromissados com a defesa da autonomia universitária e, ao mesmo tempo, atendendo às exigências da sociedade.

Com a perspectiva desse contexto mais amplo, com os desafios acima assinalados para todas as universidades brasileiras, é que se analisa, no presente trabalho, a Universidade de Sorocaba (Uniso), reconhecida pelo MEC em 1995. Suas contradições adquirem contornos especiais, na medida em que, sendo parte da rede particular, não é considerada uma instituição privada, *stricto sensu*, dado o seu perfil de universidade comunitária, o que será objeto de estudo no capítulo dois, onde se apresenta a instituição e seu processo de avaliação.

1.2.2 Avaliação da Universidade e o pensamento neoliberal.

Diante da complexidade do tema e das posições controversas que a avaliação institucional da universidade gera, considera-se oportuno apresentar as bases ideológicas que deram, inicialmente, sustentação à sua implementação.

Pode-se constatar que a Universidade, sendo uma instituição social destinada a realizar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, através de suas esferas didático-pedagógicas, administrativas e político-ideológicas, reflete interesses e conflitos da sociedade mais ampla da qual faz parte. Não será com um pensamento disjuntivo e redutor que compreender-se-á o sentido da Avaliação Institucional da Universidade, como surgiu, a que finalidades atende, como vem sendo realizada, em que condições e a partir de quais critérios e como estes foram estabelecidos. Será necessário entendê-la com uma abordagem que reconheça a sua complexidade.

> Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido inter-dependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. (MORIN, 2000, p.14).

Reconhecer a complexidade, significa, ainda segundo Morin, contar com a ocorrência do aleatório, do imprevisível, resistir à tentação do pensamento linear, mecanicista que desconsidera o caráter contraditório e complementar da existência humana.

Quando se entra no universo avaliativo, que inclui juízos, julgamentos, valores e critérios que surgem como consensos após debates, disputas ou mesmo como imposições arbitrárias, corre-se o risco de cair num maniqueísmo simplificador. Compreender, mais do

que explicar, significa levar em consideração os objetivos e propósitos dos atores sociais, os significados e os sentidos, a intencionalidade de suas ações situadas historicamente e, portanto, mutáveis.

Para se visualizar o pano de fundo e compreender a teia ideológica em que se sustenta a lógica da necessidade da avaliação institucional das universidades, se faz necessário um breve histórico do pensamento neoliberal.

Após a Segunda Guerra Mundial, a política econômica do New Deal visava atender às exigências de reconstrução econômica, com forte intervenção do Estado nas áreas sociais (com suporte teórico de Keynnes), o que deu origem ao Estado do Bem Estar. A economia desse período apresentava três características: - o fordismo na produção, com grandes unidades produtivas, planejamento e gerenciamento "científico", controle de mercado e preços; a inclusão crescente dos indivíduos no mercado de trabalho e monopólios e oligopólios, que, embora multinacionais, tinham o Estado Nacional como referência reguladora. Dessa forma, o Estado responsabilizava-se pela acumulação e reprodução do capital, via subsídios, como o da força de trabalho através de salários indiretos.

Esse modelo entra em crise a partir da década de 70, tendo, como a ponta do iceberg, a dívida pública, encobrindo a incapacidade do capital financiar as próprias possibilidades tecnológicas, que haviam se agigantado no período anterior. Os indicadores da crise eram as baixas taxas de crescimento econômico, as altas taxas de inflação e um processo de dívida pública crescente.

Um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, que desde 1947 tecia severas críticas ao Estado do Bem Estar, dentre eles Hayek, Friedman e Popper, desenvolveu um projeto político em defesa do livre mercado, dando origem ao neoliberalismo. Esse projeto seria usado na análise da crise e as propostas apresentadas seriam gradativamente implementadas no mundo capitalista. Como causas da crise, o grupo apresentava o poder excessivo dos sindicatos, que teriam pressionado por aumento dos encargos sociais do Estado, destruindo os níveis de lucratividade das empresas e desencadeando a inflação. As soluções apresentadas seriam:

> 1. um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2. um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3. um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o

> capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4. um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização. (CHAUÍ, 1999, p. 212).

O modelo foi se tornando hegemônico e sendo implantado, experimentalmente no Chile e na Inglaterra, expandindo-se para a maioria dos países capitalistas. Os resultados foram a redução da inflação sem o crescimento econômico esperado por seus mentores, uma vez que a especulação financeira sobrepujou o interesse da aplicação de capitais na produção e o monetarismo superou a indústria. Esta perdeu sua capacidade de investimento e viu crescer sua dependência do fundo público. Assim, longe de ser uma ausência do Estado na economia, o neoliberalismo significou, apenas, mais uma possibilidade de acumulação e reprodução do capital. Portanto, a luta democrática das classes populares significa, hoje, a luta pela gestão do fundo público.

No panorama internacional, presencia-se o debate do "mercado livre" versus "protecionismo", em que os argumentos apresentados servem sempre para proteger interesses nacionais dos países ricos, embora, com o discurso da globalização, se pretenda passar a idéia de um mundo único.

> Grande parte da economia se internacionalizou, enquanto os instrumentos de controle social permanecem nacionais. O resultado é, por exemplo, que ninguém controla os cerca de 1 trilhão de dólares que circulam diariamente no espaço financeiro mundial. Como tampouco existe qualquer estrutura organizada de poder capaz de organizar uma compensação efetiva pelos cerca de 500 bilhões de dólares que são transferidos anualmente dos paises pobres para os paises ricos. (DOWBOR, 1995).

Nos países pobres, onde se concentram os dois terços da população mundial que não tem acesso às condições mínimas da sobrevivência, as perspectivas, em termos planetários, só podem ser trágicas.

> Neste ambiente de perda de governabilidade prosperam as megaestruturas do nosso fim de século, as grandes empresas transnacionais, inicialmente concentradas no setor produtivo, hoje dominando igualmente os eixos dinâmicos dos serviços e das finanças. Cerca de 500 a 600 empresas controlam um quarto da produção mundial, dominam as áreas tecnologicamente dinâmicas, e modelam o mundo segundo as exigências da competição. ....o capitalismo "*lean and mean*", impelido pelas próprias regras de eficiência, deixa pouco espaço para refletir sobre valores. (DOWBOR,1995).

Com a economia internacionalizada e sem instrumentos de controle que possam fazer frente aos interesses dessas grandes empresas transnacionais, com o avanço tecnológico

extraordinário, com a velocidade das transformações e com a diminuição das distâncias, o modelo neoliberal tem agravado as desigualdades, acentuando as contradições, não respondendo aos desafios do mundo atual. Citando o historiador inglês Eric Hobsbawn, num artigo da Folha de S. Paulo de 1° de janeiro de 1.999, "um dos riscos atuais é que o capitalismo tenha perdido seu sentimento de medo. Aceitam-se níveis de desigualdade antes não tolerados."

Nessa nova ordem econômica tudo passa a ser produtividade. A concorrência desenfreada dos produtos exige um permanente processo de avaliação e reavaliação das condições existentes na produção. É no contexto, portanto, da economia e, especialmente, do mercado e da competição capitalista que surge a avaliação. Se, a avaliação em educação teve no Brasil, durante os anos 70, um período de grande prestígio, por motivos outros, há na atualidade uma retomada e intensificação de sua importância. A partir da década de 90, a educação foi incorporando, cada vez mais, junto com todos os mecanismos da economia de mercado, a avaliação que, a partir daquele momento, passou a se constituir em parâmetro de eficiência e reconhecimento de qualidade do ensino superior.

Surge, nesse contexto, a necessidade de colocar-se a questão ética, a ser debatida no espaço público. A lógica do mercado e do lucro não pode ser a balizadora da ação humana. O útil e o inútil não podem ser sinônimos de bem e mal, principalmente quando utilidade refere-se à sustentação e manutenção de um sistema econômico irracional, injusto e descontrolado.

Tudo isso marca o processo de avaliação da universidade. Ou ela se apresenta a partir da questão ética, ou se apresenta do ponto de vista da lógica do mercado e do lucro.

Nesse mundo de mudanças, verificam-se profundas transformações nas formas de governo, com a redução do Estado e a interferência de condicionantes internacionais que ditam normas de comportamento e de ação, não só para as nações do mundo inteiro, mas também, privadamente, para todos os indivíduos. Entre essas mudanças, a educação deixa de ser considerada pelo Estado um direito dos cidadãos e a Universidade passa a ser mera prestadora de serviços, passível de avaliação em moldes empresariais.

Pelo exposto, a avaliação institucional corresponde à necessidade de adequação aos novos princípios da política neoliberal: mercado, eficiência, qualidade, produtividade, resultados. Essa avaliação terá, portanto, como princípio norteador, a relação entre produção e custos, deixando de considerar a especificidade do trabalho acadêmico e científico da Universidade.

Por outro lado, revitaliza-se o espaço do debate, com novos fóruns de reflexão sobre o caráter das mudanças sociais e sobre a função da Universidade. Diante delas, cria-se a oportunidade de *avaliar* a avaliação institucional.

1.3 Breve histórico da avaliação institucional das universidades no Brasil

Cabe nesta parte do trabalho um breve histórico da avaliação institucional das universidades no Brasil. Para isto, o texto de Francisco Gonçalves Filho: " Enfoques avaliativos em Revista: concepções de avaliação institucional em questão", servirá como orientação inicial.

Em 1977 inicia-se o processo de avaliações da pós-graduação brasileira pela CAPES. Em 1983, o MEC institui o PARU (Programa de Avaliação da Reforma Universitária) e, dando continuidade, em 1986 institui o GERES (Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior). Em 1989, o MEC promove em Brasília o Seminário "Institucional Evaluation in Higher Education"; com apoio da British Council. De 1987 a 1991, algumas universidades começam a organizar suas próprias avaliações (UNB, UFPR, USP, UNICAMP).

Em 1992, o MEC promove a vinda ao Brasil da British Council Mission, para realização de seminários sobre avaliação institucional.

Em 1991, no relatório apresentado pelo Banco Mundial ao governo brasileiro, há, entre outras recomendações, a proposição de que o Conselho Federal de Educação deveria tornar-se uma agência de efetivo controle do crescimento do ensino universitário visando criar normas que aumentassem a responsabilidade das Instituições Federais de Ensino Superior.

Quando, no governo Collor, José Goldemberg foi nomeado Ministro da Educação, (08/91 a 08/92) a comunidade universitária ficou apreensiva diante do modelo de avaliação presente em seu projeto de autonomia das universidades. Isto se deveu ao episódio da publicação, na grande imprensa, de uma lista de professores improdutivos da USP, pelo ministro, quando ocupava o cargo de reitor. Além dos erros contidos nessa lista, podia-se perceber a desconsideração da diversidade existente na dinâmica da produção acadêmica, indicando qual modelo de avaliação seria implantado pelo MEC (o mesmo indicado pelo Banco Mundial : o da eficiência, dos resultados, da produtividade, etc).

Com o *impeachment* do Presidente Collor e a nomeação de Murilio Hingel (10/92 a 01/95) para Ministro da Educação, ocorre um abrandamento das tensões entre a comunidade universitária e o ministério.

Desde o final da década de 80, a avaliação institucional vinha sendo iniciada em várias universidades brasileiras e, de uma forma mais completa, na Universidade de Campinas e na Universidade de Brasília. Com base nessas experiências, em 1993, o Fórum de Pró-Reitores de Graduação - FORGRAD apresentou à Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, uma proposta de avaliação da graduação, que se contrapunha àquela que vinha sendo desenvolvida no governo anterior, sob a inspiração das recomendações do Banco Mundial.

Essa proposta foi apresentada aos vários segmentos do ensino superior brasileiro e ao MEC, a partir do que foi constituída a Comissão Nacional de Avaliação. Nela estavam representados: a Secretaria do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura - a SESu / MEC, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais, a Associação Nacional de Universidades Particulares, a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, o Fórum dos Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Planejamento, além de uma equipe assessora.

Em dezembro de 1993, o PAIUB é instituído oficialmente, através de um documento publicado pela Coordenadoria Geral de Análise e Avaliação Institucional, da SESu. O MEC contava, em seus quadros, com muitos professores oriundos do movimento docente, que apoiavam a proposta, o que colaborou para se estabelecer uma relação de confiança com o grupo idealizador. Dessa forma, o MEC passou a exercer o papel de articulador, viabilizador e, por fim, financiador do programa. "Conforme sublinha Leite (1997), o PAIUB foi uma iniciativa das Universidades Brasileiras, que resolveram se antecipar ao Estado na formulação de procedimentos de avaliação institucional." (PALHARINI, 2003. p. 40).

Alguns princípios deveriam estar norteando a avaliação das universidades, segundo esse Programa (PAIUB). Eram eles :

Globalidade: a avaliação deve apresentar uma visão global da Universidade e os indicadores parciais não devem ser absolutizados.

Comparabilidade de dados: para tanto é necessário que haja uniformidade básica de metodologia, indicadores e definição de conceitos.

Respeito à identidade institucional: a garantia do respeito às diferenças.

Não premiação ou punição: avaliar para afirmar valores que tenham uma função educativa. As punições, quando necessárias, devem ocorrer por outros meios institucionais. Há a necessidade de se desenvolver uma nova cultura de avaliação, que não tenha um caráter classificatório, o que implica numa mudança de mentalidade.

Adesão voluntária: uma nova cultura de Avaliação só poderá ser criada, se for coletivamente construída, com ampla participação de seus membros, tanto nos procedimentos como na utilização dos resultados.

Legitimidade Política: que se consegue a partir do convencimento e não da imposição,da adesão e envolvimento no processo. E ***Legitimidade Técnica***: informações fidedignas num espaço de tempo capaz de serem absorvidas pela comunidade universitária (risco do quantitativismo, utilitarismo e imediatismo).

Continuidade: reavaliações constantes, que permitam o êxito do programa.

O PAIUB buscava a flexibilidade e uma linguagem comum, que pudesse se contrapor a avaliações simplistas e propagandísticas, com dados falsos e incompletos que pudessem denegrir a universidade pública brasileira.

Em uma direção oposta ao que o PAIUB vinha preconizando, em 1995, o MEC implanta, por Medida Provisória, o ENC – Exame Nacional de Curso e, em 10 de outubro de 1996, edita o Decreto 2.026, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação para os cursos de graduação do país.

Em 2003, sob novo governo, foi editada nova medida provisória, alterando o sistema de avaliação das universidades, que ainda está em processo de regulamentação.

> A perspectiva do governo Lula oferece sinais contraditórios. Ao mesmo tempo em que foi estabelecida uma Comissão Especial para estudar a reformulação do sistema de avaliação da educação superior, há alguns sinais de continuidade [...] (SILVA JR; CATANI; GILIOLI, 2003, p.23).

1.4 Avaliação: construindo o campo e a crítica

Antes de qualquer posicionamento, a respeito da avaliação das universidades, de um modo geral, e em especial, da Uniso, que é o objeto do presente estudo, é importante que se

proceda a um mapeamento geral das posições teórico – metodológicas, presentes em nosso meio acadêmico e científico acerca da avaliação institucional.

Para isto serão utilizados os resultados do seminário que deu origem ao livro mencionado anteriormente (AVALIAÇÃO construindo o campo e a crítica) em busca de um diálogo entre as diferentes formas de entendimento da avaliação, num clima pluralista e amplo. O que nos servirá para mapear, reconhecer e buscar compreender seus múltiplos enfoques, considerados em seu conjunto, mesmo reconhecendo seus possíveis pontos de divergências.

Serão apresentadas a seguir, as três abordagens iniciais, representadas por três artigos distribuídos antecipadamente aos participantes do seminário e que orientaram a escolha das temáticas a serem debatidas.

No primeiro artigo, com o título: "Campo e caminhos da Avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil", José Dias Sobrinho apresenta a avaliação sob um enfoque epistemológico, ético e político. É pluri-referencial, complexa e palco de disputas ideológicas, políticas e éticas, uma vez que "Toda avaliação produz mudanças. Desejadas pelos seus promotores, nem sempre os efeitos são bem recebidos por todos os concernidos." (p.13). Não pode, nunca, ser neutra, pois será sempre um palco de disputa pela hegemonia dos sentidos e da própria linguagem.

Com base no conceito de campo de Bourdieu, "um conjunto de espaços estruturados de posições cujas propriedades dependem das posições nesses espaços" (1983, p.89), mostra o quanto o campo da Avaliação é marcado pela conquista da hegemonia, que inclui várias frentes: a linguagem, a semântica, a técnica, os instrumentos que indicam os caminhos e consolidam seus significados.

Discute ainda o histórico da construção do campo da avaliação, indicando quatro etapas: Psicometria, Edumetria, Bibliometria e Econometria. Evidentemente, a avaliação ligada a escolhas e seleção social é um fenômeno muito antigo, mas é do final do século XIX até por volta de 1930, que ela teve como características a padronização dos testes e mensurações do desempenho dos indivíduos. Nesse período, a avaliação confundia-se com a noção de medidas, sua área de estudo era a Psicometria.

Com as mudanças econômicas, políticas e sociais da década de 30 do século passado, o foco da avaliação foi mudado do indivíduo para os programas educacionais, servindo para medir o cumprimento dos objetivos estabelecidos. O campo da avaliação começava a se

expandir, iniciava-se a fase da Edumetria (estudo quantitativo das variáveis relativas à aprendizagem individual ou coletiva – Dicionário de Landsheere -1992, p.99). Foi nesse período, em 1934, que surgiu, pela primeira vez, a expressão "avaliação educacional", usada por Tyler. Continuava-se concebendo a medição como o único método cientificamente válido para a avaliação.

Paralelamente a esse processo, que visava verificar a adequação dos programas e currículos educacionais às exigências sociais e econômicas e quanto seus objetivos estavam sendo atingidos, iniciou-se uma fase de avaliação tendo em vista os produtos. Foi a Bibliometria, que teve sua base teórica em Robert Merton, em 1940, com o estabelecimento dos estudos relativos ao impacto social da produção cientifica. Consistia em avaliar os cientistas e as instituições a partir da quantificação de trabalhos publicados.

A partir de 1965, o campo da avaliação foi se transformando, tornando-se mais complexo, profissionalizando-se e se situando no centro do poder. A inserção dos métodos de investigação qualitativos forçou a revisão de pressupostos e condições de realização, participação e negociação, que passaram a ser princípios básicos da avaliação. A convivência entre os quantitativistas e qualitativistas gerou conflitos, que não estão plenamente superados ainda hoje, pois vinculam-se "a uma questão filosófica e política que diz respeito à finalidade da avaliação e é subsidiária de uma concepção de mundo." (2002, p. 25).

Se a avaliação no Estado do Bem Estar Social tinha por objetivo identificar problemas sociais, estabelecer programas de ação e verificar resultados, no Estado Neoliberal passa a significar aplicação de recursos escassos com melhor aproveitamento possível. Assim, a avaliação se transforma em "uma tecnologia de vigilância e controle sobre os rendimentos das escolas e dos professores" (ELIOT, 1992, p.56), uma ferramenta para informar e legitimar as medidas impopulares que os governos tiveram que tomar e que freqüentemente significam cortes de orçamento" (HOUSE, 1993, p.53), "uma estratégia estatal" que "forma parte da regulação, controle e governo do Estado (e) cumpre fins de polícia." (POPKEWITZ, 1992, p. 95-97).

Na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan, a avaliação tem seu caráter de responsabilização (*accountability*) e de controle evidenciado. Partia-se do pressuposto de que a educação seria a responsável pelo sucesso ou insucesso da administração pública, do desempenho econômico do país diante da concorrência internacional (Educação é tudo – da campanha publicitária institucional da Rede Globo, seria um exemplo local dessa ideologia), em resumo, tornava-se urgente fazer uso de avaliações que pudessem orientar as

ações públicas no sentido de tornar a Educação mais útil ao mercado, incorporando sua lógica de eficiência e produtividade. Seus critérios deixam de ter uma intencionalidade educativa e social, passando a apresentar, sob um véu de objetividade científica e inquestionável, um *ranking* de melhores e piores "produtos" para os "clientes".

Essa concepção de avaliação e de educação ganhou força quando os financiamentos e ajudas dos paises ricos aos paises pobres impuseram um modelo de ensino público na educação básica e privatização do ensino superior.

Para Dias Sobrinho, a avaliação passou a ocupar o centro das reformas políticas e ser um instrumento de poder e controle que se disseminou por toda a sociedade.

Se a avaliação é necessariamente conflituosa, só poderá se realizar se for tratada como uma questão pública, que permita a participação de todos os setores envolvidos e na qual se possam discutir as várias concepções de educação e de sociedade que estejam subjacentes aos modelos de avaliação em questão. A avaliação tanto pode ser um instrumento de aperfeiçoamento institucional, evidenciando seu caráter democrático e educacional, como um mecanismo de controle que se interessa apenas pelo produto. No centro desse debate, existe, evidentemente, uma concepção de Universidade e de Sociedade que necessita ser explicitada e assumida, tanto de um ponto de vista político como ético.

Pode-se constatar que a apresentação da Avaliação, através desse eixo epistemológico e político, traz um grau de complexidade que nos propõe inúmeros desafios, dentre eles, o da construção de relações democráticas e participativas nas universidades e do exercício do pensamento crítico, vencendo a forte tendência a buscar-se soluções rápidas e fáceis para a comunidade acadêmica.

Um segundo enfoque da Avaliação, apresentado no citado encontro de Campinas, tem seu representante mais expressivo no artigo de Heraldo Marelim Vianna, com o título Questões de Avaliação Educacional.

O texto apresenta algumas das experiências de avaliação educacional, realizadas no país por órgãos governamentais ou por outras instituições contratadas para esse fim, apontando para as deficiências teórico-metodológicas existentes e o reduzido efeito transformador que essas avaliações propiciaram.

Vianna inicia por discutir os propósitos a que serviriam a avaliação educacional: o que se quer com a avaliação e para que vai servir? Essa seria a grande pergunta que os especialistas da área deveriam fazer.

O autor destaca o papel dos professores nesse processo de avaliação educacional, com afirmações que precisam ser levadas em consideração: "A avaliação da eficiência de professores esbarra em interesses corporativistas e não faz parte da nossa tradição, que se limita a avaliar o aluno, mesmo assim de modo bastante precário ..." (2002, p.73). Considera que o problema reside, também, na falta de conhecimento dos resultados da avaliação pelos professores, para sua possível utilização.

Afirma que a ausência da área de conhecimento da avaliação, na formação dos professores, compromete negativamente os resultados das avaliações educacionais realizadas.

Vianna apresenta, ainda, as dificuldades que o processo enfrenta com relação a verbas, investimentos, definição dos objetivos, ressaltando a importância de se empreender esforços na formação de pessoas especializadas.

> A questão de avaliar aquilo que é importante não é de solução fácil e imediata, tendo em vista certas constatações: os instrumentos para a medida de processos complexos são difíceis de construir, exigem pesquisas e investimentos, o que até agora não tem sido feito.(2002, p.75).

A última citação apresenta um interesse especial para este trabalho, pois indica que dificilmente se consegue operacionalizar aspectos valorativos sem intensas pesquisas e investimentos.

Como definir operacionalmente a avaliação que tenha, por exemplo, por objetivo, verificar a capacidade de desenvolver um pensamento crítico, uma vez que se trata de um conceito vago e controverso? Portanto, a questão é: o instrumento criado para avaliar o desempenho do docente pelos alunos, na Uniso, por se referir a um processo complexo, difícil de construir, tem sido objeto de pesquisas e investimentos?

Pode-se notar que a abordagem desse especialista, longe de considerar a avaliação como uma questão meramente técnica, apresenta inúmeros desafios que a avaliação educacional precisa enfrentar.

Finalizando, o autor apresenta a questão da Formação do Avaliador, propondo um perfil idealizado do avaliador atuante que, além de ser cientista e pesquisador, possa, como o artista, levar à construção de novas realidades. Sugere, ainda, que a formação do avaliador deva ser iniciada com a produção do conhecimento dos aspectos quantitativos da avaliação para, só posteriormente, desenvolver os estudos qualitativos. Este teria sido o percurso da

Avaliação como área de conhecimento, em que as análises qualitativas contribuíram para esclarecer e ampliar as possibilidades dos estudos quantitativos, e não para substituí-los.

Como prognóstico para o campo da avaliação, indica a utilização cada vez maior de instrumentos de medida para a tomada de decisões administrativas, destacando que, em função disso, ela deverá ser uma área de pesquisas de grande repercussão social e educacional.

Através desse texto, compreende-se que a avaliação, como área de pesquisa, está em processo de construção e consolidação, com reconhecida importância e, ao mesmo tempo, com muitas dificuldades metodológicas a serem superadas.

Finalmente, o terceiro enfoque é apresentado através do artigo de Menga Lüdke, com o tema: Um olhar crítico sobre o campo da avaliação escolar.

Considera-a um campo repleto de contradições e conflitos que evolui de uma noção próxima da mera mensuração para uma visão mais ampla do fenômeno educacional que, ainda hoje, não possui uma definição consensual de seu papel junto às escolas, professores e alunos.

A indefinição de seu papel e a fraca relação entra teoria e prática têm produzido a falta de conhecimento dos instrumentos avaliativos em todos os níveis de ensino.

Na formação de professores há carência de formação nesse campo, o que tem dificultado a implantação de mudanças no sistema educacional.

A falta de pessoal preparado na área da mensuração tem deixado o campo da avaliação vulnerável a medidas de controle geral.

> Temos sido capazes de denunciar e de criticar o papel da avaliação e as praticas avaliativas vigentes em nosso sistema de ensino, mas não temos sido suficientemente eficientes na proposição de recursos alternativos que possam neutralizar os efeitos negativos, que tão bem denunciamos, e favorecer os efeitos positivos nos quais acreditamos. (LUDKE, 2002, p.95).

A partir desses três enfoques e dos debates que se seguiram no referido encontro de especialistas, identificaram-se alguns pontos de convergência e as possíveis divergências, ainda existentes.

1.4.1 Pontos de Convergência nos Debates

- A importância da Avaliação, na sociedade atual e em especial na área educacional, é inquestionável. Dada a complexidade dos fatores envolvidos, o número de agentes sociais, a necessidade de diretrizes gerais que visem, não apenas a identificação de problemas e a busca de soluções, mas também, a melhoria das condições existentes, a avaliação passa a representar um instrumento fundamental para a administração pública e privada;
- A necessidade de formação de pessoal especializado na área é também consensual;
- A questão da mensuração é percebida com graus de importância distintos. Todos a consideram parte integrante do processo avaliativo e, portanto, fundamental na formação dos especialistas. Para alguns, por considerarem-na imprescindível à avaliação. Para outros, por considerarem que, sem o conhecimento da linguagem específica da mensuração, não haveria possibilidade de qualquer questionamento dos sistemas de avaliação impostos pelas instituições públicas ou privadas;
- Para que o processo de avaliação educacional possa trazer resultados efetivos é necessário que essa área de estudo seja melhor atendida na formação dos professores;
- O reconhecimento da diversidade de enfoques, objetivos e utilização das avaliações educacionais pressupõe a existência de amplo diálogo entre todos os envolvidos;
- Na construção dos instrumentos de avaliação, deve-se reconhecer os limites do que pode e do que não pode ser avaliado;
- A análise dos resultados da avaliação é sempre passível de muitas e distintas interpretações.

1.4.2 Pontos de divergências:

- Enfoque quantitativo versus qualitativo

> Dado que não pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência, e vice-versa), toda contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contra-senso.
>
> [...] Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto "corpóreo" do real, não significa que se pretenda esquecer a "qualidade", mas ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável. (GRAMSCI, 1986, p.50).

Se para Gramsci, o nexo quantidade-qualidade é inseparável, para alguns autores, especialmente para alguns participantes do referido seminário realizado na UNICAMP, esse nexo não é tão claro assim. Como exemplo da divergência de pontos de vista em relação a essa problemática, foram reproduzidas no texto duas intervenções feitas nesse seminário que, embora longas, são bastante expressivas dessa divergência.

:

> Nós trabalhamos então, basicamente com duas epistemologias. [...] Elas se cruzam, uma contém elementos da outra. Falo em termos de ênfase ou primazia. Em um eixo nós teríamos uma epistemologia objetivista, quantitativista, produtivista, tecnicista e que trabalha com a idéia da neutralidade, de precisão, da não interferência do avaliador, do pesquisador. Um eixo positivista, do ponto de vista epistemológico. Já do ponto de vista ético, ele vai valorizar os interesses individuais, ou seja, o individualismo, egocentrismo, a eficiência individual, a produtividade individual e de grupos competitivos. Em resumo, é uma perspectiva objetivista do ponto de vista epistemológico e subjetivista do ponto de vista ético.
>
> Numa outra perspectiva que ganha força a partir dos anos 60, esta relação se inverte. Entra em cena a chamada perspectiva naturalista de avaliação, com um enfoque epistemológico subjetivista. Do ponto de vista epistemológico, esta perspectiva trabalha mais com a metodologia qualitativa, em que pode haver a interferência do avaliador na realidade que busca compreender e/ ou transformar, assumindo como valor a participação, a negociação, o debate público, envolvendo-se todos os implicados como sujeitos, e não como objetos. Se, é subjetivista do ponto de vista epistemológico, é objetivista do ponto de vista ético, no sentido de que se volta ao social, ao público, aos interesses coletivos, da participação, da

> solidariedade, da cooperação, etc. (Provão e PAIUB, como exemplos respectivos). (DIAS SOBRINHO, p. 110).

Contrapondo-se e criticando essa abordagem, tem-se a fala de outro participante:

> Medir é uma necessidade imposta pela sociedade moderna. É impossível viver hoje sem uma síntese, freqüentemente oferecida pela mensuração da quantidade de interesse. O cidadão tem o direito de conhecer as estruturas públicas, de acompanhar o seu desempenho. Isso exige sínteses numéricas. [...] Creio que, se alguém domina um conhecimento diferente do meu, os dois podemos ser éticos. Acho exagerado, incorreto mesmo, colocar no ato de medir uma postura ética. Afinal, pode-se usar uma abordagem qualitativa e não ser ético. [...] Diria até que as corporações detestam transparência. Por isso atacam tanto as medidas simples que as expõem [...] Quero medir, quero avaliar, mas medir e avaliar para produzir uma sociedade melhor, para produzir mais felicidade, que por sinal, não é mensurável. (SOARES, p.111 -112).
>
> O discurso do não medir serve a quem? E agora vou pintar o meu quadro com cores fortes: ele serve à corporação, que quer se olhar. A função da universidade é instrumentalizar a cidadania para olhar de forma construtiva as estruturas públicas. Como cidadão, quero aprender de polícia para saber cobrar da polícia; quero entender de parques públicos para poder cobrar do Ibama; quero entender de saúde para saber como um hospital deve funcionar. Esse é o desafio de ser cidadão neste momento complexo. Os dados gerados têm de ter essa finalidade, caso contrário, quantitativos ou qualitativos, são ociosos e desnecessários. (SOARES, p.175).

Como se pode notar, o diálogo ainda apresenta perspectivas e posicionamentos muito distintos e com grandes dificuldades a serem superadas. A intervenção de Dilvo I. Ristoff aponta para a necessidade de reconhecer a multiplicidade de origens, definições e enfoques.

> Quando li os três textos aqui apresentados eu pensei a mesma coisa sobre a avaliação – uma história de muitas origens, todas de certa forma verdadeiras e todas com alguma ficção. Praticamente cada um que conta a história da avaliação, conta uma história diferente [...] de fato, as múltiplas histórias acabam acontecendo pelas múltiplas experiências que as produzem. (p.120).

- Mecanismo de controle e poder *versus* Formas de participação e de melhoria do ensino.

No transcorrer dos debates fica subjacente uma questão de natureza política, que é o quanto a avaliação em si mesma é apenas uma área de conhecimento e pesquisa que procura

revelar uma determinada realidade, apresentar caminhos de superação dos obstáculos, enfim, o quanto existe de neutralidade política em todo o processo avaliativo. Por outro lado, essa suposta neutralidade é apontada como uma das estratégias mais eficientes de manipulação e exercício de um poder autoritário.

> Não dá para transportar a realidade do objeto avaliado para os processos ou produtos da avaliação. Isto significa que, queiramos ou não, temos que ser de alguma forma seletivos [....] Então, definir o objeto é necessário, mas também precisamos definir que aspectos do objeto devemos necessariamente considerar [...] Gosto de usar a imagem do espelho e da lâmpada: os dados são o espelho, refletem, mas a lâmpada ilumina, cria enfoque, produz significados, nos faz ver aspectos que normalmente se perdem no conjunto das informações que aparecem. [...] Não se pode avaliar o sabor da maçã a partir do sabor das flores da macieira. (RISTOFF, p.189 -190).

Ao mostrar a dificuldade que os textos apresentam, por se tratar sempre de construções teóricas sobre a realidade e nunca ela própria, Ristoff analisa a questão da qualidade e dos critérios usados para julgar o mérito e o valor de um objeto de avaliação. A qualidade pode ser definida apenas a partir de objetivos, mesmo sem qualquer questionamento a respeito dos valores sociais que os estabelecem. Pode também ser estabelecida a partir dos interesses e necessidades dos que solicitam uma avaliação. Pode, ainda, ser apresentada em comparação à "qualidade de objetos alternativos", ou seja, tendo outra instituição como parâmetro.

Dias Sobrinho, ao comentar o Provão, afirma que "a avaliação aí produzida tende a ser um instrumento que vai reforçar a perspectiva política e axiológica do Estado avaliador neo-conservador." (2002, p.198). Segue afirmando que as universidades, mesmo bem intencionadas no sentido educacional e social, acabam tendo que se submeter às exigências do mercado, no tocante à qualificação profissional de seus alunos. Com isso, a eficiência, produtividade, competitividade passam a ser as características com maior preço. A avaliação deve mostrar para a população, vista agora como cliente ou consumidor, as universidades melhores e piores, segundo o critério de adequação ao *status quo*. Portanto, qualidade de ensino está diretamente ligada à noção de conformidade com a estrutura social existente, sem qualquer possibilidade de exercício da crítica social e política.

Soares, mesmo ressaltando a importância da formação integral dos alunos, para além do meramente cognitivo, considera que o Provão tem contribuído para a melhoria da qualidade do ensino superior. " [...] certas universidades privadas estariam fazendo pior do que

estão fazendo. Elas não têm nenhum interesse no coletivo. [...] Estariam preocupadas em ganhar mais dinheiro, com menor biblioteca, com menos professores". (2002, p.199-200).

Ristoff, na mesma linha de pensamento de Dias Sobrinho, mostra como um instrumento de avaliação, como o Provão, pode distorcer a natureza de seu objeto, impondo um modelo de universidade que contraria princípios e valores construídos ao longo de toda uma história. As universidades não podem ser confundidas com as empresas, não podem ser avaliadas a partir da mera eficiência ou de uma relação mecânica entre recursos e resultados. Desprezar-se-ia, assim, tudo que se construiu ao longo da história, a respeito do alcance transformador da educação superior.

> [...] As Universidades que nós imaginamos capazes de pensar o futuro do país, de pensar a soberania nacional, de ter um compromisso com o avanço da arte e da ciência, com a melhoria das condições de vida, capazes de colocar a sociedade diante de novas alternativas de vida baseadas em educação superior. (2002, p.201-202).

A avaliação pode estar definindo o que se considera "qualidade" de ensino e o tipo de Universidade que se quer construir.

Souza considera que não se pode falar em "qualidade" abstratamente. "Qualidade é definida a partir de um referencial de mundo, de homem, de sociedade, portanto, seria muita pretensão chegar a um consenso sobre o que é qualidade [...] temos, sim, que nos relacionar com as informações e elas não são neutras [...] os números não o são, o que se busca levantar não tem neutralidade, pois tem subjacente uma determinada visão de qualidade de educação e mesmo de avaliação." (2002, p.203-204).

1.4.3 Conclusões

A principal conclusão do exposto é a impossibilidade de um entendimento homogêneo a respeito de Avaliação Educacional. O diálogo é um caminho para que a avaliação se constitua, cada vez mais, em um campo de conhecimento capaz de propor respostas a alguns dos problemas da educação brasileira. Questões teóricas, metodológicas, políticas e éticas deverão ser enfrentadas para resolver problemas de operacionalização. O "como" fazer avaliação educacional continua sendo a grande dificuldade de todos os que, direta ou indiretamente, estão envolvidos.

O professor como centro desse processo - como avaliador de seus alunos e de forma mais enfática, sendo avaliado pelos alunos, pela instituição em que trabalha, pelos órgãos governamentais– será o próximo tema a ser analisado.

1.5 A Avaliação do Professor.

> [...] Costuma-se avaliar o professor, o individuo professor.As perguntas são aquelas pontuais, se ele é assíduo, pontual, se discute o programa com os estudantes, se tem bom relacionamento, etc., coisas mais aparentes e superficiais. Entretanto, não se faz a pergunta fundamental: qual o papel que o professor ou a professora está realizando em termos da formação, entendida esta em termos da filosofia educativa da escola. Fazendo um outro tipo de raciocínio, creio que mais importante que avaliar o indivíduo professor seria avaliar a *docência.* Acho que deveríamos avaliar as grandes estruturas – a docência, a pesquisa, a extensão – e como isso está relacionado (pensando mais em termos da Universidade, mas isso pode ser transferido para qualquer nível de escola) como todo esse conjunto de meios estaria conectado com os fins, que é formação. Ou qual a adequação disto tudo com a missão e a filosofia da escola. (DIAS SOBRINHO, 2002, p.169).

Com essa citação, o presente trabalho aproxima-se do seu ponto central, e nota-se o quanto a avaliação dos professores, longe de ser tema simples e consensual, pode ser, como em tudo o que se refere à avaliação, objeto de controvérsias.

Em primeiro lugar, percebe-se que avaliar o professor em relação à formação,de acordo com a missão de uma instituição, é algo que não costuma ser considerado nos processos avaliativos existentes. Avaliar competências e habilidades é muito distinto do que avaliar conhecimentos, atitudes e valores, se é que estes possam, de fato, ser avaliados com os instrumentos criados a partir exclusivamente da visão matematizante e quantitativa existente.

Um segundo aspecto refere-se à finalidade da avaliação dos professores: um mecanismo de controle institucional ou de melhoria da qualidade de ensino?

Em terceiro lugar, o foco da avaliação dos professores centra-se no desempenho individual ou considera-se o trabalho de um colegiado?

E, por último, debate-se a respeito da interpretação e utilização dos resultados da avaliação pelos próprios professores. Quando estes se recusam a atribuir importância aos resultados, a instituição pode alegar corporativismo dos professores, falta de conhecimento técnico para interpretar resultados, resistência à mudança e comodismo. Os professores, por sua vez, argumentam que a desconsideração dos resultados ocorre por descrédito na validade

dos instrumentos ou pela ausência de uma cultura de avaliação institucional que seja democrática e participativa, em que eles sejam tidos como sujeitos do processo avaliativo e não meros objetos de investigação.

Questões de natureza psicológica, a respeito de dificuldades relacionadas aos sentimentos que surgem, ligados ao fato do docente ser avaliado, seriam de grande interesse e pertinência para a compreensão do tema; no entanto, não foi objeto do presente texto.

1.5.1 A pesquisa bibliográfica.

Na pesquisa bibliográfica realizada, se a questão da avaliação apresenta vastíssima bibliografia, o mesmo não ocorre em relação à avaliação dos professores pelos alunos nas universidades, apesar do tema mostrar-se presente em algumas instâncias de debates.

Na Internet, por exemplo, encontra-se imenso material, passível de análises distintas. A Associação dos Docentes da Universidade de Brasília disponibiliza em seu site (www.adunb.org.br) doze artigos de professores, nos quais pode-se observar uma profunda divergência de opiniões a respeito do tema. Nenhum articulista se posiciona contrário à avaliação dos professores pelos alunos; no entanto, enquanto para alguns o processo realizado atende às finalidades de aperfeiçoamento institucional, outros questionam e se manifestam contrários a vários aspectos: procedimentos, finalidades, níveis de participação e, em especial, à utilização dos resultados para fins de promoção na carreira funcional dos professores, fazendo da avaliação institucional um mecanismo de premiação ou castigo.

Ainda na Internet, encontram-se sites de inúmeros institutos de educação superior, tanto da rede pública como da particular (Pontifícia Universidade Católica do Rio, Pontifícia Universidade Católica de Santos, Universidade Federal da Bahia, Universidade Castelo Branco), apresentando a avaliação dos professores pelos alunos como sinônimo de qualidade de ensino. Alguns realizam esse processo, por meio eletrônico.

Algumas universidades de Portugal (Universidade Católica de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Minho) disponibilizam vários artigos referentes ao tema, contemplando aspectos operacionais do processo de avaliação.

Mesmo sendo escassos os estudos acadêmicos na universidade brasileira, em termos de teses, dissertações ou livros sobre o tema, há, como se viu, possibilidades de estudos divulgados na Internet.

Na área dos estudos acadêmicos mais alentados, a pesquisa identificou a ocorrência de apenas um trabalho sobre a temática. Foi o trabalho de doutorado: Avaliação do professor universitário pelo aluno: possibilidades e limitações, de MOREIRA (1986), em que o autor apresenta algumas contribuições ao debate.

Apesar da data de sua elaboração ter sido há quase vinte anos atrás, algumas das suas contribuições ainda continuam bastante atuais, em especial, quando afirma que "uma grande parte (dos professores), talvez a maioria, encara a avaliação com visível mal-estar ou, no melhor dos casos, com superior indiferença. Alega-se a impossibilidade de justiça ou a ausência de utilidade". (MOREIRA.1986, p.16).

Moreira aponta para a especificidade da Avaliação de Professores pelos alunos, em relação às demais avaliações de desempenho profissional, afirmando que o professor tem autoridade técnica e até certo ponto pessoal sobre os alunos, o que gera uma inversão no processo avaliativo, em que o superior é avaliado pelos subordinados.

Esta parece ser uma questão controvertida. Parte-se de uma concepção de educação em que, embora a relação professor-aluno seja assimétrica, fica difícil caracterizá-la como superior-subordinado, uma vez que o objetivo de uma educação transformadora visa sempre à passagem da heteronomia para a autonomia do aluno, em que o comprometimento e a competência profissional devam ser os substitutos da relação de mando e obediência.

O autor alerta para os vieses que ocorrem nesse processo de julgamento do aluno. Considera-se que o aluno é capaz de julgar; no entanto, as possíveis distorções são difíceis de ser identificadas.

Um desses vieses implícitos na avaliação do professor é considerá-lo como o grande responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno. A razão disso seria que, em muitos casos, a avaliação centra-se no professor e não no processo ensino-aprendizagem.

A seguir, o autor apresenta a importância de serem definidos os paradigmas que servirão para orientar o processo de avaliação. Reconhecendo que a realidade é sempre mais ampla do que a pesquisa pode apreender, alerta para o fato de que, nem sempre, os paradigmas são explicitados por aqueles que conduzem o processo de avaliação dos professores.

Para o autor, no processo ensino-aprendizagem, deve-se levar em consideração quatro elementos que atuam de forma inter-relacionada: o professor, o aluno, o conteúdo e as variáveis ambientais. Há a crença entre os avaliadores de que o bom professor "leciona qualquer coisa, para quaisquer alunos, em quaisquer circunstâncias".

Para determinar melhor esse seu questionamento, apresenta as inter-relações entre quatro elementos, que determinariam a ação do professor, a ser avaliada:

O aluno – aponta para a grande influência que a origem socioeconômica exercerá na formação das dimensões cognitiva e intelectual do aluno, assim como no grau de interesse e responsabilidade.

O conteúdo – pode estar além ou aquém do que os alunos trazem como pré-requisito, o que forçaria o professor, diante da insuficiência de conhecimentos anteriores, "a mutilar o conteúdo ou a reprovar o aluno"

As variáveis da escola – chama de "clima ambiental" o sistema de crenças dos dirigentes da instituição, ao qual devem adaptar-se os professores para serem bem avaliados. Simpatia pessoal ou popularidade pode ser mais valorizada do que a competência profissional.

O professor – apresenta duas dimensões de sua atuação: a do relacionamento e a cognitiva, que devem ser estudadas conjuntamente. Destaca a importância do relacionamento, em especial na fase inicial do processo ensino-aprendizagem, quando ocorre um estudo recíproco entre professor e alunos.

Em seguida, apresenta alguns fatores que poderiam distorcer os resultados das avaliações dos alunos, segundo a opinião dos professores:

A influência da nota do aluno – muitos professores consideram que a avaliação do aluno irá depender da nota ou avaliação que ele recebeu do professor.

Segundo Moreira, acredita-se que o aluno, conscientemente ou não, utilize a avaliação como uma resposta a um estado interno de satisfação ou insatisfação com seu aproveitamento formal. Ele faria do professor um agente co-responsável por esse estado, dando-lhe "notas" semelhantes àquelas que obteve.O autor cita alguns estudos que indicam que esse fator, embora interfira nos resultados, tem pouca significação estatística.

As influências da idade e do sexo do aluno, do tamanho da classe, do esforço despendido pelo aluno, da importância dada ao curso pelo aluno, seriam variáveis a serem consideradas como passíveis de distorcerem os resultados.

O autor considera que não existem pesquisas suficientes para se avaliar a verdadeira influência desses fatores, nos resultados.

Um ponto a destacar é o que Moreira define como: influência das teorias implícitas dos estudantes, ou seja, a maioria dos estudos demonstra que os alunos parecem ter idéias formadas a respeito da qualidade de ensino.Tais idéias podem ter se consolidado através de experiências prévias.

Diante dessa constatação uma pergunta emerge de imediato: até que ponto o desempenho do professor pode ser avaliado por um referencial interno aos alunos, já que as teorias implícitas dos estudantes podem representar um padrão distante daqueles aceitos pelos professores? Em outras palavras, qual é a concepção de educação, de professor e qualidade de ensino que os alunos trazem, e como o professor contribui para a construção de novos conceitos e valores?

Há pesquisas, segundo Moreira, que indicam que certos alunos desejarão professores com alto grau de mérito cognitivo, enquanto outros procurarão mérito afetivo.

Outra alegação dos professores é de que os alunos não têm ainda a necessária perspectiva para julgar o professor - falta-lhes maturidade para compreender o que é um bom professor e para distinguir se um determinado modelo de ensino lhe será útil no futuro.

A seguir, destacam-se alguns comentários finais da referida tese.

Do ponto de vista metodológico, o tipo de instrumento utilizado na coleta de dados, na avaliação do professor pelo aluno, deve apresentar confiabilidade e validade. A dificuldade de construção de tal instrumento reside no fato de lidar com um grande número de variáveis independentes, portanto, nem sempre conseguindo garantir as qualidades acima enunciadas.

Restaria ainda a pergunta: qual seria a relação entre o que se considera desempenho profissional desejável a partir das avaliações e o treinamento para desenvolvê-lo? Em tese, o professor poderia alterar seu comportamento a partir dos resultados obtidos, por ter sido criada uma dissonância cognitiva, em que o autojulgamento positivo é discrepante do julgamento negativo dos estudantes. No entanto, essa mudança irá depender de outros fatores, ou seja, a vontade do professor em promover mudanças, a credibilidade que ele atribui ao julgamento efetuado e as oportunidades que a instituição oferece.

Finaliza-se este capítulo, citando Maria Isabel Cunha, autora de vários trabalhos a respeito da formação e atuação do professor universitário, que resume, em parte, a questão sobre a qual o presente trabalho busca respostas.

> Cabe então perguntar: o que é ser professor de sucesso para este parâmetro avaliativo? Que conhecimentos, habilidades, valores, compromissos se requer deste professor? Qual a sua principal tarefa para ser bem avaliado?Que lógica preside a sua formação? Que racionalidade está conformando o seu fazer? Como ele mesmo está construindo seu imaginário docente? (2001, p.12).

CAPÍTULO 2: A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNISO.

Quem sabe onde quer chegar,
Escolhe certo o caminho
E o jeito de caminhar.
(Thiago de Mello)

2.1 Procedimentos

Comentário inicial

Como se comentou anteriormente, o pertencimento à instituição que se tem por objeto de estudo se constitui em um fato que, ao mesmo tempo facilita e dificulta a realização da pesquisa. Por um lado, têm-se as facilidades encontradas na obtenção das fontes de informações, a disponibilidade dos documentos existentes, a rapidez nas respostas a todas as solicitações efetuadas nas várias instâncias administrativas requisitadas, e por outro lado, há o desafio da objetividade pretendida no trabalho.

Para enfrentar esse desafio, inicia-se apresentando a distinção entre objetividade e neutralidade do trabalho científico. Se a objetividade é condição necessária ao rigor, inclusive para identificar preconceitos, interesses e valores que permeiam a investigação científica supostamente desprovida deles, a neutralidade nega essa condição da crítica. Não há conhecimento desinteressado, há sempre uma finalidade em sua produção, que se acredita ser a de melhorar as condições de vida existentes. (SANTOS apud CUNHA, 2001. p. 13).

Com esse vínculo estreito e de longa duração com a instituição, o trabalho traz um interesse e uma finalidade: o refletir criticamente a própria realidade, com um conhecimento que seja emancipador, que nos garanta a condição de sujeitos desse processo, considerando que as ações e as subjetividades são tanto produtos como produtores dos processos sociais.

Assim sendo, este capítulo apresenta a avaliação dos professores pelos alunos da Uniso, do ponto de vista da instituição, através de seus documentos e da fala dos atores sociais, direta ou indiretamente responsáveis por sua realização.

Inicia-se com breve histórico da Universidade de Sorocaba,caracterizada como universidade comunitária; a seguir, situa-se a avaliação institucional na estrutura organizacional e indaga-se o sentido da mesma, junto aos órgãos de gestão da universidade.

O procedimento metodológico usado é a análise qualitativa de conteúdo, em que a estratégia de análise e interpretação será o emparelhamento.

> Essa estratégia supõe a presença de uma teoria sobre a qual o pesquisador apóia-se para imaginar um modelo do fenômeno ou da situação em estudo. Cumpre-lhe em seguida verificar se há verdadeiramente correspondência entre essa construção teórica e a situação observável, comparar seu modelo lógico ao que aparece nos conteúdos, objeto de sua análise. (LAVILLE, C.; DIONNE, J., 1999, p.227).

Serão considerados, para efeito da análise da avaliação dos professores na Uniso, alguns dos princípios defendidos no PAIUB, ou seja: a globalidade; a não premiação ou punição; a adesão voluntária; a legitimidade política e legitimidade técnica, verificando assim até que ponto eles orientam a ação da CPAI. Estas serão, portanto, as categorias privilegiadas como parâmetros da referida análise.

Tais princípios estão implícitos tanto no conceito de avaliação de Isaura Belloni - como um processo sistemático de análise que tem permitido compreender, de forma contextualizada, todas as dimensões e implicações do objeto avaliado, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento – como no conceito de avaliação emancipatória de Ana Maria Saul, situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo que as pessoas, direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a "sua própria história" e gerem as suas próprias alternativas de ação.

Ainda, será usada como referência a pesquisa realizada em universidades federais do sul e sudeste do país, por Palharani (2001), sobre as dificuldades e o empenho de alguns professores na implementação do processo avaliativo segundo os princípios do PAIUB.

2.2 Fontes dos dados da pesquisa.

Os documentos da universidade pesquisados, inicialmente, foram: o Estatuto, o Regimento Interno e os Relatórios Anuais (de 1995 a 2003), publicados pela Reitoria e disponíveis na Biblioteca.

Na CPAI, teve-se acesso à documentação existente, seus primeiros relatórios, os vários questionários utilizados na avaliação do desempenho docente e os relatórios mais recentes encaminhados aos professores. Dos Relatórios Anuais de 1995 a 2003 (ANEXO A),

selecionaram-se as sínteses de suas realizações anuais. Ao analisar o primeiro relatório, produzido na fase do reconhecimento da Universidade, sentiu-se a necessidade de encontrar a ligação entre os dois fatos: criação da CPAI e reconhecimento da Universidade. Reuniram-se todas as atas das visitas da Comissão de Acompanhamento (ANEXO B), designada pelo Conselho Federal de Educação, visando à transformação das faculdades mantidas pela Fundação Dom Aguirre em Universidade de Sorocaba, e selecionaram-se aquelas que se referiam à necessidade da existência da avaliação institucional.[1]

Foram, ainda, utilizadas informações obtidas junto a representantes oficiais de setores administrativos que, no decorrer da pesquisa, se tornaram necessárias. O objetivo foi investigar quais as relações que se estabelecem entre a CPAI e o Planejamento de Desenvolvimento Institucional – PDI; a Comissão do Plano de Carreira Docente – CPCD e a Pró-Reitoria Administrativa. Esta, por estar implantando um sistema de gestão acadêmica e financeira informatizado (Lyceum),[2] o que se acreditava influir na operacionalização das ações da comissão de avaliação.

2.3 Apresentação da Universidade de Sorocaba – Uniso

Como cada universidade forma uma organização absolutamente distinta, com características e especificidades próprias, história e finalidades diversas, resolveu-se, nesta parte do trabalho, traçar um breve perfil da Universidade de Sorocaba, tendo em vista que é nela que está centrada a investigação sobre o objeto de estudo: a avaliação do professor pelos alunos.

Localiza-se na cidade de Sorocaba, que se situa no sudoeste do Estado de São Paulo, a 92 km da capital. A cidade é pólo regional de desenvolvimento, contando com mais de 500 mil habitantes e está entre as 10 maiores cidades do Estado de São Paulo.

Criada oficialmente em 15 de setembro de 1994, através do reconhecimento do Ministério da Educação e Cultura, pela Portaria Ministerial de n. 1364, tem sua origem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, que iniciou suas atividades em 1954.

---

[1] As atas mencionadas foram disponibilizadas pela Reitoria.

[2] LYCEUM é um sistema para a gestão acadêmica e financeira de instituições de ensino superior. .Foi adquirido em abril de 2003 e entrou em funcionamento em outubro do mesmo ano. O módulo de avaliação permite a criação, gerenciamento, resposta e análise de QUESTIONÁRIOS e ENQUETES, que podem compreender aspectos sobre elementos da instituição.

Conta, atualmente, com uma população universitária de mais de 9000 pessoas, sendo 330 docentes, que oferecem 21 Cursos/Habilitações de Graduação, 17 cursos de Pós-Graduação *lato sensu e* 1 curso de Pós-Graduação "stricto sensu", Em relação à titulação dos docentes, tem-se, em porcentagens: 15% de Doutores, 46% de Mestres, 23% de Especialistas e 16% de Graduados.

Considera-se importante destacar a relevância dada à missão da universidade. Em quase todos os documentos examinados nesta pesquisa, assim como na maior parte dos trabalhos publicados por Vannucchi[3], um autor que tem se mostrado persistente na discussão sobre a identidade comunitária da Uniso, percebe-se a referência bastante emblemática à **missão** da Universidade.

Segundo seu Estatuto, a missão da Uniso é:

> **"Ser uma Universidade que, através da integração de ensino, pesquisa e extensão, produza conhecimentos e forme profissionais, em Sorocaba e Região, para serem agentes de mudanças sociais, à luz de princípios cristãos".**

Nos trabalhos publicados por Vannucchi também se percebe o mesmo papel central atribuído à realização da missão da universidade, que serve, segundo o autor, não só para definir e orientar o seu existir, como também todas as suas outras funções, inclusive a sua política de avaliação institucional.

> Conseqüentemente, a fidelidade à missão constitui o critério –chave de todo o processo de avaliação institucional de uma universidade comunitária. Aplicar sucessivos questionários sobre o aproveitamento de alunos, sobre o desempenho de funcionários, sobre o trabalho docente, ou sobre a situação dos egressos, corporifica a clara e coerente intenção não de recolher dados e números para simples tratamento estatístico, mas sim de colher informações que permitam aferir como e quanto a universidade está, realmente, alinhada com sua missão. (VANNUCCHI, 2004, p.36).

Além de sua missão, a Uniso apresenta em seus Relatórios Anuais, a síntese dos princípios anunciados em seu Estatuto e em seu Regimento Interno. A partir desses princípios, são definidos seus valores primordiais, seus objetivos institucionais, suas linhas básicas de ação e os princípios pedagógicos adotados. Apresentam-se alguns desses tópicos, considerados importantes para a caracterização formal da instituição.

---

[3] . Aldo Vannucchi é Reitor da Universidade de Sorocaba (1995 -), atual Presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – Abruc. Autor de, entre outras publicações: Universidade comunitária: o que é e como funciona. e A universidade comunitária O que é, como se faz.

São considerados valores primordiais para a Uniso:

- a pessoa humana,
- os princípios cristãos,
- o pluralismo ideológico,
- a vivência comunitária,
- a idoneidade moral,
- a capacidade técnica.

Na declaração de seus valores, pode-se identificar a fundamentação filosófica e ética da Uniso: ela se propõe a ser uma universidade democrática, participativa e inspirada por princípios humanistas e cristãos. Os valores apontam para aspectos essenciais do seu agir histórico, refletem os parâmetros dentro dos quais se pretende produzir uma vida universitária. No entanto, cada um desses tópicos apresentados é passível de múltiplas e, em alguns casos, antagônicas interpretações. Portanto, será no diálogo, com todos os segmentos que formam a universidade e em sua prática cotidiana,que esses valores poderão ser consensualmente explicitados e, de fato, vivenciados.

A Uniso apresenta como objetivos institucionais:

- ministrar o Ensino Superior em nível de Graduação e Pós-Graduação;
- desenvolver a Pesquisa Científica;
- praticar a Extensão curricular e extracurricular, sob a forma de cursos, serviços, eventos, projetos e programas de ação comunitária, produção e publicação;
- formar profissionais e pesquisadores, nas diversas áreas de conhecimento;
- participar ativamente, com a comunidade local e regional, da identificação, estudo e solução dos problemas econômicos, sociais e culturais, estimulando a integração ampla e criativa entre seus docentes, alunos e a comunidade;
- possibilitar a expressão de diferentes linhas de pensamento;
- absorver experiências universitárias e divulgar as próprias, pelo intercâmbio com instituições e órgãos de ensino, pesquisa e extensão do País e do exterior;

- preservar e difundir os valores éticos básicos de uma visão humanista e cristã do mundo.

São suas linhas básicas de ação:

- desenvolver uma política eficiente de recursos humanos;
- perseguir a qualificação organizacional no funcionamento de todos os órgãos e setores;
- criar condições para o equilíbrio econômico-financeiro da Universidade;
- articular e desenvolver a integração de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- manter processo institucional de avaliação que garanta Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão qualificados;
- fortalecer sua identidade comunitária, pela interação da Universidade com a sociedade local e regional, sobretudo nos campos da Cultura, Educação, Saúde, Direitos Humanos, Trabalho e Renda, Tecnologia, Comunicação e Meio Ambiente;
- executar o plano de ampliação de sua infra-estrutura física, para desenvolvimento e aperfeiçoamento efetivo dos cursos atuais e a implantação de novos;
- explicitar, teórica e praticamente, seu projeto pedagógico, através de ampla discussão com todos os segmentos universitários e a comunidade.

Os princípios pedagógicos adotados são:

- Liberdade e autonomia do aluno, enquanto sujeito do seu processo educativo e co-responsável pela sua própria formação.
- Valorização do trabalho docente, considerados os professores como motor principal da Universidade.
- Melhoria sistemática da qualidade de Ensino.
- Compromisso institucional com o aprimoramento permanente das funções da Universidade e da vivência comunitária.

Se, na definição de propósitos, valores, objetivos e linhas de ação da Uniso, encontramos clareza e coerência com o caráter comunitário da universidade, em seu cotidiano, estas questões, no entanto, se apresentam mais como construção histórica almejada, contendo ambigüidades e problemas a serem enfrentados.

2.3.1 A identidade de uma universidade comunitária.

Mas, afinal, qual é a verdadeira identidade de uma universidade comunitária?

O artigo 20 da LDB, ao definir as instituições privadas de ensino, considera como comunitárias "as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade."

Das 156 Universidades do Brasil de hoje, pelo menos 36 se declaram comunitárias e filiadas a um segmento específico, a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, a Abruc, com sede em Brasília.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo segmento das comunitárias e seus estudiosos, é apresentar uma definição do que é uma universidade comunitária. Segundo Vannucchi, a partir da tradicional forma de pensar dicotômica entre o caráter público e o privado das IES, a universidade comunitária desafia essa lógica, ao apresentar as seguintes características:

1° - não é uma Universidade comum;

2° - é uma Universidade diferente da estatal e da empresarial;

3° - é uma Universidade da comunidade, ou seja, pertence à comunidade;

4°- é uma Universidade para a comunidade, ou seja, a sua missão somente se realiza na interação com a comunidade;

5° - é uma Universidade mantida por uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Por fim, propõe uma definição, com o objetivo de incentivar o debate:

> Universidade Comunitária é uma universidade instituída, mantida e supervisionada por uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, gerida por colegiados constituídos de representantes dos professores, alunos e funcionários e da sua entidade mantenedora, bem como da sociedade em geral. (VANNUCCHI, 2003, p.162).

Mariluce Bittar (1999), outra autora interessada nessa discussão acadêmica, apresenta, de outro ponto de vista, um estudo a respeito da formação do segmento das universidades comunitárias no Brasil; analisa seu contexto histórico e algumas características que considera importantes para essa investigação.

Segundo Bittar, em meio à expansão do processo de privatização do ensino superior do país, ocorrido a partir da década de 80, um conjunto de universidades particulares busca construir uma identidade que as diferencie do setor estritamente empresarial, por considerarem ter objetivos e interesses distintos. Apesar da heterogeneidade do grupo, quanto à sua origem, vinculação com uma determinada religião ou com uma comunidade local, ele se constitui como um grupo de pressão política na elaboração e aprovação da Constituição de 1988. Dessa pressão, resultou, segundo a autora, a aprovação do Artigo 213.

> Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:
>
> I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
>
> II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.
>
> § 1° - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.
>
> § 2° - As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Tendo existência legal, esse subconjunto de universidades particulares - as comunitárias - em 1994, cria a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – Abruc-, com o objetivo de congregar forças para objetivos comuns. Para isso, era necessário definir sua própria identidade.

Diante do crescimento das universidades empresariais, com menor compromisso com a pesquisa e melhor administração do ponto de vista comercial, as universidades comunitárias enfrentavam sérias dificuldades financeiras, Aliado a isso, as verbas governamentais para o ensino superior começavam a sofrer severos cortes. Tornava-se necessário criar um diferencial para aquelas IES que se consideravam como merecedoras de tratamento diferenciado por parte dos órgãos públicos, em especial, no tocante à destinação de verbas públicas.

Quais seriam esses diferenciais? De início, as universidades confessionais representavam a grande maioria do conjunto, com atuação no ensino superior de longa data, tendo sua existência vinculada mais à reprodução de sua visão de mundo e seus valores do que a interesses meramente econômicos. Em segundo lugar, apresentava-se a questão do compromisso com a qualidade do ensino e com a função social da universidade, no sentido de atender às "populações carentes".

Bittar, no entanto, questiona esses elementos como diferenciadores, mostrando que a questão da qualidade e do atendimento às "populações carentes" não são exclusividades das comunitárias, ao mesmo tempo em que reconhece a existência, dentro do grupo das comunitárias, de algumas que possuem forte tradição na prestação de serviços à população local e regional.

Vannucchi, por sua vez, acrescenta um novo posicionamento (2003, p.160). Para o autor, as universidades comunitárias se apresentam como uma alternativa ao binômio público-privado, sendo seu caráter público evidenciado pelos serviços que prestam, pelo fato de não terem o lucro como objetivo e de pertencerem e serem administradas por uma comunidade.

No entanto, considera-se que, devido a seu caráter de ensino pago - no que são semelhantes às escolas particulares - permanecem sujeitas às necessidades administrativas e organizacionais impostas pelo mercado, o que se traduz nas linhas básicas de ação da Uniso como: *criar condições para o equilíbrio econômico-financeiro da Universidade; executar o plano de ampliação de sua infra-estrutura física, para desenvolvimento e aperfeiçoamento efetivo dos cursos atuais e a implantação de novos.*

Essa ambigüidade, como sugere João dos Reis Silva Júnior (apud BITTAR,1999, p.89) deve ser caracterizada "para que se consiga apreender o seu significado, não na forma jurídica, mas no conteúdo histórico que o comunitário adquire em cada uma das instituições".

O processo de construção da identidade da universidade comunitária e a sua autodenominação de "pública não-estatal" sugere a convivência com oposições, de difícil

superação. As universidades comunitárias precisam oferecer um ensino de boa qualidade, como um elemento diferenciador das demais particulares. A pesquisa e a extensão devem ser pontos de sustentação de seu caráter público e do envolvimento e da participação da comunidade interna e externa. Ao mesmo tempo, tendo como fonte de recursos financeiros, em sua quase totalidade, as mensalidades pagas pelos alunos, enfrentam a concorrência das IES, eminentemente empresariais, e vêem-se diante da questão formulada por Bittar (1999, p.169): "como poderá a universidade comunitária, dada a sua natureza jurídica privada, efetivamente construir a sua dimensão ou vocação pública?"

A autora segue indicando quais os requisitos apontados por Wanderley (1998) para que uma instituição universitária – estatal ou privada – cumpra a sua função pública. São eles: 1. democratização do acesso; 2.competência na produção e difusão do conhecimento, implicando na necessidade da avaliação institucional com a finalidade da melhoria da qualidade de ensino, da pesquisa e da extensão; 3.democratização das relações de poder na instituição; 4. controle de recursos e 5.natureza da instituição (a lógica que rege seu funcionamento não deverá ser a da acumulação capitalista).

2.3.2 A identidade de universidade comunitária da Uniso.

A partir dos requisitos indicadores do caráter público de uma instituição universitária citados, quais sejam: democratização do acesso e das relações de poder, competência, controle de recursos e natureza da instituição, é importante observar quais são as características da Uniso em seu Relatório Anual de 2003. Nesse documento ela é apresentada como: **não estatal, não estritamente particular,** ***comunitária,*** **não confessional, regional e de qualidade.**

- **Não estatal**, ou seja, não foi criada por iniciativa do Poder Público, nem por ele é mantida, embora conte com o apoio do governo municipal.
- **Não estritamente particular**, isto é, no conjunto amplo e heterogêneo das universidades particulares do país, muitas pertencem a uma família, a uma Igreja, a um grupo econômico ou até mesmo a uma única pessoa. Criada e mantida por uma fundação educacional, a Uniso não é nem pode ser particular, porque não é nem pode ser subordinada a interesses privados, por mais nobres que estes possam ser.

- ***Comunitária,*** pois é propriedade da comunidade e não do Estado nem de particulares. Por isso, para geri-la, além do Conselho Superior da sua Entidade Mantenedora ser integrado por nove membros categorizados da comunidade, a Uniso conta com colegiados internos formados por dirigentes, professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade.Sendo da comunidade, a Uniso existe para servi-la com eficiência, sem assistencialismo educacional, através de um gerenciamento rigoroso e sempre atualizado.
- **Não confessional**, ou seja, embora a Arquidiocese de Sorocaba tenha tido a iniciativa de instituir a entidade mantenedora da Uniso, esta não se apresenta como Universidade católica. Primeiro, porque o seu patrimônio não pertence à Igreja, mas a uma entidade filantrópica. E depois, porque a proposta acadêmica da Uniso não se vincula à Igreja Católica. Apenas invoca princípios e valores cristãos universalmente aceitos, numa visão pluralista.
- **Regional**, isto é, atenta às características e às necessidades da Região de Sorocaba. Nessa Região, a Uniso está crescentemente inserida, produzindo e disseminando o saber, com efetividade social, como agente poderoso de operacionalização das expectativas básicas da coletividade regional.
- **De qualidade**, ou seja, dimensionada não pelo ardor do mero crescimento quantitativo, mas pela busca de uma sempre mais expressiva concretização da universalidade do saber e pela coerência com o seu projeto pedagógico.

Ao se considerar os requisitos citados anteriormente como necessários para a caracterização do caráter público de uma IES, percebe-se que a Uniso, em sua constituição, afirma essa vocação. Entretanto, não se pode imaginar que esteja isenta de contradições e dificuldades em seu cotidiano, mesmo porque a afirmação de que a Universidade é da comunidade acaba sendo uma abstração, difícil de ser operacionalizada.

Sendo da comunidade, a Uniso existe para servi-la com eficiência, sem assistencialismo educacional, através de um gerenciamento rigoroso e sempre atualizado. Tal é o posicionamento oficial. No entanto, poderá a lógica que preside o gerenciamento da Uniso contemplar, ao mesmo tempo, sua ação social-educativa, independentemente das regras de mercado e dos ditames econômicos de superávits financeiros, ditados por esse mesmo mercado, que o seu lado social imagina desconhecer?

A questão da qualidade e da democratização do acesso também aparece em seus relatórios anuais, como meta a ser atingida. A busca de uma sempre mais expressiva concretização da universalidade do saber é presença obrigatória. Quanto aos recursos destinados às bolsas de estudo para alunos carentes, serão elas um mecanismo suficiente para garantir o acesso à universidade? Quanto à qualidade do ensino, quais as respostas que a avaliação institucional tem dado à questão da boa qualificação profissional e da ação transformadora dos egressos da Universidade?

Para evidenciar seu caráter público deve ser democrática e participativa. "A Uniso conta com colegiados internos formados por dirigentes, professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade". Participação e democratização se realizam como construções sociais, envolvendo um processo de aprendizagem contínua. Nesse sentido, a existência de órgãos colegiados é condição necessária, mas será suficiente para afirmar um envolvimento e participação de todos os segmentos que compõem a Uniso?

Para responder a essas questões, pode-se refletir com Santos, quando propõe que, para criar o novo se considere a necessidade, entre outras, de se construir uma alternativa à alternativa, num realismo utópico. A utopia que

> [...] reside, antes, na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares, exceto naqueles em que ocorrem efetivamente. (2000, p.36).

É nessa realidade contraditória e em busca da síntese possível, que seu processo de avaliação institucional se realiza. A avaliação que inclui e, a seu modo, define o desempenho dos professores, pode cumprir um papel importante no processo de construção da identidade da Uniso.

2.4 Comissão Permanente de Avaliação Institucional - CPAI - da Uniso.

A Avaliação Institucional foi criada na Uniso em 1° de fevereiro de 1994, sete meses antes do seu reconhecimento pelo MEC. A direção geral das, então Faculdades Integradas Dom Aguirre, nomeou uma Comissão integrada por três professores, tendo como propósito estimular e coordenar o processo de diagnóstico, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico, da estrutura curricular e do desempenho tanto discente como docente das

faculdades. Em sua trajetória histórica (dez anos), a Comissão já passou por duas mudanças, no que se refere à sua composição: em 1998, a comissão passou a ser constituída apenas por dois professores e, a partir de janeiro de 2003, voltou a contar com a participação de três.

Desde a criação da Uniso, a CPAI tem sua posição organizacional definida no organograma da instituição (ANEXO C), como uma assessoria, diretamente vinculada à Reitoria.

Muitas questões se colocam na história da constituição da Comissão, desde as referentes a sua origem até as suas várias atuações, a mudança de instrumentos utilizados para coleta de dados, os focos escolhidos como mais importantes, seu relacionamento com a comunidade interna e sua participação em encontros e fóruns nacionais.

Entre os inúmeros registros existentes sobre o processo avaliativo da Instituição, talvez o mais reiterado nos documentos examinados foi a razão pela qual a Uniso foi levada a criar uma comissão permanente de avaliação institucional.

O primeiro documento a registrar a questão da avaliação institucional é a ata da quarta visita da Comissão de Acompanhamento, designada pelo Conselho Federal de Educação, nos dias 13 e 14 de maio de 1991.

Seu registro aparece no referido documento, indagando como a instituição pretendia implantar o processo de avaliação institucional. Na oportunidade, a Professora Anna Bernardes da Silveira Rocha, membro da Comissão do Conselho Federal de Educação, levantava claramente a sua dúvida em relação à natureza da avaliação que a instituição pretendia instaurar.

O tema da avaliação volta a aparecer na ata da quinta visita da Comissão de Acompanhamento, acontecida nos dias 16 e 17 de setembro de 1991, quando a Conselheira Margarida Maria do Rego Barros Pires Leal (Relatora do Processo e Presidente da Comissão) indica claramente a necessidade de um plano de avaliação institucional. "O Projeto da Universidade terá que ter um plano de avaliação institucional..." Mais adiante, reforçando e explicando a sua orientação, cita o exemplo de um Projeto de Avaliação que vinha sendo realizado, onde os parâmetros estavam sendo escolhidos pelos Departamentos.

O tema reaparece novamente na ata da décima quarta visita, dos dias 2 e 3 de março de 1993, quando a avaliação institucional aparece, pela primeira vez, como pré-requisito para o reconhecimento da universidade. Segundo a Ata "...a Conselheira Margarida Maria falou de

duas medidas que precisam ser tomadas obrigatoriamente para o reconhecimento da Universidade: o plano de avaliação institucional e a avaliação dos Cursos."

O tema da avaliação volta a ser objeto de registro em Ata, na décima sétima reunião da Comissão de acompanhamento do CFE. Realizada em outubro do mesmo ano de 1993, a Ata registra o tema com duas recomendações bastante inovadoras e sugestivas: "...os membros da Comissão de Acompanhamento deram várias orientações, destacando-se duas entre elas: 1º) que os alunos sejam envolvidos nesse processo; 2º) que se promovam seminários internos sobre avaliação".

O que a pesquisa realizada nos documentos referentes ao processo de reconhecimento da Universidade indica é que a criação da comissão de avaliação institucional foi o resultado de uma exigência estabelecida pelo Ministério de Educação e Cultura.

Na condição de uma imposição externa, criou para a primeira comissão constituída o desafio de obter legitimidade, através do envolvimento no processo avaliativo dos professores e dos alunos, aspecto também indicado pelos conselheiros do MEC.

Essa obrigatoriedade legal permanece vigente e foi expandida para o credenciamento de instituições não-universitárias e para a autorização de cursos superiores, como se pode comprovar no Manual de Verificação *in loco* das condições institucionais da Secretaria de Educação Superior do MEC de Setembro de 2002 (ANEXO D). Nesse manual, destinado a normatizar a atuação das comissões verificadoras para aprovação de novos cursos, o sistema de avaliação é objeto de análise a partir de dois aspectos: coerência e consistência da proposta do sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem com a concepção dos cursos e a proposta institucional de auto-avaliação dos cursos.

Ter institucionalmente uma comissão de avaliação interna, portanto, não é uma escolha das universidades particulares. Ao contrário, é uma imposição da política educacional, que executa a função controladora do Estado sobre o ensino superior.

Embora tendo um caráter impositivo, a avaliação institucional pode representar uma oportunidade de pensar a universidade de maneira global, sistemática e crítica, visando a seu aperfeiçoamento. Para tanto, esse processo necessita, para sua eficácia, conquistar legitimidade, que se efetivará, apenas, através do envolvimento e participação de toda a comunidade acadêmica que, de início, a rejeita como imposição externa e / ou como imposição dos dirigentes internos.

Em concordância com essa necessidade, Vannucchi (2004) considera que, para a avaliação institucional ter credibilidade técnica e política e alcance transformador, é necessário o envolvimento e a participação da comunidade interna e externa em todo o seu processo. O autor afirma, ainda, que a avaliação institucional da universidade comunitária deve perseguir objetivos bem precisos, ou seja: "o autoconhecimento da universidade, a busca da qualidade, a sua inserção criadora na realidade regional e a sua melhor pertinência na formação de cidadãos competentes e, ao mesmo tempo, mais identificada com os problemas da população."

Como síntese de seu programa de avaliação institucional, a CPAI considera que:

"O Programa de Avaliação Institucional abrange a estrutura acadêmica, administrativa, comunitária e física da Universidade e concretizou um processo contínuo de avaliação, na busca do aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, como uma ferramenta para o planejamento e para a gestão da Universidade, sem esquecer a comunidade local e regional em que está inserida e à qual deve prestar serviços e contas.O programa tem como objetivo geral rever e aperfeiçoar o seu projeto institucional e pedagógico, promovendo a permanente melhoria da qualidade da Universidade."

A partir desses relatórios, buscou-se identificar a realização do objetivo geral do Programa de Avaliação Institucional, tendo, como foco de análise, a questão da legitimidade política e do alcance transformador que os resultados da avaliação têm produzido. Foi utilizada como referencial a proposta de avaliação iniciada no PAIUB, não apenas pela sua importância histórica e política, mas também, pelo modelo de avaliação que ele representa: seus princípios e sua concepção de universidade e de sociedade .

A evolução da atuação da CPAI apresenta correspondência com o que ocorreu com a evolução do PAIUB em outras universidades, como se pode observar no estudo realizado por Francisco de Assis Palharini (2001), apresentado com o sugestivo título "Tormento e Paixão pelos Caminhos do PAIUB". O artigo analisa o desenvolvimento do PAIUB em universidades federais da região sul e sudeste quanto à sua abrangência e configuração, mostrando as dificuldades enfrentadas pelas comissões de avaliação e o reduzido grau de repercussão nas estruturas da instituição, além de ressaltar a paixão dos envolvidos, o que faz com que o programa continue a avançar.

O estudo em questão apresenta como principais dificuldades enfrentadas pelas comissões de avaliação :

- Com relação à participação ampla da comunidade universitária, apesar dos esforços das comissões em programas de sensibilização, não se estabeleceu um clima de confiança, em especial por parte dos docentes, com o PAIUB, o que gerou um clima de indiferença e desconfiança em relação às comissões.
- O PAIUB implementou-se, na grande maioria das universidades, com uma forte tendência para um padrão de configuração quantitativa e padronizada, o que levou à ausência de diagnósticos globais.
- A utilização dos resultados para desencadear mudanças administrativas tem sido insignificante.
- "Tudo se passa como se a questão central residisse no desempenho docente" (p.24).
- O empenho e a paixão das comissões nem sempre são acompanhados de formação específica na área de avaliação.Em muitos casos, não se sabe o "o que fazer" com a massa de dados disponível.
- Avaliações paralelas promovidas pelo MEC, por terem maior repercussão social, acabaram por diminuir a importância da avaliação interna.
- Dificuldade de institucionalizar o processo de avaliação, havendo total dissociação entre suas atividades e aquelas relacionadas ao planejamento institucional. As mudanças que ocorreram referem-se mais a revisões curriculares, decorrentes mais de imposições legais do que resultantes da avaliação.
- Embora tenha sido uma iniciativa autônoma das universidades, o PAIUB, ao ser assumido pelo MEC, acabou deslocando a esfera da motivação, que era intrínseca, para a extrínseca, ou seja, financeira. A partir de 1998, quando foi suspenso o financiamento, o processo de avaliação deixou de seguir os rumos do PAIUB.

Tendo como referência o estudo de Palharini, efetuou-se uma análise dos documentos da CPAI, (de 1994 a 2003)[4], que serão apresentados a partir de dois momentos distintos em

[4] Quando estávamos fechando o trabalho surgiram modificações na estrutura e composição da CPAI, decorrentes de novas orientações do MEC, que por razões óbvias não puderam se incluídas nesta análise.

sua atuação. Essa divisão em dois períodos – de 1994 a 1998 e de 1999 a 2003 – foi estabelecida, com base na análise dos relatórios das atividades anuais, a partir do critério de maior ou menor vinculação aos princípios do PAIUB, fenômeno também ocorrido, segundo o estudo citado, em outras IES do país.

2.4.1 Período de 1994 a 1998

O período ocorrido entre os anos de 1994 e 1998 foi marcado pela instauração do processo da avaliação institucional na Uniso, ainda em sua fase de reconhecimento pelo CFE.

Nesse período, que pode ser considerado como o da consolidação da universidade, destacam-se as atividades da CPAI, que resultaram no documento: Proposta da Universidade de Sorocaba para integrar-se ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB , encaminhada à Secretaria de Educação Superior – SESu do MEC, em 22 de maio de 1996.

O programa de avaliação institucional, como parte do referido documento, é apresentado pelo reitor e pela comissão de avaliação institucional, atendendo ao edital da Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras MEC/ SESu. [5] Além de apresentar as características da universidade e de seu programa de avaliação institucional, há no documento, como previsão orçamentária, a solicitação de verbas ao MEC,(em torno de 40% do total das despesas previstas – R$ 29.200,00 divididos nos exercícios de 1996 e 1997), para a continuidade do processo avaliativo.

Convém lembrar que o PAIUB, criado em 1993, representou uma resposta organizada das universidades brasileiras ao desafio de implantar um sistema de avaliação institucional centrada na graduação. Ao mesmo tempo, constituiu-se em um grupo de pressão capaz de obter, do governo, uma política de subsídios para as universidades particulares instituírem sua sistemática de avaliação, desde que os princípios do programa fossem assumidos. Em razão desses subsídios, disponibilizados para as universidades implementarem a sistemática de avaliação institucional, a adesão ao programa tinha, entre outras motivações, o acesso às verbas que o MEC poderia oferecer.

---

[5] CONVOCAÇÃO 01/96 do PAIUB

A aproximação a esses princípios pode ser identificada nos dois anexos ao documento enviado ao MEC: a Avaliação de Diagnóstico Global e o Relatório do 1° Seminário de Avaliação Institucional da Uniso (ANEXO E).

No primeiro, encontra-se a avaliação, por curso, de alunos e professores, iniciada antes do reconhecimento da universidade, sobre os seguintes itens:

1. O grau em que estão sendo atingidos os objetivos do curso.

2. As características do profissional que está sendo formado.

3.O curso.

4.Os professores do curso.

5.Os alunos do curso.

6. Os órgãos das Faculdades Integradas Dom Aguirre – FIDA.

7. O grau de realização dos objetivos das FIDA.

Antes mesmo de terem sido finalizadas as análises do Diagnóstico Global, a Comissão de Avaliação realizou o 1° Seminário sobre Avaliação Institucional da Uniso.(Outubro e Novembro de 1995). Esse seminário tinha por objetivos a atualização de conhecimentos teóricos e práticos sobre o tema e a discussão da avaliação institucional na Uniso: conhecer os resultados da primeira avaliação efetuada e obter sugestões para seu aprimoramento.

Os eventos que compuseram o seminário foram duas palestras proferidas por professores convidados e um encontro com o "pessoal da casa" , constituído por dois professores por curso e um aluno de cada classe da universidade, além dos coordenadores de curso e da reitoria. As conclusões e sugestões apresentadas pelos grupos do encontro foram:

a) A avaliação institucional é importante e necessária.
b) Ela deve ser realizada anualmente, por todos os elementos da Universidade, incluindo-se os ex-alunos.
c) Todos devem ser avaliados.
d) Deve ocorrer uma avaliação periódica das normas e regulamentos internos.
e) Na avaliação entre pares, deve existir apenas a auto-avaliação. Exemplo: professor não deve avaliar professor, mas auto-avaliar-se.
f) O instrumento de avaliação utilizado em 1994 foi considerado válido para a época e, tendo em vista ter sido a primeira experiência, deve ser alterado em vários

aspectos: a escala de conceitos, a especificidade dos cursos e inclusão da auto-avaliação.

g) A Comissão de Avaliação Institucional deve contar com a presença de alunos e funcionários.[6]

As conclusões e sugestões que a Comissão apresenta para a reitoria relacionam-se a questões de princípios e de natureza prática, como por exemplo: ratifica-se a importância da participação de alunos, funcionários e professores na avaliação, ao mesmo tempo em que se registra a reivindicação de um número maior de membros na comissão, com maior número de horas e uma sala própria com um terminal de computador.

Em relação ao comparecimento da comunidade acadêmica ao encontro, o relatório apresenta os seguintes números:

Categoria	**Previsto**	**Comparecimento**
Coordenadores de Curso	13	11
Professores	28	13
Alunos	67	24
Total	**108**	**48**

Nessa primeira fase, constata-se, portanto, o empenho da comissão em discutir as questões técnicas e operacionais do processo de avaliação – como a análise do instrumento de coleta de dados – assim como a questão da legitimidade política do processo de avaliação institucional, a composição da comissão e o envolvimento dos vários segmentos da universidade, em sua realização.

Como se verifica, a participação efetiva das categorias só ocorreu na dos coordenadores de curso, ficando as demais aquém do esperado. Essa afirmação, no entanto, precisa ser feita com reservas, dado que seriam necessários outros elementos, para se avaliar o aspecto participativo da comunidade acadêmica, naquela oportunidade. Seja como for, no entanto, o que é factível de se afirmar é o espírito deliberado de legitimação política da comunidade acadêmica a partir de seu envolvimento e engajamento no processo avaliativo.

Em 1997, foi realizada a 2ª Avaliação Institucional da Universidade, através de amostra representativa de alunos e professores. Além do levantamento de dados, que

[6] Só agora, em 2004, com as mudanças que estão sendo implantadas é que a comissão terá a participação de alunos e funcionários.

resultaram no estabelecimento do perfil dos alunos e professores da graduação e dos alunos da pós-graduação, iniciou-se a avaliação das disciplinas e dos professores pelos alunos, nos cursos da área de Ciências Biológicas. Foi feita também a 1ª Avaliação Externa, por ex-alunos e pela comunidade.

Em 1998, os professores foram consultados para expressarem sua opinião sobre o desempenho dos colegiados, centros, núcleos e reitoria. Foi traçado o perfil dos funcionários e feito um levantamento de dados a respeito da biblioteca. Iniciou-se a avaliação dos professores, pelos alunos, em todos os cursos da graduação.

Olhando retrospectivamente, o que se pode observar é que esse período foi marcado pela maior vinculação aos princípios do PAIUB. Tal fato pode ser identificado pela quantidade de dados levantados, pela presença de todos os segmentos da universidade sendo avaliados e, ao mesmo tempo, sendo avaliadores. Acrescente-se a iniciativa da comissão em realizar o Seminário de Avaliação, buscando sensibilizar e envolver a comunidade universitária. As dificuldades apontadas no trabalho de Palharini também podem ser observadas na Uniso: nem sempre se tinha clareza de "o que fazer" com tantos dados coletados, ao mesmo tempo em que o contato da comissão com o restante dos professores ia se tornando mais raro (após o 1º Seminário em 95, apenas na reunião do final de ano 98, é que houve uma apresentação dos trabalhos realizados e das propostas para o período seguinte, pela presidente da comissão aos professores). Em síntese, o que o período analisado sugere é o esforço e as dificuldades em se criar um ambiente receptivo ao processo de avaliação institucional.

2.4.2 Período de 1999 a 2003.

Num segundo momento, verifica-se uma mudança de foco. A avaliação institucional passa a privilegiar a avaliação dos professores pelos alunos e por ex-alunos (estes últimos, quando chamados a participar da "Avaliação Externa pelos Egressos").

Os dados, a serem apresentados a seguir, poderão comprovar que, além da avaliação de desempenho docente, realizada semestralmente, a avaliação das disciplinas, dos cursos, do processo ensino-aprendizagem e a avaliação externa pelos egressos, acabam avaliando mais de uma vez, mesmo que de forma indireta, os professores.

Esse foco da avaliação direcionado, de forma acentuada, para o trabalho do professor, parece indicar, para os órgãos gestores da Universidade, que a qualidade e o aprimoramento

institucional dependem fundamentalmente desse fator. Se, de fato, a ação do professor é essencial para a melhoria da qualidade de ensino, o que se coloca como questionamento é se outros fatores institucionais, que interferem nessa ação, não devem também ser objeto de avaliação. São esses fatores que podem definir as condições em que o professor atua, como por exemplo: o tipo de contrato de trabalho, as horas dedicadas à pesquisa e / ou ao aprimoramento profissional, o número de alunos por turma, as condições de utilização dos laboratórios, a viabilidade da participação efetiva em reuniões dos colegiados de cursos. Enfim, a avaliação da universidade deve ser global.

É curioso observar como, ao mesmo tempo, em que acontece esse redirecionamento do foco da avaliação institucional, percebe-se um nítido distanciamento dos professores em relação à participação e tomada de decisões relativas ao processo de avaliação.

Coincidência ou não, tal fato pode ser observado analisando-se as principais atividades da CPAI, nesse período. Para maior clareza, resumem-se suas principais atividades, citando-as através de tópicos:

1999

- Envio de sugestões à Câmara de Ensino para a melhoria da qualidade de ensino, com base nos resultados da avaliação dos docentes.
- Avaliação dos cursos e dos docentes pelos alunos da pós-graduação
- Pesquisa com professores que receberam conceito "ótimo".
- Revisão dos questionários para a avaliação dos docentes.
- Encaminhamento à Comissão do Plano de Carreira Docente dos resultados da avaliação dos docentes pelos alunos.

2000

- Avaliação Externa por egressos
- Avaliação do processo ensino-aprendizagem pelos alunos, nos cursos de graduação.
- Palestra sobre Avaliação na Uniso, pela Coordenadora d CPAI, a todos os professores (18 de dezembro).

- Avaliação da sistemática de avaliação de desempenho discente, segundo os professores.(consulta aos professores sobre o sistema de avaliação discente, em função do descontentamento expresso pelos mesmos).
- Organização dos resultados das pesquisas elaboradas pela CPAI, nos anos de 1998 e 1999, para o Setor de Processamento de Dados – SPD, com o propósito de se elaborar uma página especial, a ser acessada pelos Diretores de Centro, Coordenadores de Curso e pela Reitoria.

2001

- Avaliação externa pelos egressos 1996-2000
- Publicação, nos corredores dos diversos câmpus, de cartazes, gráficos e tabelas exibindo os conceitos dados aos docentes, pelos alunos de graduação, por curso, nos anos de 1998, 1999 e 2000.
- Avaliação institucional (constando a avaliação dos docentes dos cursos de graduação).

2002

- Avaliação dos cursos (iniciada em 2001). Qualitativa, com questões abertas, nas quais os alunos indicaram as disciplinas mais interessantes e as menos interessantes e "as maneiras de ensinar" que mais os auxiliavam a aprender.
- Avaliação do tratamento dado pela instituição dos resultados da avaliação acima referida, pelos alunos.
- Avaliação dos coordenadores pelos professores.
- Avaliação dos docentes pelos discentes.
- Auto-avaliação dos coordenadores.

2003

- Avaliação externa pelos egressos (1998-2002).
- Avaliação dos docentes pelos discentes, nos cursos de graduação, com aplicação de questionário para toda a população.
- Avaliação dos docentes pelos discentes, através de entrevistas com alunos em fase de conclusão de curso (Amostra de 10%).

- Investigação auxiliar para a elaboração do Balanço Social da Fundação Dom Aguirre , envolvendo professores e funcionários.

Além do colocado em destaque, cabe registrar a participação da CPAI em alguns eventos externos: III Encontro sobre Avaliação Institucional no contexto das Universidades Comunitárias, realizado entre 7 e 9 outubro de 1998, em Recife; Reunião Regional do PAIUB, São Paulo, Paraná e Sul de Minas Gerais em 12 e 13 de maio de 1999; IV Encontro de Avaliação Institucional das IES, no contexto das Universidades Comunitárias, realizado em outubro de 2000, em Caxias do Sul e Seminário Internacional "Pedagogia Universitária e Novas Tecnologias no Ensino" , em julho de 2001, em Porto Alegre. Essa participação mostra a busca de engajamento da Comissão no debate que se realizava, em âmbito nacional, sobre avaliação institucional, especialmente em universidades comunitárias.

Ainda, além dessa participação em eventos externos, os relatórios analisados indicam algumas avaliações específicas que foram realizadas, atendendo a solicitações de determinado curso ou setor da universidade. (Curso de Ciências Contábeis e Núcleo de Prática Jurídica).

A partir desse levantamento inicial das ações desencadeadas pela CPAI, buscou-se, nos mencionados relatórios, apreender como os resultados obtidos estão sendo utilizados, quais seus destinatários e de que modo têm interferido na vida da universidade.

A Reitoria, os antigos Diretores de Centro[7] e os Coordenadores de Curso são os destinatários preferenciais dos relatórios de avaliação. Os professores, de um modo geral, recebem apenas os relatórios sobre o seu desempenho profissional individual. Os alunos tiveram conhecimento da avaliação dos professores, publicada em murais, uma única vez.

No período analisado, foram registrados dois encontros da Coordenadora da CPAI com todos os professores, para a apresentação das atividades da comissão.

Com base nos resultados da avaliação dos docentes de 1998, a CPAI apresentou sugestões para a Câmara de Ensino, tendo como objetivo a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Não foi possível localizar quais foram as sugestões apresentadas à Câmara de Ensino.

7 Hoje, já não existe essa estrutura organizacional em Centros.

A pesquisa, feita através de entrevistas com os professores que obtiveram o conceito "ótimo", na avaliação dos alunos, teve seus resultados apresentados em um artigo na Revista de Estudos Universitários – Uniso[8]:

Os relatórios da CPAI têm sido utilizados, também, pela Comissão do Plano de Carreira Docente, quando analisa a promoção por mérito de todo o corpo docente. Esses resultados da avaliação não representam pontuação na progressão da carreira, mas o professor avaliado negativamente pode ser impedido de promoção. (Relatório de 1999 e entrevista com o presidente da Comissão).

A partir de conversa com o assessor de planejamento do PDI, em que se indagava se os resultados obtidos pela CPAI eram utilizados por esse setor, pôde-se verificar que não existe uma ação integrada da CPAI com o PDI. A possibilidade de integração de informações das duas assessorias ocorre, apenas, no âmbito da Reitoria.

Questionando a Pró-Reitoria Administrativa a respeito do novo programa de informatização e suas repercussões para a CPAI, obtivemos como resposta que, na atual fase, não há condições de se assegurar em que medida o programa poderá auxiliar a atuação da comissão, por estar ainda em fase de implementação. Considera, também, que o banco de dados contendo informações sobre taxas de evasão, relação ingressantes – concluintes e outros levantamentos que a CPAI realizou ao longo de sua atuação, sem dúvida, serão agilizados com o novo programa.

2.4.3 Resultados da pesquisa documental.

Como resultado da análise documental realizada, tendo como foco o percurso do processo da avaliação institucional ao longo de seus dez anos de existência e as características que passou a ter para a instituição e para os professores, pode-se notar:

- Na Uniso, com relação à participação ampla da comunidade universitária, os esforços da comissão de avaliação em programas de sensibilização foram se restringindo aos comunicados escritos e palestras. Nos dois últimos anos, os coordenadores de curso foram chamados para opinar quanto aos instrumentos e solicitada a participação na aplicação dos mesmos. Mesmo não havendo,

[8] "Ótimo professor: aquele que diz "a que veio" pela Coordenadora da CPAI, Maria Ogécia Drigo Agostinho (dez. 2000).

expressamente, uma reação contrária por parte dos professores em relação à avaliação de seu desempenho profissional, não se pode afirmar que haja uma participação efetiva, além do recebimento dos resultados entregues pela CPAI.

- Diagnósticos globais não foram mencionados nos relatórios anuais pós 1997. A tendência para um padrão de configuração quantitativa e padronizada pode-se encontrar na avaliação dos docentes, com atribuição de conceitos a partir de escala numérica, Alguns dos tópicos, apresentados em seus documentos iniciais, como as etapas do programa de avaliação institucional, não aparecem como tendo sido realizadas. São elas: Avaliação do desempenho do pessoal técnico administrativo.Avaliação do potencial das instalações e dos equipamentos.Avaliação da gestão universitária.Avaliação da prática de pesquisa.Avaliação do relacionamento da Uniso a comunidade científica.Avaliação do desenvolvimento dos programas de extensão.Avaliação do compromisso da Uniso com a sociedade local e regional.

- A falta de integração com setores administrativos e o relativo isolamento da comissão torna difícil que a utilização dos resultados possa desencadear mudanças administrativas significativas e institucionalizar o processo de avaliação, devido à dissociação de suas atividades e aquelas relacionadas ao planejamento institucional.

- A qualidade de ensino teve, de fato, pelas avaliações promovidas pela CPAI, seu centro no desempenho do professor, tendo inclusive, um caráter classificatório, de "ranking", questionável, ao se publicar as avaliações de todos os professores nos corredores da universidade.

- Quanto à formação específica na área de avaliação, percebe-se um esforço de aperfeiçoamento nos instrumentos de coleta de dados, com a busca de análises que tenham um enfoque mais qualitativo, (entrevistas). Deve-se reconhecer, ainda, o reduzido número de integrantes da comissão, em relação à média de seis integrantes encontrada por Palharini, em sua pesquisa. Essa análise, a da competência técnica, embora importante, não será objeto do presente estudo.

Analisa-se, a seguir, a avaliação institucional da Uniso, verificando-se quais são, ainda, os aspectos que a distanciam dos princípios defendidos pelo PAIUB.

Globalidade – Se a avaliação deve apresentar uma visão global da universidade e os indicadores parciais não devem ser absolutizados, pode-se verificar que o desempenho docente tem sido excessivamente valorizado, em detrimento da análise dos demais fatores presentes nas condições de trabalho do professor.

Não premiação ou punição – O ato de avaliar para afirmar valores, com uma função educativa, que não tenha um caráter classificatório, nem sempre é detectável no processo avaliativo da universidade. Ao contrário, já foram publicados, nos corredores da universidade, relatórios com as médias obtidas pelos professores nas avaliações dos alunos, o que evidenciou, indiscutivelmente, o caráter de classificação dos professores.

Adesão voluntária – Este é um fator indispensável para a criação de uma nova cultura de avaliação, coletivamente construída, com ampla participação de seus membros, tanto nos procedimentos como na utilização dos resultados. O que se percebe é a grande dificuldade em viabilizar esse envolvimento e essa participação dos docentes na avaliação institucional da Uniso, comprometendo a **legitimidade política** desse processo. Ao mesmo tempo, a **legitimidade técnica** não chega a ser objeto de debate na comunidade acadêmica. O distanciamento da comissão de avaliação dos demais setores, o reduzido número de seus integrantes e o excesso de dados quantificados diminui o grau de importância conferido aos seus resultados.

No entanto, os princípios apresentados no PAIUB são princípios ainda em discussão, nas propostas de avaliação institucional para a universidade brasileira (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES). Justificam-se como válidos e pertinentes, por expressarem uma concepção de avaliação que estimula o aperfeiçoamento institucional, a partir de uma perspectiva emancipatória e libertadora. O que se debate, agora, é como operacionalizá-los. O quê e por quê, já se sabe. Resta, agora, responder o como. Mesmo quando as condições institucionais são dadas, existe sempre a possibilidade de mudanças no jeito de caminhar. Por isso, o poeta diz: Não, não tenho caminho novo. O que tenho de novo é o jeito de caminhar. (Thiago de Mello).

CAPÍTULO 3: A OPINIÃO DOS PROFESSORES.

Não há docência sem discência.
Ensinar não é transferir conhecimento.
Ensinar é uma especificidade humana.
(Do livro Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire).

3.1 Objetivo

Inicia-se este capítulo, com um pensamento de Paulo Freire, em que o autor expressa sua concepção e limitações da condição de ser professor. O ensinar / aprender com "boniteza, decência e seriedade".

O que se depreende do pensamento do professor Paulo Freire é uma concepção indissociável entre o ensinar e o aprender, entre o professor e o aluno. Seu pensamento é nitidamente oposto a qualquer tentativa de dissociação da ação de ensinar da de aprender, ou da ação do professor da do aluno. Neste sentido, transpondo o seu pensamento para o problema central desta pesquisa, a investigação da prática docente pelos discentes, pode-se inferir, que não existe prática alguma de avaliação que se sustente fora de uma globalidade do ato pedagógico e sobretudo de uma prática dialógica.

Tendo como substrato essa concepção do "ser professor", apresenta-se como objetivo deste capítulo conhecer a opinião dos docentes a respeito do processo de avaliação institucional, no que se refere à sua atuação profissional. Se, como afirma Moreira (1986) uma grande parte (dos professores), talvez a maioria, encare a avaliação com visível mal-estar ou, no melhor dos casos, com superior indiferença, alegando-se a impossibilidade de justiça ou a ausência de utilidade, pretende-se investigar a validade dessa afirmação no caso específico dos professores da Uniso.

A vivência na instituição indica que, em ocasiões da entrega dos relatórios das avaliações surgiam, em conversas informais, nas salas de professores, manifestações de insatisfação e de descrédito em relação aos resultados apresentados. O problema formulado é verificar até que ponto essa insatisfação e/ ou pouca credibilidade se confirmariam em uma investigação sistemática, com uma amostra aleatória de professores.

Considera-se que os comentários informais podem estar sujeitos a vários erros de interpretação. O contato com grupos de área de formação similar, de atuação no mesmo curso ou de relações de amizade representam visões parciais e não expressivas da totalidade. São,

ainda, comentários emitidos em situações especiais, impregnados de acentuado conteúdo emocional, em especial quando o professor foi avaliado negativamente pelos alunos.

A pesquisa, mais do que indicar insatisfação ou mal-estar, objetiva, ainda, revelar quais aspectos do processo avaliativo são merecedores de maior ou menor credibilidade, conhecimento e interesse por parte do professor da Uniso.

Desses aspectos tem-se interesse em saber o que o professor pensa a respeito:

1. dos instrumentos de coleta de dados utilizados pela CPAI e das condições de sua aplicação,
2. das finalidades e da utilização dos resultados da avaliação dos professores pela instituição e
3. do envolvimento e participação dos professores nesse processo.

Ainda que, de forma exploratória e inicial, pretende-se verificar se o professor questiona a competência técnica e / ou a legitimidade política da avaliação realizada pela instituição.

3.2 Procedimento metodológico: a opção pelo instrumento do questionário

> O importante é ser criativo e flexível para explorar todos os caminhos e não reificar a idéia positivista de que os dados qualitativos comprometem a objetividade, a neutralidade e o rigor científico. (GOLDENBERG, 1999, p. 62).

A natureza do presente estudo, exploratório e com ênfase qualitativista, dispensa a necessidade de "traduzir" para a pesquisa os conceitos de validade interna (referente ao controle de variáveis estranhas), validade externa (grau de generalização dos resultados), fidedignidade (possibilidade de replicação dos resultados), usados na pesquisa tradicional.

Apresentando alguns procedimentos adotados estará se explicitando o critério relativo ao rigor da investigação, utilizando alguns dos critérios indicados por Lincoln & Guba (1985).

Quanto aos critérios relativos à credibilidade, os autores citados alertam para a necessidade de uma permanência suficiente e prolongada no campo de investigação, como

garantia de amplo conhecimento dos vários fatores que pudessem interferir nos resultados da pesquisa. O pertencimento à instituição investigada, a realização prévia da análise documental e das entrevistas aos órgãos gestores da universidade apresentam um conhecimento suficiente da realidade que se pretendia conhecer. Outra recomendação feita pelos autores seria a "checagem" dos resultados pelos participantes. O que foi realizado ao longo da construção do instrumento de coleta de dados e, de modo mais completo e formal, através da apresentação dos resultados em conversas estabelecidas com vários participantes da pesquisa.

Quanto à transferibilidade dos resultados e à possibilidade de generalizações, o que se procurou foi apresentar uma descrição fiel e densa do contexto estudado, considerando apenas, que possam indicar aspectos da avaliação institucional a serem investigados em outros estudos.

A dificuldade inicial é como conseguir retratar a opinião dos professores e, para tanto, definir qual instrumento seria o mais adequado às condições da pesquisa como: prazo, condições de aplicação, pertinência teórica e prática ao tema. Reconhecendo que nenhum instrumento de pesquisa consegue evitar vieses e distorções, enfrentamos as dificuldades técnicas e éticas que qualquer tipo de pesquisa apresenta.

Dentre as diversas possibilidades, acabou-se por se fixar no instrumento do questionário. Entre as suas diferentes opções escolheu-se o questionário semi-aberto. As diversas reflexões indicavam que esse tipo de questionário se mostrava o mais adequado às necessidades da presente investigação, no sentido de representar uma sondagem inicial, de maneira mais sistematizada, das opiniões dos professores. Esse instrumento foi proposto tendo por orientação o anonimato das respostas, considerado ponto importante para a autenticidade das mesmas. Além do que, o questionário apresentava vantagens relacionadas aos fatores de natureza prática; seria mais ágil e poderia contar com maior número de respondentes, sem a necessidade de uma resposta imediata.

3.2.1 A elaboração do questionário.

> Enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta, concretamente a realidade pesquisada.

> Os métodos qualitativos e quantitativos, nesta perspectiva, deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares. (GOLDENBERG, 1999, p. 63).

Trabalhar com métodos quantitativos e qualitativos como complementares foi o desafio enfrentado na pesquisa sobre a opinião dos professores. O questionário foi elaborado com questões fechadas e questões abertas. O tratamento das questões respondidas poderia ser quantificado sem, contudo, excluir-se a análise de seus conteúdos e significados. A quantificação foi considerada inseparável de seu aspecto qualitativo.

Florestan Fernandes indica, sem desconsiderar suas limitações, essa possibilidade de utilização da quantificação como recurso interpretativo.

> As sondagens baseadas em evidencias fornecidas pela estatística descritiva incorrem em limitações que são bem conhecidas. Por seu intermédio, raramente se consegue ir além do equacionamento puro e simples dos problemas fundamentais. No entanto, às vezes se impõe lançar mão desse recurso interpretativo. Seja como ponto de partida ou como fonte de informações determinadas em investigações mais ou menos complexas. Seja para se ter uma imagem aproximadamente objetiva de dada situação concreta, suscetível de ser representada em seus aspectos básicos por meios quantitativos. (FERNANDES, 1966, p.3)

O uso das questões fechadas, no questionário, visava obter uma síntese da opinião do professor a respeito de determinados aspectos da avaliação institucional, que pudessem indicar sua concordância, discordância ou indiferença a esse processo. Nesse sentido, seria pertinente a quantificação das repostas, para expressar numericamente a opinião da amostra consultada. As questões abertas e a análise dos resultados gerais obtidos, ao serem tratadas através de enfoque qualitativo, estariam fornecendo elementos para que se pudesse ter uma visão global de como o grupo pesquisado experimenta essa realidade da avaliação institucional.

Zaia Brandão (2002), pesquisadora e autora de trabalhos que têm contribuído para o debate a respeito dos procedimentos metodológicos nas pesquisas em Educação, alerta para a impropriedade de qualquer ortodoxia metodológica quando se investigam fenômenos sociais, dada a sua inerente complexidade. Para a autora, "os antagonismos quantitativo / qualitativo, assim como micro / macrossocial são improcedentes" (2002, p.29). Se as práticas sociais, não podem ser reduzidas a simples mensurações, isto não significa que não se possa ter aproximações quantitativas do fenômeno. Assim como,

> [...] a visão mais geral não é melhor nem pior do que a focalização do particular; a questão que se coloca é da pertinência do enfoque para obter o ângulo mais adequado do problema de investigação. (BRANDÃO, 2002, p.29).

Nota-se a necessidade, para a construção do objeto de pesquisa, como salienta a autora, de tempo, esforço e da capacidade para selecionar os instrumentos de pesquisa, em consonância com os problemas que se quer investigar.

Reconhece-se ainda, que, pelo fato de se investigar um aspecto da realidade social, a pesquisa em si, já pode alterar o objeto da investigação. Como diz Ristoff, ao "avaliar" a avaliação, temos o aspecto do espelho e da luz que incide sobre ele. A presente investigação busca refletir, da melhor forma possível, a opinião dos professores, tendo como foco da luz a discussão sobre a avaliação institucional na universidade.

A elaboração do questionário traduz uma complexa trajetória ao longo do trabalho. O fato de vivenciar a realidade investigada, acrescido da discussão teórica sobre avaliação institucional da universidade e dos professores e, ainda, o estudo e análise da avaliação institucional na Uniso constituíram o embasamento para a formulação das questões.

Tendo consciência de que, ao dirigir o olhar dos professores para determinados aspectos da avaliação, já se estaria interferindo na realidade estudada, acredita-se assegurar o que se entende por objetividade do trabalho cientifico o fato de anunciar de onde se está olhando o objeto, com que objetivos e finalidades e a partir de qual referencial teórico se constrói a pesquisa e se realiza a análise de seus resultados.

Em razão do acima exposto, considera-se necessário explicitar o que, de fato, se procurou saber através do questionário para os professores.

Atribuem eles competência técnica à CPAI? Há credibilidade em seus resultados?

Qual é a importância da avaliação, para os professores?

Quanto à legitimidade política da avaliação: os professores consideram a avaliação legítima e emancipatória? Conhecem, concordam e participam da definição das finalidades e das utilizações dos resultados da avaliação?

A avaliação possui um caráter de premiação ou punição institucional, para os professores?

Segundo as opiniões dos mesmos, os resultados promovem mudanças, na instituição e no desempenho profissional docente?

Com essas questões presentes, o trabalho de construção do instrumento foi se realizando com inúmeras e constantes modificações, resultantes de consultas a vários

professores especializados em pesquisas dessa natureza. Em sua versão final (ANEXO F), depois de realizado o pré-teste, e mais uma vez reformulado, o questionário passou a ser constituído por 14 perguntas, apresentadas em 3 partes, a respeito das opiniões dos professores sobre: 1°) Instrumentos de coleta de dados utilizados pela CPAI; 2°) Finalidades da avaliação e utilização dos resultados e 3°) Nível de participação dos professores no processo avaliativo.

I- Opiniões a respeito do instrumento de coleta de dados utilizado pela CPAI e condições de aplicação.

A primeira questão era saber se o professor concordava ou não em ser avaliado pelo aluno.

A seguir, buscava-se verificar a credibilidade que o mesmo atribuía ao questionário utilizado pela CPAI, ou seja, se ele acreditava que o aluno seria capaz de avaliar o trabalho docente através das questões formuladas pela CPAI. Foram considerados, para a construção do questionário, os mesmos itens da subdivisão apresentada no instrumento de avaliação aplicado aos alunos em 2003. Estes itens diziam respeito à: competência profissional, à atuação didático-pedagógica e ao relacionamento professor / aluno.

Em relação a essa subdivisão, perguntou-se ao professor se ele concordava que esses seriam os principais componentes para a avaliação do desempenho profissional docente. Além das possibilidades de respostas – "sim" e "não"-, foi apresentada como alternativa, "parcialmente", uma vez que a concordância ou discordância poderia não ser total.

No questionário aplicado aos alunos pela CPAI, o professor é avaliado, através de menções, no tocante a sua competência profissional através de seis itens, a saber:

1. Apresentação do plano de trabalho.
2. Orientação sobre a bibliografia.
3. Domínio dos assuntos.
4. Atualização na área de conhecimento.
5. Capacidade de mostrar a aplicabilidade dos assuntos desenvolvidos nas aulas.
6. Envolvimento com o curso.

Perguntou-se a opinião do professor a respeito da capacidade do aluno em avaliar esses quesitos, dando-se como alternativas de respostas:

Dispõe de capacidade.

Não dispõe de capacidade.

Dispõe parcialmente de capacidade.

Não sei avaliar se dispõe.

O mesmo tipo de pergunta foi formulado em relação aos indicadores da atuação didático-pedagógica, propostos pelo questionário aplicado aos alunos, quais sejam:

1. Comprometimento com o ensino e a aprendizagem.
2. Organização nas aulas.
3. Capacidade de diversificar o trabalho.
4. Capacidade de criar nas aulas um ambiente agradável e propício para a aprendizagem e participação dos alunos.
5. Orientação sobre a avaliação.
6. Cumprimento do plano de trabalho.

As alternativas de respostas foram as mesmas da questão anterior.

E finalmente, para avaliar o relacionamento professor / aluno, no referido questionário, foram apresentadas duas questões.

1. Relacionamento pessoal com os alunos.
2. Envolvimento com a Uniso.

Mais uma vez foi solicitado ao professor que emitisse sua opinião a respeito da capacidade do aluno em julgar esses aspectos da atuação profissional docente, em que ele poderia assinalar a resposta dentro das alternativas já mencionadas anteriormente (dispõe, não dispõe, dispõe parcialmente de capacidade ou não sei avaliar).

Com essa série de questões procurava-se verificar se, na opinião do professor, o aluno tinha, de fato, capacidade para avaliar os aspectos que a CPAI apresentava em seu questionário. Supunha-se que, se o professor respondesse que o aluno não dispõe de capacidade para avaliar determinado item, isto seria indicação de que ele atribuía pouca credibilidade aos resultados da avaliação correspondente.

Com o mesmo enfoque, foram ainda, nessa primeira parte, formuladas questões relacionadas às condições de aplicação dos questionários aos alunos, envolvendo a época em que os alunos realizavam a avaliação dos professores, o número de questões apresentado aos

alunos, o grau de dificuldade dessas questões e as instruções oferecidas aos alunos para o preenchimento do questionário. Procurava-se, nestas questões, verificar se haveria objeções que também indicassem descrédito dos resultados pelos professores. A época, por exemplo, seria um fator que diminuiria a credibilidade, caso representasse um período de baixa freqüência dos alunos. Os resultados da avaliação do desempenho docente seriam desconsiderados pelos professores, se, na opinião deles, o número de questões apresentadas fosse excessivo, com grau de dificuldade de compreensão elevado e se as instruções dadas aos alunos fossem consideradas insuficientemente esclarecedoras.

Por fim, ainda dentro da primeira parte do questionário, perguntou-se ao professor se as designações: "muito bom", "bom", "regular", "ruim" e "péssimo" representavam efetivamente o mérito que lhe era atribuído, a partir da tabulação do questionário respondido pelos alunos.O objetivo era verificar se havia concordância ou não do professor em relação ao caráter classificatório que essa escala de mérito sugeria.

II- Finalidades da avaliação e utilização dos resultados.

Basicamente essa parte do questionário consistiu em se obter dados ou vestígios da opinião dos professores sobre as finalidades e as utilizações dos resultados da avaliação. Para isso optou-se por utilizar questões abertas, por considerar-se que, dessa maneira, ter-se-iam mais elementos de análise do que criando alternativos de respostas que, além de ensejarem possíveis induções, poderiam não corresponder à complexidade global do problema.

Indagou-se, ainda, também através de questões abertas, quais as mudanças efetuadas pelo professor em sua prática, decorrentes dos resultados da avaliação. Dessa forma, estava-se verificando o quanto a avaliação do desempenho profissional docente tem desencadeado mudanças que poderiam significar melhorias do processo ensino-aprendizagem.

III – Nível de participação no processo avaliativo.

Pretendia-se saber quais eram as esferas em que poderiam ocorrer envolvimento e participação do professor no processo da avaliação: nos colegiados de curso, nas conversas informais e, mais especificamente, se houvera algum convite para a sua participação no processo. Tais questões indicariam se a instituição tem conseguido desencadear o processo de envolvimento e participação dos docentes na criação de uma cultura de avaliação.

Para estabelecer um julgamento feito pelo professor, de todo o processo avaliativo, estabeleceu-se, a exemplo do que a CPAI realiza, uma avaliação desse processo, solicitando que ele, o professor, atribuísse um conceito (na mesma escala utilizada na avaliação dos

professores: Péssimo – Ruim – Regular – Bom – Muito Bom) para os seguintes aspectos da avaliação dos professores:

1. Credibilidade.
2. Pertinência das questões.
3. Condições de aplicação.
4. Apresentação dos resultados.
5. Utilização dos resultados.
6. Participação dos professores.
7. Perfil do professor implícito nos questionários.
8. Contribuição para o aperfeiçoamento institucional.

A avaliação realizada dessa maneira foi feita na expectativa de quantificar os conceitos, estabelecer médias e verificar a coerência das respostas às perguntas formuladas ao longo do questionário. Indicaria, ao se utilizar a mesma metodologia da CPAI, como os professores a avaliariam e apresentaria uma síntese revelando aspectos mais gerais da opinião do professor. Essa seria a qualidade apontada para as informações traduzidas em sínteses numéricas, que se consideram pertinentes quando associadas a outras formas de investigação.

Na parte final do questionário, visava-se criar a oportunidade do professor sugerir mudanças no processo da avaliação institucional. Para isso, perguntou-se ao professor quais as suas possíveis sugestões para o aperfeiçoamento do referido processo.

3.2.2 Escolha da amostra e condições de aplicação do questionário.[9]

A primeira questão surgida quanto à aplicação do questionário foi a de definir o universo amostral. Em princípio, partiu-se para a construção de uma amostra, dada a impossibilidade de tempo e recursos que demandaria ouvir o universo total dos professores. Diante de tal impossibilidade, foi definido inicialmente o universo que realmente serviria de base para a construção da amostra da pesquisa.

[9] Um comentário se faz oportuno a respeito da aplicação dos questionários. O índice de devolução em um curto espaço de tempo indicou para a investigadora uma receptividade muito boa por parte dos professores em relação ao tema. Revelou também o sentido de companheirismo e colaboração do grupo de professores com o trabalho acadêmico de seus membros.

Do total de 342 professores lotados na Uniso foram retirados do universo, destinado ao sorteio da amostra, aqueles que, por ocuparem cargos como dirigentes ou como coordenadores de cursos, núcleos ou comissões permanentes, poderiam ter uma visão diferenciada sobre o processo de avaliação dos professores, num total de 44 pessoas. Esse critério refere-se ao fato de se considerar que os professores que desempenham funções administrativas, além do exercício do magistério, têm acesso diferenciado dos demais professores às instâncias de decisão da universidade. Lembre-se que o interesse da pesquisa está centrado na opinião apenas dos professores que apenas realizam o trabalho docente. Foram retirados ainda, da listagem inicial, 11 professores do mestrado, por não ser feita a avaliação dos mesmos, nos moldes aplicados aos professores da graduação. Foi retirado ainda o nome da própria investigadora. Totalizaram-se 56 nomes, retirados da listagem inicial. Com isso, o universo de investigação do presente trabalho acabou constituído por 286 professores.

A partir dessa definição, partiu-se para a escolha da amostra. Pelas características da pesquisa, optou-se por uma amostra do tipo aleatória estratificada. Antes, no entanto, se realizaram alguns procedimentos de estratificação do universo da pesquisa, visando a sua apresentação por áreas de ciências. O critério para a adoção desse procedimento obedeceu aos mesmos adotados pela pró-reitoria de Graduação da Uniso, para apresentar os cursos de graduação em seus documentos oficiais. Assim sendo, a distribuição obedeceu aos seguintes agrupamentos:

1. **Área de Ciências da Comunicação:** Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo, Comunicação Social: Habilitação em Publicidade e Propaganda, Letras: Inglês, Letras: Português, Letras: Habilitação em Português e Espanhol, Letras: Habilitação em Português e Inglês, Hotelaria, Teatro/ Arte-Educação, Turismo e Relações Públicas.

2. **Área de Ciências Sociais e Aplicadas:** Administração de Empresas, Administração em Comércio Exterior, Administração de Negócios, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito,Gestão Ambiental, Gestão de Negócios Financeiros e Bancários e Gestão Imobiliária.

3. **Área de Ciências Humanas:** Filosofia, História, Pedagogia: Habilitação para a Docência nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Habilitação em Administração Escolar na Educação Básica, Pedagogia: Habilitação em docência nas Séries iniciais do Ensino Fundamental e Pedagogia: Habilitação em docência da Educação Infantil .

4. **Área de Ciências Exatas e Tecnológicas:** Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Matemática, Sistemas de Informação e Física.
5. **Área de Ciências Biológicas e da Saúde :** Farmácia, Nutrição e Terapia Ocupacional.

A partir da listagem recebida da Reitoria, onde constava o nome dos professores, sua área de atuação e qualificação profissional, além da titulação, foi possível estabelecer a referida classificação e a definição da população e da amostra do tipo probabilística estruturada (em torno de 10%), conforme tabela abaixo:

Área das Ciências	**População**	**Amostra**
1. Comunicação	46	5
2. Sociais e Aplicadas	91	9
3. Humanas	47	5
4. Exatas	34	4
5. Biológicas e da Saúde	68	7
Total	**286**	**30**

O interesse em manter, na amostra, a proporcionalidade relacionada à área de atuação e de formação profissional, tem por objetivo eliminar possíveis distorções decorrentes de uma concentração, não desejada, de profissionais da mesma área de formação e atuação. Por exemplo, áreas de atuação em que, os profissionais estão habituados a um processo de avaliação do mundo empresarial, poderiam ter uma opinião distinta da dos profissionais da área da saúde ou das ciências humanas.

E importante ressaltar que o interesse da pesquisa reside em conhecer a opinião do professor da Uniso, qualquer que seja a sua área de formação, a respeito de como ele está sendo avaliado na instituição. Não se pretende, para efeito de tabulação e análise dos resultados, fazer comparações entre os vários segmentos que foram utilizados para a constituição da amostra.

Os professores foram agrupados e numerados por estratos estabelecidos. Foram sorteados 30 professores e mais 15 para possíveis substituições. A escolha obedeceu à ordem do sorteio. O caráter aleatório da composição da amostra garantiu a possibilidade de qualquer integrante do grupo ser escolhido, o que foi feito tendo em vista o aumento da confiabilidade nos resultados.

Os questionários foram distribuídos pessoalmente pela pesquisadora e a devolução dos mesmos foi acertada em função das conveniências do professor respondente; devolução em mãos, colocação no armário da pesquisadora, remessa através de outro professor ou funcionária da sala dos professores. Apenas um professor não aceitou o convite para responder o questionário e foi substituído pelo imediatamente posterior, na lista dos sorteados, da mesma área de atuação. Apesar de existir uma carta explicativa para o professor, junto ao questionário, houve também uma conversa com cada um, em que se procurou ressaltar a importância da contribuição e a garantia do anonimato das respostas. Para a devolução foi solicitado que o envelope contendo o questionário respondido fosse grampeado e que, quando deixado no armário ou entregue através de um intermediário, apenas a pesquisadora fosse notificada pessoalmente.

Dos trinta questionários distribuídos, apenas seis deixaram de ser devolvidos. O que provocou a escolha, pelo mesmo critério da lista de sorteio, de mais 8 questionários (com uma margem de 2 questionários a mais do que o estabelecido, para evitar novas substituições) No prazo de uma semana, quando foi feita a devolução de 6 questionários, totalizando os 30 considerados os adequados para a amostra, encerrou-se o processo de coleta de dados.

3.3 Apresentação dos Resultados.

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos a partir da tabulação dos questionários, seguindo-se a ordem das perguntas formuladas, e acrescidos os comentários descritivos e explicativos.

Pergunta 1. Você concorda que o professor seja avaliado pelos alunos?

☐ Sim **☐ Não** **☐ Parcialmente.**

A maioria expressiva dos pesquisados (76%) concorda que os professores sejam avaliados pelos alunos (Tabela 01).

Essas respostas demonstram uma tendência, bastante nítida, de que não há, da parte dos professores, nenhuma discordância significativa em relação a serem avaliados pelos alunos. O que demonstra uma certa coerência, considerando que os professores são avaliadores tradicionais dos alunos.

Tabela 01: **Concordância com a avaliação do professor pelos alunos.**

Resposta	Freqüência	%
Não	2	6,7
Parcialmente	5	16,7
Sim	23	76,7
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 2. As questões formuladas no questionário aplicado aos alunos estabelecem como principais componentes para a avaliação do desempenho profissional docente: a competência profissional, a atuação didático-pedagógica e o relacionamento professor / aluno. Você concorda ?

☐ **Sim** ☐ **Não** ☐ **Parcialmente.**

Quanto a considerarem que os principais componentes para a avaliação do desempenho profissional docente sejam agrupados em questões que verifiquem a competência profissional, a atuação didático-pedagógica e o relacionamento professor / aluno, 36,7% responderam sim e a maioria (53%) respondeu parcialmente (Tabela 02).

Tabela 02: **Concordância quanto serem os componentes para a avaliação de desempenho do professor: competência profissional, atuação didático-pedagógica e relacionamento professor-aluno.**

Resposta	Freqüência	%
Não	3	10,0
Sim	11	36,7
Parcialmente	16	53,3
Total	**30**	**100,0**

Comparando-se as tendências apresentadas nas respostas dadas à 1ª questão com as da 2ª, pode-se afirmar que a maioria dos professores concorda que haja uma avaliação feita pelos alunos, porém, não concordam em relação aos componentes utilizados pela CPAI, para verificar seu desempenho profissional. O grau de concordância nas duas questões é bem menor entre si (76,7% para 36,7%).

Pergunta 2.1 No questionário aplicado aos alunos pela CPAI o professor é avaliado na sua competência profissional através de seis itens. Assim sendo, pede-se assinalar com X a alternativa que mais, a seu modo de ver, reflete a capacidade do aluno em avaliar o professor em cada um dos itens propostos.

Competência profissional. Itens:	Dispõe de capacidade.	Não dispõe de capacidade.	Dispõe parcialmente de capacidade.	Não sei avaliar se dispõe.
1. Apresentação do plano de trabalho.				
2. Orientação sobre a bibliografia.				
3. Domínio dos assuntos.				
4. Atualização na área de conhecimento.				
5. Capacidade de mostrar a aplicabilidade dos assuntos desenvolvidos nas aulas.				
6. Envolvimento com o curso.				

Ao solicitar que o professor expressasse sua opinião a respeito da capacidade do aluno em avaliar cada um dos itens propostos pelo questionário da instituição, sob a denominação de competência profissional, percebemos que, para a maioria, os alunos têm mais capacidade para avaliar: a apresentação de plano de trabalho, a orientação sobre bibliografia e a aplicabilidade dos assuntos desenvolvidos em aula, do que o domínio dos assuntos, o envolvimento com o curso e a atualização na área de conhecimento. Com esses dados, pode-se talvez inferir que o professor acredite que os alunos têm capacidade para avaliá-lo apenas nas características mais visíveis de sua profissão, faltando-lhes capacidade, ou ao menos em parte, para avaliar características substantivas que definissem sua competência do profissional como "bom professor" (Tabela 03).

Tabela 03: **Capacidade do aluno em avaliar o professor quanto à competência profissional.**

	Plano de trabalho		Orientação Bibliografia		Domínio dos assuntos		Atualização		Aplicabilidade dos assuntos		Envolvimento com o curso	
Resposta	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**
Não sei	-	-	2	6,7	-	-	1	3,3	-	-	-	-
Dispõe parcial.	9	30,0	8	26,7	12	40,0	15	50,0	15	50,0	16	53,3
Não dispõe	7	23,3	7	23,3	7	23,3	7	23,3	2	6,7	6	20,0
Dispõe	14	46,7	13	43,3	11	36,7	7	23,3	13	43,3	8	26,7
Total	**30**	**100**	**30**	**100**	**30**	**100**	**30**	**100**	**30**	**100**	**30**	**100**

Pergunta 2.2 No mesmo questionário, consideram-se como indicadores de atuação didático-pedagógica, outros seis itens. Pede-se assinalar com um X a alternativa que mais, a seu modo de ver, reflete a capacidade do aluno em avaliar o professor em cada um dos itens propostos

Atuação didático-pedagógica. Itens:	**Dispõe de capacidade**	**Não dispõe de capacidade**	**Dispõe parcialmente de capacidade**	**Não sei avaliar se dispõe**
1. Comprometimento com o ensino e a aprendizagem.				
2. Organização nas aulas.				
3. Capacidade de diversificar o trabalho.				
4. Capacidade de criar nas aulas um ambiente agradável e propício para a aprendizagem e participação dos alunos.				
5. Orientação sobre a avaliação.				
6. Cumprimento do plano de trabalho.				

Tabela 04: **Capacidade do aluno em avaliar o professor quanto à atuação didático-pedagógica.**

	Comprometi-mento		Organização		Capacidade de diversificar		Ambiente agradável		Orientação s/ avaliação		Cumprimento plano trabalho	
Resposta	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**	**Freq.**	**%**
Não sei	-	-	-	-	1	3,3	-	-	1	3,3	1	3,3
Dispõe parcial.	14	46,7	8	26,7	10	33,3	8	26,7	10	33,3	10	33,3
Não dispõe	1	3,3	2	6,7	4	13,3	1	3,3	3	10,0	2	6,7
Dispõe	15	50,0	20	66,7	15	50,0	21	70,0	16	53,3	17	56,7
Total	30	100	30	100	30	100	30	100	30	100	30	100

A opinião da maioria dos professores sobre os itens a respeito do desempenho docente relacionado à atuação didático-pedagógica, é que os alunos dispõem de capacidade para avaliá-los. Obtendo um grau de aprovação maior do que em relação à competência profissional. Destaca-se a aprovação maior em relação aos itens: capacidade de criar nas aulas um ambiente agradável e propício para a aprendizagem, participação dos alunos e organização nas aulas. E menor em relação à capacidade de diversificar o trabalho e orientação sobre a avaliação (Tabela 04).

Pergunta 2.3 E finalmente, para avaliar o relacionamento professor / aluno, no referido questionário, são apresentadas duas questões. . Pede-se assinalar com um X a alternativa que mais, a seu modo de ver, reflete a capacidade do aluno em avaliar o professor em cada um dos itens propostos.

Relacionamento professor –aluno. Itens:	**Dispõe de capacidade.**	**Não dispõe de capacidade.**	**Dispõe parcialmente de capacidade.**	**Não sei avaliar se dispõe.**
1. Relacionamento pessoal com os alunos.				
2. Envolvimento com a Uniso.				

Nesse componente da avaliação de desempenho docente, os professores manifestam que os alunos têm capacidade para avaliar o relacionamento pessoal com os alunos e apenas parcialmente para avaliar o envolvimento do professor com a Uniso (Tabela 05).

Tabela 05: **Capacidade do aluno em avaliar o professor quanto ao relacionamento professor/ aluno.**

	Relacionamento pessoal com alunos		Envolvimento com a Uniso	
Resposta	**Freqüência**	**%**	**Freqüência**	**%**
Não sei	1	3,3	1	3,3
Dispõe parcialmente	5	16,7	14	46,7
Não dispõe	1	3,3	6	20,0
Dispõe	23	76,7	9	30,0
Total	**30**	**100**	**30**	**100**

Do exposto, considera-se que, para a maioria dos professores, os tópicos do questionário aplicado pela CPAI, que apresentam maior aprovação em relação à capacidade dos alunos para avaliá-los são os que se referem ao relacionamento professor / aluno e à atuação didático-pedagógica.

Pergunta 3. Quanto às condições de aplicação dos questionários para os alunos, você considera:

3.1.A época (no 2°semestre de 2003, foi em outubro) em que os alunos respondem a avaliação: ☐ Adequada ☐ Inadequada ☐ Indiferente

Parece não haver maiores objeções por parte dos professores quanto à época de aplicação dos questionários aos alunos, uma vez que 46,7% consideram-na adequada e, para 36,7%, ela é indiferente (Tabela 06).

Tabela 06: **Época em que os alunos respondem à avaliação.**

Resposta	**Freqüência**	**%**
Inadequada	5	16,7
Indiferente	11	36,7
Adequada	14	46,7
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 3.2. Você considera o número de questões (em 2003, foram quinze) propostas aos alunos:

☐ **Suficiente** ☐ **Insuficiente** ☐ **Excessivo** ☐ **Sem opinião**

Considere-se que 40% dos respondentes avaliaram como excessivo o número de questões respondidas pelos alunos, o que pode indicar a necessidade de revisão desse aspecto (Tabela 07).

Tabela 07: **Número de questões.**

Resposta	Freqüência	%
Insuficiente	2	6,7
Sem opinião	5	16,7
Suficiente	11	36,7
Excessivo	12	40,0
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 3.3. Você considera que o grau de dificuldade das questões, tendo em vista o público a que são dirigidas (aluno), é:

☐ **Elevado** ☐ **Médio** ☐ **Baixo.**

Para 70% dos respondentes, o questionário, respondido pelos alunos, apresenta um grau de dificuldade médio; portanto, os professores não consideram o questionário de difícil entendimento.Em uma outra perspectiva, pode-se também dizer que apenas 10% dos professores consideram-no com baixo grau de dificuldade (Tabela 08).

Tabela 08: **Grau de dificuldade das questões.**

Resposta	Freqüência	%
Baixo	3	10,0
Elevado	6	20,0
Médio	21	70,0
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 3.4. Você considera as instruções oferecidas aos alunos para o preenchimento do questionário:

- ☐ **Suficientemente esclarecedoras**
- ☐ **Insuficientemente esclarecedoras**
- ☐ **Medianamente esclarecedoras.**

A grande maioria (76,6%) não considera as instruções oferecidas como suficientemente esclarecedoras. Apenas 16,7% aprovam a forma como as instruções são explicitadas aos alunos (Tabela 09).

Tabela 09: **Instruções oferecidas aos alunos para preenchimento do questionário.**

Resposta	Freqüência	%
Suficientemente esclarecedoras	5	16,7
Insuficientemente.esclarecedoras	10	33,3
Medianamente esclarecedoras	13	43,3
Total	28	93,3
Sem resposta	2	6,7
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 4. A tabulação do questionário resulta em uma pontuação que por sua vez corresponde a uma escala de mérito que classifica o professor como: "muito bom", "bom", "regular", "ruim" e "péssimo". Você considera que o professor classificado com uma destas designações tenha efetivamente o mérito que lhe é atribuído?

☐ **Sim** ☐ **Não** ☐ **Sem opinião**

A pontuação atribuída e a sua respectiva correspondência a uma escala de mérito, classificando o professor em "muito bom", "bom", "regular" e "péssimo", não expressa essas qualidades para número expressivo (76,67%) dos professores (Tabela 10). O resultado dessa questão pode sugerir a discordância dos professores em relação aos rótulos e ao caráter classificatório que passa a existir na avaliação institucional. É de se ponderar o peso relativo dessa manifestação dos professores. Será que um índice tão alto de rejeição, aliás, um dos mais altos obtidos em todo o questionário, não estaria indicando uma rejeição da realidade do próprio questionário como um todo? Nesse sentido fica a pergunta: caso se prescindisse da

classificação, a ação avaliativa estaria perdida? Para que serve classificar os professores individualmente, segundo categorias tão genéricas e indefinidas?

Tabela 10: **Concordância com a adequação da classificação resultante da avaliação institucional ao desempenho do professor.**

Resposta	Freqüência	%
Sem opinião	3	10,0
Sim	4	13,3
Não	23	76,7
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 5. Você conhece as finalidades da avaliação dos professores pelos alunos, expressos nos documentos da CPAI?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte.

Em caso afirmativo, mesmo parcialmente, quais são essas finalidades, em sua opinião?_____

Apenas 6,7% respondem saber as finalidades da avaliação dos professores pelos alunos, expressas nos documentos da CPAI. Enquanto 36,7% assumem desconhecer essas finalidades, aproximadamente metade dos respondentes afirma conhecê-las apenas em parte (Tabela 11). Se pouco menos de 7% dos professores respondem conhecer suficientemente as finalidades da avaliação dos professores pelos alunos, isso significa que o restante desconhece ou conhece apenas em parte tais finalidades. O que demonstra, ou dá indícios, de falta de discussão junto aos professores das finalidades do processo.

Tabela 11: **Conhecimento das finalidades da Avaliação Institucional.**

Resposta	Freqüência	%
Sim	2	6,7
Não	11	36,7
Em parte	17	56,7
Total	**30**	**100,0**

As respostas às questões abertas foram sintetizadas a partir de categorias criadas com base nas diversas opiniões emitidas pelos professores. Tais categorias e os respectivos critérios serão apresentados na seqüência do questionário aplicado. [10]

Na questão referente à Tabela 12 - "Finalidades da Avaliação" (Questão 5.1)- foram criadas as seguintes categorias:

Melhoria da qualidade de ensino, do ponto de vista institucional.

Sempre que a resposta valorizava aspectos de melhoria da qualidade de ensino do ponto de vista da instituição e não do professor.

Mecanismo de controle institucional. *(sentido de premiação ou punição)*

O sentido de premiação ou punição (promoção, classificação ou dispensa), justifica-se como expressão de um conceito de avaliação com a função de controle institucional. O fato de serem agrupados os aspectos positivos e negativos, deve-se à pequena incidência dessa categoria e ao fato de se considerar que o mecanismo de controle revela um sentido de avaliação que não corresponde ao adotado no presente trabalho.

Informações para o professor melhorar seu desempenho.

Foram agrupadas as respostas que indicavam claramente o aspecto formativo da avaliação para o professor aprimorar seu trabalho.

Exigência governamental.

Com baixa incidência, são apresentadas respostas que indicam ser a avaliação realizada para mero cumprimento de exigências governamentais.

As respostas dos professores a respeito das finalidades da avaliação têm um índice de abstenção de 56%, ou seja, a grande maioria desconhece essas finalidades ou, apesar do sigilo assegurado, preferiram não se posicionar. Das respostas dadas, a maioria vê as finalidades da avaliação como um controle institucional. Enquanto apenas 10% acreditam na avaliação como um instrumento para melhorar o desempenho do professor (Tabela 12).

[10] A transcrição de todas as respostas abertas pode ser verificada no ANEXO G.

Tabela 12: **Finalidades da avaliação.**

Resposta	Freqüência	%
Exigência governamental	1	3,3
Informações para o professor melhorar seu desempenho	3	10,0
Melhoria da qualidade de ensino, do ponto de vista institucional	4	13,3
Mecanismo de controle institucional (premiação ou punição)	5	16,7
Total	13	43,3
Sem resposta	17	56,7
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 6. Quais são, segundo seu conhecimento, as utilizações feitas pela Uniso dos resultados da avaliação de docentes por alunos? _____

Tabela 13: **Utilização dos resultados da avaliação de docentes.**

Resposta	Freqüência	%
Premiação ou punição	7	23,3
Aprimoramento profissional	7	23,3
Não sei, desconheço, nenhuma	15	50,0
Total	29	96,7
Sem resposta	1	3,3
Total	**30**	**100,0**

Categorias da Tabela 13: Utilização dos resultados

Não sei, desconheço, nenhuma.

Foram agrupadas todas as respostas que revelavam desconhecimento das utilizações dos resultados.

Premiação ou punição.

O sentido de prêmio ou castigo (promoção, classificação ou dispensa), justifica-se como expressão de um conceito de avaliação com a função de controle institucional. O fato de serem agrupados os aspectos positivos e negativos, deve-se à pequena incidência dessa categoria e ao fato de considerarmos o mecanismo de controle como mais significativo para revelar o sentido dado à avaliação pelos professores.

Aprimoramento profissional.

Nessa categoria foram consideradas as respostas que indicavam aprimoramento profissional, quer desencadeados institucionalmente, quer pelo próprio professor. (sem grande representação numérica).

O não conhecimento da utilização institucional dos resultados do processo avaliativo por 50% dos professores consultados pode indicar a falta de envolvimento, comunicação, interesse ou mesmo, que esses resultados não estejam sendo utilizados.

Pergunta 6.1. Você concorda com essa utilização dos resultados?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte.

Supõe-se que, devido ao elevado índice de desconhecimento das utilizações dos resultados das avaliações, apontado na tabela anterior, tenha-se também, nesta questão, um nível baixo de concordância (3,3%), uma abstenção de 26,7%, uma discordância de 33,3% e uma concordância parcial de 36,7% (Tabela 14). Mesmo assim, pode-se observar uma certa incoerência entre as respostas dadas a esta questão e à anterior. O que impedem conclusões mais definitivas, mesmo tratando de obter simples indícios ou tendências.

Tabela 14: **Concordância com a utilização dos resultados.**

Resposta	Freqüência	**%**
Sim	1	3,3
Não	10	33,3
Em parte	11	36,7
Sem resposta	8	26,7
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 7. Os resultados das avaliações promovidas pela CPAI desencadearam alguma mudança em seu desempenho profissional?

☐ Não
☐ Sim

Pergunta 8. Quais?_____

56% dos professores dizem, terem as avaliações da CPAI desencadeado mudanças em seu desempenho profissional (Tabela 15). Portanto, o efeito da avaliação sobre o fazer docente, divide ao meio a amostra.

Tabela 15: **Existência de mudanças no desempenho a partir das avaliações da CPAI.**

Resposta	Freqüência	%
Não	13	43,3
Sim	17	56,7
Total	**30**	**100,0**

Para a tabulação das respostas relacionadas às mudanças ocorridas a partir da avaliação institucional foram criadas as seguintes categorias utilizadas na tabela 16:

Revisão da metodologia de ensino

Foram consideradas as respostas que indicavam mudanças didático-pedagógicas, indicando que seriam decorrentes de revisões metodológicas com enfoque no aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

Mudanças de postura

NesSe agrupamento encontram-se as respostas que indicavam alterações de comportamento e postura diante da relação professor-aluno e do fazer pedagógico.

Crítica à avaliação

Reúnem-se respostas que não consideram a avaliação o elemento desencadeador das mudanças efetuadas.

Tabela 16: **Mudanças no desempenho a partir das avaliações da CPAI.**

Resposta	Freqüência	%
Mudanças de postura	3	10,0
Crítica à avaliação	3	10,0
Revisão da metodologia de ensino	11	36,7
Total	17	56,7
Sem resposta	13	43,3
Total	**30**	**100,0**

Essas mudanças ocorreram com maior incidência na metodologia de ensino; a seguir, vêm mudanças de posturas no relacionamento com os alunos. Registre-se a porcentagem de 43,3% de ausência de respostas (Tabela 16), o que coincide com o percentual de professores que responderam que a avaliação feita pelos alunos não desencadeou mudança no seu desempenho.

Pergunta 9. Você comenta o resultado da avaliação recebida com seus colegas?

☐ **Sempre** ☐ **Às vezes** ☐ **Raramente** ☐ **Nunca**

A respeito da freqüência com que os professores comentam, com os colegas, sobre os resultados da avaliação, pode-se verificar um certo equilíbrio entre os que respondem "sempre" e "às vezes" (53%) e os que dizem "nunca" e "raramente" (47%) (Tabela 17).

Tabela 17: **Comentários com colegas sobre o resultado da avaliação.**

Resposta	Freqüência	%
Nunca	3	10,0
Raramente	11	36,7
Às vezes	13	43,3
Sempre	3	10,0
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 10. No(s) colegiado(s) de curso(s) em que atua, a avaliação dos professores pelos alunos é assunto tratado em reuniões?

☐ **Sempre** ☐ **Às vezes** ☐ **Raramente** ☐ **Nunca**

Em reuniões de colegiado, os resultados da avaliação de professores nunca são discutidos, para 23% dos professores consultados; e raramente para 30% (Tabela 18).

Tabela 18: **Discussão dos resultados da avaliação dos professores pelos alunos em reuniões de colegiado de curso.**

Resposta	Freqüência	%
Nunca	7	23,3
Raramente	9	30,0
Às vezes	12	40,0
Sempre	2	6,7
Total	**30**	**100,0**

A tendência que se pode inferir das respostas dadas a esta questão é majoritariamente no sentido da falta de maiores discussões acerca do assunto. Apenas 6,7% dos entrevistados se disseram contemplados com uma discussão permanente e sistemática.

Pergunta 11. Você foi convidado a contribuir, de alguma forma, para o processo de avaliação dos docentes pelos alunos?

☐ **Não** ☐ **Sim**

Em caso positivo,

11.1 Qual a origem do convite?

11.2. Qual foi o tipo de colaboração solicitada?

Para um total de 93,3% (Tabela 19) dos respondentes nunca houve convite para contribuir para o processo de avaliação dos docentes pelos alunos. Tal dado demonstra insofismavelmente o absoluto desinteresse em envolver o professor no seu próprio processo de

avaliação. Fato este que contraria o espírito proposto por todos os autores que tratam da avaliação com um sentido emancipatório e democrático, caráter também assumido no presente estudo.

Tabela 19: **Convite para contribuir para o processo de avaliação dos docentes pelos alunos.**

Resposta	Freqüência	%
Sim	2	6,7
Não	28	93,3
Total	**30**	**100,0**

Pergunta 12. Você considera válido o processo de avaliação dos professores pelos alunos, que a Uniso realiza?

☐ Sim ☐ Não ☐ Sim, com ressalvas.

Indique quais aspectos do processo considera:

Válidos_____

Não válidos_____

Parcialmente válidos_____

Tabela 20: **Validade do processo de avaliação dos professores pelos alunos.**

Resposta	Freqüência	%
Não	6	20,0
Sim	8	26,7
Sim, com ressalvas	16	53,3
Total	**30**	**100,0**

A validade do processo de avaliação dos professores teve seu maior índice em "sim, com ressalvas" (53,3%) que, se acrescido aos que responderam "sim" (26,7%), pode indicar que os professores consideram o processo válido (Tabela 20). Discute-se a interpretação dessa inferência. Será que os professores não estão discordando de serem avaliados pelos alunos? O

que quer dizer a manifestação expressa no item 10, que mostra que uma grande maioria (em torno de 75%) não aprova o critério classificatório da avaliação? Ou porque, concordando com o processo de avaliação dos docentes pelos alunos, os professores praticamente se dividem quanto à utilização dele pra produzir mudanças em sua atuação?

A seguir, foi solicitado ao professor que enunciasse quais aspectos, na opinião dele, seriam considerados válidos, não válidos e [11]parcialmente válidos. Por tratar-se de questão aberta, apresenta-se o resumo do tratamento dado às respostas.

Tabela 21: **Aspectos válidos da avaliação dos professores pelos alunos.**

Resposta	**Freqüência**	**%**
Atuação didático-pedagógica do professor e relacionamento professor- aluno	4	13,3
A avaliação em si mesma como necessária e útil	4	13,3
Possibilidade da melhoria da qualidade de ensino	11	36,7
Sem resposta	11	36,7
Total	**30**	**100,0**

Categorias da tabela 21: Validade do processo de avaliação.

ASPECTOS VÁLIDOS

Questões relacionadas à atuação didático-pedagógica do professor e relacionamento professor-aluno.

Foram agrupadas as respostas que apresentavam concordância com o fato do aluno avaliar, no desempenho do professor, a sua atuação didático-pedagógica e o relacionamento professor-aluno.

Possibilidade da melhoria da qualidade de ensino.

[11] As respostas obtidas no item: "parcialmente válidos" serão desconsideradas na análise, devido ao pequeno número obtido e por se referirem, na verdade, aos "aspectos não válidos."

Foram consideradas as respostas que mencionavam a validade da avaliação para a melhoria da qualidade de ensino.

A avaliação em si mesma como necessária e útil.

Nessa categoria, estão reunidas as respostas que mencionavam a avaliação dos professores pelos alunos como válida em si mesma, sugerindo que não se questiona a necessidade nem a utilidade da avaliação, e sim alguns de seus aspectos.

Como aspectos válidos, os professores apontaram a possibilidade da melhoria da qualidade de ensino, seguida pelo valor intrínseco atribuído à avaliação, destacando sua pertinência quanto à atuação didático-pedagógica do professor e seu relacionamento com os alunos (Tabela 21).

Tabela 22: **Aspectos não-válidos da avaliação dos professores pelos alunos.**

Resposta	**Freqüência**	**%**
Falta de participação dos professores / utilização dos resultados	2	6,7
Caráter classificatório da avaliação	4	13,3
Crítica aos instrumentos de coleta de dados e condições de aplicação	5	16,7
Falta de credibilidade nos resultados	6	20,0
Sem resposta	13	43,3
Total	**30**	**100,0**

Categorias da tabela 22: Validade do processo de avaliação.

ASPECTOS NÃO VÁLIDOS

Falta de credibilidade nos resultados.

Respostas que apresentavam dúvidas com relação aos resultados, por considerar que ocorrem muitos vieses distorcendo os resultados.

Críticas aos instrumentos de coleta de dados e às condições de aplicação.

Respostas que indicavam críticas a aspectos técnicos da avaliação.

Críticas ao caráter classificatório da avaliação

Respostas que mencionavam a apresentação dos resultados para fins de classificação e desprestígio do professor.

Críticas à falta de participação dos professores e/ ou de utilização dos resultados.

Respostas que apontavam a falta de participação dos professores nas discussões sobre a avaliação e, ainda, as que se referiam à utilização de seus resultados.

Observem-se 43% de ausência de respostas (Tabela 21). Das críticas feitas, há um certo equilíbrio entre a questão falta de credibilidade nos resultados, aos instrumentos de coleta de dados, às condições de aplicação e ao caráter classificatório da avaliação. A participação dos professores e a utilização dos resultados não foi objeto de crítica pela maioria dos respondentes, uma vez que apareceu apenas em 6,7% das respostas. Fato esse que pode estar demonstrando um certo desinteresse do professor pela sua avaliação.

Pergunta 13. Avaliando a avaliação dos professores, realizada pela CPAI, qual o conceito que você atribuiria para:

Item	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Credibilidade					
Pertinência das questões					
Condições de aplicação					
Apresentação dos resultados					
Utilização dos resultados					
Participação dos professores					
Perfil do professor implícito nos questionários					
Contribuição para o aperfeiçoamento institucional					

A seguir, apresentam-se os resultados das respostas dadas pelos professores quando solicitados a avaliarem os oito aspectos do processo da avaliação institucional, através da escala de mérito: (Tabela 23)

Tabela 23: **Avaliação dos professores quanto à avaliação institucional.**

Conceito	A	B	C	D	E	F	G	H
	%	%	%	%	%	%	%	%
Muito bom	6,7	10,0	-	3,3	3,3	-	-	3,3
Bom	40,0	36,7	16,7	30,0	13,3	6,7	20,0	30,0
Regular	36,7	36,7	33,3	30,0	56,7	30,0	40,0	46,7
Ruim	13,3	13,3	30,0	16,7	13,3	40,0	30,0	10,0
Péssimo	3,3	3,3	6,7	13,3	10,0	16,7	3,3	6,7
Total[12]	**100**	**100**	**86,7**	**93,3**	**96,7**	**93,3**	**93,3**	**96,7**

Legenda:

A- Credibilidade da avaliação dos professores

B- Pertinência das questões da avaliação dos professores

C- Condições de aplicação da avaliação dos professores

D- Apresentação dos resultados da avaliação dos professores

E- Utilização dos resultados da avaliação dos professores

F- Participação dos professores na avaliação institucional

G- Perfil do professor implícito nos questionários da avaliação dos professores

H-Contribuição da avaliação institucional para o aperfeiçoamento institucional

Da tabela 23, observa-se que há uma tendência central, expressa na maior atribuição de conceitos "Bom" e "Regular" em quase todos os quesitos indicados para a avaliação. O que sugere não haver um posicionamento radical de aprovação ou reprovação à avaliação realizada pela CPAI, sem uma incidência expressiva nos conceitos extremos, como "Muito Bom" e "Péssimo". Mesmo assim, pode-se verificar que o maior índice de reprovação ocorre na questão relacionada à participação dos professores na avaliação institucional (40% de "Ruim" e 16,7% de "Péssimo"). Se for considerado o conceito "Regular" somado ao "Ruim" e ao "Péssimo" como expressão de insatisfação, pode-se afirmar que a utilização dos resultados da avaliação dos professores é insatisfatória para 73,3% (30% de "Regular" + 40% de "Ruim" + 3,3% de "Péssimo") dos entrevistados. Fato esse que se confirma na questão da

contribuição da avaliação institucional para o aperfeiçoamento institucional, onde 73,4% dos pesquisados expressam essa opinião.

Usando o mesmo critério da CPAI, os conceitos foram transformados em valores numéricos e deram origem às médias que foram transformadas em conceitos finais, a partir dos seguintes valores:

Valor para o Conceito	**Conceito pelo resultado da Média**
5 - para "Muito bom" ;	"Muito bom", se a média foi maior que 4,0.
4 - para "Bom"	"Bom", se maior do que 3,0 ou menor do que ou igual a 4,0.
3 - para "Regular"	"Regular", se maior do que 2,0 e menor do que ou igual a 3,0.
2 - para "Ruim"	"Ruim", se maior do que 1,0 ou menor do que ou igual a 2,0.
1 - para "Péssimo"	"Péssimo", se menor do que 1,0.

Tendo aplicado o mesmo procedimento aos dados obtidos na Tabela 23, produziram-se as seguintes médias e seus respectivos conceitos para a avaliação que os professores realizaram sobre a avaliação institucional. (Tabela 24)

Tabela 24: **Notas médias da avaliação dos professores quanto à avaliação institucional.**

Item	**Nota média**	**Conceito**
Credibilidade da avaliação dos professores	3,33	Bom
Pertinência das questões da avaliação dos professores	3,37	Bom
Condições de aplicação da avaliação dos professores	2,82	Regular
Apresentação dos resultados da avaliação dos professores	3,14	Bom
Utilização dos resultados da avaliação dos professores	2,69	Regular
Participação dos professores na avaliação institucional	2,29	Regular
Perfil do professor implícito nos questionários da avaliação dos professores	2,93	Regular
Contribuição da avaliação institucional para o aperfeiçoamento institucional	2,86	Regular
Média Final	**2,92**	**Regular**

A apresentação de resultados numéricos deve ser entendida como sinalizações, que poderão vir a ser objeto de aprofundamento de estudos. Dessa forma, esses dados parecem indicar que a participação dos professores no processo avaliativo é o aspecto que, obtendo menor pontuação, sugere maior descontentamento.

Pela tabela 24, nota-se média final baixa (2,92- correspondendo ao conceito Regular) atribuída ao processo de avaliação realizado pela instituição. Baixa, se comparada com a dos professores, (ANEXO H) publicadas pela CPAI, em texto explicativo de 11 de agosto de 2003, no qual se constata que, na média geral dos professores, predominam os conceitos "bom" e "muito bom". No documento, a CPAI, considerando que os resultados possam não expressar a real competência dos professores, indica ainda que várias seriam as hipóteses a serem formuladas a respeito dessa homogeneidade e que deverão ser objeto de pesquisas futuras.

Considera-se que, de fato, essa forma de avaliar através de conceitos e subseqüentes quantificações não é a mais adequada para se avaliar o desempenho de professor ou de uma comissão. Mesmo com essa ressalva, não há como não se considerar a comparação acima estabelecida.

Pergunta 14. Tem alguma sugestão a fazer a respeito da avaliação dos professores? _____

Ao solicitar, no final do questionário, as sugestões para a avaliação institucional, destacam-se aquelas referentes aos **aspectos técnicos da avaliação**.

1. Sugestões quanto à época:

"Alterar a data da aplicação para evitar que o aluno, com fraco aproveitamento,"desconte" sua frustração, avaliando negativamente o professor ".

"O momento da avaliação deveria ser após o término do componente curricular".

"Ajustar a aplicação da avaliação às datas de presença maciça dos discentes".

2. Sugestões quanto à necessidade de profissionais especializados em avaliação para a aplicação dos questionários :

"Sortear um certo número de alunos por turma e o questionário ser aplicado por pessoa treinada."

"A avaliação deveria ser feita por profissionais da área."

"Os alunos deveriam ser mais bem orientados a respeito da importância do aspecto avaliativo".

3. Sugestões a respeito da elaboração e utilização dos questionários:

"O questionário deveria ser reformulado."

"As questões deveriam ser avaliadas quanto à coerência e eficácia".

"A avaliação deveria ser global, considerando o desempenho dos alunos e outras atividades do professor".

"O questionário não poderia ser o único instrumento de avaliação."

"Não ser tão semelhante aos anos anteriores".

"Talvez diminuir o numero de questões e ressaltar frente aos alunos envolvidos na pesquisa a importância da seriedade ao responder as questões".

Outras sugestões indicam um **enfoque institucional e político**, indiretamente questionando critérios, utilização e participação dos professores e alunos na avaliação da instituição.

1. Sugestões quanto a alguns aspectos metodológicos utilizados:

"O critério que os alunos utilizam para avaliar os professores deveria ser o mesmo que os professores utilizam para avaliar os alunos (A,B ou R)."

"Incluir uma auto-avaliação e a discussão destas em colegiados de curso".

2.Quanto à utilidade da avaliação:

"Encontrar uma forma que indique as deficiências do professor e ajude de alguma forma a corrigi-las, através de um planejamento a curto prazo, com seus resultados sendo acompanhados. Isso é tornar útil o processo de avaliação".

"Que a universidade crie uma forma para que os professores possam se atualizar e assim melhorar a avaliação do corpo docente".

"Discussão dos resultados nos colegiados. Tornar clara a regra de sua utilização".

3. Quanto ao papel e à participação dos professores no processo avaliativo:

"Falta uma valorização adequada do professor. Muitas práticas da instituição são altamente desmotivantes".

"Os professores deveriam ser mais "consultados" ou "ouvidos".

"A questão da avaliação é da maior importância, deveria ser discutida entre os coordenadores, reitoria e professores, de forma a ser absolutamente clara. Os alunos devem contribuir com a participação de representantes".

"Criar um grupo para debater e buscar alternativas para a formulação da pesquisa em avaliação".

Nas sugestões apresentadas, percebe-se a grande contribuição que os professores teriam a dar, caso a instituição criasse mecanismos de participação mais efetiva dos mesmos. Cada uma dessas frases poderá vir a ser objeto de investigação e aprofundamento do debate institucional sobre a avaliação dos professores, tanto do ponto de vista acadêmico quanto organizacional.

Ainda, em busca de verificar a coerência nas respostas, foram realizados alguns cruzamentos[12], em especial, com a questão 13, em que foram solicitados os conceitos, depois transformados em números relativos a médias aritméticas.

[12] Os dados foram analisados por meio do software SPSS (Statistical Package for Social Sciences). Já as tabelas de cruzamentos (com médias) contaram com a ferramenta "Compare Means".

Tabela 25: **Notas médias da avaliação dos professores quanto à avaliação institucional por concordância com a avaliação do professor pelos alunos.**

Concordância com a avaliação do professor pelos alunos	Credibilidade da avaliação dos professores	Pertinência das questões da avaliação dos professores	Condições de aplicação da avaliação dos professores	Apresentação dos resultados da avaliação dos professores	Utilização dos resultados da avaliação dos professores	Participação dos professores na avaliação dos professores	Perfil do professor implícito nos questionários da avaliação dos professores	Contribuição da avaliação institucional para o aperfeiçoa-mento institucional
sim	3,61	3,65	3,00	3,30	2,90	2,43	3,14	3,14
não	2,50	2,00	2,50	2,50	1,50	1,50	1,50	1,50
parcialmente	2,40	2,60	2,00	2,50	2,00	1,67	2,50	2,20
Total	3,33	3,37	2,82	3,14	2,69	2,29	2,93	2,86

O quadro da Tabela 25 indica que os professores que responderam concordar com a avaliação feita pelos alunos, atribuíram conceitos mais elevados para a atuação da CPAI do que os que responderam não concordar. Isso mostra que os conceitos atribuídos dizem respeito a uma série de outras convicções, expressas ao longo do questionário. Outro fator que merece observação é a relação entre as médias dos que responderam "não" e os que responderam "parcialmente". Seria de se esperar que aqueles que responderam não concordar com o fato de serem avaliados pelos alunos, atribuíssem um conceito inferior aos que responderam concordar em parte; no entanto, isso não se percebe nos quesitos: credibilidade e condições de aplicação da avaliação dos professores. Esse fato pode indicar que a resposta "concordo parcialmente" pode revelar a tendência em não assumir uma real discordância.

Tabela 26: **Notas médias da avaliação dos professores quanto à avaliação institucional por concordância com a avaliação do professor pelos alunos.**

Existência de mudanças no desempenho a partir das avaliações da CPAI	Credibilidade da avaliação dos professores	Pertinência das questões da avaliação dos professores	Condições de aplicação da avaliação dos professores	Apresentação dos resultados da avaliação dos professores	Utilização dos resultados da avaliação dos professores	Participação dos professores na avaliação dos professores	Perfil do professor implícito nos questionários da avaliação dos professores	Contribuição da avaliação institucional para o aperfeiçoa-mento institucional
não	2,85	2,92	2,77	3,08	2,00	1,85	2,18	2,46
sim	3,71	3,71	2,87	3,19	3,29	2,67	3,41	3,19
Total	3,33	3,37	2,82	3,14	2,69	2,29	2,93	2,86

Nesse outro cruzamento de resultados (Tabela 26), pode-se constatar uma expressiva correspondência de notas inferiores em todos os quesitos avaliados, por aqueles que responderam não terem as avaliações da CPAI desencadeado mudanças no desempenho profissional docente.

Confirmando a coerência das respostas obtidas, apresenta-se ainda mais um quadro de cruzamento de respostas (Tabela 27).

Tabela 27: **Notas médias da avaliação dos professores quanto à avaliação institucional por validade do processo de avaliação dos professores pelos alunos.**

Validade do processo de avaliação dos professores pelos alunos	Credibilidade da avaliação dos professores	Pertinência das questões da avaliação dos professores	Condições de aplicação da avaliação dos professores	Apresentação dos resultados da avaliação dos professores	Utilização dos resultados da avaliação dos professores	Participação dos professores na avaliação dos professores	Perfil do professor implícito nos questionários da avaliação dos professores	Contribuição da avaliação institucional para o aperfeiçoa-mento institucional
sim	4,00	4,25	3,29	3,38	3,17	2,63	3,86	3,57
não	2,17	2,00	2,17	2,67	1,60	1,50	1,40	1,67
sim, com ressalvas	3,44	3,44	2,87	3,20	2,87	2,43	3,00	3,00
Total	3,33	3,37	2,82	3,14	2,69	2,29	2,93	2,86

A diferença de conceitos, que foram transformados em expressões numéricas, entre os que consideram válido o processo de avaliação dos professores realizado na Uniso e os que não o consideram, é bastante expressiva. Na maior parte dos itens, as médias dos que responderam "não" ficam em torno de 50% abaixo das que responderam "sim".

Apresenta-se, a seguir, síntese dos resultados obtidos com a pesquisa efetuada, lembrando tratar-se de um estudo inicial, exploratório e, como em todo conhecimento científico, provisório, da opinião dos professores da Uniso a respeito da avaliação institucional do desempenho docente.

3.4 Síntese dos Resultados da Pesquisa: A Opinião dos Professores.

Pode-se afirmar que a maioria dos professores concorda que haja uma avaliação feita pelos alunos, porém, em relação aos componentes utilizados pela CPAI, para verificar seu desempenho profissional, o grau de concordância é bem menor. Os tópicos do questionário, aplicado pela CPAI, que apresentam maior aprovação em relação à capacidade dos alunos para avaliá-los referem-se ao relacionamento professor / aluno e à atuação didático-pedagógica; e menor aprovação quando se referem à competência profissional.

Parece não haver maiores objeções por parte dos professores quanto à época de aplicação dos questionários aos alunos, o mesmo não ocorrendo em relação ao número de questões respondidas pelos alunos, considerado excessivo pela maioria, podendo indicar a necessidade de revisão desse aspecto.Quanto ao grau de dificuldade que o questionário apresenta foi tido como médio, embora as instruções oferecidas aos alunos, no momento de sua aplicação, tenham sido consideradas insuficientemente esclarecedoras.

A classificação do professor em "muito bom", "bom", "regular" e "péssimo", não expressam essas qualidades para a maior parte dos professores consultados, sugerindo a discordância dos professores em relação aos rótulos e ao caráter classificatório que passa a existir na avaliação institucional. Fica latente a questão: para que serve classificar os professores individualmente?

A grande maioria desconhece as finalidades da avaliação para a instituição. Dos que responderam conhecer, a maioria a considera como um mecanismo de controle institucional.

O desconhecimento apontado pela pesquisa, quanto à utilização dos resultados do processo avaliativo, indica, talvez, a falta de envolvimento dos professores nesse processo, a ausência de comunicação interna na universidade, pouco interesse dos professores em relação ao tema ou, de fato, que a universidade não tem utilizado os resultados das avaliações feitas; isso explicaria o baixo nível de concordância com a mesma.

As avaliações da CPAI têm desencadeado mudanças no desempenho profissional para aproximadamente metade dos professores consultados, tendo sido mais voltadas à metodologia de ensino e ao relacionamento com os alunos.

O tema da avaliação dos professores é pouco presente nas conversas com colegas ou mesmo em reuniões de colegiado e o convite para participar desse processo é praticamente inexistente. Tal fato responde a questão relacionada à inexistência de envolvimento e participação dos professores em seu próprio processo de avaliação.

As respostas quanto à validade do processo da avaliação feita na Uniso apresentam uma aparente incongruência. A maioria dos professores considera o processo válido mas, ao mesmo tempo, em outra questão, condena seu critério classificatório. Há que se levantar a possibilidade da questão não ter sido suficientemente clara. Pode-se, ainda, considerar que a maioria dos professores não queira manifestar sua discordância ao processo por razões várias, como, por exemplo, seria considerado retrógrado o professor que não aceitasse ser avaliado pelos alunos ou a suspeita de que o sigilo das respostas não seria assegurado e pudesse haver algum tipo de punição institucional. Ou, ainda, o professor considera válido o processo de avaliação realizado, discordando apenas de seu caráter classificatório.

Complementando essa questão, quando solicitado aos professores que apontassem os aspectos que não consideravam válidos, um número muito pequeno (6,7%) indicou a falta de participação, demonstrando um certo desinteresse por esse aspecto da avaliação do professor.

No entanto, na atribuição dos conceitos, a participação dos professores no processo avaliativo foi o aspecto que, obtendo menor pontuação, sugeriu maior descontentamento.

Na média final, os professores atribuíram um conceito "Regular" para a atuação da CPAI, no que se refere à avaliação que ela realiza dos professores através da consulta aos alunos. 2,92 de média ou o conceito Regular – o que isso significa? Comparativamente, a média dos professores é superior. A própria comissão desconfia que esses resultados não expressem a realidade do desempenho docente. Para o presente trabalho, essas médias só

serviram para verificar um certo grau de coerência nas respostas, o que nem sempre se constatou.

Muitas foram as sugestões para a avaliação institucional, apresentadas pelos professores. Destacam-se aquelas referentes aos aspectos técnicos da avaliação:

- "Ajustar a aplicação da avaliação às datas de presença maciça dos discentes".
- "Os alunos deveriam ser mais bem orientados a respeito da importância do aspecto avaliativo".
- "A avaliação deveria ser global, considerando o desempenho dos alunos e outras atividades do professor".

Outras sugestões indicam um enfoque institucional e político, indiretamente questionando critérios, utilização e participação dos professores e alunos na avaliação da instituição.

- "Incluir uma auto-avaliação e a discussão destas em colegiados de curso".
- "Encontrar uma forma que indique as deficiências do professor e o ajude de alguma forma a corrigi-las, através de um planejamento a curto prazo, com seus resultados sendo acompanhados. Isso é tornar útil o processo de avaliação".
- "Discussão dos resultados nos colegiados. Tornar clara a regra de sua utilização".
- "Falta uma valorização adequada do professor. Muitas práticas da instituição são altamente desmotivantes".
- "A questão da avaliação é da maior importância, deveria ser discutida entre os coordenadores, reitoria e professores, de forma a ser absolutamente clara. Os alunos devem contribuir com a participação de representantes".
- "Criar um grupo para debater e buscar alternativas para a formulação da pesquisa em avaliação".

Observa-se a grande contribuição que os professores poderiam estar dando ao processo de aperfeiçoamento institucional, o que, afinal de contas, é o objetivo declarado de sua avaliação. Como criar condições institucionais objetivas para a sua efetiva realização continua sendo o grande desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliação institucional na universidade é um campo do conhecimento permeado por grandes questionamentos. Distante de ser neutra, sempre revela posicionamentos de natureza política. Trata- se de "uma questão de poder político que se estabelece entre avaliador e avaliado, a escola e o professor, a escola e o aluno." (SALLES. 2004).[13]

Ainda segundo o autor, embora seu artigo refira-se especificamente à avaliação escolar discente, considera-se que suas observações possam ser aplicadas também ao estudo da avaliação dos professores. A avaliação "é, por natureza meio e não fim" devendo apresentar um sentido de diagnóstico que favoreça o aperfeiçoamento do que está sendo avaliado, pressupondo que seja através de um processo sistemático, global, contínuo e com a necessária legitimidade técnica e política.

A partir de uma indagação inicial: por que e para que os professores são avaliados A partir de uma indagação inicial: por que e para que os professores são avaliados pelos alunos, na universidade, percorreu-se uma trajetória investigativa que marcou o percurso do presente trabalho.

Verificou-se que a avaliação institucional nas universidades estava relacionada com a tensa e contraditória relação universidade-sociedade, enquanto mecanismo de manutenção e/ou transformação da ordem social vigente. Constatou-se também que a avaliação institucional se insere num quadro mais amplo de atuação do Estado na condição de órgão fiscalizador do ensino superior, no momento de crescimento do setor privado, como resultado da política neoliberal. Tal política transfere para a universidade a lógica de redução de custos, aumento de produtividade, eficiência, eficácia, resultados, enfim, a lógica do mercado e da ênfase na mensuração de competências profissionais, desconsiderando em conseqüência disso, a especificidade de seu caráter educacional, ameaçando a sua necessária autonomia na produção e socialização do conhecimento.

---

[13] Mesmo não sendo usuais as citações nas considerações finais, considero esta essencial e pertinente por revelar o sentido geral do trabalho realizado em diálogo constante com o autor citado, na condição de orientador da presente dissertação.

Em contraposição a esse caráter impositivo, surgia a possibilidade da avaliação institucional ser um mecanismo de revisão e crítica das universidades em direção ao seu autoconhecimento e aperfeiçoamento. Nesta segunda perspectiva desenvolveu-se o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, com a proposta de uma avaliação emancipatória e democrática. Desta forma, a avaliação institucional poderia ser considerada pelas universidades como mera imposição legal ou, ao contrário, como um importante mecanismo de auto-aperfeiçoamento institucional.

No caso analisado, a Uniso, por se tratar de uma universidade comunitária, buscava-se encontrar na avaliação institucional, características específicas que reafirmassem sua identidade de universidade pública não-estatal. Ao analisar os dados obtidos através da pesquisa documental, verificou-se que a criação da comissão de avaliação institucional foi, na verdade, o resultado de uma exigência estabelecida pelo Ministério de Educação e Cultura na fase de reconhecimento da universidade.

A condição de uma imposição externa criou para a instituição o desafio de obter a legitimidade desse processo, através do envolvimento de seus professores e alunos. Os estudos realizados apontam para um caráter fortemente burocrático e formal desse esforço em obter aprovação e participação da comunidade acadêmica na implantação da avaliação institucional. A dificuldade do envolvimento decorria de um processo que não surgiu de um movimento interno de conscientização e debates entre os vários segmentos da universidade sobre a necessidade e possibilidades de melhorias. Surgiu apenas, como a necessidade de se atender a uma exigência estabelecida pelo MEC e, dessa forma, não foram estabelecidas institucionalmente as condições para a criação de uma nova cultura onde a sistemática da avaliação interna seria, de fato, incorporada à sua vida cotidiana.

Aliada a essa dificuldade inicial, a credibilidade técnica e a legitimidade política da avaliação institucional, na Uniso, apresentavam uma exigência específica: afirmar sua identidade de universidade comunitária, o que pressupunha a existência de objetivos plenamente assumidos por toda a comunidade acadêmica em consonância com a sua Missão. Neste sentido, o estudo realizado aponta para a necessidade de se responder em que a avaliação institucional da Uniso se diferencia das demais IES particulares.

Ao analisar o período de atuação da Comissão Permanente de Avaliação Institucional da Uniso, de 1994 a 2003, encontram-se duas etapas distintas utilizando-se como critério o

nível de aproximação aos princípios do PAIUB: a primeira, de 1994 a 1998, com empenho em promover a ampla participação dos professores, funcionários e alunos, mais em sintonia com as diretrizes estabelecidas pelo referido programa e a segunda, de 1999 a 2003, em que se nota um distanciamento maior da comissão em relação à comunidade acadêmica. Aponta-se este fato mesmo levando-se em consideração que nos dois últimos anos, os coordenadores dos cursos foram chamados a opinar com relação aos instrumentos de coleta de dados e solicitada sua participação na aplicação dos mesmos.

Outro aspecto interessante revelado pela pesquisa foi a constatação de que a avaliação institucional vem centralizando seu foco de investigação na avaliação do desempenho docente, indicando que o princípio da globalidade, condição essencial da avaliação emancipatória, deixou de ser considerado. Esta afirmação decorre do entendimento que, além da avaliação específica do desempenho profissional docente, quando a CPAI realiza as avaliações dos cursos e dos egressos novamente os professores são avaliados.

Outro aspecto bastante saliente ao longo da pesquisa foi a constatação da falta de integração entre os setores administrativos e a comissão de avaliação, criando para esta uma situação de evidente isolamento dentro da política acadêmica da universidade. Isto vem dificultar o uso dos resultados para fins de desencadeamento de mudanças político-administrativo- pedagógicas na estrutura e no funcionamento da universidade.

Dentro deste contexto, o presente estudo buscou ainda, verificar a opinião dos professores a respeito da avaliação institucional da universidade, com destaque para o aspecto da avaliação do desempenho profissional docente. Como resultados obtidos da análise dos questionários respondidos pelos professores temos, em primeiro lugar, a questão fortemente combatida do "ranqueamento" dos professores através da aplicação de um modelo de análise estritamente matematizante e quantitativo. Segundo se pode depreender, os professores discordam de serem classificados em categorias subjetivas por critérios matemáticos.

No entanto, é importante considerar que tal discordância se prende exclusivamente à forma de se expressar o julgamento realizado pela avaliação da prática do professor. Em nenhum momento da pesquisa percebeu-se qualquer oposição mais significativa quanto à validade das avaliações dos professores pelos alunos. Ao contrário, toda vez que essa questão surgiu, ficou evidente a validade do processo de avaliação do professor pelos alunos.

Outro aspecto de significativa importância diz respeito à consciência e ao índice de participação dos professores nesse processo. A grande maioria desconhece as finalidades e a

utilização dos resultados da avaliação para a instituição. Esse desconhecimento apontado pela pesquisa sugere que pode estar havendo falta de comunicação interna, de condições institucionais que propiciem o envolvimento e interesse dos professores pela avaliação.

O que provocou um questionamento mais instigante, quanto ao aspecto da participação dos professores, foi o fato de que, quando solicitado aos professores para apontarem os aspectos que não consideravam válidos do processo de avaliação do professor, de 30, apenas 2 mencionaram a falta de participação dos mesmos, sugerindo que, para a maioria, esse não era um aspecto conscientemente reivindicado. No entanto, quando na questão em que era solicitado que fosse atribuído um conceito ao processo da avaliação realizada pela instituição, o quesito "participação dos professores no processo avaliativo" foi o que obteve o pior conceito entre todos os outros itens apresentados, sugerindo dessa forma, ser o aspecto de maior insatisfação, não exteriorizado na questão em que precisava expor sua opinião. Isto leva a acreditar ser este um aspecto da avaliação que gera insatisfação, a qual não é expressa espontaneamente pelos professores. Este fato pode suscitar várias hipóteses, entre elas a de que se trata de comportamentos que respondem a aspectos da cultura institucional: um discurso favorável à participação que não chega a ser reivindicado coletivamente pelos envolvidos nem promovidas as condições institucionais que efetivem sua concretização. Talvez possa ainda, representar uma forma "passiva" de questionar o processo: algo que gera um certo desconforto que não é conscientemente manifestado pelos professores e que, no entanto, dificulta a implementação de uma "cultura de avaliação" na instituição.

A partir do questionário aplicado, se chegou a uma média final (2,92) em que os professores atribuíram um conceito "Regular" para a atuação da CPAI, no que se refere à avaliação que ela realiza dos professores através da consulta aos alunos. É importante que se esclareça que para o presente trabalho, essas médias serviram para constatar que as avaliações dessa natureza podem, tão somente, exprimir algumas tendências de opiniões. São insuficientes para sugerir mudanças ou contribuir para o aperfeiçoamento institucional. Este recurso de utilização de médias serviu ainda, para verificar, a partir dos cruzamentos com outras questões, o grau de coerência das respostas obtidas no questionário. Enfim, a atribuição de conceitos e médias foi considerada como um elemento complementar da investigação que se realizou e não como expressão de uma avaliação global.

Muitas foram as sugestões apresentadas pelos professores no final do questionário. O teor dessas sugestões variou de aspectos formais e operacionais, como por exemplo: "Ajustar a aplicação da avaliação às datas de presença maciça dos discentes", a outros de natureza mais

política, como: "A avaliação deveria ser global, considerando o desempenho dos alunos e outras atividades do professor" e "Discussão dos resultados nos colegiados. Tornar clara a regra de sua utilização" ou "Criar um grupo para debater e buscar alternativas para a formulação da pesquisa em avaliação".

Apesar da diversidade e abrangência das sugestões, o que se pôde observar foi uma reivindicação por maior transparência e participação dos professores no processo da avaliação institucional.

Ao finalizar o trabalho, algumas perguntas, apesar de todo esforço realizado na busca de respostas, mereceriam posteriores encaminhamentos.

Qual é de fato a finalidade da avaliação dos professores: um mecanismo de controle institucional ou de melhoria da qualidade de ensino?

Como criar uma cultura de avaliação institucional que seja democrática e participativa, na qual os professores se sintam sujeitos do processo avaliativo e não meros objetos de investigação?

Os estudos desenvolvidos no presente trabalho não permitem responder a essas questões, o que só poderá ser feito na prática, como resultado de amplo e participativo debate da comunidade acadêmica. Entretanto, a pesquisa pôde chegar ao mapeamento de alguns pontos importantes como contribuição a esse debate. Em primeiro lugar, compreender que a avaliação do desempenho profissional docente se insere num quadro muito mais amplo de questionamentos da função social da universidade. É necessário primeiramente, que se responda, clara e coletivamente, que conhecimento se está produzindo, a serviço de que quem e em que sociedade se almeja viver.

Em segundo lugar, a avaliação institucional para ser global, democrática e emancipatória não pode restringir-se a apenas um de seus fatores, o desempenho do professor, por maior que seja a sua importância no processo ensino-aprendizagem. A avaliação dos professores pelos alunos é de suma importância para medidas institucionais que visem a melhoria da qualidade do ensino, desde que referendada por outros focos de debates e análises.

Em terceiro e último lugar, restam ainda, a clara definição e o conhecimento das finalidades e utilização da avaliação dos professores para que esta possa, de fato, resultar em instrumento de diagnóstico e tomada de decisões institucionais que promovam seu aperfeiçoamento. Isto supõe o envolvimento efetivo de toda a comunidade acadêmica em sua realização, o que permitirá assegurar dois dos mais significativos diferenciais da Uniso: a sua

missão como agente de transformação social à luz de princípios cristãos e a afirmação de sua identidade como universidade comunitária.

"Para onde vais, Andarilho,

Nesse andar assim cambaio?

— Vou ao encontro da Manhã".

(Thiago de Mello).

Referências

ABRAMOWICZ, Mere. Avaliação do desempenho e formação docente: desafios, rupturas e possibilidades. In: SEVERINO, Antonio Joaquim; FAZENDA, Ivania Catarina Arantes. **Formação docente:** rupturas e possibilidades. Campinas, SP: Papirus, 2002.

AGOSTINHO, Maria Ogécia Drigo. Ótimo professor: aquele que diz "a que veio". **Revista de Estudos Universitários,** Sorocaba, SP, v.26, n. 2, dez. 2000.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BELLONI, Isaura. Avaliação institucional e o compromisso social da universidade. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.17, p.211-223, jul./dez. 1997.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas:** uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

BITTAR, Mariluce. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. **Avaliação:** Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, v.6, n 2, jun. 2001.

____. **Universidade comunitária:** uma identidade em construção. 1999. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação – Conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

CAUMO, Teodósio. O que os novos tempos exigem do professor no ensino universitário. **Educação,** Porto Alegre, Ano XX, n.32, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade de hoje.** 22 nov. 2001. Disponível em: www.leao.org.br. Acesso em: 20/05/2003.

_____. **A universidade em ruínas.** 22 nov. 2001. Disponível em: www.leao.org.br. Acesso em: 20/05/2003.

_____. **A universidade operacional.** Disponível em: www.odialetico.hpgiig.com.br. Acesso em: 20/05/2003.

_____. A universidade em ruínas. In: Trindade, Hélgio (org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CREMA, Maria Celina da Silva. A questão da avaliação na universidade: subsídios e parâmetros. **Avaliação:** Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, Ano 1, n. 2, dez. 1996.

CUNHA,Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. Formatos avaliativos e a construção da docência: implicações políticas e pedagógicas. **Avaliação:** Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, v.6 , n 2, jun. 2001.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. São Paulo: Vozes, 2000.

_____. (Org.). **Avaliação institucional da UNICAMP:** processo, discussão e resultados. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.

_____. Avaliação institucional da educação superior: fontes externas e fontes internas. **Avaliação**, Campinas, SP, v.3, n. 34, 1998.

_____. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (orgs.). **Avaliação institucional:** teorias e experiências. São Paulo: Cortez , 1995.

_____ Avaliação institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (orgs.). **Avaliação institucional:** teorias e experiências. São Paulo: Cortez , 1995.

_____. Avaliação institucional: marco teórico e campo político. **Avaliação**, Campinas, SP, Ano 1, n.1, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. Construindo o campo e a crítica: o debate. In: FREITAS, Luiz Carlos (org.). **Avaliação:** construindo o campo e a crítica. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

_____. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, Luiz Carlos (org.). **Avaliação:** construindo o campo e a crítica. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

DOWBOR, Ladislau. **À sombra desta mangueira** São Paulo: Olho d' Água, 1995.

_____. **O neoliberalismo brasileiro e seus mentores.** Disponível em: www.dowbor.org. Acesso em: 22/01/2004.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus, 1996.

FERRETTI, Celso João, ZIBAS, Dagmar M. I., TARTUCE, Gisela Lobo B. P. et al. Escola e fábrica: vozes de trabalhadores em uma industria de ponta. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.118, p.155-188, mar. 2003.

_____. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v.23 n.8, dez. 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). **Avaliação:** construindo o campo e a crítica. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

GASPARETTO, Agenor. Avaliação institucional: processo doloroso de mudança; a experiência da UESC, Ilhéus, Bahia. **Avaliação**, Campinas, SP, Ano 4, v. 4, n.3, p.12, out.1999.

GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. **Educação & Sociedade**. Campinas, SP, v.19, n.63, ago. 1998.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

GRAMSCI,Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUDKE, Menga. Um olhar crítico sobre o campo da avaliação escolar. In: FREITAS, Luiz Carlos (org.). **Avaliação:** construindo o campo e a crítica. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Avaliação do professor universitário pelo aluno:** possibilidades e limitações. 1986. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1986.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – PAIUB. **Avaliação**, Campinas, Ano 1, n.1, 1996.

PALHARINI, Francisco de Assis. Tormento e paixão pelos caminhos do PAIUB. **Avaliação:** Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, Ano 6, v. 6 , n. 1, mar. 2001.

_____. Revista Avaliação: por uma avaliação autônoma e democrática. **Avaliação,** Campinas, SP, Ano 8, v.8, n.3, set. 2003.

PEREIRA, José Tomaz Vieira. Avaliação institucional: objetivos e critérios. **Avaliação,** Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, SP, v.2 ,n 3, set. 1997.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.114, p.179-195, nov. 2001

RISTOFF, D. I. **Universidade em foco:** reflexões sobre a educação superior. Florianópolis, SC: Insular, 1999.

_____. Princípios do programa de avaliação Institucional. **Avaliação**, Campinas, SP, Ano 1, n.1, 1996.

_____.Construindo o campo e a crítica: o debate. In: FREITAS, Luiz Carlos (org.). **Avaliação:** construindo o campo e a crítica. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

_____. Avaliação de Programas Educacionais: Discutindo Padrões. **Avaliação:** Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, SP, v.5 , n. 4, dez./ 2000.

_____. Algumas definições de avaliação. **Avaliação**, Campinas, SP, v.8, n.2, jun. 2003.

SALLES, Fernando Casadei. Avaliação escolar discente na Uniso: algumas considerações para a sua abordagem. **Revista de Estudos Universitários,** Sorocaba, SP. v.30, n. 2, jun. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento,1987.

_____. **A crítica da razão indolente.Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA JR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes; GIGLIOLI, Renato de Sousa Porto. Avaliação da educação superior no Brasil: uma década de mudanças. **Avaliação,** Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, SP, v.8, n. 4, dez.2003.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - SINAES. COMISSÃO ESPECIAL DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CEA). Set. 2003.

SOARES, José Francisco. Construindo o campo e a crítica: o debate. In: FREITAS, Luiz Carlos (org.). **Avaliação:** construindo o campo e a crítica. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

SOUZA, Sandra Maria Zakia L. Construindo o campo e a crítica: o debate. In: FREITAS, Luiz Carlos (org.). **Avaliação:** construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1987.

VANNUCCHI, Aldo. Universidade comunitária: o que é e como funciona. **Revista de Estudos Universitários,** Sorocaba, SP, v.29, n.1, jun. 2003.

_____. **A universidade comunitária: o** que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

VIANNA, Heraldo Marelim. Questões de avaliação educacional. In: FREITAS, Luiz Carlos (org.). **Avaliação:** construindo o campo e a crítica. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é universidade**. SP: Brasiliense, 1983.

_____. Universidade e democracia: relações do professor com o desenvolvimento. In: FISCHMAN, R. (org.). **Universidade, escola e formação de professores**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANEXOS

Anexo A

Relatórios anuais da Universidade de Sorocaba de 1994 a 2003: trechos referentes à atuação da Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI.

Universidade
de Sorocaba

Na execução, o trabalho de divulgação foi feito através de rádio, televisão, jornal, faixas, 10.000 folders, 6.000 manuais, 1.700 cartazes, camisetas e adesivos.

O relatorio final apontou 2.324 candidatos, dos quais 1619 se matricularam.

A Comissão esteve formada pelos seguintes professores:

- Sérgio Rocha (Presidente)
- Vânia Regina Boschetti
- Cecília Marly de Sá Celanti

3.1.2 *Comissão de Avaliação Institucional*

Essa comissão concentrou seus esforços no desenvolvimento e aplicação de um instrumento de avaliação, bem como na sua análise, quanto aos cursos e os diferentes órgãos administrativos da UNISO.

Esse instrumento, entregue aos professores, aos funcionários e a todos alunos concluintes, procurou levantar informações sobre o grau em que estão sendo atingidos os objetivos de cada curso, sobre as características do profissional que está sendo formado, sobre o curso em si mesmo (currículo, conteúdo, qualidade etc.), sobre os professores do curso, sobre os alunos, sobre os órgãos administrativos e sobre o grau de realização dos objetivos da instituição.

Os resultados dos questionários, em processo de tabulação, serão apresentados no início do novo ano letivo.

São membros dessa Comissão os seguintes professores:

- Wilson Sandano (Presidente)
- Oswaldo Bazzo
- Maria Ogécia Drigo Agostinho

Universidade de Sorocaba

1 995

3.1.2 *Comissão Permanente de Avaliação Institucional*

Integrada pelos Professores Wilson Sandano (Presidente), Oswaldo Bazzo, Maria Ogécia Drigo Agostinho, a Comissão Permanente de Avaliação Institucional - CPAI, reuniu-se durante o ano letivo, toda 3ª feira.

Suas principais atividades foram:

1) dar continuidade à análise da bibliografia sobre avaliação institucional;
2) concluir a análise dos dados obtidos na primeira avaliação da instituição;
3) elaborar um instrumento de avaliação que envolva os ex-alunos;
4) reestudar o instrumento de avaliação já aplicado;
5) elaborar vários instrumentos de avaliação, como porcentagem anual de evasão; relação anual candidato/vaga, por curso; porcentagem de conclusão nos cursos de graduação; informações sobre o aluno desistente;
6) realizar o 1° Seminário de Avaliação Institucional da UNISO, com participativa de 11 coordenadores de cursos, 13 professores e 14 alunos.

Esse Seminário chegou às seguintes conclusões:

a) a avaliação institucional é importante e necessária;
b) ela deve ser realizada anualmente, por todos os elementos da Universidade, incluindo-se os ex-alunos;
c) todos devem ser avaliados;
d) deve ocorrer uma avaliação periódica das normas e regulamentos internos;
e) na avaliação entre pares, deve existir apenas a auto-avaliação. Exemplo: professor não deve avaliar professor, mas auto-avaliar-se;
f) o instrumento de avaliação utilizado em 1994 foi considerado válido para a época e tendo em vista ter sido o primeiro instrumento;
g) ele deve ser alterado em vários aspectos:

Universidade
de Sorocaba

- escala de conceitos
- levar em consideração a especificidade dos cursos
- diferenciado: ser específico para cada área de atuação
- incluir a auto-avaliação.

3.1.3 *Comissão Permanente de Carreira Docente*

A Comissão Permanente de Carreira Docente - CPCD, preocupou-se em desenvolver a capacitação docente através do incentivo à titulação em seus diversos níveis, visando assim ao aprimoramento profissional. A CPCD é constituída dos seguintes professores: Marcos de Afonso Marins - Presidente, Ana Maria Gurgel de Oliveira Gonzales, Danilo Abdelnur Camargo.

No decorrer de 1995, a CPCD realizou 14 reuniões formais com ata e várias informais, para discussão de pontos constantes da Carreira Docente que necessitavam ser revistos e, muitos, implementados.

Propostas de alteração na Carreira Docente e no Sistema de Avaliação Global do Pessoal Docente foram feitas e encaminhadas à Reitoria, submetidas aos órgãos colegiados superiores (CONSEPE e CONSU), aprovadas parcialmente e enviadas à Fundação Dom Aguirre. As alterações aprovadas foram aplicadas na reclassificação docente de 1995.

A CPCD estudou, em várias reuniões, a promoção por mérito constante do Plano de Carreira Docente, que deverá ser implantada em 1996. A sua implantação está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria Acadêmica.

No decorrer de 1995, a CPCD trabalhou com afinco para a consecução dos objetivos do Plano Qüinqüenal de Capacitação Docente, juntamente com a Coordenadoria de Pesquisa.

Universidade
de Sorocaba

1 996

ótica; a utilização de quatro prédios de outras instituições para acolher os vestibulandos e a possibilidade de inscrição também pelo Correio.
AS provas foram realizadas em 27-28 de janeiro, com 4415 candidatos inscritos sendo 3759 no campus Trujillo e 656 pelo correio, em 39 cidades.
3.712 foram classificados e 1687 fizeram sua matrícula na UNISO.

O Vestibular nos últimos 3 anos

Ano	Candidatos	Classificados	Matriculados	nº de Vagas
1994	2324	2214	1201	1625
1995	5736	5388	1364	1400
1996	4415	3712	1687	1780

- *Comissão de Avaliação Institucional*

Presidida pelo Prof. Wilson Sandano, essa Comissão reuniu-se semanalmente. Suas principais atividades foram:

- Concluir a tabulação dos dados da 1ª Avaliação Institucional, realizada em 1994, passando-a aos Coordenadores de Curso e aos Chefes de Departamento.
- Elaborar instrumentos de avaliação, com base nas conclusões e propostas apresentadas no 1º Seminário de Avaliação Institucional da UNISO, realizado em novembro de 95.
- Realizou, em novembro, a 2ª Avaliação Institucional da Universidade, através de amostra representativa de alunos e porfessores.
- Fez os seguintes levantamentos: porcentagem anual de evasão; relação anual de candidatos/vagas, por curso, no vestibular; porcentagem de conclusão (relação de concluintes/matrículas inicial da 1ª série) na Graduação; porcentagem de evasão, por curso, período e série.
- Elaborou o Projeto da UNISO para o Programa do MEC de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB (Veja neste mesmo Relatório, entre os Destaques).

Universidade de Sorocaba

1 997

cidade e região, com 2.780 inscritos na primeira etapa e um total acumulado de 4.397, na segunda. Foram oferecidas 2.160 vagas, nos 19 cursos.

Concursos externos: a Comissão elaborou questões para o Concurso da Guarda Municipal de Sorocaba e também os orçamentos para os concursos da Prefeituras de Capão Bonito e Ibiúna.

Programa UNISO Aberta: foi realizado no dia 14 de outubro, tendo a participação de, aproximadamente, 1.500 estudantes da cidade e região.

Feiras de Profissões: realizadas no Colégio Salesiano, no dia 23 de agosto e no Colégio Objetivo, no dia 30 de agosto.

- *Comissão Permanente de Avaliação Institucional*

Presidida pelo Prof. Dr. Wilson Sandano, essa Comissão reuniu-se semanalmente. Suas principais atividades foram:

* Conclusão da tabulação dos dados da 1ª Avaliação Institucional, realizada em 1994, passando-a aos Coordenadores de Curso e aos Chefes de Departamento.
* Elaboração dos instrumentos de avaliação, com base nas conclusões e propostas apresentadas no 1° Seminário de Avaliação Institucional da UNISO, realizado em novembro de 95.
* Realização, em novembro, da 2ª Avaliação Institucional da Universidade, através de amostra representativa de alunos e professores.
* Vários levantamentos como: porcentagem anual de evasão; relação anual de candidatos/vagas, por curso, no vestibular; porcentagem de conclusão (relação de concluintes/matrículas iniciais da 1ª série) na Graduação; porcentagem de evasão, por curso, período e série.
* Elaboração do Projeto da UNISO para o Programa do MEC de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB.

Campus Trujillo - Av. General Osório, 35
Telefax 015 224-4745 Caixa Postal 578 e 587
CEP 18060-000 - Sorocaba SP
E-mail: unisoi@splicenet.com.br
unisoii@splicenet.com.br

Campus Seminário - Av. Dr. Eugênio Salerno, 140
Telefax 015 221.0052 Caixa Postal 578 e 587
CEP 18035-430 - Sorocaba SP
E-mail: unisoi@future.com.br
unisoii@future.com.br

Universidade de Sorocaba

1 998

Outras atividades

a) Pesquisa sobre editais e programas de concursos publicados no Jornal de Concursos para arquivo;
b) Fornecimento de dados a pesquisadores;
c) Encaminhamento de manuais e relação candidato/vaga, para montagem do processo de reconhecimento do Curso de Análise de Sistemas;
d) Envio das estatísticas do Questionário Informativo do Processo Seletivo/98 ao Reitor, Pró-Reitores, Diretores de Centro, Coordenadores de Curso e Comissão Permanente de Avaliação Institucional;
e) Elaboração e encaminhamento de projetos, editais, relatórios e estatísticas;
f) Participação em reuniões da Reitoria, CONSU e demais setores da UNISO e da Fundação Dom Aguirre.

12.2 Comissão Permanente de Avaliação Institucional

Sob a presidência da Profª Ms. Maria Ogécia Drigo Agosotinho, a Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI teve como principais as seguintes atividades:

Fevereiro:

- Elaboração do Caderno 1 (Perfil dos alunos e dos professores de Graduação – 1997).
- Elaboração do Caderno 2 (1ª Avaliação Externa da UNISO, por ex-alunos e pela comunidade externa – 1997).
- Organização e distribuição do material (para todos os professores) elaborado pelo SPD, com os resultados da Avaliação das Disciplinas dos Cursos de Graduação, realizada em 1997.

Março:

- Elaboração de resumos, por Cursos de Graduação, utilizando os resultados processados pelo SPD sobre a Avaliação dos Disciplinas.
- Elaboração de Cadernos com os resultados por Cursos (cadernos para coordenadores, diretores de centro e reitoria).

Abril:

- Levantamento de dados e elaboração de relatório sobre a evasão na UNISO, a partir de 1994, por Curso de Graduação.
- Preparação da avaliação a ser empreendida na Pós-Graduação (questionários, forma e período de aplicação desses, divulgação dos resultados etc.), tendo como objetivo principal esboçar o perfil dos alunos desses Cursos, bem como exibir a evolução da Pós-Graduação, em termos quantitativos, desde a implantação dos primeiros Cursos até os dias atuais.

Universidade
de Sorocaba

Maio:

- Realização da avaliação da Pós-Graduação.
- Preparação para a Avaliação dos cursos de Bacharelado em Matemática Aplicada e Licenciatura em Matemática, Farmácia e Bioquímica e Terapia Ocupacional (Cursos do CEBES) e, também, para a Avaliação, pelos alunos, dos Professores que ministram aulas nesses Cursos.
- Preparação para a Avaliação, pelos alunos, da Biblioteca da Universidade.

Junho:

- Tabulação dos dados da Pós-Graduação e elaboração do Caderno 3 (Perfil dos da alunos de Pós-Graduação da UNISO – 1998) e cartazes exibindo os principais resultados.
- Avaliação da Biblioteca da UNISO.
- Avaliação dos Cursos do CEBES.
- Tabulação dos resultados e preparação de Cadernos com os resultados da Avaliação dos cursos do CEBES e com a Avaliação dos Professores desses Cursos.
- Distribuição dos cadernos para Coordenadores de Curso, Diretor de Centro, Reitoria e para todos os professores (cada professor recebeu os resultados da avaliação que os alunos fizeram do "fazer em aula" desse professor).
- Elaboração do Caderno 4 (Conhecendo a Biblioteca da UNISO) e de cartazes que foram distribuídos pelos dois câmpus.

Julho:

- Atualização dos quadros de evasão dos alunos, por turmas e por cursos.

Agosto:

- Preparação da avaliação dos funcionários da Universidade (Reunião com chefes de setores, elaboração do questionário a ser submetido à apreciação dos funcionários e preparação e distribuição de cartas explicativas aos chefes de setores etc.).
- Aplicação do questionário para traçar o perfil dos funcionários.
- Preparação do questionário para Avaliação dos Docentes dos Cursos de Graduação, pelos alunos.

Setembro:

- Distribuição do questionário para Avaliação dos Docentes (para todos os professores, coordenadores de curso, diretores de centro, pró-reitores, reitor e para uma amostra com alunos) para estes tomares conhecimento e analisarem o instrumento criticamente.
- Tabulação dos dados obtidos dos questionários respondidos pelos funcionários.
- Elaboração do Caderno 5 (Perfil dos Funcionários da UNISO – 1998) e de um folder para ser distribuído para todos os funcionários.

Câmpus Trujillo - Av. General Osório, 35
Telefax 015 224-4745 Caixa Postal 578 e 587
CEP 18060-000 - Sorocaba SP
E-mail: uniso@uniso.br
www.uniso.br

Câmpus Seminário - Av. Dr. Eugênio Salerno, 140
Telefax 015 221.0052 Caixa Postal 578 e 587
CEP 18035-430 - Sorocaba SP
E-mail: uniso@uniso.br
www.uniso.br

Outras atividades

Elaboração de:

- Editais para Processos Seletivos e Concursos;
- Demonstrativos de Receitas e Despesas dos Processos Seletivos;
- Calendários dos Processos Seletivos;
- Projetos e Anteprojetos dos Processos Seletivos;
- Orçamentos para os Processos Seletivos e os Concursos Públicos;
- Modelos de Requerimentos de Inscrição;
- Modelos de folhas de provas para leitura óptica etc.

1 999

7.2 Comissão Permanente de Avaliação Institucional

Atividades desenvolvidas:

Janeiro

- Elaboração e distribuição de Cadernos para os Coordenadores dos Cursos, com as avaliações dos docentes dos cursos de graduação, pelos alunos, realizadas em 1998.

Fevereiro

- Elaboração do Caderno 7, no qual estão as médias dos professores por curso em lecionam e, também, a média geral destes, envolvendo todos os cursos nos quais ministram aulas.
- Distribuição destes Cadernos para Coordenadores, Diretores de Centro e Reitoria.
- Elaboração de um documento destinado à Câmara de Ensino com sugestões para a melhoria da qualidade de ensino na UNISO.
- Preparação de questionário para traçar o perfil dos novos alunos dos cursos de pós-graduação.
- Elaboração de um resumo com os resultados das Avaliações dos Docentes, pelos alunos , realizada em outubro de 1998, para a Comissão Permanente da Carreira docente;

Março

- Elaboração de questionários para traçar o perfil dos docentes que ministram aulas nos cursos que serão submetidos ao "Provão", neste ano.
- Elaboração de questionários para Avaliação dos Cursos, pelos alunos que provavelmente concluirão os cursos no final de 1999, que serão submetidos ao "Provão", a saber: Administração de Empresas, Ciências Econômicas, Ciências/ Matemática, Direito, Letras/Inglês e Jornalismo.
- Revisão do questionário de Avaliação dos docentes, pelos alunos, para ser aplicado nos Cursos de Farmácia e Bioquímica e Terapia Ocupacional.

Abril

- Elaboração de questionário para alunos ingressantes
- Organização dos dados fornecidos pela CPC, com o objetivo de divulgarmos o perfil dos alunos ingressantes de 1999. Elaboração de folders e cartazes.
- Realização de pesquisas com professores que receberam conceito "Ótimo", na Avaliação de 1998.

Maio

- Participação na "Reunião Regional do PAIUB, São Paulo, Paraná e Sul de Minas Gerais", realizada nos dias 12 e 13 de maio.
- Elaboração de um cartaz para divulgar os trabalhos da CPAI da UNISO e, também, características deste Universidade, no encontro acima citado.
- Trabalho com os dados dos alunos ingressantes dos Cursos de Pós-Graduação. Elaboração de cartaz, folder e do Caderno 8.
- Aplicação dos questionários nos penúltimos períodos dos cursos que participarão do "Provão".
- Distribuição dos questionários aos professores dos Cursos já mencionados.
- Realização de pesquisas com professores que recoberam conceito "Ótimo", na Avaliação dos Docentes de 1998.

Junho/Julho

- Avaliação dos Docentes, pelos alunos, nos Cursos de Farmácia e Bioquímica e Terapia Ocupacional.
- Tabulação dos dados da Avaliação dos Cursos e dos dados dos Docentes destes Cursos.
- Elaboração de folders para serem distribuídos para os alunos dos Cursos e para os professores, Coordenadores dos Cursos, Diretores do Centro e Reitoria.

Universidade
de Sorocaba

Outubro:

- Preparação de um relato de experiência a ser apresentado no "III Encontro sobre Avaliação Institucional no contexto das Universidades Comunitárias".
- Participação no "III Encontro sobre Avaliação Institucional no contexto das Universidades Comunitários"; realizado entre 7-9.10.98, em Recife PE.
- Preparação do material para a realização da Avaliação dos Docentes dos Cursos de Graduação.
- Preparação de material para avaliação, pelos professores, de diversos segmentos administrativos da UNISO.

Novembro:

- Realização da Avaliação dos docentes dos Cursos de Graduação.
- Distribuição dos cadernos e dos fôlderes sobre o perfil dos funcionários da UNISO.
- Realização da avaliação de diversos segmentos da UNISO (Núcleos de Estudo, Coordenação de Cursos, Diretoria de Centro etc.), pelos professores.

Dezembro:

- Distribuição dos resultados da Avaliação dos Docentes dos Cursos de Graduação, elaborados pelo SPD.
- OBS: Todo professor recebeu os dados analisados, para cada disciplina que ministra em cada turma.
- Tabulação dos dados obtidos na avaliação dos diversos segmentos da UNISO, pelos professores e preparação do Caderno 6 (Alguns resultados envolvendo a atuação de dirigentes da Instituição, na opinião dos professores) e de fôlderes para divulgar os resultados.
- Elaboração de material para avaliar o Núcleo de Prática Jurídica.
- Elaboração, em conjunto com SPD, de um questionário para ser respondido pelos funcionários, na tentativa de sanar problemas detectados na avaliação anteriormente realizada.
- Avaliação do Núcleo de Prática Jurídica, realizada pelos alunos nele envolvidos.
- Realização da avaliação envolvendo os funcionários (por solicitação do SPD).

12.3 Comissão Permanente da Carreira Docente

A Comissão Permanente da Carreira Docente - CPCD reuniu-se semanalmente no decorrer do ano, sob a presidência do Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa.

As atividades desenvolvidas foram:

- Revisão no Plano de Avaliação Global do Pessoal Docente - Promoção por mérito;
- Adequação do Plano de Carreira Docente à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

- Avaliação da Universidade da Terceira Idade : o perfil dos alunos da Universidade da Terceira Idade; avaliação dos docentes e dos cursos. Resultados a serem divulgados em janeiro de 2004.
- Investigação auxiliar para a elaboração do Balanço Social da Fundação Dom Aguirre - FDA - Esta investigação envolveu professores e funcionários do Colégio Dom Aguirre, professores e funcionários da Uniso e funcionários da FDA.

  A elaboração dos questionários e a organização de todo o material foram tarefas da Comissão Permanente de Avaliação Institucional, que contou com a colaboração de outros funcionários na entrega e recebimento dos questionários.

  A tabulação e a análise dos dados serão empreendidos nos três primeiros meses de 2004.

2 003

7.2 Comissão Permanente de Avaliação Institucional - CPAI

Presidente: Profª Drª Maria Ogécia Drigo

Atividades do 1º Semestre:

- Organização de propostas de atividades da CPAI para 2003
- Avaliação externa pelos egressos (1998-2002) - Os objetivos da 4ª Avaliação Externa foram: avaliar a qualidade dos cursos de graduação oferecidos pela instituição e obter sugestões para a melhoria da Instituição, de modo geral.

  Os procedimentos adotados foram os seguintes: delineamento dos objetivos da investigação e elaboração de questionários; levantamento do número de egressos, em cada curso, entre 1998 a 2002; impressão de 4.000 questionários; emissão de etiquetas aos destinatários.
- Avaliação dos docentes pelos discentes, nos cursos de graduação: preparação do questionários; organização do material; reuniões previamente agendadas pela Reitoria, envolvendo os coordenadores dos cursos; organização do material para ser enviado ao SPD para a leitura; preparação dos tipos de relatórios a serem gerados pelo SPD; divulgação dos relatórios gerados pelo SPD - para os professores, para os coordenadores e para a reitoria.

Atividades do 2º Semestre:

- Continuação da avaliação externa: tabu;ação dos questionários recebidos; análise dos dados valendo-se de conceitos de Estatística Descritiva e elaboração do resumo; elaboração do caderno com os resultados (a ser distribuído em janeiro de 2004).
- Avaliação dos docentes pelos discentes, no cursos de graduação: organização do material; reuniões previamente agendadas pela Reitoria, envolvendo os coordenadores dos cursos; organização do material para ser enviado ao SPD para a leitura; preparação dos tipos de relatórios a serem gerados pelo SPD (distinto do semestre anterior - envolvendo a média); divulgação dos relatórios gerados pelo SPD - para os professores, para os coordenadores e para a reitoria (tarefa a ser empreendida em janeiro).
- Avaliação dos cursos de graduação pelos discentes - No período de outubro e novembro de 2003 foram realizadas entrevistas com alunos em fase de conclusão de curso. A seleção dos entrevistados - 10% do total dos alunos dos últimos períodos de cada curso - se fez por sorteio, seguido de convite por carta e telefone. Em dia previamente estabelecido, em horários antecedentes ou posteriores às aulas, as entrevistas semi-estruturadas aconteceram, em salas reservadas, com a presença de entrevistadores (integrantes da Comissão Permanente de Avaliação) e os entrevistados.

  Um conjunto de oito perguntas norteou o caminhar das entrevistas e permitiu aos alunos se colocarem em relação à própria experiência acadêmica, privilegiando a formação profissional, a retrospectiva do aprendizado e o relacionamento com a instituição.

  O relatório dos resultados - análise por categorias a ser estabelecidas - será divulgado em fevereiro de 2004.

3ª Foram tabulados os dados e elaborada a apresentação destes em tabelas e gráficos e

4ª Divulgação dos resultados, sendo que o resultado da avaliação do(a) coordenador(a) foi entregue a ele(a) próprio(a) e o resultado geral, ou seja, a avaliação de todos os coordenadores pelos professores do colegiado, bem como os resultados mais práticos que este instrumento detectou, serão entregues aos diretores de centro e à Reitoria.

5ª Questionário específico para auto-avaliação do(a) coordenador(a).

- Elaboração do Orçamento para a CPAI.
- Avaliação dos docentes pelos discentes.

Esta investigação se deu segundo as etapas que mencionamos abaixo:

a) Reunião com a Reitoria na qual se iniciou a preparação de uma avaliação dos docentes pelos discentes, que não contemplasse as questões didáticas de modo amplo, mas que fosse voltada para as especificidades de cada curso;

b) Preparação de um instrumento inicial com o propósito de detectar o que os alunos consideram relevante quando avaliam os seus professores. Selecionamos um curso por área e contemplamos os períodos finais dos cursos de graduação;

c) Organização do material (impressão dos questionários, de cartas explicativas aos diretores de centro, aos coordenadores e aos alunos);

d) Aplicação dos questionários;

e) Tabulação inicial dos dados.

- Elaboração do relatório anual das atividades desta Comissão.

7.3 Comissão Permanente da Política Curricular - CPPC

Presidente: Prof. Ms. Jayme Rodrigues de Almeida Filho

A CPPC realizou as seguintes atividades em 2002:

- Elaboração e encaminhamento aos Coordenadores de Curso e Diretores de Centro das planilhas de atribuição de aulas referentes ao 2º semestre de 2002 e 1º de 2003;
- Atualização das matrizes curriculares no arquivo eletrônico da Secretaria Acadêmica de Graduação e no Banco de Dados do SPD;
- Orientação e acompanhamento do processo de inclusão e exclusão de componentes curriculares, na elaboração dos Planos de Estudo dos alunos;
- Esclarecimento sobre equivalência de componentes curriculares;
- Assessoria a toda a equipe técnica e administrativa em relação às matrizes curriculares de todos os Cursos;
- Pesquisa e organização da legislação específica sobre diretrizes curriculares;
- Participação em reuniões dos Colegiados de Curso e Conselhos de Centro sempre que solicitada;
- Contribuição no processo de definição dos horários das aulas, sobretudo nos cursos de Filosofia e Pedagogia;

Agosto

- Revisão dos questionários para a Avaliação dos Docentes dos Cursos de Graduação da UNISO, pelos alunos.
- Transcrição das entrevistas realizadas com professores que obtiveram conceito 'Ótimo", na Avaliação dos Docentes de 1998.
- Elaboração de questionários para Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação, pelos alunos, incluindo Avaliação dos Docentes destes cursos.

Setembro

- Preparação para aplicação dos questionários de Avaliação dos Docentes.
- Revisão dos questionários para Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação e dos professores destes Cursos, pelos alunos.
- Revisão dos questionários para Avaliação da Instituição e Avaliação dos Dirigentes.
- Análise das entrevistas dos professores. Conclusão do trabalho de pesquisa sobre avaliação de docentes pelos alunos, na UNISO, para ser apresentado no "II Encontro de Pesquisadores" na UNISO, em outubro.

Outubro

- Preparação de questionários para avaliação de disciplinas envolvendo monografias, no Curso de Direito e, Projetos Experimentais no Curso de Publicidade e Propaganda e Jornalismo.
- Realização da Avaliação dos Docentes.

Novembro

- Tabulação dos questionários aplicados nos Cursos de Direito, Jornalismo e Publicidade e Propaganda.
- Envio do material para o Setor de Processamento de Dados.
- Distribuição dos questionários, para os professores, para Avaliação da Instituição e dos Dirigentes.
- Elaboração de modelo para apresentação dos resultados aos professores.
- Aplicação dos questionários para Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação e Avaliação dos Docentes destes Cursos, pelos alunos.
- Tabulação dos questionários dos professores.
- Elaboração do Caderno 9 (Avaliação da Instituição e de Dirigentes) e outros cadernos derivados deste para os Diretores de Centro e Coordenadores de Curso.
- Elaboração de um resumo da Avaliação da Instituição para ser distribuída para os professores.
- Distribuição dos resultados da Avaliação dos Docentes dos Cursos de Graduação, para todos os docentes, em envelopes individualizados.
- Elaboração e distribuição de Cadernos para os Coordenadores de Curso. Neste Caderno constam as avaliações de todos os professores que lecionam em um determinado curso e, ainda, a média desses professores, em outros cursos.
- Elaboração de Cadernos para os Diretores de Centros com os resultados das Avaliações dos Docentes que ministram aulas nos cursos alocados em cada um dos Centros.

7.3 Comissão Permanente da Política Curricular

Atividades da Comissão Permanente da Política Curricular – CPPC:

Assessoria à Secretaria Acadêmica:

- Participação na elaboração e conferência do horário dos Cursos de Graduação;
- Alocação dos Componentes Curriculares por Curso e por Período;
- Digitação, impressão, montagem e distribuição das Coletâneas das Matrizes Curriculares por Curso e por Centro;
- Conferência e correção das informações sobre Matrizes Curriculares da Secretaria Acadêmica e do SPD;
- Proposta e definição da forma de registro dos Cursos Seqüenciais;
- Elaboração de Relatório dos Cursos Seqüenciais;
- Atendimento à Secretaria, sempre que solicitado, para dirimir dúvidas sobre as Matrizes Curriculares.

Assessoria aos Diretores de Centro e aos Coordenadores de Curso:

- Participação em reuniões de diretores para a proposta de alocação dos componentes curriculares pelos cinco centros.

PICSIS Informática, para confecção dos seguintes impressos para leitura óptica: requerimento de inscrição, ıstionário informativo, redação e testes

SPD para elaboração das estatísticas dos Questionários Informativos do 1° e 2° semestres/2000, das ıs dos classificados dos Processos Seletivos e dos Concursos das Prefeituras

Profª Ivani Arjona Jensen dos Santos, psicóloga do Colégio Objetivo, sobre a participação da Uniso na 5ª ra de Profissões

Revista Profissões, respondendo a um Questionário Informativo sobre a Instituição e seus Processos etivos

Setor de Atendimento aos Alunos, sobre encaminhamento de estagiários para prestar serviços à CPC

Setor de Cobrança e Assessoria Jurídica, para elaboração da lista dos ex-alunos e alunos consignantes e dimplentes que se inscreveram nos processos seletivos.

ɔcessos Seletivos para os Cursos de Graduação da Uniso

De 19 a 21.1.2000, foram recebidas as inscrições para as vagas remanescentes do Processo Seletivo do semestre. Os Coordenadores de Curso entrevistaram os candidatos em 25 de janeiro e a prova aconteceu no ı 26 de janeiro, no câmpus Seminário.

Processo Seletivo do 2° sem./2000 - Prova em 2.7, no câmpus Trujillo.

Processo Seletivo do 1° sem./2001 - Prova em 10.12, na Cidade Universitária.

ıtras atividades

ém de entrevistas, reuniões, divulgação, preparação de material promocional, dados estatísticos, rrespondências e atendimento ao público interno e externo, a CPC elaborou os seguintes documentos:

Editais para Processos Seletivos e Concursos;

Editais do Processo Seletivo para publicação no Diário Oficial da União

Demonstrativos de Receitas e Despesas dos Processos Seletivos e da Uniso Aberta;

Calendários dos Processos Seletivos;

Projetos e Anteprojetos dos Processos Seletivos;

Orçamentos para os Processos Seletivos, Concursos Públicos, Uniso Aberta e Feira de Profissões do ɔjetivo;

Modelos de Requerimentos de Inscrição;

Modelos de folhas de provas para leitura óptica;

Relatório final (no qual constou toda a coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela CPC) dos Concur- ıs Públicos, Processos Seletivos, Feira de Profissões e Uniso Aberta;

Elaboração da tabela de conversão dos conceitos e notas dos Históricos Escolares para estabelecer as édias de classificação dos candidatos ao Processo Seletivo;

Contagem de pontos dos inscritos nos Concursos Públicos, para efeito de classificação dos candidatos;

Listas dos aprovados e dos classificados nos Processos Seletivos e nos Concursos, para publicação nos mais e divulgação pela Internet;

Listas dos professores e funcionários, para prestar serviços como fiscais e auxiliares;

Questionários Informativos dos Processos Seletivos.

2 000

2 Comissão Permanente de Avaliação Institucional - CPAI

oordenadora: Profª Ms. Maria Ogécia Drigo Agostinho

relatório desta Comissão consta de duas partes. Primeiro, enumeram-se as atividades desenvolvidas no ano

de 2000. As atividades foram distribuídas por períodos (mês a mês ou períodos de três ou quatro meses), no entanto, é necessário que esta divisão seja vista com flexibilidade, pois nem sempre uma atividade se iniciou em um determinado período e foi concluída exatamente no término dele. Parte das tarefas mencionadas eram desenvolvida simultaneamente e, em alguns momentos, a uma ou a outra era dada alguma preferência.
No final, a CPAI apresenta três questões que nortearam encontros com professores, com professores e alunos e com outros participantes, sempre almejando a melhoria da qualidade de ensino nos cursos de graduação da Uniso.

Atividades

Janeiro

1. Tabulação dos dados da avaliação empreendida nos cursos de Pós-graduação.
2. Organização de propostas de trabalho da CPAI para 2000. Apresentação, via reunião dos professores.
3. Organização do caderno com as médias dos professores e médias por curso.

Fevereiro

1. Trabalho com os cadernos de avaliação dos cursos de Pós-Graduação.
2. Trabalho final com o caderno com as médias dos professores e médias por curso.
3. Elaboração de questionários e colaboração na organização da pesquisa, envolvendo os alunos do curso de Ciências Contábeis, o Conselho Regional de Contabilidade e o Sindicato dos Contabilistas de Sorocaba.

Março - Abril - Maio - Junho - Julho

1. **Avaliação da Sistemática de Avaliação de Desempenho Discente, segundo os professores**

Este trabalho foi empreendido pela Coordenadora do CPAI, por solicitação dos Diretores de Centro e a pedido também do Reitor, com o objetivo de verificar se a Sistemática de Avaliação de Desempenho Discente está de alguma maneira interferindo na qualidade de ensino da Instituição.
Responderam ao questionário 95 professores dos cursos de graduação, revelando certo descontentamento dos professores com esse sistema de avaliação. Seria este Sistema de Desempenho dos Discentes ainda classificatório? Por outro lado, como classificatório não está se mostrando inadequado, de difícil utilização?

2. **Continuação de atividades envolvendo a pesquisa realizada com os alunos do Curso de Ciências Contábeis, o Conselho Regional de Contabilidade e o Sindicato dos Contabilistas de Sorocaba**

1. Tratamento estatístico dos dados obtidos, com a aplicação dos questionários para os alunos do Curso de Ciências Contábeis da Uniso e elaboração de um relatório final.
2. Tratamento estatístico dos dados obtidos com a aplicação dos questionários para os alunos de Cursos de Contabilidade de vários colégios técnicos de Sorocaba e elaboração de um relatório final.

3. **Avaliação externa por egressos**

A avaliação externa foi empreendida nos meses de maio, junho, julho e agosto deste ano e envolveu as seguintes etapas:

a) delineamento dos objetivos da investigação e elaboração de questionários;
b) levantamento do número de egressos, por curso, entre 1995 e 1999;
c) preparação de uma amostra estratificada, por curso, totalizando 3000 egressos;
d) impressão de 3.000 questionários;
e) emissão de etiquetas aos destinatários;
f) impressão de envelopes para devolução de questionários;
g) organização de todo este material para ser enviado pelo correio.

Conclusão dos Cadernos da Avaliação dos Cursos de Pós-graduação (lato sensu) e distribuição s professores.

Elaboração de folders e cartazes "Nossos Calouros - 2000", após tratamento estatístico dos dados tidos pela Comissão Permanente de Concursos sobre os calouros de 2000 (a partir do questionário que consta Manual do Candidato). Os folders foram deixados nas salas dos professores e nas salas de aula.

Elaboração de cartaz exibindo os conceitos dados aos docentes, pelos alunos de graduação, por rso e nos anos de 1998 e 1999. Os cartazes foram distribuídos pelos corredores dos três câmpus.

Organização dos resultados das pesquisas elaboradas pela CPAI, nos anos de 1998 e 1999, para SPD, com o propósito de se elaborar uma página especial, a ser acessada pelos Diretores de Centro, ordenadores de Curso e pela Reitoria.

gosto - Setembro - Outubro

Avaliação externa por egressos

estes meses foram feitos:

tabulação dos questionários recebidos (9,8% dos enviados, cerca de 294 questinários);
análise dos dados, valendo-se da Estatística Descritiva;
elaboração do caderno "Avaliação da Uniso, pelos egressos de 1995 a 1999";
estudos e viabilização de outras maneiras de divulgação dos resultados;
exposição dos resultados aos Coordenadores de Curso, aos Diretores de Centro e à Reitoria.

Avaliação do processo ensino/aprendizagem, pelos alunos, nos cursos de graduação

a tentativa de aprimorar os procedimentos para a avaliação institucional e, conseqüentemente, a qualidade dos sultados das investigações, a CPAI propôs que a Avaliação dos Cursos de Graduação e dos Professores fosse alizada mediante um questionário, com sete questões abertas, para serem respondidas em grupos de cinco unos.

sta investigação se deu segundo as etapas que mencionamos abaixo:

) preparação de questões abertas, que foram submetidas à apreciação dos Coordenadores dos Cursos, m reuniões previamente agendadas com a CPAI e nas quais foi solicitada a colaboração destes na aplicação os questionários;

) organização do material (impressão dos questionários, cartas explicativas aos coordenadores, contagem os questionários arrumados em envelopes, um por sala de aula e de curso por curso);

) distribuição deste material para os Coordenadores dos Cursos.

) os questionários foram aplicados nas duas últimas semanas do mês de outubro e a digitação dos resultados e iniciou imediatamente.

. Avaliação Institucional (constando a avaliação dos professores de graduação)

sta investigação se deu segundo as etapas abaixo:

) preparação de questões que foram submetidas à apreciação do Reitor;

) reuniões com os Coordenadores dos Cursos, para a aplicação dos questionários (foram distribuídos ntecipadamente para que a aplicação se desse no início de novembro);

) organização do material (impressão dos questionários, de cartas explicativas aos coordenadores e aos lunos, elaboração de modelos para as fichas de leitura óptica, contagem dos questionários e das fichas de eitura óptica, arrumados em envelopes, um por sala de aula e de curso por curso).

. Participação no IV Encontro de Avaliação Institucional das IES, no contexto das Universidades Comunitárias, realizado em outubro, em Caxias do Sul, RS.

5. Elaboração do Orçamento de 2001 para a CPAI

Novembro e Dezembro

1. Continuação da Avaliação do Processo Ensino/Aprendizagem dos Cursos

A continuidade se deu por:

a) elaboração dos relatórios, nos quais os resultados foram apresentados por classe, com quadros-resumo por turma, por período e o quadro geral, englobando todas as turmas. Foi feito o relatório de treze cursos, perfazendo um total de 500 páginas digitadas. Esses cadernos foram distribuídos para o Reitor, para o Pró-Reitor de Graduação, para os Diretores dos Centros e para os Coordenadores dos Cursos.

b) reunião com os Coordenadores de Cursos e Diretores de Centros para se discutir sobre a maneira mais adequada de divulgar os resultados (número pequeno de coordenadores presentes), ou seja, para se discutir sobre a melhor maneira de deixar estes resultados à disposição dos professores, e também, de distribuir os resultados para os alunos.

2. Continuação da Avaliação Institucional (constando a avaliação dos professores de graduação).

Foram realizadas as seguintes tarefas:

a) distribuição deste material para os Coordenadores dos Cursos.

b) organização do material para ser enviado ao SPD (colagem de etiquetas nas fichas de leitura óptica por turmas).

3. Palestra sobre Avaliação na Uniso, pela Coordenadora da CPAI, a todos os professores, em 18.12.

Sugestões

A partir da análise dos relatórios da "Avaliação do Processo Ensino/Aprendizagem" das disciplinas, dos cursos de graduação da Uniso, a CPAI sugere que se desenvolvam estudos em torno dos temas explicitados por três questões:

1. Qual a função do aluno, do professor e do conteúdo da disciplina no processo ensino/ aprendizagem?

A resposta a essa questão leva a discutir e propor soluções, provavelmente, para três problemas que emergiram nos cursos, de modo geral, a saber:

- os alunos, via de regra, responsabilizam o professor quanto ao despertar interesse pelo conteúdo e, conseqüentemente, propiciar a aprendizagem;
- falta de interação professor/aluno;
- falta de interação teoria/prática, que está vinculada à forma como o conteúdo deve permear o processo ensino/aprendizagem.

Por outro lado, ao responder a tal questão, pode-se detectar que esses problemas têm raízes em questões de fundamentação teórica mais ampla, da qual se extraem as próximas perguntas.

2. Quais são as concepções do professor sobre o processo ensino/aprendizagem, sobre a disciplina que ministra e a maneira como esta contribui para a formação do futuro profissional?

3. Qual a metodologia (concepções e método advindo destas concepções) adequada para a disciplina X, em determinado curso?

7.3 Comissão Permanente da Política Curricular - CPPC

Coordenador: Prof. Ms. Araldo Fernandes Gardenal.

Principais serviços.

Assessoria à Secretaria de Graduação:

- Participação na elaboração e conferência de alguns horários dos Cursos de Graduação;

- Editais do Processo Seletivo para publicação no Diário Oficial da União;
- Demonstrativos de Receitas e Despesas dos Processos Seletivos e da 6ª Uniso Aberta;
- Calendários dos Processos Seletivos;
- Projetos e Anteprojetos dos Processos Seletivos;
- Orçamentos para os Processos Seletivos, Concursos Públicos, Uniso Aberta e Feira de Profissões do Objetivo;
- Modelos de Requerimentos de Inscrição;
- Modelos de folhas de provas para leitura óptica;
- Relatório final (no qual constou toda a coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela CPC) dos Concursos Públicos, Processos Seletivos, Feira de Profissões e Uniso Aberta;
- Elaboração da tabela de conversão dos conceitos e notas dos Históricos Escolares, para estabelecer as médias de classificação dos candidatos ao Processo Seletivo;
- Contagem de pontos dos inscritos no Concurso Público de Conchas, para efeito de classificação dos candidatos;
- Listas dos aprovados e dos classificados nos Processos Seletivos e nos Concursos, para publicação nos jornais e divulgação pela Internet;
- Listas dos professores e funcionários, para prestar serviços como fiscais e auxiliares;
- Questionários Informativos dos Processos Seletivos.

2 001

Comissão Permanente de Avaliação Institucional - CPAI

Neste relatório, mencionam-se as atividades realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional - sob a coordenação da Profª. Ms. Maria Ogécia Drigo, mês a mês ou períodos de três ou quatro meses. No to, essa divisão seja vista com flexibilidade, pois nem sempre uma atividade se iniciou em determinado período e ncluída exatamente no término dele. Parte das tarefas mencionadas era desenvolvida simultaneamente e, em s momentos, a uma ou a outra era dada alguma preferência.

Atividades empreendidas

Janeiro

1. Organização de propostas de trabalho da CPAI para 2001.
2. Organização do caderno com as médias dos professores e médias por curso, na avaliação 2000.

Fevereiro

1. Trabalho final do caderno com as médias dos professores e médias por curso.

Março-Abril-Maio-Junho-Julho-Agosto

1. Levantamento do número de alunos e de cursos de graduação na Instituição, desde 1954.
2. Avaliação externa pelos egressos 1996-2000, com as seguintes etapas:
   a) definição dos objetivos da investigação e elaboração de questionários;
   b) levantamento do número de egressos, por curso, entre 1996 e 2000, utilizando-se de programa administrativo, fornecido pelo Setor de Processamento de Dados;

c) impressão de 4.600 questionários, pela Gráfica da FDA;
d) emissão de etiquetas aos destinatários, utilizando-se de programa fornecido pelo Setor de Processamento de Dados;
e) impressão de envelopes para devolução de questionários, pela Gráfica da FDA e
f) organização de todo esse material para ser enviado pelo correio.

Elaboração de folderes "Nossos calouros - 2001", após tratamento estatístico dos dados obtidos pela Comissão Permanente de Concursos sobre os calouros de 2001. Os folderes, em quantidade suficiente, foram deixados nas salas dos professores, à disposição desses, enquanto que uma quantidade razoável foi deixada nas salas de aula, à disposição dos alunos.

Elaboração de cartazes, gráficos e tabelas exibindo os conceitos dados aos docentes, pelos alunos de graduação, por curso, nos anos de 1998, 1999 e 2000. Os cartazes foram distribuídos pelos corredores dos diversos câmpus. Os gráficos e as tabelas foram utilizados em reunião realizada com a Reitoria, Diretores de Centro e Coordenadores de Curso, em maio/2001.

- Organização dos resultados das pesquisas elaboradas pela CPAI, no ano de 2000, para o SPD, com o propósito de se elaborar uma página especial, a ser acessada pelos Diretores de Centro, Coordenadores de Curso e pela Reitoria.
- Participação no Seminário Internacional "Pedagogia Universitária e Novas Tecnologias no Ensino", na UFRGS, em Porto Alegre/RS, nos dias 4, 5 e 6 de julho.

Agosto-setembro-outubro

1. Avaliação externa por egressos

   Deu-se continuidade a essa tarefa, por meio da:
   a) tabulação dos questionários recebidos (7,38% dos enviados, 338 questionários);
   b) análise dos dados, valendo-se da Estatística Descritiva;
   c) elaboração do caderno "Avaliação da Uniso, pelos egressos de 1996 a 2000".
2. Avaliação Institucional (constando a avaliação dos docentes dos cursos de graduação)

   Esta investigação se deu segundo as etapas que mencionamos abaixo:
   a) preparação de questões;
   b) reuniões previamente agendadas com os Coordenadores de Curso; e
   c) organização do material.
3. Elaboração do orçamento para a CPAI

Novembro e dezembro

1. Avaliação externa por egressos

   Prosseguimos esta tarefa, por meio da:
   a) divulgação dos resultados aos Coordenadores de Curso, aos Diretores de Centro e à Reitoria.
2. Continuação da Avaliação Institucional (constando a avaliação dos docentes dos cursos graduação).

   Foram realizadas as seguintes tarefas:
   a) distribuição deste material para os Coordenadores dos Cursos;
   b) organização do material para ser enviado ao SPD para a leitura;
   c) Divulgação dos relatórios gerados pelo SPD.
3. Elaboração de Relatório/2001.

2 002

7. Comissões Permanentes

7.1 Comissão Permanente de Concursos - CPC

Presidente: Prof. Ms. Prof. Sérgio Rocha

A Comissão Permanente de Concursos - CPC desenvolveu em 2002 as seguintes atividades:

- Processos Seletivos Semestrais - realizou todo o processo de elaboração e execução de 2 Processos Seletivos de candidatos aos Cursos de Bacharelado, Licenciaturas e Tecnológicos
- Concursos Públicos - encarregou-se da realização de 2 Concursos Públicos (de Professor II e Professor de Educação Infantil) da Prefeitura Municipal de Sorocaba e do Concurso Público para cargos de Ingresso na Guarda Municipal de Sorocaba - 2ª classe

Participação da CPC em Eventos:

- Feira de Profissões do Colégio São José, de São Roque (25.5), tendo a participação de professores da CPC e de vários cursos da Uniso
- XIV Feira de Vestibulares do Estado de São Paulo, FEVEST (25.5), em São Paulo
- 6ª Feira de Profissões do Colégio Objetivo, do Portal da Colina, em Sorocaba (31.8 - das 8h às 17h)

7.2 Comissão Permanente de Avaliação Institucional - CPAI

Presidente: Profª Drª Maria Ogécia Drigo

A Comissão Permanente de Avaliação Institucional - CPAI desenvolveu as seguintes atividades:

1º Semestre

- Organização de propostas de atividades da CPAI para 2002.
- Elaboração do caderno sobre a avaliação dos docentes pelos discentes.
- Organização do caderno com as médias dos professores e médias por curso na avaliação 2001 e dos anos anteriores.
- Elaboração do caderno sobre a avaliação das disciplinas dos cursos de graduação
- Elaboração de caderno contemplando os resultados das questões gerais.
- Elaboração de cartazes com gráficos exibindo os conceitos dados aos docentes, pelos alunos de graduação, por curso, nos anos de 1998 a 2001. Os cartazes foram distribuídos pelos corredores dos diversos câmpus.

Observação: No final de outubro e início de novembro de 2000 foi aplicado um questionário, no qual os discentes avaliaram a Instituição, de modo geral (questões gerais), as disciplinas dos cursos de graduação e os docentes desses cursos.

- Avaliação dos cursos

Explicações gerais sobre esta investigação

- No segundo semestre de 2000 realizou-se uma avaliação qualitativa nos cursos de graduação, com questões abertas, nas quais os alunos indicaram as disciplinas mais interessantes e as menos interessantes para sua aprendizagem e as "maneiras de ensinar" que mais os auxiliavam a aprender. Avaliaram o curso de modo geral e também deram sugestões, visando melhorar o ensino e a aprendizagem.

- No final do primeiro semestre de 2002, a partir dos resultados daquela avaliação, elaborou-se um questionário para os alunos avaliarem o tratamento que foi dado pelos dirigentes da Uniso, de modo geral, a esses resultados.

- Elaboração de cadernos com os resultados desta investigação.

Na apresentação dos resultados da investigação, as sugestões estão mencionadas nas legendas dos gráficos, nos comentários gerais de cada curso e divididas de acordo com o tratamento que receberam, segundo a opinião dos alunos (os mesmos que deram as sugestões). Há também tabelas com os resultados em percentuais.

As sugestões foram preservadas. Não excluímos nenhuma delas e também não fizemos modificações na forma como foram enunciadas. Cabe aos coordenadores e aos colegiados dos cursos avaliar a pertinência das sugestões e também os resultados da avaliação empreendida pelos alunos. Neste tipo de avaliação nem sempre uma sugestão de freqüência baixa deve ser menosprezada; pelo contrário, é necessário analisá-la com bons olhos, pois ela pode indicar um olhar diferenciado dos alunos.

2º semestre

- Avaliação dos coordenadores dos cursos pelos professores integrantes do colegiado do curso no 1º semestre de 2002, empreendida com o propósito de:

- detectar o grau de conhecimento dos professores integrantes do colegiado do curso sobre as funções do coordenador;
- obter um rol de funções do coordenador a partir das idéias dos integrantes dos colegiados, e
- constatar o nível de percepção dos integrantes do colegiado sobre a atuação do coordenador(a) do curso.

O instrumento de avaliação aplicado foi um questionário com duas partes. Na primeira delas as questões contemplavam possíveis funções políticas, gerenciais, acadêmicas e institucionais de um coordenador de curso e, na segunda, as questões propostas possibilitavam uma avaliação do(a) coordenador(a).

Tal avaliação foi realizada em várias etapas, abaixo mencionadas:

1ª Os diretores de Centro e os coordenadores foram informados da avaliação;

2ª Foram entregues aos professores o questionário e as explicações necessárias para respondê-lo, em um envelope, sendo que, depois de respondidos, estes deveriam ser devolvidos no envelope lacrado para o(a) funcionário(a) da sala dos professores e sem identificação;

Anexo B

Atas das visitas da Comissão de Acompanhamento do Ministério de Educação e Cultura, no Processo de Reconhecimento da Universidade de Sorocaba.

FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE

Ata da quarta visita da Comissão de Acompanhamento, designada pelo Conselho Federal de Educação, visando à transformação em Universidade de Sorocaba, da Fundação Dom Aguirre, realizada nos dias treze e catorze de maio de mil, novecentos e noventa e um, na sede administrativa da Fundação, na Avenida General Osório, 451, Sorocaba/SP. Presentes Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal, Relatora do Processo e Presidente da Comissão de Acompanhamento e os membros dessa Comissão: Anna Bernardes da Silveira Rocha, Paulo Nathanael Pereira de Souza, Stella Cecília Duarte Segenreich, mais os membros da Comissão Interlocutora local: Aldo Vannucchi (presidente), Geraldo Maria Brocca Casagrande, Manoel Monteiro de Castro Affonso, Sonia Chebel Mercado Sparti, Paulo de Góes e José Fernandes Galduróz. Os trabalhos foram iniciados com a Presidente Margarida Maria comunicando que, todos havendo recebido cópia da ata anterior, esta não seria lida e, não havendo nada em contrário, que fosse por todos assinada. O que foi feito no ato. Determinada a programação dos dois dias de visita, a Presidente pediu que os membros da Comissão Interlocutora local discorressem sobre o andamento das tarefas deixadas pela Comissão de Acompanhamento, na visita anterior. Profº Aldo disse que a Fundação está caminhando bem, procurando seguir sempre a orientação da Comissão de Acompanhamento e aumentando os contatos com os professores, como por exemplo na última Congregação da FACCAS, onde foi interpelado por vários sobre o processo da Universidade. Profº Aldo perguntou à Comissão de Acompanhamento se, para a próxima visita, poderia programar um encontro com o Conselho Superior da Fundação, no que recebeu concordância total. Geraldo informou que o Plano de Carreira deverá ser implantado até meados de 1992 e que será feito um grande investimento na área de informática; atualmente está analisando as vantagens e desvantagens de se implantar um sistema pronto ou um específico da Fundação. A Comissão de Acompanhamento orientou que é melhor a Fundação ter seu próprio sistema. Geraldo disse também que o Conselho Superior da Fundação definiu que a folha de pessoal será coberta só pelas mensalidades escolares. A Comissão de Acompanhamento concordou, dizendo ser importante ter esse parâmetro, pois os projetos especiais terão que

ter recursos próprios, ficando as mensalidades para custear o ensino. Paulo de Góes relatou que as aquisições novas para a Biblioteca, principalmente por indicação dos professores, têm sido constantes; está circulando entre os alunos, professores e funcionários, o Boletim Informativo da Biblioteca, com aumento de consulentes. As despesas com aquisições estão sendo ressarcidas por empresas da cidade; foi contratada mais uma bibliotecária e quanto à ampliação do espaço físico, até julho será definido. Paulo de Góes informou também que a Bilioteca está abrindo aos sábados, conforme solicitação dos alunos, apesar da baixa frequência ainda. Sonia comunicou que a renovação dos Laboratórios está sendo executada, com cinquenta por cento dos equipamentos solicitados pelos professores já adquiridos; estão sendo pesquisados e orçados equipamentos específicos para instalação de Laboratório de Línguas, a pedido do Departamento de Letras. A Comissão de Acompanhamento ressaltou que é muito importante o envolvimento dos professores nessa fase de transformação e a Comissão local observou que esse envolvimento cresceu após a aula inaugural ministrada pela Profª Margarida Maria, na FAFI. Voltando aos relatórios orais, o Profº Manoel Affonso comunicou que está em contato com os professores da FACCAS para envolvê-los nos projetos de recursos financeiros alternativos para a Fundação. Já há professores interessados em desenvolver algum projeto. Disse que encaminhou correspondências a várias prefeituras da região, onde pede muitas informações a respeito do município, para que, posteriormente, a Fundação apresente algum projeto de melhoria que possa ser lá implantado ou orientado por docentes da Fundação. Quanto à implantação de 1º e 2º graus pela Fundação em municípios vizinhos, a Comissão de Acompanhamento solicitou que fosse melhor refletida, para não se dar a impressão de que essas escolas irão sustentar a Universidade. O Profº Paulo Nathanael sugeriu que a nova Universidade poderia elaborar planos de educação (atendendo à Constituição Federal) para as Secretarias de Educação dos municípios da região. Em seguida, falou o Professor Galduróz, dizendo que ficou feliz por integrar a Comissão Interlocutora local, como Diretor da

FACCAS, mas está sentindo resistência ao Projeto da Universidade por parte dos professores que ministram maior número de aulas, bem como dos alunos integrantes do Diretório Acadêmico, que querem uma Universidade gratuita. Disse que, sempre que possível, procura dialogar com essas pessoas e esclarecer as dúvidas. Por outro lado, a FACCAS está elaborando, para 1992, três cursos de pós-graduação "lato sensu". O Professor Paulo Nathanael sugeriu que uma forma de envolver mais os professores, seria a formação de comissões para estudar propostas alternativas de recursos para a Fundação. As Professores Anna e Margarida completaram : o professor que também trabalha em empresa, deve trazer essa experiência para dentro da Universidade , juntando assim a tecnologia empresarial com a didática do ensino, onde o professor funcionaria como um consultor técnico. A Professora Stella disse ser um ponto importante, nessa transição, o Plano de Carreira; deve-se refletir bem sobre os contratos de hora/aula e de tempo contínuo. Seria interessante pesquisar sobre isso junto a outras Universidades. Após o almoço, a Comissão reuniu-se privativamente, para analisar os documentos recebidos da Comissão local, o que resultou num conjunto de recomendações, a serem cumpridas até a próxima visita e desde já, ficam fazendo parte desta ata : 1) elaborar um relatório circunstanciado e atualizado sobre a Entidade Mantenedora, na forma sugerida na presente reunião; 2) reapresentar o documento sobre a identidade e vocação da UNISO, com claras definições sobre: a) a transformação dos cursos isolados em universidade; b) demonstração institucional do caráter comunitário da UNISO; c) identificação, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com as necessidades locais e regionais; d) fazer com que este documento decorra de seminários realizados com os grupos docentes e discentes (principalmente os de oposição) sobre a idéia de universidade da UNISO; e) delimitar o alcance geográfico que será a área de influência da UNISO. 3) apresentar um plano articulado de ação departamental no ensino, na pesquisa e na extensão, que demonstre o envolvimento das unidades ora em funcionamento no processo de transição para a universidade; 4) aperfeiçoar o levantamento cadastral do corpo do-

cente para identificar a correlação entre a área de saber dos títulos acadêmicos e a área de docência, bem como o estágio em que se encontram os que ora cursam mestrado e doutorado (com previsão da conclusão); discriminar, ainda, as disciplinas ministradas, o tempo de serviço na instituição e os trabalhos produzidos, professor por professor; 5) elaborar projetos de ação circunstanciados correspondentes às linhas de ação citados no Projeto UNISO (documento de estudo, identidade e vocação da UNISO). Com base nesse documento, a Comissão de Acompanhamento teceu uma série de comentários sobre a elaboração desse Relatório nº 1 : esclarecer a escolha dos dirigentes da Mantenedora; no documento de identidade e vocação informar como os cursos isolados serão transformados em Universidade; como as unidades já existentes irão agir conjuntamente, que medidas e passos estão sendo dados para isso; demonstrar o caráter comunitário da futura UNISO, quais os parâmetros e quais ações concretas desse aspecto comunitário; identificar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o alcance geográfico da influência da pretendida Universidade; conquistar os opositores (docentes e alunos), através de permanente informação; fazer a integração do ensino, através dos Departamentos, atacando os problemas e os interesses comuns das duas unidades e tentar resolvê-los em conjunto, pela ação integrada, criando mecanismos de colaboração recíproca; identificar o que se pretende dar à comunidade, sempre numa ação conjunta, acentuando assim a identidade e vocação da futura Universidade. Delimitar a área de influência da nova Universidade, verificar qual o porte que se deseja para ela (em termos de qualidade) e a projeção dos cursos de pós-graduação a serem ministrados.

A Professora Anna sugeriu que um bom ponto de partida para isso tudo seria um seminário para estudo da Lei de Diretrizes e Bases ou a Proposta para o Ensino Superior, editada pelo Ministério da Educação e Cultura, que também está tramitando na Câmara dos Deputados. Outra recomendação da Professora Anna foi sobre a Avaliação - como será? institucional? auto-avaliação? ou avaliação externa? Lembrou também que nos planos de atividades dos Departamentos, ela não percebeu intercâmbio de interesse entre eles e nem

mesmo com relação à futura UNISO, e insistiu que, enquanto os professores não absorverem o sentido de Universidade, não se poderá dizer que teremos uma Universidade. Disse também que os Departamentos não demonstraram interesse em pesquisa para ajudar essa fase de implantação da Universidade, talvez por não ter sido levada até eles essa necessidade. Ela gostaria de saber como está o serviço de extensão à comunidade da Fundação. O Professor Paulo Nathanael deixou bem claro que os eventos devem surgir dos Departamentos,não mais isolados, mas integrados;tudo na Universidade vem das bases. E o que a Comissão local precisa é articular essas bases. O Professor Paulo Nathanael ainda comentou que na atualização do corpo docente atual,além da titulação, é necessário analisar se esse título acadêmico é compatível com sua disciplina. Quanto aś docentes cursando mestrado ou doutorado, seria interessante apontar a previsão de conclusão, assim como a previsão dos que pretendem cursar o mestrado ou doutorado, nos próximos cinco anos. Deve-se fazer um cadastro geral dos professores,onde se encontrem dados como:quando entrou na instituição,o que leciona,titulação,etc. Foi lembrado também que o número ideal de horas/aula é vinte no máximo, e o que exceder esse número deve-se solucionar de maneira criteriosa, mas sempre em conjunto com as duas unidades. A Comissão de Acompanhamento ainda recomendou que até a próxima visita, sejam escolhidos mais dois professores,por indicação deles,para integrar a Comissão local e alertou que o Plano de Carreira não precisaria ser elaborado pela Comissão local, mas sim por uma outra Comissão.Geraldo solicitou à Professora Margarida Maria esclarecimentos sobre o Decreto 105/91,do Ministério da Educação, no que foi prontamente atendido.No dia catorze,no Salão Nobre da Fundação Dom Aguirre, houve uma reunião especial com Diretores e Vice-Diretores das Unidades, bem como com os Chefes de Departamentos (ausentes os Chefes de Departamentos de Contabilidade e Economia, da FACCAS). Após a apresentação da Comissão de Acompanhamento pelo Professor Aldo, a Professora Margarida Maria fez um resumo de como funciona o processo de criação de uma Universidade.A seguir,a Presidente e os demais membros da Comissão de Acompanha

mento enfatizaram a necessidade de o corpo docente assumir o Projeto UNISO, dando cada um a sua contribuição, percebendo bem a diferença entre Faculdade isolada e Universidade. Todos precisam avaliar bem o que significa vivenciar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão como indissociáveis e a função insubstituível do Departamento nessa nova estrutura. A Comissão, depois, passou a responder às perguntas dos Chefes de Departamentos. A primeira foi sobre a situação do Corpo Docente atual, nessa mudança. Ele, de um lado, será aproveitado e, de outro, será estimulado à melhor qualificação acadêmcia, sobretudo em vista da Pesquisa e da Extensão. Outra pergunta : acusa-se hoje a Universidade pública de pouca produção científica. Será que nós aqui poderemos fazer mais, nesse sentido? Resposta da Comissão de Acompanhamento : Podem, porque pesquisa não é só a de ponta. E também porque esse é um ideal a ser conquistado aos poucos, com a Mantenedora destinando sempre mais recursos específicos para isso e com o envolvimento do empresariado local. Uma Universidade não pode subsistir só com mensalidades de alunos. Terceira pergunta : Como resolver a situação de pós-graduados pela legislação antiga, com créditos concluídos, mas sem monografia ou tese final? Resposta : Cada interessado deve procurar a instituição em que fez a pós-graduação, para saber como proceder. Nessa reunião com os Chefes de Departamentos, a Comissão de Acompanhamento deixou bem claras algumas recomendações, como : 1) aumentar bastante a comunicação interna sobre o Projeto UNISO; 2) desenvolver o máximo de ações interdepartamentais; 3) o Departamento tem que ser o motor da Universidade: planos, recursos, melhorias, quase tudo tem que vir dos Departamentos; 4) cada professor deve ser estimulado a crescer, na linha de sua preferência: quem gosta de pesquisa será ajudado a isso , quem prefere a extensão será orientado nesse sentido. Foi comunicado a todos também que mais um professor de cada Faculdade deverá integrar a Comissão Interlocutora local, indicados pelos respectivos colegas. Como nada mais havia a tratar a Presidente Margarida Maria reafirmou a próxima

FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE

visita para os dias 12 e 13 de agosto e ordenou que fosse lavrada a pre - sente ata, que se aprovada, será assinada por todos. Sorocaba, 14 de maio de 1991..-.

ENTIDADE MANTENEDORA DAS
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE SOROCABA,
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS DE SOROCABA E
COLÉGIO DOM AGUIRRE DE 1.º e 2.º GRAUS

Av. General Osório, 35 - Fone (0152) 32-6937 - Caixa Postal 578 e 587 - 18.065 - SOROCABA - Estado de São Paulo

Ata da quinta visita da Comissão de Acompanhamento, designada pelo Conselho Federal de Educação, visando à transformação em Universidade de Sorocaba, das Faculdades mantidas pela Fundação Dom Aguirre. Transferida dos dias 12 e 13 de agosto p.p., por solicitação da Senhora Presidente da Comissão, esta reunião realizou-se nos dias dezesseis e dezessete de setembro de mil, novecentos e noventa e um, na sede administrativa da Fundação, na Avenida General Osório, 451, Sorocaba SP., com a presença da Conselheira Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal, Relatora do Processo e Presidente da Comissão de Acompanhamento e a Profa. Stella Cecília Duarte Segenreich, membro dessa Comissão. Ausências justificadas dos demais membros: Prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza, ausente por motivo de férias e Profa. Anna Bernardes da Silveira Rocha, ausente por motivo de doença na família. Presentes também os membros da Comissão Interlocutora local: Aldo Vannucchi (presidente), Geraldo Maria Brocca Casagrande, Manoel Monteiro de Castro Affonso, Sonia Chébel Mercado Sparti, Paulo de Góes, Salvador Mór de Lima, José Fernandez Galduróz e assessores do Projeto UNISO: Ana Maria Gurgel de Oliveira Gonzales, Laan Mendes de Barros, Adilson Cezar e Robinson Luz. Os membros da Comissão de Acompanhamento ausentes encaminharam seus pareceres sobre a documentação solicitada na visita anterior. A manhã do dia dezesseis foi utilizada pela Comissão de Acompanhamento para uma reunião privativa referente às avaliações sobre os documentos recebidos. As 14h30min, reuniu-se com a Comissão Interlocutora local. O Prof. Aldo apresentou à Comissão de Acompanhamento os novos assessores do Projeto UNISO e os novos componentes da Comissão local, justificando a ausência de Alexandre Luiz Carli, membro da Comissão representando os docentes da FACCAS, por motivo de doença. A Profa. Margarida Maria elogiou os documentos, dizendo que estavam muito bons, traduzindo um grau elevado de crescimento. Comentou que a situação atual da Instituição quanto à mudança de mentalidade e à procedimentos é irreversível, numa reflexão e aprimoramento contínuos. A Presidente declarou-se plenamente satisfeita ao constatar a evolução da Comissão, acrescentando novos membros, contratando assessores específicos e divulgando o Projeto da Universidade entre os docentes e alunos da casa. Informou que o relatório Parcial no. 1 foi em princípio aprovado, devendo ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação, no mês de outubro, após a apreciação dos Conselheiros Anna e Paulo. Quanto ao Relatório no. 2, já em andamento pela Comissão local, a Comissão de Acompanhamento argumentou que estáem ótimo caminho, carecendo de algumas correções e inclusões, que foram anotadas. A Comissão opinou também que se comece a projetar o Estatuto da Universidade e sobre ele o Regimento Unificado de transição. Depois, deverá ser alterado também o Estatuto da Mantenedora, adequando-se à futura Universidade. É preciso também esboçar o organograma da UNISO, para que seja experimentado com a aplicação do Regimento Unificado. Lembrou também a Profa. Margarida Maria, que o Estatuto da Mantenedora, a ser alterado, deve ser devidamente registrado em Cartório. O

marco principal desse Estatuto deve ser o aspecto educacional, sendo possível à mantenedora prestar serviços para viabilizar recursos financeiros alternativos. O Prof. Salvador argumentou que o processo de alteração de regimento costuma ser muito demorado, mas a Profa. Margarida Maria informou que essas alterações terão que ser testadas e a proposta será apreciada pelo Conselho Federal de Educação, o mais rápido possível sem prejuízo de sua devida análise. A Profa. Stella comentou que a discussão em torno do Estatuto e principalmente do Regimento Unificado é salutar, mas não deve retardar o andamento do processo. O Prof.. Salvador também perguntou à Presidente sobre como a oscilação financeira decorrente dessa fase de implantação será vista pelo Conselho Federal de Educação. A Presidente respondeu que se a oscilação for decorrente de investimentos, siginificará crescimento da Instituição. Acrescentou que os recursos financeiros alternativos são importantes, principalmente nessa fase, pois é impossível implantar uma Universidade só com mensalidades escolares. Recomendou ainda que a proposta de Regimento Unificado deverá ser encaminhada ao Conselho Federal de Educação para conhecimento e avaliação e que se observasse um cuidado especial com a estrutura organizacional. Quanto ao Documento sobre a Identidade e Vocação da UNISO, a Comissão de Acompanhamento declarou-se satisfeita com a profundidade com que foi elaborado, dizendo que foi retratada, com transparência, a Fundação Dom Aguirre. A Profa. Margarida insistiu na participação dos membros da Comissão local nas reuniões plenárias da Conselho Federal de Educação, em Brasília, alegando que essa convivência é muito importante para contatos e informações. Solicitou ainda que fosse feito um levantamento de todas as disciplinas ministradas na Instituição, verificando ementa e bibliografia. A Profa. Sonia perguntou se é possível, antes do reconhecimento da Universidade, implantar novas habilitações no Curso de Pedagogia. A Presidente disse que discuturá esse assunto no VI SENNUBRAS, em Bragança Paulista, na semana de 24 a 27 de setembro p.f. com alguns membros da Comissão Especial de Universidades que ali se farão presentes. Registrou que espera encontrar no Seminário boa parcela da Comissão Interlocutora local do Projeto UNISO. A reunião encerro-se às 18h40min. No dia dezessete, os trabalhos iniciaram-se às 9h15min, com a solciitação da Presidente, a mim, Ismenia Terezinha Maluche, que procedesse a leitura da ata da quarta visita, pois através dela, gostaria de saber o que a Comissão local já havia executado. Assim, após a leitura, solicitou ao Prof. Robinson Luz, assessor de informática, que discorresse sobre suas atividades. O Prof. Robinson informou que está transcrevendo para o computador o cadastro de professores, funcionários e alunos, bem como as fichas de consultas da Biblioteca e controle da Tesouraria. Disse que está fazendo levantamento nas Secretarias e que até dezembro elas estarão informatizadas. Efetuou contrato com a Embratel para acesso a outras Entidades; está fazendo levantamento do necessário para a informatização da gráfica da Fundaçao; está em elaboração um sistema que possibilite aulas

computadorizadas, como de matemática, biologia, geografia, estatística etc; está em contato com a IBM, para que nos forneça o Proplan (Programa de Planejamento) e vai também treinar professores e funcionários para se adequarem à informática. A Profa. Margarida elogiou essa implantação, comentando que deve-se pensar em contratar pessoas capacitadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Lembrou que no CNPq e na CAPES, existe relação de mestres e doutores que concluiram seus cursos apoiados pelas Instituições e que gostariam de trabalhar em Universidades. Lembrou também que existem docentes, qualificados, aposentados, que poderão ser colaboradores importantes para a futura Universidade. Deve-se também pensar na implantação do regime de trabalho contínuo, onde 50 ou 30% do tempo do docente seja destinado a atividades dentro do Departamento para a pesquisa, extensão ou administração acadêmica. O Prof. Galduroz perguntou qual o número mínimo de mestres e doutores para o reconhecimento da Universidade. A Profa. Margarida respondeu que é necessário 30% deles no conjunto das Unidades, pois isto possibilitará a instalação de cursos de pós-graduação a nível de Mestrado. O Prof. Geraldo argumentou que os Departamentos deveriam ser motores de recursos alternativos, no que foi contestado pela Profa. Margarida, dizendo que não necessariamente. Cabe à Mantenedora captar recursos, pois é sua função manter as Unidades. A Profa. Stella exemplificou que existem Departamentos que dão superavit e até sustentam outros. Ela sugere que esses Departamentos repassem à Mantenedora um percentual, para que esta fortaleça os Departamentos "deficitários". A Presidente reafirmou que a Fundação tem que ter recursos próprios, ser ágil e trabalhar com a comunidade. O Projeto da Universidade terá que ter um plano de avaliação institucional.. Citou Maurício Lansky, como autor de um Projeto de Avaliação, onde os parâmetros são escolhidos pelos Departamentos. Este professor estará no VI SENNUBRAS, em Bragança Paulista e a Presidente pediu que a Comissão local procurasse conhecer, de perto, essa proposta de avaliação. Em seguida, a Profa. Margarida quis saber como esta o trabalho para a ampliação do espaço físico da Biblioteca. A Profa. Sonia explicou que tinha-se feito um cronograma contando com o aluguel do prédio do Seminário, para passar algum Curso para lá, liberando assim espaço para a Biblioteca. Como ainda não foi possível, o Colegiado Técnico-Administrativo optou por construir um novo salão de Educação Física, liberando, em dois meses, o sub-solo para a Biblioteca, e até dezembro liberando mais um andar. A Profa. Sonia expos as visitas feitas a outras Bibliotecas e os ótimos contatos e intercambios conseguidos. A Profa. Stella argumentou que as instituições estão cada vez mais fazendo suas próprias publicações, criando oportunidades para permutas. A Profa. Margarida sugeriu que a expansão da Biblioteca fosse orientada por uma Bibliotecária experiente. Pediu em seguida a Presidente informações sobre a reformulação dos Laboratórios. A Profa. Sonia disse que os professores encarregados dos Laboratorios fizeram um cronograma, com tres

ENTIDADE MANTENEDORA DAS
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE SOROCABA,
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS DE SOROCABA E
COLÉGIO DOM AGUIRRE DE 1.º e 2.º GRAUS

ida General Osório, 35 - Fone (0152) 32-6937 - Caixa Postal 578 e 587 - 18.065 - SOROCABA - Estado de São Paulo

etapas a serem cumpridas: até agosto de 91, até dezembro de 91 e até agosto de 92. A primeira etapa está totalmente cumprida e a segunda em andamento. Em seguida o Prof. Manoel Affonso falou sobre captação de recursos financeiros alternativos: contatos com Prefeituras e com empresários e realização de cursos rápidos. Ele montou uma equipe com mais dois professores para a execução do proposto, esperando que esses professores sejam remunerados por isso. A Profa. Margarida disse estar certíssimo, pois os professoores vem sentir-se estimulados a exercer atividades diferenciadas. A Profa. Margarida deixou bem claro que o Projeto de Universidade é prioridade, e que os membros da Comissão local deveriam receber pela participação nos trabalhos, ou ter reduzida sua carga de aula. Sugeriu que se levasse às Prefeituras proposta de Plano de Educação para as Secretarias de Educação dos Municípios. O Prof. Manoel Affonso disse que um dos objetivos das visitas às Prefeituras é exatamente este. O Prof. Galduróz comentou que existe resistência ao Projeto, pelos professores da FACCAS, porque eles não estão vendo nenhuma atividades de fonte alternativa implantada. Para eles essa verba está saindo dos salários. A Profa. Margarida comentou que vê as atividades propostas pelo Prof. Manoel Affonso, como extensão. O Prof. Salvador endossou plenamente e encerrou dizendo que esse plano de captação precisa urgentemente ser executado. Solicitado a expor suas atividades, o Prof. Laan informou que elaborou um projeto para a área de comunicação social com várias etapas, mas esta sendo implantado lentamente. Ele gostaria de uma melhor definição da importância dessa assessoria na Instituição. Foram postos em circulação dois números do Caderno UNISO, para o público interno e externo. Mas como essa área demanda recursos e tempo, é preciso priorizar essa necessidade. Como no período da tarde a Comissão de Acompanhamento, na pessoa da Profa. Margarida, iria encontrar-se com o Conselho Superior da Fundação, foram relacionadas as tarefas a serem cumpridas até a próxima visita, em 10 e 11 de outubro p.f. : 1) Reapresentação do relatório no. 2, com as alterações sugeridas pela Comissão de Acompanhamento; 2) Reapresentar o levantamento cadastral do Corpo Docente distribuido por Departamento, com qualificação acadêmica, experiência profissional, categoria, regime de trabalho, salário, área de docência, disciplinas(s) que leciona, carga horária semanal, tempo de trabalho na Fundação etc. ; 3) Proposta da estrutura organizacional da UNISO, através de um Organograma; 4) Projeto de atividades para captação de recursos financeiros alternativos. Foi ressaltado o lapso que vem ocorrendo nas atas anteriores quanto ao requisito da transformação da Fundação Dom Aguirre em Universidade, quando o correto corresponde à transformação das Faculdades mantidas pela Fundação Dom Aguirre em Universidade. Lapso a ser evitado a partir desta ata e nos demais documentos a serem expedidos. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Margarida Maria ordenou que fosse lavrada a presente ata, que, se aprovada, será assinada por todos. Sorocaba, 17 de setembro de 1991. /./../../../../../../../../../

FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE

ENTIDADE MANTENEDORA DAS
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba,
Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba e
Colégio Dom Aguirre de 1º e 2º Graus
AV. GENERAL OSÓRIO, 451 - FONE (0152) 32-3062
FAX (0152) 32-7153 - CAIXA POSTAL 578 e 587
18060-000 - SOROCABA - SP

Ata da décima quarta visita da Comissão de Acompanhamento, designada pelo Conselho Federal de Educação, visando à transformação em Universidade de Sorocaba das Faculdades mantidas pela Fundação Dom Aguirre, realizada nos dias dois e três de março de mil novecentos e noventa e três, na sede administrativa da Fundação Dom Aguirre, na Avenida General Osório, 451, Sorocaba SP., com a presença da Conselheira Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal, Relatora e Presidente da Comissão de Acompanhamento, Professora Anna Bernardes da Silveira Rocha, Professora Stella Cecília Duarte Segenreich e o Professor Paulo Nathanael Pereira de Souza. Presentes também os membros da Comissão local: Aldo Vannucchi (Presidente), Geraldo Maria Brocca Casagrande, Robinson Luz, Marcos de Affonso Marins, Jayme Rodrigues de Almeida Filho e Danilo Abdelnur Camargo (Diretor Administrativo das FIDA). Foi proposta e aceita a seguinte agenda para os dois dias : 1) Leitura e aprovação da ata da visita anterior ; 2) Análise do Relatório nº 4; 3) Análise do Plano de Carreira Docente; 4) Análise do Plano Diretor de Informática; 5) Orientação para a avaliação dos Cursos; 6)Definição da data da(s) próxima(s) visita(s) e 7) Posse dos Dirigentes das FIDA, no dia 2/3, às 17 horas. No primeiro dia, a Comissão de Acompanhamento analisou, das 9h00min às 12h30min, os documentos apresentados pela Comissão Interlocutora, constantes da agenda. À tarde, às 15h00min, a Comissão de Acompanhamento reuniu-se com a Comissão Interlocutora para expor o resultado do estudo efetuado: 1) A ata foi aprovada; 2) Sobre o Relatório nº 4, a Comissão deu algumas orientações para melhorá-lo, recomendando, porém, que se vivencie primeiro o Regimento Unificado, recém-implantado na Instituição, para depois definir os Ordenamento Jurídicos da Universidade; 3) Quanto ao Plano de Carreira Docente, a Comissão de Acompanhamento entregou orientação por escrito (que fica fazendo parte desta ata), lembrando que esse Plano deve integrar o Relatório nº 5, sobre os Recursos Humanos da Instituição; 4) A seguir, foi feita uma análise do Plano Diretor de Informática, com sugestão de vários acréscimos e alterações. Às 17h00min, a Comissão participou de solenidade de posse dos dirigentes das Faculdades Integradas Dom Aguirre, na sala dos professores das Faculdades. Os dirigentes são: Aldo Vannucchi,Diretor Geral, Jayme Rodrigues de Almeida Filho, Diretor Acadêmico e Danilo Abdelnur de Camargo, Diretor Asministrativo. Também tomaram posse os nove Chefes de Departamento e os dez Coordenadores de Curso. A solenidade, que foi presidida por Dom José Lambert, Arcebispo Metropolitano e Presidente da Fundação Dom Aguirre, encerrou-se às 18h30min. Dentro dela, a Conselheira Margarida Maria usou também da palavra, congratulando-se com a Instituição e reafirmando

FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE
ENTIDADE MANTENEDORA DAS
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba,
Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba e
Colégio Dom Aguirre de 1º e 2º Graus
AV. GENERAL OSÓRIO, 451 - FONE (0152) 32-3062
FAX (0152) 32-7153 - CAIXA POSTAL 578 e 587
18060-000 - SOROCABA - SP

sua confiança de que as Faculdades Integradas Dom Aguirre constituirão uma fase muito fecunda e decisiva para se chegar à Universidade. No dia seguinte, a reunião teve, no seu início, a presença do Prefeito Municipal, Paulo Francisco Mendes, que veio saudar a Comissão de Acompanhamento e reafirmar todo o apoio da Prefeitura ao Projeto UNISO, enfatizando que, nesse sentido, várias medidas concretas seriam por ele assumidas. Em seguida, a Comissão de Acompanhamento analisou as mudanças feitas no Plano Diretor de Informática, sugerindo mais alterações, para que esse Plano se englobe dentro do Relatório nº 6, que trata dos recursos materiais e de toda a infraestrutura física da Instituição. Outro ponto que ocupou boa parte da reunião foram os esclarecimentos sobre a aplicação do Regimento Unificado das Faculdades Integradas Dom Aguirre, insistindo a Comissão na necessidade de que ele seja plenamente cumprido, servindo também de exercício preparatório da própria Universidade. Em seguida, a Conselheira Margarida Maria falou de duas medidas que precisam ser tomadas obrigatoriamente para o reconhecimento da Universidade: o plano de avaliação institucional e a avaliação dos Cursos. Quanto ao plano de avaliação, ficou acertado contar com a orientação do Professor Maurício Lanski, a partir de maio próximo. Já a avaliação dos Cursos será iniciada com o preenchimento do formulário referente a cada Curso, devendo haver no início de abril, em São Paulo, uma reunião da Conselheira Relatora com os avaliadores externos dos nossos Cursos. Último ponto analisado foi a Biblioteca. A Comissão visitou-a e elogiou sua ampliação e todos os seus melhoramentos, recomendando que se chame de novo a Bibliotecária da USP, Professora Maria Luíza Rigo Pasquarelli para dar seu parecer final. Antes de terminar a reunião ficou marcada para os dias 11 e 12 de maio a próxima visita. Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Comissão de Acompanhamento solicitou a mim, Ismenia Terezinha Maluche, Secretária, que lavrasse a presente ata. Sorocaba, 3 de março de 1993.-

FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE
ENTIDADE MANTENEDORA DAS
Faculdades Integradas Dom Aguirre e
Colégio Dom Aguirre de 1º e 2º Graus
Av. General Osório, nº 451 - Fone (0152) 32-3062
Fax (0152) 32-7153 - Caixa Postal 578 e 587
18060-000 - Sorocaba - SP

Ata da décima sétima reunião da Comissão de Acompanhamento, designada pelo Conselho Federal de Educação, realizada nos dias sete e oito de outubro de mil, novecentos e noventa e três, na sede administrativa da Fundação Dom Aguirre, à Avenida General Osório, 451 Sorocaba SP., com a presença da Conselheira Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal, Relatora e Presidente da Comissão de Acompanhamento, Professora Anna Bernardes da Silveira Rocha, Professora Stella Cecília Duarte Segenreich e Professor Paulo Nathanael Pereira de Souza. Presentes também os membros da Comissão Interlocutora local: Aldo Vannucchi (Presidente), Geraldo Maria Brocca Casagrande, Ana Maria Gurgel de Oliveira Gonzales, Marcos de Afonso Marins, Robinson Luz, Danilo Abdelnur Camargo, Jayme Rodrigues de Almeida Filho e Padre Tadeu Rocha Moraes. A manhã do primeiro dia foi utilizada pela Comissão de Acompanhamento para, em reunião privativa, examinar os Relatórios nº 5 (sobre os Recursos Humanos) e nº 6 (sobre os Recursos Materiais e Infraestrutura). Às 14h30min, reuniu-se com a Comissão Interlocutora local, para apresentar suas observações sobre os dois Relatórios. Sobre o Relatório nº 5, foi observado que ele pode ser aprovado, desde que atendidas as seguintes recomendações: 1º) de modo geral, o Relatório precisa articular melhor as informações apresentadas nos quadros com as metas e ações da política de capacitação docente, de modo que estas sejam realistas e coerentes com as propostas da futura Universidade; 2º) as metas e ações para efetivar o Plano de Qualificação Docente devem corresponder a uma análise bem feita do perfil do Corpo Docente atual, considerando, por exemplo, o número de graduados e especialistas, os Departamentos com menor número de mestres e doutores e o tempo de casa do professor; 3º) quanto ao Plano de Carreira Docente, ele não deve conter nada que contrarie a política de pessoal, afirmada no Relatório. É preciso rever, pois, a admissão, ainda que precária, do professor sem especialização e a questão dos afastamentos; 4º) quanto ao Anexo VI - Atividades de Pesquisa do Corpo Docente, é necessário incluir um quadro que visualize o total de pesquisas em cada Departamento, no período, para daí serem tiradas medidas coerentes com o Plano de Capacitação Docente. Sobre o Relatório nº 6, também se considerou aprovado, mas com as seguintes recomendações: 1º) anexar as plantas baixas dos prédios; 2º) especificar melhor o número de alunos que utilizam os Laboratórios; 3º) no Plano Diretor de Informática, colocar como primeiro objetivo do Núcleo de Processamento de Dados apoiar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e incluir também alguém da área acadêmica na Comissão de Informática. Outro tema da reunião foi a Avaliação Institucional. Depois de ouvir o que está sendo feito e o que está programado

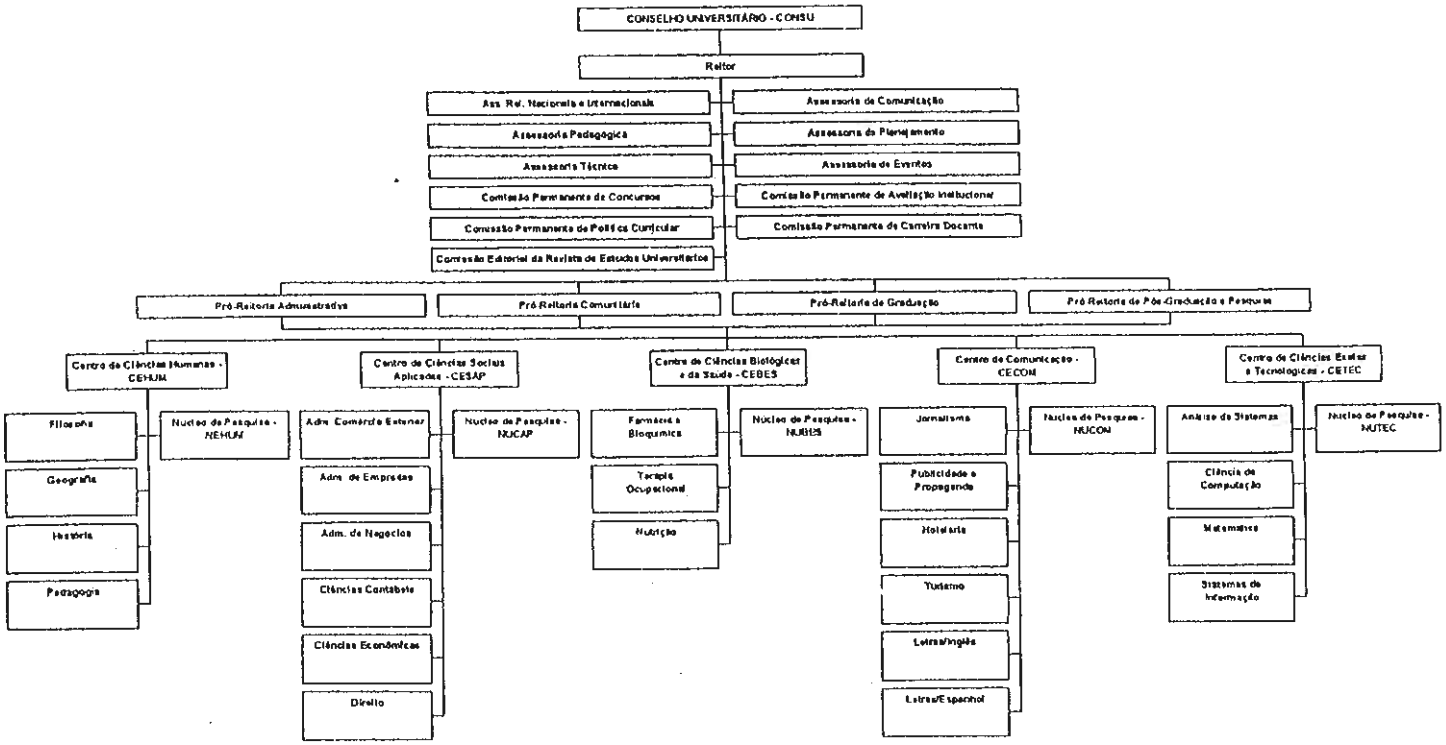
FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE
ENTIDADE MANTENEDORA DAS
Faculdades Integradas Dom Aguirre e
Colégio Dom Aguirre de 1º e 2º Graus
Av. General Osório, nº 451 - Fone (0152) 32-3062
Fax (0152) 32-7153 - Caixa Postal 578 e 587
18060-000 - Sorocaba - SP

na Instituição, os membros da Comissão Acompanhamento deram várias orientações, destacando-se duas entre elas: 1º) que os alunos sejam envolvidos nesse processo; 2º) que se promovam seminários internos sobre Avaliação. No dia 8, segundo dia da visita, a Comissão de Acompanhamento realizou nova reunião privativa, para elaborar os pareceres de aprovação dos Relatórios nºs 4, 5 e 6 e também analisar o Relatório nº 7, sobre o Planejamento Econômico-Financeiro da futura UNISO. Houve depois a reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento com a Comissão local. Nessa oportunidade, a Presidente da Comissão, Conselheira Margarida Maria do Rêgo Barros Pires Leal, declarou que estavam nesse dia, sendo concluídos os trabalhos de acompanhamento da Instituição, faltando apenas a elaboração do Relatório Final. Essa tarefa será efetuada, nos próximos dias 9 e 10 de novembro, pelos demais membros da Comissão de Acompanhamento. Com base nesse Relatório Final é que a Srª Presidente irá redigir o seu parecer conclusivo, para reconhecimento da nossa Universidade. Dizendo-se muito feliz, por ela mesma e pelos outros integrantes da Comissão, a Professora Margarida reiterou sua confiança nos rumos da Instituição, para que ela venha a se tornar uma verdadeira Universidade. Em nome da Fundação Dom Aguirre, falou, por fim, o seu Secretário Executivo, Padre Tadeu Rocha Moraes, agradecendo todos os ingentes esforços da Comissão de Acompanhamento, nesses três anos de trabalho exemplarmente colaborativo, aqui realizado e reafirmando o compromisso da Entidade Mantenedora para não apenas criar a UNISO, mas sobretudo subsidiá-la de todo o apoio que para ela se fizer necessário. Nada mais havendo a tratar, eu, secretária, Ismenia Terezinha Maluche, lavrei a presente ata que, se de acordo, será assinada por todos. Sorocaba, 8 de outubro de 1993.-.

Anexo C

Organograma da Universidade de Sorocaba.

ORGANOGRAMA DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA



Anexo D

Manual de Verificação *in loco*

das condições institucionais

da Secretaria de Educação Superior

do MEC de Setembro de 2002.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC

Manual de Verificação *in loco* das condições institucionais

Credenciamento de instituições não-universitárias
Autorização de cursos superiores
(Ensino presencial e a distância)

Brasília, DF
Setembro de 2002

V – Processo de Verificação

Dimensão 1: Contexto Institucional

Esta dimensão é constituída das seguintes categorias de análise:
1.1. Características da instituição
1.2. Administração
1.3. Políticas de pessoal, de incentivo e benefícios

A análise desta dimensão deve ser baseada principalmente nas informações constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES, bem como na verificação *in loco* de todos os aspectos relevantes.

Categoria de Análise 1.1 – Características da instituição

Esta categoria de análise é constituída pelos seguintes indicadores:
1.1.1. Missão Institucional
1.1.2. Estrutura Organizacional

Indicador 1.1.1 – Missão institucional

Na verificação *in loco* desse indicador, a comissão deverá:

- verificar se a IES tem condições de cumprir o que definiu como sua missão de domínio público e que deve corresponder à definição de sua classe institucional. Esta missão deverá estar expressa nos objetivos, nos processos acadêmicos e administrativos bem como nos resultados dos processos de formação. Nela se explicitam os compromissos institucionais com a qualidade e com os princípios e objetivos estabelecidos pela legislação vigente para a educação superior;
- Verificar se há concordância entre a missão institucional e o tipo de atuação real da instituição, conforme definição existente no seu contrato social ou regimento interno.

Os aspectos que constituem este indicador serão analisados de acordo com os seguintes critérios:

Aspectos a serem analisados	Critérios de análise
Existência de uma missão claramente formulada e indicação de possibilidade de cumprimento ESSENCIAL	**Não atende** – quando não se constata a possibilidade da IES cumprir sua missão tal como definida em seu PDI, regimento e em outros documentos que estabelecem seus compromissos e posturas públicas. **Atende** - quando é possível constatar que a IES tem condições de cumprir sua missão, tal como definida em seu PDI, regimento e documentos que estabelecem seus compromissos e posturas públicas.

Aspectos a serem analisados	Critérios de análise
Concordância da missão com o campo de atuação e o tipo da instituição ESSENCIAL	**Não atende** – quando não é possível verificar concordância entre a missão institucional e o tipo de atuação real da instituição, conforme definição existente no seu contrato social ou regimento interno. **Atende** - quando é possível verificar concordância entre a missão institucional e o tipo de atuação real da instituição, conforme definição existente no seu contrato social ou estatuto.

Indicador 1.1.2 – Estrutura Organizacional

Na verificação *in loco* desse indicador, a comissão deverá constatar a existência de:

- correspondência entre o organograma que define a estrutura e as funções administrativas na instituição, em todos os seus níveis e a situação institucional observada;
- condições reais de cumprimento do regimento interno aprovado para a IES e resoluções para o pessoal acadêmico, administrativo e estudantil que estabelecem deveres e direitos, bem como o regime disciplinar;
- ordenamento institucional da representação de professores e estudantes nos órgãos colegiados de direção da instituição e do(s) curso(s) a autorizar.

Os aspectos que constituem este indicador serão examinados de acordo com os seguintes critérios:

Aspectos a serem analisados	Critérios de análise
Organograma da instituição	**Não atende** – quando a instituição não apresenta organograma definidor da estrutura e das funções administrativas em todos os seus níveis. **Atende** – quando a instituição apresenta organograma que define a estrutura e as funções administrativas em todos os seus níveis.
Condições de cumprimento de Normas institucionais ESSENCIAL	**Não atende** – quando a instituição não apresenta condições de poder cumprir seu regimento interno aprovado e de fazer cumprir as resoluções que estabelecem deveres e direitos para a comunidade acadêmica. **Atende** - quando a instituição não apresenta condições de poder cumprir seu regimento interno aprovado e de fazer cumprir as resoluções que estabelecem deveres e direitos para a comunidade acadêmica.
Representação docente e discente	**Não atende** – quando a instituição não possui regras para a representação de professores e estudantes, nos seus órgãos colegiados de direção. **Atende** – quando a instituição possui regras para a representação de professores e estudantes nos seus órgãos colegiados de direção.

Estágio supervisionado ou atividade equivalente ESSENCIAL	**Não atende** – quando o estágio supervisionado ou equivalente não existe ou não está previsto na matriz curricular dos cursos. **Atende** – quando existe ou est prevista, na matriz curricular, e com carga horária adequada, a oferta de estágio supervisionado ou equivalente, aos alunos, com seu respectivo regulamento;
Trabalho de conclusão de curso (quando se tratar de exigência legal)	**Não atende** – quando não existe ou não está previsto o trabalho de conclusão na grade curricular do curso. **Atende** – quando existe ou está previsto na grade curricular, com regulamento específico, na matriz curricular.

Indicador 2.2.3 – Sistema de avaliação

A comissão verificadora tomando como referência a maneira como a avaliação é contemplada no projeto do(s) curso(s), deverá:

- examinar as propostas de avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos dos diversos cursos, e verificar se elas são condizentes com os respectivos projetos;
- analisar a proposta institucional para auto-avaliação dos cursos, se houver.

Os aspectos que constituem este indicador serão analisados de acordo com os seguintes critérios:

Aspectos a serem analisados	Critérios de análise
Coerência e consistência da proposta do sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem com a concepção dos cursos	**Não atende** – quando não existe coerência e consistência da proposta do sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem com a concepção dos cursos. **Atende** – quando existe coerência e consistência da proposta do sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem com a concepção dos cursos.
Proposta institucional de auto-avaliação dos cursos	**Não atende** – quando não existe uma proposta de auto-avaliação dos cursos ou quando existe mas é inadequada. **Atende** – quando existe uma proposta de auto-avaliação dos cursos e pode ser considerada adequada.

Relato da categoria de análise **Projeto(s) do(s) Curso(s)** pelos verificadores *ad hoc*, após a visita *in loco*:

Anexo E

Proposta da Universidade de Sorocaba

para integrar-se ao Programa de Avaliação Institucional

das Universidades Brasileiras – PAIUB

e

Relatório do 1º Seminário de Avaliação Institucional

da Uniso – 1995.

Maria Ogeda
Diogo Agostinho

Universidade
de Sorocaba

22 de maio de 1996.
Reitoria nº 046/96

À Secretaria de Educação Superior - SESu
Departamento de Políticas do Ensino Superior - DEPES
Divisão de Avaliação - DIAV

Tenho o prazer de apresentar a proposta anexa da Universidade de Sorocaba - UNISO, criada em 15.9.94, para integrar-se ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB.

Cumpre observar que esta proposta é fruto de ampla e demorada discussão no âmbito da Universidade, seja nos colegiados seja na esfera específica da Comissão Permanente de Avaliação Institucional.

Atenciosamente.

Prof. Aldo Vannucchi
Reitor

Campus Trujillo - Av. General Osório, 35
Fone 0152 32.3062 Fax 0152 31.3014 C.P. 578 e 587

Campus Seminário - Av. Dr. Eugênio Salerno, 140

FACULDADES INTEGRADAS DOM AGUIRRE

(Portaria nº 210 do MEC de 19/02/93)

AV. GENERAL OSÓRIO, 35 - FONE (0152) 32-3032
FAX (0152) 32-7153 - CAIXA POSTAL 578 e 537
18060-000 - SOROCABA - SP

Portaria nº 001/94

Prof. Aldo Vannucchi, Diretor Geral das Faculdades Integradas Dom Aguirre, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Artigo 1º Fica, nesta data constituída a Comissão Permanente de Avaliação das Faculdades Integradas Dom Aguirre.

Artigo 2º Esta Comissão é integrada pelo Professor Wilson Sandano (Presidente) e pelos Professores Oswaldo Bazzo e Maria Ogécia Drigo Agostinho.

Artigo 3º Cabe a essa Comissão estimular e coordenar todo o processo de diagnóstico, acompanhamento e avaliação, dentro das FIDA, visando especialmente ao projeto pedagógico da Instituição, à estrutura curricular e ao desempenho tanto discente como docente.

Artigo 4º O Presidente da Comissão receberá remuneração correspondente a 5 horas semanais e os outros dois membros a remuneração correspondente a 3 horas semanais, cada um.

Artigo 5º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se a Portaria nº 007/93.

Sorocaba, 1º de fevereiro de 1994.

Prof. Aldo Vannucchi
Diretor Geral

Universidade
de Sorocaba

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNISO

SÍNTESE

A Universidade de Sorocaba - UNISO teve a avaliação institucional oficialmente iniciada em 1º.2.94, com a constituição da Comissão Permanente de Avaliação, integrada por três professores da casa.

Este programa abrange a estrutura acadêmica, administrativa, comunitária e física da Universidade e concretiza um processo contínuo de avaliação, na busca do aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, como uma ferramenta para o planejamento e para a gestão da Universidade, sem esquecer a comunidade local e regional em que ela está inserida e à qual deve prestar serviços e contas.

O Programa tem como objetivo geral rever e aperfeiçoar o seu projeto institucional e pedagógico, promovendo a permanente melhoria da qualidade da Universidade.

O Programa conta, no período 1994/2000, com as seguintes etapas:

a) Preparação teórica.
b) Avaliação do diagnóstico global.
c) Avaliação dos cursos de graduação.
d) Avaliação do desempenho das disciplinas.
e) Avaliação dos docentes.
f) Avaliação da UNISO pelos ex-alunos.
g) Avaliação do desempenho do pessoal técnico administrativo.
h) Avaliação do potencial das instalações e dos equipamentos.
i) Avaliação da gestão universitária.
j) Avaliação da prática de pesquisa.

Universidade
de Sorocaba

k) Avaliação do relacionamento da UNISO com a comunidade científica.

l) Avaliação do desenvolvimento dos programas de extensão.

m)Avaliação dos cursos de pós-graduação.

n) Avaliação do compromisso da UNISO com a sociedade local e regional.

o) Avaliação por agentes externos.

Em cada uma das etapas avaliativas deste programa, serão adotados os seguintes procedimentos:

- Para iniciar determinada etapa do programa, deverá ser verificada a procedência, a necessidade e o significado da demanda, a partir de avaliação anterior ou necessidade apresentada.
- Formação de grupos de trabalho, para discussão dos procedimentos e instrumentos adequados.
- Levantamento e pesquisa de indicadores, para proceder a avaliação do setor em foco, sem perder a noção de continuidade e universalidade.
- Construção do instrumental adequado à realidade a ser avaliada.
- Discussão com a comunidade ou com os grupos de trabalho, sobre os procedimentos de aplicação instrumental e de tabulação dos dados.
- Elaboração de relatório com os dados coletados, a fim de construir o diagnóstico e orientar os encaminhamentos de ação.
- Divulgação dos resultados.

Campus Trujillo - Av. General Osório, 35
Fone 015 232.3062 Fax 015 231.3014 C.P. 578 e 587
CEP 18060-000 Sorocaba SP

Campus Seminário - Av. Dr. Eugênio Salerno, 140
Telefax 015 221.0052 Caixa Postal 578 e 587
CEP 18035-430 Sorocaba SP

Universidade
de Sorocaba

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNISO

1. Identificação da Instituição

A Universidade de Sorocaba - UNISO, mantida pela Fundação Dom Aguirre, foi criada pela Portaria Ministerial de nº 1364, publicada no Diário Oficial da União, em 15 de setembro de 1994, seção I, pág. 13.990.

A UNISO é uma Universidade pública não estatal, ou seja, comunitária e de perfil regional, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, dentro dos limites que lhe são fixados pela legislação e pelo seu Estatuto.

Além da legislação em vigor e do seu Estatuto, a UNISO é regida também pelo seu Regimento Geral, por atos normativos internos e pelo Estatuto da Entidade Mantenedora, no que couber.

2. Justificativa do Programa

A Universidade de Sorocaba - UNISO, antes da sua criação em 15.9.94, teve a avaliação institucional oficialmente iniciada já em 1º.2.94, com a constituição da Comissão Permanente de Avaliação, integrada por três professores da casa. Com isso a avaliação ganhou status e força política para ampliar o alcance das avaliações parciais/setoriais que eram eventualmente realizadas, nos anos anteriores.

De acordo com a Convocação 01/96 do PAIUB, apresentamos aqui o programa do que já se fez, do que se está fazendo e do que se pretende

npus Trujillo - Av. General Osório, 35
e 015 232.3062 Fax 015 231.3014 C.P. 578 e 587
P 18060-000 Sorocaba SP

Campus Seminário - Av. Dr. Eugênio Salerno, 140
Telefax 015 221.0052 Caixa Postal 578 e 587

Universidade
de Sorocaba

fazer para executar a avaliação institucional da UNISO, à luz de alguns princípios, como globalidade, interdisciplinaridade, garantia de identidade institucional, utilização da avaliação como diagnóstico para correções e aprimoramentos, utilização de dados sem visar a prêmios nem a punições, criação e consolidação da cultura de avaliação institucional, qualidade técnica e instrumental que garanta fidedignidade aos dados obtidos, continuidade da avaliação, independente de alterações de caráter pessoal ou de caráter administrativo.

Este programa abrange a estrutura acadêmica, administrativa, comunitária e física da Universidade e concretiza um processo contínuo de avaliação, na busca do aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, como uma ferramenta para o planejamento e para a gestão da Universidade, sem esquecer a comunidade local e regional em que ela está inserida e à qual deve prestar serviços e contas.

Vale notar que, em última análise, esse programa de avaliação é o contraponto do Projeto Institucional e Pedagógico da UNISO (**Anexo 3**), projeto que está sendo delineado e realizado no dia-a-dia da Universidade, desde que ela foi criada.

As etapas iniciais da avaliação institucional encontraram certa resistência, especialmente por parte dos docentes, mas contribuíram para ampliar a atenção e a credibilidade do programa. Vai ficando cada vez mais evidente que se poderá, aos poucos, promover maior envolvimento do corpo dirigente da UNISO com toda a comunidade universitária e desenvolver programas interdisciplinares, aprimorando a capacitação pedagógico-didática do corpo docente, com postura crítica e reflexiva, a fim de atender à natureza e às características do alunado, especialmente dos cursos noturnos.

Os dados e informações constituem um banco de dados dinâmico, apto a ser ampliado e alterado, na medida do desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional e na medida em que a própria Instituição se desenvolver.

Universidade
de Sorocaba

Para a concretização desse programa, a UNISO busca parceria financeira com esse órgão oficial, MEC/SESu, como está exposto no plano orçamentário deste Programa de Avaliação, construído com base nas recomendações do Edital PAIUB, muito abaixo do custo desse programa.

Desde o início do processo de criação da UNISO, em 1988, na passagem das Faculdades isoladas para as Faculdades Integradas Dom Aguirre (1992) e, depois, na criação da UNISO (1994), a avaliação institucional vem sendo priorizada como forma de diagnóstico e garantia da qualidade. Atualmente, a Reitoria vem procurando o pleno e consciente envolvimento de todo o "staff" da Universidade nesse esforço avaliativo, e, por extensão, de todos os segmentos da comunidade universitária, acreditando ser este um ponto fundamental para uma Universidade de qualidade.

O envolvimento de todos na realização do Projeto Institucional e Pedagógico - PIP da UNISO tem constituído fator decisivo para a qualidade em educação, apoiada em suporte conceitual e teórico-prático de avaliação. A UNISO, preocupada com o reconhecimento da legitimidade e pertinência do processo avaliativo, está hoje num clima de reflexão, com participação dos alunos e funcionários no projeto universitário global, com formação continuada dos docentes, com cooperação e diálogo no contexto social e cultural, através do qual ela se vincula a outras universidades.

3. Objetivos e Metas

3.1 Objetivo geral

O Programa de Avaliação Institucional da UNISO visa rever e aperfeiçoar o seu projeto institucional e pedagógico, promovendo a permanente melhoria da qualidade da Universidade.

Universidade
de Sorocaba

3.2 Objetivos específicos

A partir desse objetivo geral, o Programa visa:

- dinamizar as políticas institucionais de autocrítica, participação e interação;
- diagnosticar todos os segmentos da UNISO, nas suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- estimular a criatividade dos membros da comunidade acadêmica e administrativa, para a solução de problemas estruturais e funcionais;
- sugerir atitudes interdisciplinares necessárias à solução de problemas diagnosticados;
- avaliar planejamentos e programas pedagógicos e administrativos, visando à sua adequação ao contexto local e regional e ao momento histórico atual;
- rever a adequação dos cursos de Graduação e Pós-Graduação à clientela e ao contexto da sociedade onde ela se insere;
- apontar as necessidades emergentes, no contexto da área de abrangência da Universidade e indicar seu potencial de ação;
- identificar e estimular os procedimentos acadêmicos na prática da extensão e na promoção das pesquisas;
- identificar e promover a especificidade da UNISO, no contexto sócio-político-acadêmico e administrativo.

3.3 Metas

Explicitado o que o Programa quer alcançar (objetivos específicos), vejamos as suas metas, ou seja, o que ele quer produzir. Basicamente, são três as metas, a saber:

- Fazer diagnóstico global da UNISO;

Universidade
de Sorocaba

- Realizar a avaliação interna (auto-avaliação), ou seja, dos cursos, das disciplinas, do desempenho docente, do desempenho discente, do desempenho técnico-administrativo e da gestão universitária;
- Promover a avaliação externa, dialogando com ex-alunos, entidades profissionais e representantes da comunidade acadêmico-científica.

4. Metodologia

Em cada uma das etapas avaliativas deste programa, serão adotados os seguintes procedimentos:

- Para iniciar determinada etapa do programa, deverá ser verificada a procedência, a necessidade e o significado da demanda, a partir de avaliação anterior ou necessidade apresentada.

- Formação de grupos de trabalho, para discussão dos procedimentos e instrumentos adequados.

- Levantamento e pesquisa de indicadores, para proceder a avaliação do setor em foco, sem perder a noção de continuidade e universalidade.

- Construção do instrumental adequado à realidade a ser avaliada.

- Discussão com a comunidade ou com os grupos de trabalho, sobre os procedimentos de aplicação instrumental e de tabulação dos dados.

- Elaboração de relatório com os dados coletados, a fim de construir o diagnóstico e orientar os encaminhamentos de ação.

Universidade
de Sorocaba

- Divulgação dos resultados.

Esses procedimentos dão concretude às quatro categorias apresentadas no edital do PAIUB, a saber:

- Condições acadêmicas - (qualidade dos instrumentos e dos recursos técnicos e materiais, para estruturar a aprendizagem e a formação do corpo docente; análise e aperfeiçoamento dos programas de atualização e formação permanente dos docentes e do pessoal técnico-administrativo; qualidade e atualidade das bibliotecas e laboratórios; condições administrativo-pedagógicas oferecidas e adotadas para a organização curricular e administrativa).

- Ação educativa - (aprimoramento da natureza pedagógico-didática dos currículos e dos programas; investigação dos procedimentos didáticos, dos enfoques conceituais e de conteúdo, da interdisciplinaridade e das abordagens diversificadas, de acordo com o projeto pedagógico da UNISO).

- Perfil discente e docente - (investigação da identidade e da natureza dos alunos e dos professores da UNISO, de acordo com as expectativas alimentadas pelo Projeto Institucional e Pedagógico)

- Contexto educacional - (análise do envolvimento e do desempenho do corpo docente e discente nos projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão; identificação da formação curricular e educacional bem como das condições oferecidas para seu desenvolvimento e operacionalização; verificação do atendimento dessas atividades às necessidades do mercado de trabalho e às demandas gerais da sociedade).

Universidade
de Sorocaba

O programa de Avaliação Institucional da UNISO conta com as etapas apresentadas no quadro abaixo, cada qual com identidade própria, mas com permanente dependência das anteriores e das seguintes, constituindo-se em processo dinâmico de interações e intervenções, para a animação da vida acadêmica e administrativa, em todos os níveis.

5 Etapas do Programa de Avaliação Institucional da UNISO

Quadro 1

Etapas Metodológicas do Programa de Avaliação Institucional

a	Preparação teórica
b	Avaliação do diagnóstico global
c	Avaliação dos Cursos de Graduação
d	Avaliação do desempenho das disciplinas
e	Avaliação dos docentes
f	Avaliação da UNISO pelos ex-alunos
g	Avaliação do desempenho do pessoal técnico-administrativo
h	Avaliação do potencial das instalações e dos equipamentos
i	Avaliação da gestão universitária
j	Avaliação da prática de pesquisa
l	Avaliação do relacionamento da UNISO com a comunicada científica
m	Avaliação do desenvolvimento dos programas de extensão
n	Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação
o	Avaliação do compromisso da UNISO com a sociedade local e regional
p	Avaliação por agentes externos

5.1 Preparação teórica - (etapa a)

Sua ênfase está na construção de instrumentos a serem utilizados na avaliação e na construção da cultura de avaliação institucional junto a todos os segmentos da Universidade. Inclui-se, também, o processo de interação necessário ao entrosamento com as demais etapas do programa.

Universidade
de Sorocaba

A permanente atualização dos membros da Comissão de Avaliação Institucional, através da literatura especializada e da participação em eventos, congressos e simpósios, é parte importante desta etapa, além da troca de informações com profissionais de outras instituições.

A Comissão de Avaliação atuará, na UNISO, com a finalidade de trazer de seus pares suas inquietações, anseios e dificuldades e levar-lhes as conclusões procedentes do programa, além de procurar manter sensibilizada e motivada a comunidade.

5.2 Avaliação de diagnóstico global - (etapa b)

Foi montada a partir da visão que os corpos docente e discente têm da instituição, tendo sido realizada, em 1994, ainda como Faculdades Integradas Dom Aguirre.

Essa avaliação investigou a Universidade como um todo e procurou, a partir dos dados coletados, dar indicadores aos membros da Instituição com o fim de melhorar a eficácia da UNISO.

O instrumento utilizado e os resultados alcançados encontram-se no **Anexo 1**.

5.3 Avaliação dos cursos de graduação - (etapa c)

Esta etapa caracteriza-se por levantar os aspectos de maior positividade e maior negatividade da ação didático-pedagógica da UNISO e o perfil acadêmico de seus cursos.

Será considerada a opinião dos discentes e docentes, com objetivo de diagnosticar se os cursos estão atendendo aos objetivos propostos, aos interesses dos alunos e da comunidade.

Campus Trujillo - Av. General Osório, 35
Fone 015 232.3062 Fax 015 231.3014 C.P. 578 e 587
CEP 18060-000 Sorocaba SP

Campus Seminário - Av. Dr. Eugênio Salerno, 140
Telefax 015 221.0052 Caixa Postal 578 e 587
CEP 18035-430 Sorocaba SP

Universidade
de Sorocaba

5.4 Avaliação do desempenho das disciplinas - (etapa d)

Será elaborado instrumento a ser aplicado pelos docentes para que seu trabalho seja avaliado pelos alunos. Poderá servir como sondagem de expectativas no início do ano letivo e como diagnóstico do processo, no final.

5.5 Avaliação dos docentes - (etapa e)

Serão ouvidos alunos e docentes, estes em auto-avaliação, com a finalidade de diagnosticar aspectos de natureza didático-pedagógica e outros fatores que envolvam a docência, para promoção de eventos e recursos que possibilitem a superação de carências e dificuldades apontadas.

5.6 Avaliação da UNISO pelos ex-alunos - (etapa f)

Procurará ouvir os alunos formados pela Instituição, dois anos após a conclusão do curso, sobre a UNISO como instituição e sua importância no desempenho profissional do egresso.
Procurar-se-á, anualmente, levantar índices de atendimento de expectativas, colocação profissional e realização pessoal.

5.7 Avaliação do potencial das instalações e equipamentos - (etapa h)

Nesta etapa serão avaliados com que freqüência os laboratórios, salas especiais e equipamentos são utilizados e em que medida são renovados e atualizados.

Universidade
de Sorocaba

5.8 Avaliação da gestão universitária - (etapa i)

Procurar-se-á investigar a forma e a dinâmica com que se processam as tomadas de decisão nos diferentes níveis da UNISO.

5.9 Avaliação da prática de pesquisa - (etapa j)

Esta etapa será feita, através de avaliação documental, dos relacionamentos da UNISO com a comunidade científica, da produção científica e das pesquisas desenvolvidas.

5.10 Avaliação do relacionamento da UNISO com a comunidade científica - (etapa l)

Será feita através do levantamento das visitas realizadas e recebidas, da participação em congressos e eventos acadêmicos e científicos. Também será feita através de levantamento documental.

5.11 Avaliação do desenvolvimento dos programas de extensão - (etapa m)

Envolverá os alunos, os agentes e os beneficiados pelos programas de extensão, com levantamento das expectativas iniciais dos alunos e da comunidade e do nível de satisfação depois de realizado o curso ou serviço.

5.12 Avaliação dos cursos de pós-graduação - (etapa n)

Será feita através do levantamento das expectativas dos alunos iniciantes e do nível de satisfação dos concluintes, como análise da ação docente, da programação desenvolvida e das instalações utilizadas.

Universidade
de Sorocaba

5.13 Avaliação do compromisso da UNISO com a sociedade local e regional - (etapa o)

Esta etapa será realizada com elementos das comunidades envolvidas pela UNISO, onde pessoas representativas serão convidadas a opinar sobre a importância da UNISO para a comunidade em particular e para a região.

5.14 Avaliação por agentes externos - (etapa p)

Serão convidados professores de outras instituições e membros da comunidade acadêmica e científica, com reconhecida credibilidade, para realizar análise da prática educacional, operacional e administrativa da UNISO.

6. Procedimentos de continuidade

Está prevista a realização anual de Seminário de Avaliação Institucional, para discussão do que já foi realizado, para verificar a envolvimento da comunidade interna com a avaliação e para discussão e análise do programa.
Destes Seminários deverão participar docentes, funcionários e alunos da Instituição.

7. Etapas da avaliação já iniciadas

Durante o ano de 1994, a Comissão de Avaliação Institucional procurou envolver a comunidade interna com em todo o processo de avaliação, através da distribuição de textos sobre o assunto, para estudo e debate.

Universidade
de Sorocaba

A elaboração do instrumento de avaliação diagnóstica (**anexo 1**) foi realizada pela Comissão, após levantamento de sugestões dos membros do corpo docente.

Durante o mês de novembro de 1994, foi aplicado o instrumento de avaliação. Foram envolvidos, voluntariamente, docentes, funcionários e os alunos concluintes de cada curso.

No final de 1995, foi realizado o 1º Seminário de Avaliação Institucional (**anexo 2**), com a participação de representantes dos corpos docente e discente da Instituição, com a finalidade de, após uma atualização teórica, discutir o Programa de Avaliação Institucional.

8. Fluxograma do Programa de Avaliação Institucional da UNISO

Quadro nº 2

Fluxograma do Programa de Avaliação Institucional da UNISO

1994/2000

Etapa	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
a	x	x	x	x	x	x	x
b	x	x					
c			x	x	x	x	x
d				x	x	x	x
e					x	x	x
f				x	x	x	x
g					x	x	x
h				x	x	x	x
i					x	x	x
j					x	x	x
l					x	x	x
m					x	x	x
n					x	x	x
o				x	x	x	x
p					x	x	x

Campus Trujillo - Av. General Osório, 35
Fone 015 232.3062 Fax 015 231.3014 C.P. 578 e 587
CEP 18060-000 Sorocaba SP

Campus Seminário - Av. Dr. Eugênio Salerno, 140
Telefax 015 221.0052 Caixa Postal 578 e 587
CEP 18035-430 Sorocaba SP

Universidade
de Sorocaba

9. Previsão orçamentária

Para executar este Programa a UNISO dispõe de uma Comissão integrada por um professor mestre (doutorando) e dois professores especialistas, sendo uma mestranda. Outros professores, funcionários e alunos serão incorporados, proximamente, à Comissão de Avaliação Institucional.

A execução deste Programa implica um investimento acima das possibilidades da UNISO. Para tanto, nos reportamos ao Edital nº 1/93 MEC/SESu e nº 1/96 PAIUB, que se apresenta como parceiro nesta proposta.

No plano orçamentário a seguir apresentado, indicamos a parte correspondente à contrapartida da UNISO e a parte que solicitamos à SESu.

Campus Trujillo - Av. General Osório, 35
Fone 015 232.3062 Fax 015 231.3014 C.P. 578 e 587
CEP 18060-000 Sorocaba SP

Campus Seminário - Av. Dr. Eugênio Salerno, 140
Telefax 015 221.0052 Caixa Postal 578 e 587
CEP 18035-430 Sorocaba SP

Universidade de Sorocaba

Quadro nº 3

Plano Orçamentário do Programa de Avaliação Institucional

(em mil reais)

Natureza	Despesas																				
	1994			1995			1996			1997			1998			1999			2000		
	UNISO	SESu	Total	UNISO	SESu	Total	UNISO	SESu	Total	UNISO	SESu	Total	UNISO	SESu	Total	UNISO	SESu	Total	UNISO	SESu	Total
Diárias																					
Pessoal Docente	-	-	-	-	-	-	1.8	-	1.8	1.8	0.9	2.7	3.0	-	3.0	3.0	-	3.0	3.0	-	3.0
Pessoal T.Admin.	-	-	-	-	-	-	0.9	-	0.9	0.9	0.9	1.8	2.0	-	2.0	2.0	-	2.0	2.0	-	2.0
Subtotal	-	-	-	-	-	-	2.7	.	2.7	2.7	1.8	4.5	5.0	-	5.0	5.0	-	5.0	5.0	-	5.0
Material/Consumo																					
Ficha leitura óptica	-	-	-	-	-	-	0.4	0.7	1.1	3.2	1.4	4.8	2.6	-	2.6	2.6	-	2.6	2.6	-	2.6
Diversos	1.2	-	1.2	2.0	-	2.0	1.0	1.6	2.6	2.0	3.2	5.2	3.0	-	3.0	3.0	-	3.0	3.0	-	3.0
Subtotal	1.2	-	1.2	2.0	-	2.0	1.4	2.3	3.7	5.2	4.6	7.8	5.6	-	5.6	5.6	-	5.6	5.6	-	5.6
Serviços Terceiros																					
Pessoal Física	-	-	-	0.5	-	0.5	1.0	3.0	4.0	2.0	2.0	4.0	4.0	-	4.0	4.0	-	4.0	4.0	-	4.0
Pessoa Jurídica	-	-	-	-	-	-	0.3	0.5	0.8	1.0	1.5	2.5	2.5	-	2.5	2.5	-	2.5	2.5	-	2.5
Subtotal	-	-	-	0.5	-	0.5	1.3	3.5	4.8	3.0	3.5	6.5	6.5	-	6.5	6.5	-	6.5	6.5	-	6.5
Passag./Hosped.	-	-	-	0.6	-	0.6	2.0	0.5	2.5	2.0	4.0	6.0	4.0	-	4.0	4.0	-	4.0	4.0	-	4.0
Equipamentos																					
Hardware	-	-	-	-	-	-	5.0	5.0	10.0	2.0	-	2.0	3.0	-	3.0	3.0	-	3.0	3.0	-	3.0
Solftware	-	-	-	-	-	-	8.0	2.0	10.0	2.0	-	2.0	2.0	-	2.0	2.0	-	2.0	2.0	-	2.0
Mat.bibliográfico	0.6	-	0.6	0.6	-	0.6	0.8	1.0	1.8	1.0	1.0	2.0	1.0	-	1.0	1.0	-	1.0	1.0	-	1.0
Subtotal	0.6	-	0.6	0.6	-	0.6	13.8	8.0	21.8	5.0	1.0	6.0	6.0	-	6.0	6.0	-	6.0	6.0	-	6.0
Total Geral	1.8	-	1.8	3.7	-	3.7	21.2	14.3	35.5	15.9	14.9	30.8	27.1	-	27.1	27.1	-	27.1	27.1	-	27.1

Resumo	6 a 12/96	1 a 12/97	Total
UNISO	21.2	15.9	37.1
SESu	14.3	14.9	29.2
TOTAL	35.5	30.8	66.3

Campus Trujillo - Av. General Osório, 35
Fone 015.232.3062 Fax 015 231.3014 C.P. 578 e 587
CEP 18060-000 Sorocaba SP

Campus Seminário - Av. Dr. Eugênio Salerno, 140
Telefax 015 221.0052 Caixa Postal 578 e 587
CEP 18035-430 Sorocaba SP

GERAL

AVALIAÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES SOBRE AS FIDA
1994

	ALUNOS				PROFESSORES			
SOBRE	I	S	M	N	I	S	M	N
. O GRAU EM QUE STÃO SENDO TINGIDOS OS OB-ETIVOS DO CURSO	32,53%	55,28%	10,68%	1,51%	14,75%	54,36%	18,76%	12,13%
. AS CARACTERÍS-ICAS DO PROFIS-IONAL	23,97%	59,29%	13,00%	3,74%	17,63%	56,51%	14,44%	11,42%
. O CURSO	35,77%	51,03%	10,67%	2,53%	14,68%	53,25%	18,05%	14,03%
. OS PROFESSORES O CURSO	25,41%	55,04%	15,74%	3,81%	3,03%	30,00%	25,76%	41,21%
. OS ALUNOS DO URSO	30,82%	52,51%	14,86%	1,81%	37,09%	47,45%	7,64%	7,82%
. OS ÓRGÃOS DAS IDA	25,28%	44,91%	19,86%	9,95%	11,59%	34,77%	38,64%	15,00%
. O GRAU DE REA-IZAÇÃO DOS OB-ETIVOS DAS FIDA	46,36%	39,56%	8,00%	6,08%	35,45%	40,26%	16,10%	8,18%

	ALUNOS E PROFESSORES			
SOBRE	I	S	M	N
. O GRAU EM QUE ESTÃO SENDO ATINGIDOS S OBJETIVOS DO CURSO	23,64%	54,82%	14,72%	6,82%
. AS CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL	20,80%	57,90%	13,72%	7,58%
. O CURSO	31,88%	51,44%	12,03%	4,65%
. OS PROFESSORES DO CURSO	21,28%	50,42%	17,59%	10,71%
. OS ALUNOS DO CURSO	31,98%	51,58%	13,52%	2,92%
. OS ÓRGÃOS DAS FIDA	22,76%	43,04%	23,32%	10,89%
. O GRAU DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS AS FIDA	44,34%	39,69%	9,49%	6,47%

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. A ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO 3

3. AS PALESTRAS 4

4. O ENCONTRO DO DIA 3 DE NOVEMBRO 5

5. CONCLUSÕES, PROVIDÊNCIAS E SUGESTÕES 7

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Introdução

O 1° Seminário de Avaliação Institucional, da UNISO, foi realizado no período de 4 de outubro a 3 de novembro de 1995, fazendo parte das comemorações do primeiro aniversário da Universidade.

Com o envolvimento de professores, alunos e coordenadores de curso, o evento teve como objetivos:

a) atualizar os conhecimentos sobre a avaliação institucional;

b) conhecer práticas de avaliação institucional;

c) conhecer os resultados da 1ª avaliação institucional da UNISO, realizada em 1994;

d) discutir a avaliação institucional na UNISO;

e) recolher sugestões para o aprimoramento do instrumento de avaliação e da própria avaliação institucional na UNISO.

2. A organização do Seminário

Tendo em vista os objetivos acima indicados, procuramos organizar o Seminário com os seguintes eventos:

-uma palestra, com aspectos teóricos da avaliação institucional;

-uma palestra, com aspectos práticos, envolvendo uma Universidade semelhante à nossa e com resultados positivos de avaliação institucional;

-um encontro com o pessoal da Casa, para discutir a nossa avaliação institucional.

Chegamos, então, ao seguinte cronograma:

-dia 4/10/95 - às 19 h 30 min - palestra a cargo da Professora Anna Bernardes da Silveira Rocha;

-dia 25/10/95 - às 9 h 30 min - palestra a cargo do Departamento de Avaliação da Universidade São Francisco, de Bragança Paulista, representado pelos Professores Ernesto Jacob Keim e Laerthe Abreu Júnior;

-dia 3/11/95 - às 8 h - encontro para discussão da Avaliação Institucional na UNISO.

Passamos, a seguir, à fase de definição dos participantes do Seminário.

Como o ponto principal da avaliação por nós realizada em 1994 foram os cursos então existentes, concluímos que deveriam participar os Coordenadores de Curso.

Gostaríamos de ter a participação de todos os professores e alunos, mas isso revelou-se impossível pelo elevado número de eventuais participantes.

Optamos, então, por uma representação: 2 professores por curso e 1 aluno de cada classe da Universidade. A indicação desta representação foi feita pelos Coordenadores de Curso.

Ficamos com o seguinte quadro de possíveis participantes, por Curso:

CURSO	C.CURSO	PROF.	ALUNOS	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	1	2	13	16
ANÁLISE DE SISTEMAS	1	2	1	4
CIÊNCIAS	1	2	4	7
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1	2	9	12
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	1	2	5	8
DIREITO	1	2	2	5
FILOSOFIA	1	2	3	6
GEOGRAFIA	1	2	5	8
HISTÓRIA	1	2	5	8
JORNALISMO	1	2	1	4
LETRAS	1	2	8	11
MATEMÁTICA	1	2	2	5
PEDAGOGIA	1	2	8	11
PUBLICIDADE	0	2	1	3
TOTAL	13	28	67	108

Registre-se que não consta, no curso de Publicidade, a previsão do Coordenador de Curso, pois a referida coordenação é efetuada pelo Coordenador do Curso de Jornalismo.

3. As palestras

A palestra da Profª. Anna Bernardes da Silveira Rocha foi realizada às 19 h 30 min do dia 4/10/95, no salão nobre do Campus Seminário, da UNISO.

Compareceram o Magnífico Reitor, Professor Aldo Vannucchi, os Pro-Reitores Acadêmico, Prof. Jayme Rodrigues Filho, e Administrativo, Prof. Wander Edmundo de Medeiros, um representante da Fundação Dom Aguirre, Prof. José Carlos de Araújo Neves, e a quase totalidade (cerca de 100) dos participantes previstos para o Seminário.

A Professora Anna Bernardes transmitiu-nos, a partir de sua larga experiência, os aspectos teóricos de uma avaliação institucional.

A palestra dos Professores Ernesto Jacob Keim e Laerthe Abreu Júnior, da Universidade São Francisco, foi realizada às 9 h 30 min do dia 25/10/95, no salão nobre do Campus Trujillo da UNISO.

Estiveram presentes o Magnífico Reitor da UNISO, Prof. Aldo Vannucchi, o Pro-Reitor Acadêmico, Prof. Jayme Rodrigues Filho e cerca de 40 dos participantes previstos para o Seminário.

Os Professores Laerthe e Jacob, em sua fala, nos mostraram a sua prática de avaliação institucional, através de transparências e exemplos concretos, tendo deixado, com a Comissão alguns impressos por eles utilizados na Avaliação Institucional da Universidade São Francisco.

4. O encontro do dia 3 de novembro

O encontro do dia 3/11/95, para a discussão da avaliação institucional na UNISO, foi realizado no seu Campus Trujillo, no período das 8 às 12 h.

O evento foi assim programado:

- Abertura pelo Magnífico Reitor da UNISO, Prof. Aldo Vannucchi
- Histórico da Avaliação Institucional na UNISO
- Análise dos resultados da avaliação 94
- Resultados da avaliação 95 (evasão)
- Discussão em grupos por curso
- Conclusões dos grupos
- Encerramento

Para a discussão em grupo, foram colocadas, para debate, as seguintes questões:

a) É importante realizar a avaliação institucional? Por quê?

b) Qual deve ser a sua periodicidade? (anual, a cada dois anos, etc.)

c) Ela deve ser feita por quem? (alunos, funcionários, professores, administração, ex-alunos, comunidade externa, etc.)

d) Quem deve ser avaliado? (administração, alunos, professores, funcionários, aspectos físicos, etc.)

e) Em caso de mais de um setor, qual deve ser a prioridade? Ou todos devem ser avaliados ao mesmo tempo?

f) O que o grupo achou do instrumento de avaliação utilizado em 1994?

g) No que ele deve ser alterado?

h) Comente os resultados da avaliação de 1994, com relação ao seu curso.

Da administração da Universidade, além do Magnífico Reitor, compareceu o Pro-Reitor Acadêmico.

O comparecimento foi o seguinte:

		COMPARECIMENTOS				
CURSO	TOTAL PREV.	COORD. CURSO	PROF.	ALUNOS	TOTAL	% COMP
AD. EMPRESAS	16	1	1	0	2	12,50%
AN. SISTEMAS	4	1	2	1	4	100,00%
CIÊNCIAS	7	1	1	1	3	42,86%
C. CONTÁBEIS	12	1	0	0	1	8,33%
C. ECONÔMICAS	8	1	1	1	3	37,50%
DIREITO	5	1	0	1	2	40,00%
FILOSOFIA	6	1	2	3	6	100,00%
GEOGRAFIA	8	1	2	3	6	75,00%
HISTÓRIA	8	1	2	4	7	87,50%
JORNALISMO	4	0	0	0	0	0,00%
LETRAS	11	1	1	2	4	36,36%
MATEMÁTICA	5	0	0	2	2	40,00%
PEDAGOGIA	11	1	1	6	8	72,73%
PUBLICIDADE	3	0	0	0	0	0,00%
TOTAL	108	11	13	24	48	44,44%

Este quadro assim se resume, por categoria:

CATEGORIA	PREVISTO	COMP.	% DE COMP.
COORDENADORES DE CURSO	13	11	84,62%
PROFESSORES	28	13	46,43%
ALUNOS	67	24	35,82%
TOTAL	108	48	44,44%

As conclusões e sugestões dos grupos foram as seguintes:

a) A avaliação institucional é importante e necessária.

b) Ela deve ser realizada anualmente, por todos os elementos da Universidade, incluindo-se os ex-alunos.

c) Todos devem ser avaliados.

d) Deve ocorrer uma avaliação periódica das normas e regulamentos internos.

e) Na avaliação entre pares, deve existir apenas a auto-avaliação. Exemplo: professor não deve avaliar professor, mas auto-avaliar-se.

f) O instrumento de avaliação utilizado em 1994 foi considerado válido para a época e tendo em vista ter sido o primeiro instrumento.

g) Ele deve ser alterado em vários aspectos:

- escala de conceitos
- levar em consideração a especificidade dos cursos
- diferenciado: ser específico para cada área de atuação
- incluir a auto-avaliação

h) A Comissão de Avaliação Institucional deve contar com a presença de alunos e funcionários.

i) O grupo representante do Curso de Ciências Econômicas sugeriu que o Departamento de Educação promovesse cursos de atualização pedagógica destinados aos professores da Casa e, em particular, aos daquele Curso.

j) Os representantes do Curso de Geografia sugeriram algumas modificações na ficha de levantamento de dados dos alunos desistentes.

5. Conclusões, providências e sugestões

Pelo que se pode verificar do relato supra, o Seminário atingiu os objetivos propostos quando de sua idealização.

Não conseguiu, no entanto, envolver todos os elementos que deveria envolver, como se pode constatar pelos dois últimos quadros apresentados.

Com relação às conclusões do seminário, a Comissão sugere o seguinte:

a) Para que haja uma avaliação anual, envolvendo todas as pessoas da UNISO, no sentido de participação e de serem avaliadas, há necessidade de que seja aumentado o número de horas dos seus membros, bem como o número de seus elementos. Registre-se que a avaliação de 1994, realizada em novembro daquele ano, somente teve completada a sua tabulação neste mês de novembro.

b) Consideramos importante a sugestão da participação de alunos e funcionários na Comissão. No entanto, para que isto aconteça há necessidade de ser expedida uma nova portaria, pela Reitoria, para a inclusão desses elementos.

c) Se a Administração assim o entender, sugerimos que sejam eleitos, anualmente, por seus pares, 2 alunos entre os representantes de classe, que se proponham a trabalhar no horário de expediente da Comissão.

d) Sugerimos, também, a inclusão de 1 representante dos funcionários, eleito nos mesmos moldes que os alunos.

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

e) Há necessidade, ainda, de termos um terminal de computador próprio, com programa específico para a avaliação institucional, além de sala, material, também, próprios.

f) Finalmente, sugerimos que o funcionário que seja eleito para compor a Comissão de Avaliação passe a prestar serviços na Comissão.

Sorocaba, 29 de novembro de 1995

Maria Ogécia Drigo Agostinho

Oswaldo Bazzo

Wilson Sandano

Anexo F

Questionário aplicado aos professores da Uniso.

PESQUISA:

A OPINIÃO DOS PROFESSORES SOBRE A AVALIAÇÃO DOCENTE REALIZADA PELOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA - UNISO

Prezado(a) Professor(a)
Caro(a) colega de trabalho na UNISO.

Estamos realizando uma pesquisa sobre "A política de avaliação institucional da Uniso: a avaliação dos professores".

O objetivo principal da pesquisa é investigar a opinião dos professores da Uniso a respeito da avaliação sobre o seu desempenho profissional, feita pelos alunos e conduzida pela CPAI (Comissão Permanente de Avaliação Institucional).

Para dar continuidade ao trabalho que estamos desenvolvendo, gostaríamos de contar com sua colaboração no sentido de responder o questionário anexo.O anonimato das respostas será assegurado.

Esperamos, com esta pesquisa, contribuir para o debate a respeito do aperfeiçoamento institucional da universidade – Uniso – da qual somos parte. Para isso, contamos com sua valiosa participação.

Agradecemos antecipadamente,

Ilze Mari Dell'Erba da Silva
Professora de Sociologia

QUESTIONÁRIO

I- Opiniões a respeito do instrumento de coleta de dados utilizado pela Cpai e condições de aplicação

1. Você concorda que o professor seja avaliado pelos alunos?
   ☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente.

2. As questões formuladas no questionário aplicado aos alunos estabelecem como principais componentes para a avaliação do desempenho profissional docente: **a competência profissional, a atuação didático-pedagógica e o relacionamento professor / aluno.** Você concorda ?
   ☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente.

2.1 . No questionário aplicado aos alunos pela Cpai o professor é avaliado na sua **competência profissional** através de seis itens. Assim sendo, pede-se assinalar com **X** a alternativa que mais, a seu modo de ver, reflete a capacidade do aluno em avaliar o professor em cada um dos itens propostos.

Competência profissional. Itens:	Dispõe de capacidade.	Não dispõe de capacidade.	Dispõe parcialmente de capacidade.	Não sei avaliar se dispõe.
1.Apresentação do plano de trabalho.				
2.Orientação sobre a bibliografia.				
3.Domínio dos assuntos.				
4.Atualização na área de conhecimento.				
5.Capacidade de mostrar a aplicabilidade dos assuntos desenvolvidos nas aulas.				
6.Envolvimento com o curso.				

2.2 . No mesmo questionário, consideram-se como indicadores de **atuação didático-pedagógica**, outros seis itens. Pede-se assinalar com um **X** a alternativa que mais, a seu modo de ver, reflete a capacidade do aluno em avaliar o professor em cada um dos itens propostos.

Atuação didático-pedagógica. Itens:	Dispõe de capacidade.	Não dispõe de capacidade.	Dispõe parcialmente de capacidade.	Não sei avaliar se dispõe.
1. Comprometimento com o ensino e a aprendizagem.				
2. Organização nas aulas.				
3.Capacidade de diversifica o trabalho.				
4. Capacidade de criar nas aulas um ambiente agradável e propício para a aprendizagem e participação dos alunos.				
5.Orientação sobre a avaliação.				
6. Cumprimento do plano de trabalho.				

2.3 .E finalmente, para avaliar o **relacionamento professor / aluno**, no referido questionário, são apresentadas duas questões. . Pede-se assinalar com um **X** a alternativa que mais, a seu modo de ver, reflete a capacidade do aluno em avaliar o professor em cada um dos itens propostos.

Relacionamento professor –aluno. Itens:	Dispõe de capacidade.	Não dispõe de capacidade.	Dispõe parcialmente de capacidade.	Não sei avaliar se dispõe.
1.*Relacionamento pessoal com os alunos.*				
2. Envolvimento com a Uniso.				

3. Quanto às condições de aplicação dos questionários para os alunos, você considera:

3.1.A época (no 2°semestre de 2003, foi em outubro) em que os alunos respondem a avaliação:

☐ Adequada ☐ Inadequada ☐ Indiferente

3.2. Você considera o número de questões (em 2003, foram quinze) propostas aos alunos:

☐ Suficiente ☐ Insuficiente ☐ Excessivo ☐ Sem opinião

3.3. Você considera que o grau de dificuldade das questões, tendo em vista o público a que são dirigidas (aluno) é:

☐ Elevado ☐ Médio ☐ Baixo.

3.4. Você considera as instruções oferecidas aos alunos para o preenchimento do questionário:

☐ Suficientemente esclarecedoras
☐ Insuficientemente esclarecedoras
☐ Medianamente esclarecedoras.

4. A tabulação do questionário resulta em uma pontuação que por sua vez corresponde a uma escala de mérito que classifica o professor como: "muito bom", "bom", "regular", "ruim" e "péssimo". Você considera que o professor classificado com uma destas designações tenha efetivamente o mérito que lhe é atribuído?

☐ Sim ☐ Não ☐ Sem opinião

II- Finalidades da avaliação e utilização dos resultados

5. Você conhece as finalidades da avaliação dos professores pelos alunos, expressos nos documentos da Cpai?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte.

Em caso afirmativo, mesmo parcialmente, quais são essas finalidades, em sua opinião?_____

6. Quais são, segundo seu conhecimento, as utilizações feitas pela Uniso dos resultados da avaliação de docentes por alunos?

_____
_____
_____

6.1. Você concorda com essa utilização dos resultados?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte.

7. Os resultados das avaliações promovidas pela CPAI desencadearam alguma mudança em seu desempenho profissional?

☐ Não
☐ Sim

8. Quais?_____
_____
_____
_____
_____

III – Nível de participação no processo avaliativo

9. Você comenta o resultado da avaliação recebida com seus colegas?

☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca

10. No(s) colegiado(s) de curso(s) em que atua, a avaliação dos professores pelos alunos é assunto tratado em reuniões?

☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca

11. Você foi convidado a contribuir, de alguma forma, para o processo de avaliação dos docentes pelos alunos?

☐ Não ☐ Sim

Em caso positivo,
11.1 Qual a origem do convite?

_____
_____
_____
_____

11.2. Qual foi o tipo de colaboração solicitada?

_____
_____
_____
_____

12. Você considera válido o processo de avaliação dos professores pelos alunos, que a Uniso realiza?

☐ Sim ☐ Não ☐ Sim, com ressalvas.

Indique quais aspectos do processo considera:

Válidos

Não válidos

Parcialmente válidos

13. Avaliando a avaliação dos professores, realizada pela CPAI, qual o conceito que você atribuiria para:

	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Credibilidade					
Pertinência das questões					
Condições de aplicação					
Apresentação dos resultados					
Utilização dos resultados					
Participação dos professores					
Perfil do professor implícito nos questionários					
Contribuição para o aperfeiçoamento institucional					

14. Tem alguma sugestão a fazer a respeito da avaliação dos professores?

Anexo G

Transcrição de todas as respostas dadas nas questões abertas e os critérios usados na criação das categorias.

Questão 5.1 "Finalidades da Avaliação"

(A) Melhoria da qualidade de ensino, do ponto de vista institucional.

Sempre que a resposta apresentava aspectos de melhoria da qualidade de ensino, sem referir-se especificamente, que seriam informações para o professor.

(B) Mecanismo de controle institucional .(sentido de premiação ou punição)

O sentido de premio ou castigo (promoção, classificação ou dispensa), justifica-se como expressão de um conceito de avaliação com a função de controle institucional. O fato de serem agrupados os aspectos positivos e negativos, deve-se à pequena incidência dessa categoria e ao fato de considerarmos o mecanismo de controle como mais significativo para revelar o sentido dado à avaliação pelos professores.

(C) Informações para o professor melhorar seu desempenho.

Foram agrupadas as respostas que indicavam claramente o aspecto formativo da avaliação para o professor aprimorar seu trabalho.

(D) Exigência governamental.

Com baixa incidência, são apresentadas respostas que indicam ser a avaliação realizada para mero cumprimento de exigências governamentais.

Sujeito	Questão 5.1 Finalidades da Avaliação
1	B Para a instituição perceber o professor no desenvolvimento de seu trabalho/ para classificar os professores.
2	A/C Saber o desempenho de cada professor e este por sua vez ter um feedback do aluno sobre o seu trabalho, fazer uma auto - avaliação e perceber o ponto onde deve trabalhar mais para o seu aprimoramento para melhoria do seu desempenho.
3	C O professor conhecer suas dificuldades e suas capacidades para manter ou alterar sua atuação.
4	Sem resposta
5	A Verificar a qualidade do ensino. Proceder a um processo de avaliação e qualidade contínua. Plano de carreira docente.
6	B Para fins de promoção.
7	Sem resposta.
8	Sem resposta.
9	D É uma exigência do Mec, que as instituições de ensino façam a sua própria avaliação.
10	A Conhecer através da percepção dos alunos a prática docente, tanto no que diz respeito ao referencial teórico quanto ao acompanhamento do processo ensino aprendizagem.
11	Sem resposta.
12	B/C São duas: oferecer uma boa oportunidade para o professor fazer autocrítica de seu trabalho e oferecer subsídios à instituição para que possa acompanhar o trabalho docente em sala de aula.
13	Sem resposta.
14	Sem resposta.
15	A Melhorar as condições de ensino – aprendizagem.
16	Sem resposta.
17	Sem resposta.
18	Sem resposta
19	Sem resposta.
20	Sem resposta.
21	B Controle.
22	Sem resposta.
23	Sem resposta
24	Sem resposta
25	A Melhoria da qualidade de ensino.
26	B/C Analisar o nível de satisfação dos alunos para que os professores mantenham o comprometimento com as aulas e, em parte, como indicativo para dispensa.
27	Sem resposta
28	Sem resposta
29	B Plano de carreira.
30	Sem resposta.

Questão 6: Utilização dos resultados

(A) Não sei, desconheço, nenhuma.

Foram agrupadas todas as respostas que revelavam desconhecimento das utilizações dos resultados.

(B) Premiação ou punição.

O sentido de premio ou castigo (promoção, classificação ou dispensa), justifica-se como expressão de um conceito de avaliação com a função de controle institucional. O fato de serem agrupados os aspectos positivos e negativos, deve-se à pequena incidência dessa categoria e ao fato de considerarmos o mecanismo de controle como mais significativo para revelar o sentido dado à avaliação pelos professores.

(C) Aprimoramento profissional.

Nesta categoria foram consideradas as respostas que indicavam aprimoramento profissional, quer desencadeados institucionalmente, quer pelo próprio professor. (sem grande representação numérica).

Sujeito	Questão 6: Utilização dos resultados
1	A Desconheço as utilizações.
2	C Que eu saiba,a única utilização é levar ao conhecimento do professor o resultado para uma auto - avaliação.
3	A Não conheço em termos institucionais, quais as utilizações
4	B Promoção e demissão.
5	B/A Verificar a qualidade do ensino. Proceder a um processo de avaliação e qualidade contínua. Plano de carreira docente.
6	B Servem de pontuação na avaliação para a carreira.
7	A Desconheço qualquer utilização.
8	A Não sei.
9	C Orientação, via coordenador de curso, para que os professores mal avaliados, melhorem.
10	C Não tenho pleno conhecimento. Acredito que seja para oferecer cursos de aprimoramento.
11	Sem resposta.
12	B São: levantar os subsídios para: reciclar os professores, adverti-los e despedi-los.
13	A Desconheço
14	C Verificação do desempenho do professor como profissional e do relacionamento professor –aluno ..
15	C Estabelecer um perfil dos professores em cada curso e na instituição.
16	A Desconheço.
17	C Utiliza-se para os coordenadores saberem o quão verdadeiras são as queixas do professor, para verificar se tem o perfil frente o sistema educacional da instituição e do projeto pedagógico.
18	A Não sei.
19	B Trabalho do professor na "casa", algumas decisões podem considerar a avaliação.
20	B Identificar problemas pedagógicos. Influencia as decisões administrativas sobre o docente.
21	A Nenhuma.
22	C Acredito que uma forma de avaliar o desenvolvimento do professor e como é continuada, a evolução (ou não) de acertos e erros.
23	A Não vejo nenhuma utilização concreta.
24	A Não sei exatamente.
25	A Não tenho conhecimento de nenhuma ação, exceto a divulgação, através dos coordenadores, da avaliação individual.
26	A Pelo que eu saiba, nenhuma.
27	A Não é claro para os docentes.
28	A Não sei.
29	B Plano de carreira.
30	B Critério para atribuição de aulas e demissões.

Questão 8 Mudanças no desempenho profissional desencadeadas pela avaliação recebida.

(A). Revisão da metodologia de ensino

Foram consideradas as respostas que indicavam mudanças didático-pedagógicas, indicando que seriam decorrentes de revisões metodológicas com enfoque no aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

(B) Mudanças de postura

Neste agrupamento encontram-se as respostas que indicavam alterações de comportamento e postura diante da relação professor-aluno e do fazer pedagógico.

(C) Crítica à avaliação

Reúnem-se respostas que não consideram a avaliação o elemento desencadeador das mudanças efetuadas.

sujeito	Questão 8 Mudanças no desempenho profissional
1	S/R.
2	C Quando você observa que a classe envolvida na avaliação realmente é interessada e não está fazendo uma discriminação entre o profissional e a pessoa em si.
3	B Geralmente sou bem avaliado(a), mas sempre há aspectos vistos pelos alunos como negativos. Estes aspectos variam. Procuro alterar o comportamento, a atuação entendida como negativa.
4	A Procurar a cada dia melhorar a técnica de ensino pedagógico.
5	D Considero não ser necessária uma avaliação para que um professor melhore sua condição de trabalho. A melhoria contínua como profissional é um interesse próprio.
6	B Eliminar ou tentar melhorar alguns aspectos no relacionamento com os alunos.
7	S/R.
8	C Quando identifico problemas, embora parciais e nem sempre fiéis, procuro refleti-los.
9	S/R.
10	A Em alguns itens da avaliação, procurei refletir sobre minha prática, tentando buscar outros meios para favorecer o processo da aprendizagem.
11	S/R.
12	A Proporcionaram-me a oportunidade de fazer autocrítica e um re-estudo da prática pedagógica.
13	S/R.
14	A Procurar tornar as aulas mais agradáveis, solicitando inclusive maior participação dos alunos.
15	A Procurar aperfeiçoamento em determinados itens.
16	A Procuro avaliar onde posso melhorar, o que não é fácil.
17	B Reavaliação da minha postura pedagógica; mudança no prazer e na relação com os alunos e ainda na escolha educacional; constrangimentos de diversas ordens e restrição da autonomia; pressão para sair da área educacional e institucional.
18	S/R.
19	S/R.
20	S/R.
21	S/R.
22	A Acompanho com atenção e, caso tenha sido avaliado(a) medianamente (nuca fui avaliado (a) negativamente) procuro descobrir quais pontos preciso rever e melhorar.
23	S/R.
24	A Análise para buscar melhorias.
25	S/R.
26	S/R.
27	A Reavaliação de metodologia.
28	A Alteração de planos de aulas e reorganização dos conteúdos.
29	A Corrigir as falhas apontadas pelos alunos quanto à diversificação das aulas.
30	S/R.

Questão 11.1 e 11.2 Origem do convite e tipo de colaboração solicitada

Um único entrevistado Sujeito (01) respondeu :

" O(a) coordenador (a) solicitou-me que aplicasse a avaliação em duas salas (turmas)."

Questão 12: Validade do processo de avaliação.

Legenda : ASPECTOS VÁLIDOS

(A) Questões relacionadas à atuação didático-pedagógica do professor e relacionamento professor-aluno.

Foram agrupadas as respostas que apresentavam concordância com o fato do aluno avaliar no desempenho do professor a sua atuação didático-pedagógica e o relacionamento professor-aluno.

(B) Possibilidade da melhoria da qualidade de ensino.

Foram as respostas que mencionavam a validade da avaliação para a melhoria da qualidade de ensino.

(C) A avaliação em si mesma como necessária e útil.

Nesta categoria, estão reunidas as respostas que mencionavam a avaliação dos professores pelos alunos como válida em si mesma, sugerindo que não se questiona a necessidade e a utilidade da avaliação, e sim alguns de seus aspectos.

Legenda : ASPECTOS NÃO VÁLIDOS E PARCIALMENTE VÁLIDOS

Devido à semelhança entre os conteúdos apresentados, foi possível utilizar as mesmas categorias para os dois aspectos.

(A) Falta de credibilidade nos resultados.

Quando as respostas apresentavam dúvidas com relação aos resultados, por considerar que ocorrem muitos vieses distorcendo os resultados.

(B) Críticas aos instrumentos de coleta de dados e às condições de aplicação.

Respostas que indicavam críticas a aspectos técnicos da avaliação.

(C) Críticas ao caráter classificatório da avaliação

Estão presentes nesta categoria, as respostas que mencionam a apresentação dos resultados para fins de classificação e desprestígio do professor.

(D) Críticas à falta de participação dos professores e/ ou de utilização dos resultados.

Foram respostas que apontavam a falta de participação dos professores nas discussões sobre a avaliação e ainda, as que referiam-se à utilização de seus resultados.

Nº	Válidos	Não Válidos	Parcialmente válidos
1.	SR	SR	Alunos que não estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem, por n motivos são convidados a avaliar. Será que alguém que não assistiu o filme todo, tem capacidade, credibilidade para analisá-lo? A
2.	Quando o professor considera a crítica como forma de transformação. B	Percebe-se que a avaliação de melhor pontuação é para o professor que menos exige do aluno e que praticamente não efetua nenhuma reprova. A	Apesar de ocorrerem algumas distorções dos resultados, quando o aluno são sabe diferenciar o profissional da empatia que possa ter por ele, ainda assim, temos alunos imparciais que sabem separar essa diferenças e efetuar uma avaliação eficaz. A
3.	O fato em si da avaliação pelos alunos é válido, é necessária essa avaliação. C	E necessária a avaliação quantitativa em conjunto com a qualitativa, mas esta deve seguir rigorosamente as técnicas de verificação, a forma pela qual os questionários são aplicados. B	A rede de questões deveria ser uma forma de controle das respostas. B
4.	É dever da universidade, cada vez mais, melhorar seu quadro de professores . Maior a satisfação aluno –Uniso pode ficar mais próximo da realidade. B	S/R	S/R
5.	Há uma boa intenção no processo. B	Quando o processo é utilizado para "taxar" o professor e não para ajudá-lo a melhorar. C	S/R
6.	Indicar possíveis falhas do professor. B	A classificação do professor (bom, regular, ruim, péssimo). C	S/R.

7.	S/R.	Não compete ao aluno tal responsabilidade. O aluno pode avaliar assiduidade, empenho, relacionamento. Tudo o mais ele ainda desconhece ou conhece superficialmente, o que é mais perigoso ainda. A	S/R.
8.	Quando o aluno o avalia em relação a sua postura pessoal. A	Quando avalia sobre méritos específicos que não está capacitado. A	Idem quanto a assuntos parcialmente importantes. B
9.	A própria avaliação em si. C	A forma como é conduzida. Os alunos são avaliados na Uniso através de conceitos e os professores são avaliados pelos alunos usando outros critérios. É aí que está o problema. B	S/R.
10.	Atuação didático-pedagógica. Relacionamento professor-aluno. A	S/R.	Competência profissional. B
11.	S/R.	S/R.	S/R.
12.	Aqueles que levam o professor à possível retomada de rumo de seu trabalho didático-pedagógico. B	Aqueles que não correspondem à verdade estatística quando os entrevistados não correspondem à maioria dos alunos da classe. A	S/R.
13.	S/R.	S/R.	Existe a tendência de que o aluno que vai mal na disciplina em geral culpa o professor. A
14.	As questões sobre o relacionamento professor-aluno, envolvimento com o curso, orientação sobre a aplicabilidade dos assuntos. A	A mínima, ou nenhuma orientação dada aos alunos sobre o processo de avaliação. O fato de deixar o professor completamente "fora" do processo. A falta de base e a alienação de alguns alunos sobre certos fatos. Ex: vários alunos dizem que não lhes foi apresentado o plano de trabalho ou a bibliografia, quando na verdade, o professor os apresentou. B	Certas questões como o envolvimento com a Uniso e a organização das aulas. B

15.	É um mecanismo que mostra como os professores são vistos pelos alunos e alerta para melhorias que possam ocorrer. B	O processo não deve ser . utilizado para denegrir a imagem de professores e / ou cursos. C	S/R.
16.	S/R.	S/R.	O objetivo da avaliação deveria ser claro e os resultados deveriam ser utilizados. D
17.	A existência de instrumento que avalie o educador, por que o professor pode também se sentir motivado a melhorar caso a instituição favoreça o aprendizado com qualidade. B	Não haver discussão prévia com os professores sobre o perfil do grupo, dificuldades explicitas, D	S/R.
18.	S/R.	Alunos não freqüentes emitem palpites,que são confrontados com juízos de alunos freqüentes. É uma pesquisa . sobre a popularidade do professor. A	S/R.
19.	S/R.	Geralmente os alunos respondem o questionário rapidamente e os pontos relacionamento professor / aluno são considerados para responder o restante do questionário. B	S/R.
20.	S/R.	S/R.	S/R.
21.	S/R.	S/R.	S/R.
22.	Avaliação didático-pedagógica e relacionamento professor – aluno. Acredito que o aluno consiga perceber adequadamente estes dois aspectos. A	Competência profissional . Acho difícil que o aluno tenha clareza da competência profissional do professor uma vez que ele não tem conhecimento, pelo menos em teoria, dos conteúdos que são necessários para aquele profissional. A	S/R.

23.	Acho que não só o aluno deve ser avaliado pelo professor mas também o professor deva ser avaliado no processo ensino-aprendizagem, e quem melhor do que o aluno para essa avaliação? C	S/R.	S/R.
24.	Avaliação propriamente dita. C	Algumas questões colocadas e a forma como são colocadas. B	S/R.
25.	A existência da avaliação, obrigando o docente a rever periodicamente suas práticas. B	S/R.	A dificuldade dos alunos em analisar separadamente os aspectos avaliados, dissociando-os da empatia ou afinidade existente com o docente. A
26.	Processo continuado de melhoria dos docentes. B	A Uniso não tem nenhum tipo de incentivo que vise a melhorar os resultados da avaliação. D	S/R.
27.	S/R.	S/R.	S/R.
28.	A avaliação dos alunos para cada um dos itens auxilia o aprimoramento do trabalho. B	Classificação final a partir da avaliação dos itens. C	S/R.
29.	Possibilidade de reflexão sobre o desempenho docente. Possibilidade de ajustar o processo de ensino / avaliação. B	S/R.	S/R.
30.	S/R.	S/R.	S/R.

Questão 14: Sugestões para a avaliação.

Ao solicitar, no final do questionário, as sugestões para a avaliação institucional, destacam-se aquelas referentes aos **aspectos técnicos da avaliação.**

Sugestões quanto à época:

"Alterar a data da aplicação para evitar que o aluno, com fraco aproveitamento,"desconte" sua frustração, avaliando negativamente o professor ".

"O momento da avaliação deveria ser após o término do componente curricular".

"Ajustar a aplicação da avaliação nas datas de presença maciça dos discentes".

Sugestões quanto à necessidade de profissionais especializados em avaliação para a aplicação dos questionários :

"Sortear um certo número de alunos por turma e o questionário ser aplicado por pessoa treinada."

"A avaliação deveria ser feita por profissionais da área."

"Os alunos deveriam ser mais bem orientados a respeito da importância do aspecto avaliativo."

Sugestões a respeito da elaboração e utilização dos questionários:

"O questionário deveria ser reformulado."

"As questões deveriam ser avaliadas quanto à coerência e eficácia".

"A avaliação deveria ser global, considerando o desempenho dos alunos e outras atividades do professor."

"O questionário não poderia ser o único instrumento de avaliação."

"Não ser tão semelhante aos anos anteriores".

"Talvez diminuir o numero de questões e ressaltar frente aos alunos envolvidos na pesquisa a importância da seriedade ao responder as questões".

Outras sugestões indicam um **enfoque institucional e político**, indiretamente questionando critérios, utilização e participação dos professores e alunos na avaliação da instituição.

Sugestões quanto a alguns aspectos metodológicos utilizados:

"O critério que os alunos utilizam para avaliar os professores deveria ser o mesmo que os professores utilizam para avaliar os alunos (A,B ou R)."

"Incluir uma auto-avaliação e a discussão destas em colegiados de curso".

Sugestões quanto à utilidade da avaliação:

"Encontrar uma forma que indique as deficiências do professor e ajude de alguma forma a corrigi-las, através de um planejamento a curto prazo, com seus resultados sendo acompanhados. Isto é tornar útil o processo de avaliação".

"Que a universidade crie uma forma para que os professores possam se atualizar e assim melhorar a avaliação do corpo docente".

"Discussão dos resultados nos colegiados. Tornar clara a regra de sua utilização".

Sugestões quanto ao papel e à participação dos professores no processo avaliativo:

"Falta uma valorização adequada do professor. Muitas práticas da instituição são altamente desmotivantes".

"Os professores deveriam ser mais"consultados" ou "ouvidos".

"A questão da avaliação é da maior importância, deveria ser discutida entre os coordenadores, reitoria e professores, de forma a ser absolutamente clara. Os alunos devem contribuir com a participação de representantes".

"Criar um grupo para debater e buscar alternativas para a formulação da pesquisa em avaliação".

Relação das respostas

1. Alteração da **data da aplicação** (Fica prejudicada pois muitas vezes **o aluno** sabe de sua condição desfavorável e "**desconta**" (fala de alguns) na hora de avaliar) Para a aplicação deveriam ser **selecionados** os alunos com **desempenho positivo**, tanto na freqüência como na aprendizagem.
2. A **quantidade de alunos** entrevistados é insuficiente para se ter uma boa **credibilidade.**
3. Avaliação avaliativa: **sortear** um certo número de alunos por turma e o questionário ser aplicado **por pessoa treinada em entrevistas** – isto por que muitos alunos respondem o questionário sem a preocupação de veracidade. **O professor considerado bom ou ótimo** (o que os alunos estimam) **é avaliado positivamente em todos os itens**, sem a preocupação de refletir sobre cada questão. Ocorrendo **o inverso** se o professor é visto de forma negativa.
4. Que antes de obterem a avaliação, **os alunos deveriam ser orientados** por pessoas **estranhas à Uniso** e que passem mensagem de **credibilidade e importância** do aspecto avaliativo.
5. Acho que, alem das exigências anos impostas indiretamente pelo processo de avaliação, seria óbvio que o professor que atenda essas exigências como atualização, empenho, tivesse uma contrapartida da instituição. Resumindo: **Falta a valorização adequada do professor. Muitas práticas da instituição são altamente desmotivantes.**
6. Encontra uma forma que indique **as deficiências** do professor **e ajude** de alguma forma **a corrigi-las** através de um planejamento a curto prazo, com seus resultados sendo acompanhados. Isto é **tornar útil o processo de avaliação.**

7. Avaliação feita por **profissionais da área**. Professores avaliando professores, com **critérios pré-estabelecidos**. Porém, cuidado com problemas de relacionamento. Há que ser o mais impessoal possível **Avaliar conteúdo. Não é ilegal, não é imoral e não engorda.**

8. Mudanças, não ser tão semelhante aos anos anteriores.

9. O critério que os alunos utilizam para avaliar os professores deve ser **o mesmo que os professores utilizam para avaliar os alunos**, ou seja, A,B ou R do contrário teremos escolas diferentes e o resultado final terá que ser repensado.

10. Talvez **diminuir o numero de questões** e **ressaltar frente aos alunos** envolvidos na pesquisa a **importância da seriedade** ao responder as questões.

11. S/R.

12. Não.

13. Não.

14. Os **alunos** deveriam ser **melhor orientados** sobre o processo. Os **professores** deveriam ser **mais "consultados"** ou "ouvidos".

15. S/R.

16. A questão da avaliação é **da maior importância, deveria ser discutida** entre os **coordenadores,reitoria e professores**, de forma a ser absolutamente clara. **Os alunos** devem contribuir com **a participação de representantes**.

17. Que a mesma seja **qualitativa** utilizando a técnica do **grupo focal** e também **processual**, porque a maioria dos nossos alunos avalia por uma concepção equivocada **(imaturidade)**

18. Não . o espaço não é adequado para responder a questão em sua inteireza.

19. S/R.

20. O **questionário** deve ser **reformulado**. A avaliação deveria **ser global,** considerando **o desempenho dos alunos** e **outras atividades do professor**. O momento da avaliação deveria **ser após o término do componente curricular**

21. S/R.

22. Acredito que esse não deva ser o único instrumento de avaliação. Só o questionário.

23. S/R

24. Criar um grupo para debater e buscar alternativas para a formulação da pesquisa.

25. Incluir uma auto-avaliação e a discussão destas em colegiados de curso.

26. Que a universidade crie uma forma para que os professores possam se atualizar e assim melhorar a avaliação do corpo docente.

27. S/R.

28. S/R.

29. Discussão dos resultados nos colegiados. Tornar clara a regra de sua utilização.Ajustar a aplicação da avaliação nas datas de presença maciça dos discentes.

30. Avaliação das questões, quanto à coerência e eficácia.

Anexo H

Quadro da avaliação dos Professores,

com as médias de 1998 a 2003,

divulgadas pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional.

Sobre a avaliação dos docentes dos cursos de graduação, pelos discentes, no primeiro semestre de 2003.

A avaliação dos docentes pelos discentes nos cursos de graduação é uma das tarefas que a Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI - tem realizado desde 1998.

Nestas avaliações, a possibilidade de melhoria da qualidade de ensino nos cursos de graduação foi centrada na busca de resultados envolvendo a prática dos docentes. Os resultados das investigações conduziriam o docente a buscar novos referencias teóricos para fundamentar sua reflexão, levando-o a redimensionar suas concepções e, portanto, a aprimorar o "fazer" acadêmico-pedagógico. Por outro lado, tais resultados poderiam ainda nortear as ações de caráter didático-pedagógico do(a) coordenador (a) do curso.

Os instrumentos utilizados entre 1998 e 2002 podem ser classificados em três tipos:

- os que contemplavam uma prática ideal, priorizando a construção de conhecimentos pelos alunos e a integração ensino/pesquisa, segundo a literatura específica sobre o assunto;
- os que consideravam que o aluno, ao emitir um conceito para um certo quesito, toma por base uma ponderação envolvendo diversos quesitos, ou seja, ele não separa cada item de uma percepção geral que tem do professor e do seu fazer em aula;
- o que trata o "fazer em aula" a partir das idéias dos alunos.

Apesar da utilização de instrumentos diferenciados, constatamos que, de modo geral, os conceitos que predominaram foram "bom" e "muito bom", resultados que podem ser vislumbrados nos gráficos - figura 1 na página 3 e figura 2 na página 4 – nas poligonais compreendidas entre o valor 3 e 5. Várias são as hipóteses que podemos formular a respeito dessa homogeneidade e que podem ser objetos de investigações em pesquisas futuras.

Gráfico exibindo a média dos professores de graduação, por curso, dos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001.

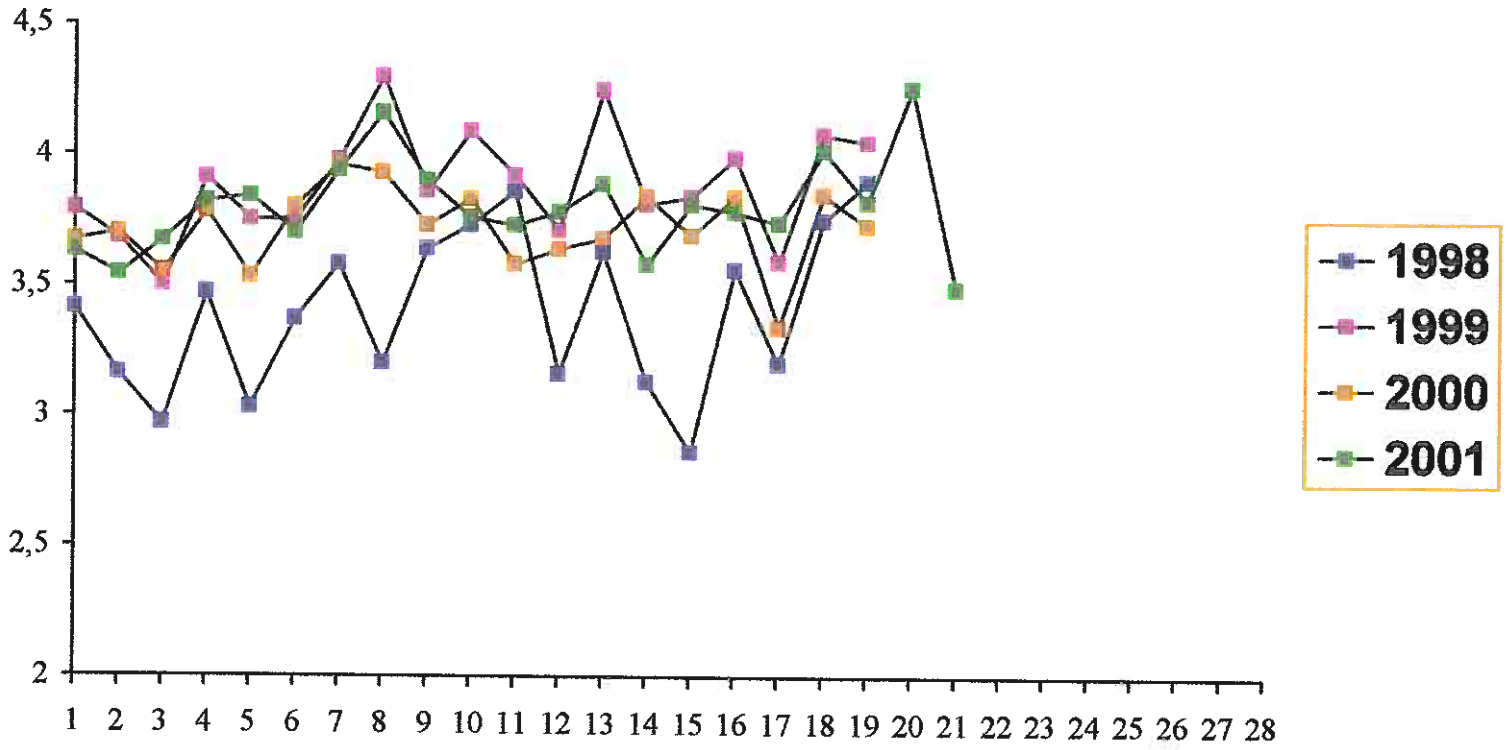


Figura 1

Legenda (O número correspondente ao curso está no eixo horizontal, e no eixo vertical estão as notas).

1. Administração de Empresas
2. Análise de Sistemas
3. Ciências Contábeis
4. Ciências Econômicas
5. Comércio Exterior
6. Direito
7. Farmácia e Bioquímica
8. Filosofia
9. Geografia
10. História
11. Hotelaria
12. Jornalismo
13. Letras-Português e Espanhol
14. Letras-Português e Inglês
15. Matemática
16. Pedagogia
17. Publicidade e Propaganda
18. Terapia Ocupacional
19. Turismo
20. Nutrição
21. Sistemas de Informação
22. Administração de Negócios
23. Ciência da Computação
24. Letras-Inglês
25. Letras-Português
26. Pedagogia Ensino Fund.-So
27. Pedagogia Ensino Fund.-Ti
28. Pedagogia Ed. Infantil- Ti

Gráfico exibindo a média dos professores de graduação, por curso, no primeiro semestre de 2003

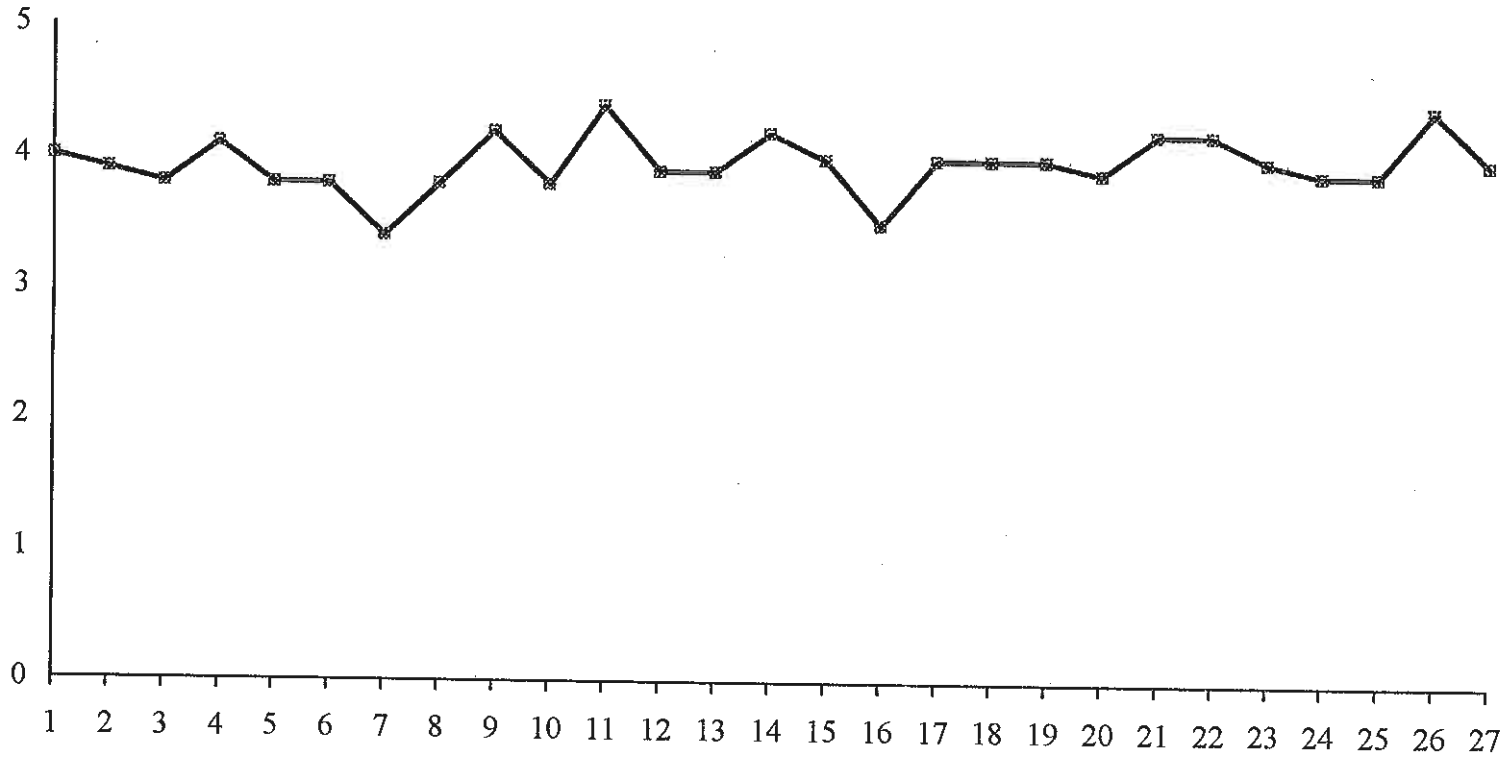


Figura 2

Legenda (O número correspondente ao curso está no eixo horizontal, e no eixo vertical estão as notas).

1. Administração de Empresas
2. Administração de Negócios
3. Análise de Sistemas
4. C. da Computação
5. Ciências Contábeis
6. Ciências Econômicas
7. Comércio Exterior
8. Direito
9. Farmácia e Bioquímica
10. Filosofia
11. História
12. Hotelaria
13. Jornalismo
14. Letras-Inglês
15. Letras-Português
16. Letras Port.-Espanhol
17. Letras: Port.-Inglês
18. Matemática
19. Nutrição
20. Pedagogia
21. Pedagogia Ens. Fundamental –So
22. Pedagogia Ens. Fundamental –Ti
23. Pedagogia Ed. Infantil - Ti
24. Publicidade e Propaganda
25. Sistemas de Informação
26. Terapia Ocupacional
27. Turismo

Os instrumentos são falíveis na apreensão do que realmente está ocorrendo o processo de ensino/aprendizagem, o que é absolutamente incontestável; no entanto, não podemos deixar de mencionar que, se alguns quesitos foram considerados de difícil compreensão, por alunos e professores, em alguns instrumentos, isto ocorre - pois já constatamos em outras investigações - porque a prática dos docentes nos cursos de graduação é, predominantemente, a tradicional. Assim, a construção dos conhecimentos e a integração ensino/pesquisa, de modo geral, não são contempladas nas aulas dos cursos de graduação.

Por outro lado, em qualquer investigação científica, obtemos sempre resultados parciais que podem ser gradativamente aprimorados. Um dos momentos que contribuem para uma maior aproximação do real é a interpretação dos resultados por aqueles envolvidos no contexto. A Comissão Permanente de Avaliação Institucional não possui elementos para avaliar como os resultados foram trabalhados nos colegiados.

Com o propósito de incorporar os resultados dessas investigações na dinâmica das ações dos colegiados, talvez de maneira mais efetiva, apresentamos os resultados da investigação realizada no primeiro semestre de 2003, com uma análise mais apurada.

Acrescentamos que, no primeiro semestre de 2003, os alunos de todos os cursos responderam a um questionário elaborado a partir dos resultados de uma investigação realizada em 2002 com alunos concluintes de cursos como Direito, Pedagogia, Análise de Sistemas, Letras, Publicidade e Propaganda e Farmácia. Entre as questões do instrumento, uma foi direcionada à verificação do nível de aprendizagem do aluno. As demais, num total de 14, objetivaram a identificação das características do desempenho do docente, enquanto ação efetiva no processo de ensino/aprendizagem, nos diversos componentes curriculares, exceto Trabalho de Conclusão de Curso ou correlatos, para os quais foi elaborado um questionário específico. Agrupadas, as questões permitiram caracterizar o trabalho docente em três aspectos:

- competência profissional,
- atuação didático pedagógica, e
- relacionamento professor/aluno.

Para maiores esclarecimentos, observar o questionário – na página com os resultados – no qual constam as questões de cada uma dessas divisões.

A análise mais apurada dos resultados aparece em uma nova divisão. Classificamos a prática do docente - ao invés de efetuar média ou mediana para os quesitos - para cada um dos aspectos: competência profissional, atuação didático - pedagógica e relacionamento professor/aluno, como:

- excelente: se o percentual foi equivalente ao superior de 90% de "muito bom" ;
- satisfatório: se o percentual esteve entre 80% e 90% de "muito bom"; e
- preocupante: se o percentual foi equivalente ao inferior de 80% de "muito bom".

Na emissão de "excelente", "satisfatório" e "preocupante" foi utilizado: 5 para "Muito bom" (A); 4 para "Bom" (B); 3 para "Regular"(C); 2 para "Ruim" (D) e 1 para "Péssimo" (E). Os dados considerados não são os da última coluna do relatório com as questões, mas os intermediários, que aparecem nas respostas das questões.

No relatório com as questões o conceito da última coluna foi obtido calculando-se a média utilizando-se também 5 para "Muito bom" (A); 4 para "Bom" (B); 3 para "Regular"(C); 2 para "Ruim" (D) e 1 para "Péssimo" (E) e foi denominado: "Muito bom", se a média foi maior que 4,0; "Bom", se maior do que 3,0 ou menor do que ou igual a 4,0; "Regular", se maior do que 2,0 e menor do que ou igual a 3,0; "Ruim", se foi maior do que 2,0 ou menor do que ou igual a 3,0 e "Péssimo" se maior do que 1,0 ou menor do que ou igual a 2,0.

Observe que desta maneira a menor pontuação é 1, para "Péssimo", e que os relatórios são complementares, sendo possível que professores com conceito similares no relatório com as questões, tenham situações diferentes no relatório comentado .

Relatórios expressando informações gerais sobre organização, execução e resultados seguem, diversificadamente, para as várias instâncias acadêmicas:

- Reitoria (Reitor e Pró-Reitor): dados de todos os professores com a análise final;
- Coordenadores de curso: dados relativos aos docentes do curso que coordena;
- Corpo Docente: o professor recebe os dados relacionados ao trabalho desenvolvido com o componente curricular que ministra.

Os resultados que enviamos à Reitoria são os obtidos da análise mais apurada que mencionamos. Lembramos que "preocupante" pode ser claramente entendido quando o professor ou o Coordenador percorrer os resultados para cada um dos quesitos do questionário. Ele não pode ser sobrevalorizado, mas não pode também deixar de ser objeto de uma análise mais delicada por parte do professor e do coordenador do curso. Ao pretender melhoria na qualidade de ensino, não podemos deixar de colocar tal qualidade num patamar para ser atingido. A qualidade de ensino deve ser uma busca incessante. Não propomos uma busca insana por tal qualidade, contudo não podemos nos acomodar.

A persistência dos resultados pode indicar uma estrutura cristalizada. Há necessidade de uma interferência mais efetiva...

Assim, propomos:

1. O Coordenador promova discussão dos resultados no colegiado e com os professores individualmente.

2. Outra modalidade de avaliação dos docentes, considerando:

2.1. a evolução do docente na vida acadêmica

- estudos realizados: cursos de extensão, de especialização, mestrado, doutorado, pós-doc etc., participação em encontros, congressos e publicações;

2.2. a realização de atividades vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão promovidas na Instituição e estão contempladas no projeto pedagógico do curso;

. A busca de uma nova maneira de avaliar os docentes, envolvendo os discentes e o rojeto pedagógico do curso, e com o propósito de responder às questões:

Qual a metodologia preterida pelo curso?

Em que grau os docentes a contemplam em sua ação em sala de aula?

É necessário pensar em mudanças no projeto pedagógico?

É possível dialogar com os docentes do curso sobre tal metodologia?

O perfil dos docentes está adequado ao curso?

Por outro lado, os integrantes da CPAI, considerando que há professores e irigentes que acompanham o nosso trabalho e nutrem certas expectativas em relação os resultados das investigações, solicitam que estes também participem do processo de valiação institucional enviando sugestões.

Concluímos agradecendo a colaboração dos coordenadores na execução desta arefa e, de modo especial, a Edson Satoshi Kimura, José Antônio Rodrigues Lopez e eandro Urban Gamero, do SPD, sem os quais tal tarefa não poderia ter sido concluída.

Sorocaba, 11 de agosto de 2003.

Augusto de Abreu Pires

Maria Ogécia Drigo

Vânia Regina Boschetti

Fábio Augusto Trevisan (estagiário)